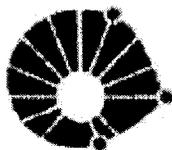




FABIANA DE CÁSSIA RODRIGUES

**“MST - FORMAÇÃO POLÍTICA E
REFORMA AGRÁRIA NOS ANOS DE 1980”**

CAMPINAS
2013



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
CAMPINAS FACULDADE DE EDUCAÇÃO

FABIANA DE CASSIA
RODRIGUES

“MST: FORMAÇÃO POLÍTICA E
REFORMA AGRÁRIA NOS ANOS DE 1980”

Orientadora: Profa. Dra. Olinda Maria Noronha

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutora em Educação Na área de concentração de Filosofia e História da Educação.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA
TESE DEFENDIDA PELA ALUNA FABIANA DE CASSIA
RODRIGUES
E ORIENTADA PELA PROFA.DRA.OLINDA MARIA NORONHA

Assinatura do Orientador

Prof. Dr. Darío Fiorentini
Coordenador de Programa de Pós-Graduação
Faculdade de Educação - Unicamp
Matricula: 21562-0

CAMPINAS
2013

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

ROSEMARY PASSOS – CRB-8ª/5751

R618m Rodrigues, Fabiana de Cássia, 1980-
MST: formação política e reforma agrária nos anos de
1980 / Fabiana de Cássia Rodrigues. – Campinas, SP: [s.n.],
2013.

Orientador: Olinda Maria Noronha.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Educação.

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2.
Questão agrária. 3. Formação política. 4. Reforma agrária. 5.
Revolução burguesa. I. Noronha, Olinda Maria, 1946- II.
Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de
Educação. III. Título.

13-043/BFE

Informações para a Biblioteca Digital

Título em inglês: MST: Political Formation and Agrarian Reform in the 80s

Palavras-chave em inglês:

MST

Agrarian Question

Political Formation

Agrarian Reform

Bourgeois revolution

Área de concentração: Filosofia e História da Educação

Titulação: Doutora em Educação

Banca examinadora:

Olinda Maria Noronha (Orientador)

Plínio de Arruda Sampaio Júnior

Paulo Alves de Lima Filho

José Luís Sanfelice

Maria Orlanda Pinassi

Data da defesa: 18-02-2013

Programa de pós-graduação: Educação

e-mail: fabicassia@yahoo.com.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

**“MST - FORMAÇÃO POLÍTICA E
REFORMA AGRÁRIA NOS ANOS DE 1980”**

Autor : FABIANA DE CÁSSIA RODRIGUES

Orientador: Prof.^a. Dr.^a. OLINDA MARIA NORONHA

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por Fabiana de Cássia Rodrigues e aprovada pela Comissão Julgadora

Data: 18/02/2013

Assinatura:..... *Olinda Noronha*

Orientador

COMISSÃO JULGADORA:

Opinam

Cláudia S. V.

João Carlos

J. H.

2013

Agradecimentos

Gostaria de registrar meu sincero agradecimento aos que estiveram comigo ao longo da realização deste trabalho. Não será possível citar todos os amigos que contribuíram para o desenvolvimento desta tese, mas, guardo com carinho os momentos de grande aprendizado que tive com cada um deles. Cabe destacar que os limites desse trabalho são de minha inteira responsabilidade.

À Capes, pelos três anos de bolsa de doutorado, que conferiu um melhor andamento para a pesquisa.

À minha orientadora, Professora Olinda, pela tranquilidade e carinho com que conduziu este trabalho.

Aos membros da banca de qualificação, Professores José Luis Sanfelice e Ariovaldo Umbelino de Oliveira pela leitura atenta e pelas importantes considerações que fizeram ao trabalho.

À acolhida que tive na Faculdade de Educação, agradeço aos professores e pesquisadores do Grupo de Pesquisa Histedbr (História Sociedade e Educação no Brasil). Ao professor José Claudinei Lombardi, por suas disciplinas de Leituras de Marx e Engels e pelo incentivo ao projeto de pesquisa. Ao Professor Sanfelice, por compartilhar, de maneira generosa e paciente, sua vasta experiência como docente nas atividades que desenvolvemos juntos no Programa de Estágio Docência na disciplina de História da Educação I.

Ao amigo Lalo Minto, pelo estímulo aos estudos no campo da Educação e pelas discussões que muito contribuíram na elaboração desta tese.

Tenho especial gratidão ao Professor Plínio de Arruda Sampaio Júnior, que nos últimos dez anos orientou minha pesquisa e apoiou fortemente o estudo da temática agrária. Agradeço pelos avanços que obtive como pesquisadora em todas as suas atribuições,

Ao meu companheiro Ricardo Goulart, por apoiar minhas escolhas, estar ao meu lado nessa caminhada e partilhar a imensa alegria de ter a Lara em nossas vidas.

Resumo

Esta tese examina a formação política no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O objetivo foi identificar a compreensão sobre a reforma agrária difundida no Movimento nos anos de 1980. Parte-se da hipótese de que o MST nasceu em meio a um reflorescer das lutas contra a ditadura e sua economia política, a partir de um entendimento teórico da realidade brasileira vinculado ao Programa Democrático e Popular, formulado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). O papel atribuído à reforma agrária neste Programa teve papel fundamental no horizonte das lutas do MST. Neste contexto, a formação política orientou-se por elucidar as possibilidades imediatas de conquista da terra, amparando-se no Estatuto da Terra de 1964. O capítulo I apresenta os fundamentos teóricos marxistas e históricos que sustentam nossa interpretação sobre a questão agrária no Brasil. O capítulo II aborda a política agrária da ditadura de 1964 e os seus resultados para o crescimento dos conflitos no campo em todo o país, contexto que enseja a criação do MST. O terceiro capítulo examina a formação política como um dos âmbitos da educação, realizando uma análise crítica deste tema na pedagogia do Movimento. No quarto capítulo são enfocadas as influências advindas do PT e da CPT na formulação dos argumentos em torno da defesa da Reforma Agrária, bem como é analisada a participação do MST em dois momentos que aqueceram o debate sobre a reforma agrária nesta década: o I PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) e a Nacional Constituinte.

Palavras Chave: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Questão Agrária, Formação Política, Reforma Agrária, Revolução Burguesa.

Abstract

This thesis analyzes the political formation of the Landless Workers Movement (MST). The main objective was to identify how this group comprehended the agrarian reform concept spread in the 80s. It starts from the hypothesis that the MST was born in the middle of an anti-dictatorship struggle and its political economy, from a theoretical understanding of the Brazilian reality linked to the Democratic and Popular Program, designed by the Workers Party (PT). The agrarian reform role in this program was fundamental in the MST fights history. In this context, the political formation was oriented to enlighten the immediate possibilities to conquer land, based on the Land Statute of 1964. Chapter I presents the Marxist theoretical and historical foundations to sustain our interpretation of the Brazil agrarian issue. Chapter II deals with the 1964 dictatorship agrarian policies and its consequences to the aggravation of the struggle across the whole country, in which context MST was born. The third chapter examines the political formation as part of education by performing a severe analysis of this theme in the MST pedagogy. In the fourth chapter, the focus is the influences coming from the Workers Party and the CPT (Church Land Commission) in the arguments around the defense of the Agrarian Reform. In addition, it analyses the MST participation in two strategic moments of the Agrarian Reform debate, the I PNRA (National Plan of Agrarian Reform) and the National Constituent.

Key-word: MST, Agrarian Reform, Political Formation, Agrarian Reform, Bourgeois Revolution

SUMÁRIO

Lista de Siglas	3
Introdução	5
Capítulo 1: Fundamentos da questão agrária na particularidade do capitalismo brasileiro. .	11
1.1 Particularidade Capitalista em Marx e Lênin	12
1.1.1 As investigações de Marx sobre a economia política.....	14
1.1.2 A análise de Lênin sobre a questão agrária na particularidade russa.	21
1.1.3 O marxismo nas interpretações sobre a realidade brasileira.....	24
1.2 – A questão agrária na particularidade do capitalismo brasileiro.....	27
1.2.1 Caio Prado Jr.: a instabilidade de nosso processo de industrialização e a questão agrária.	29
1.2.2 Florestan Fernandes: heterogeneidade estrutural no capitalismo dependente e questão agrária.	39
1.2.3 A análise de José de Souza Martins sobre a questão agrária.....	44
1.2.4 A análise de Octávio Ianni sobre a questão agrária no Brasil.	50
1.3 Considerações Finais	56
Capítulo 2: A questão agrária na ditadura militar e o contexto para o surgimento do MST..	63
2.1 Antecedentes – Décadas de 1950 e 1960.....	63
2.2 O papel do Estado e a questão agrária.....	67
2.2.1 O Estatuto da Terra.....	68
2.2.2 A política agrária dos militares.....	71
2.3 Conflitos sociais no campo e o surgimento do MST.....	79
2.4 Considerações Finais	83
Capítulo 3: Formação Política no MST na década de 1980.....	85
3.1 A formação política na pedagogia do movimento sem terra.	91
3.1.1 – A pedagogia do Movimento Sem Terra.	91
3.1.2 Reflexão crítica acerca da formação política na pedagogia do Movimento Sem Terra. ...	97
3.2 Considerações Finais	103

Capítulo 4: A formação política dos militantes do MST em meio ao debate nacional sobre a Reforma Agrária na década de 1980.	105
4.1 Instituições de apoio e referências políticas para a luta do MST nos anos de 1980.....	109
4.1.1 A atuação da CPT nas lutas pela terra na década de 1980.	109
4.1.2 O papel da reforma agrária no desenvolvimento do capitalismo brasileiro no Programa Democrático e Popular do PT.....	114
4.2 Principais momentos do debate nacional sobre a Reforma Agrária na década de 1980.	123
4.2.1 As críticas à política agrária da ditadura e a emergência de forças políticas em defesa da Reforma Agrária.	124
4.2.2 O I Plano Nacional de Reforma Agrária	131
4.2.3 O MST e o debate sobre a reforma agrária na Constituinte de 1987/1988.	140
4.2.4 Considerações finais	144
Conclusão	147
Referências Bibliográficas	155
Documentos	167
Entrevistas	171
Apêndice I - Movimentos de educação popular, teologia da libertação e comunidades eclesiais de base na formação política das lideranças dos movimentos sociais surgidos no fim da década de 70 e início da década de 80.	173
Apêndice II - Apontamentos críticos sobre a questão da forma e do conteúdo na Pedagogia da Terra	183

Lista de Siglas

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária

ACISO – Ação Cívico Social

BASA – Banco da Amazônia

ANC – Assembléia Nacional Constituinte

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CEDEC – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea

CNA – Confederação Nacional da Agricultura

CNRA – Campanha Nacional pela Reforma Agrária

CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes

HISTEDBR – Grupo de Pesquisa História Sociedade e Educação no Brasil

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas.

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

IE – Instituto de Economia da Unicamp

ILCSE/UNESP – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Documentação Rural

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária

JST – Jornal dos Sem Terra

MEB – Movimentos de Educação de Base

MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

NEC – Núcleo de Estudos Contemporâneos

PIN – Plano de Integração Nacional

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

Introdução

O trabalho analisa a questão agrária no Brasil como parte constitutiva do modo de ser do capitalismo que aqui se desenvolve. O capitalismo constitui uma totalidade e em cada uma das formações sociais em que ele se desenvolve são estabelecidas particularidades. No Brasil, entre os elementos que colaboraram para determinar os traços da exploração econômica nesta formação social estão: a fatura de terras apropriadas ao cultivo, o conjunto de riquezas naturais aqui existentes, bem como a organização de atividades econômicas baseadas nesses atributos naturais e voltadas inteiramente a atender necessidades externas à população que aqui trabalhava em prol da expansão da acumulação de capital. Assim, a maneira como as vastas extensões de terra foram apropriadas e semeadas, bem como as condições em que o trabalho foi explorado desde os tempos coloniais até nosso passado recente expressam as particularidades de nosso capitalismo, entre elas a permanência de nossa questão agrária ao longo dos séculos.

No Brasil, a questão agrária é definidora da correlação de forças que se estabelece entre capital e trabalho. A forma concentrada de apropriação das terras coloca numa situação de subserviência a população do campo e deprime as condições em que é ofertada a força de trabalho também nos centros urbanos.¹ Consideramos que o MST emerge como expressão da contradição essencial do modo de produção capitalista, da contradição entre capital e trabalho. De fato, a luta que se coloca é por terra, no entanto, as determinações mais profundas que empurram os trabalhadores para o embate estão fortemente vinculadas com a intensificação da exploração do trabalho.

Nos anos de 1980 houve um reflorescer das lutas dos trabalhadores em vários âmbitos, entre eles o agrário. Se analisarmos, em linhas gerais, a ascensão das massas ao palco político relacionou-se ao combate à ditadura e expressou-se no movimento pelas “diretas-já”. O resultado foi o que Florestan Fernandes chamou de conciliação conservadora ou de ditadura por outros meios. Os militares e seus apoiadores forjaram uma transição “lenta, gradual e segura” à

¹ Sobre as relações existentes entre a estrutura agrária concentrada e os baixos salários nos centros urbanos ver: Caio Prado Júnior (1968).

democracia. Contudo, não foi possível impedir que a intensa movimentação política dos trabalhadores no campo e na cidade viesse à baila:

A ditadura por outros meios, ainda assim era uma forma de derrotar as forças conservadoras, imperialistas e antidemocráticas; e a forma brasileira de iniciar-se uma nova caminhada na direção oposta, a da revolução democrática. A burguesia, que resistira tenazmente a todas as reformas e revoluções intrínsecas ao desenvolvimento capitalista, deparou com uma transformação que conseguiu sabotar e deter, mas não logrou impedir. As classes trabalhadoras da cidade e do campo apareciam como agentes históricos, e as insatisfações acumuladas- do índio e do negro à pequena burguesia enraivecida e aos setores tradicionais radicalizados das classes médias – compunham um vasto arco histórico, pelo qual se alteravam os rumos da história no fim do século XX. O êxito da conspiração forjada pelo alto dos estratos dirigentes das classes possuidoras prendeu esse arco à revolução democrática, a revolução nacional, a reforma agrária e outras transformações estruturais são impelidas para frente, através da luta de classes dos de baixo, dos oprimidos e dos subalternizados, o que estabelecia um nexo, que não pode ser ignorado, entre reforma e revolução. (FERNANDES, 2006a, p. 109)

A luta pela democracia nos anos de 1980 trouxe à tona a demanda por reformas capitalista, por melhores salários, melhores condições de trabalho, melhor educação. A reforma agrária aparecia entre as transformações que retornaram com força ao debate, em repúdio à política agrária dos militares que elevou a exploração e os conflitos sociais no campo.² Em 1983, surge a Campanha Nacional pela Reforma Agrária (CNRA), aglutinando forças para a conscientização a respeito da necessidade de Reforma Agrária. Mesmo a Aliança Democrática, formada pelos partidos conservadores PFL e PMDB para vencer as eleições contra os militares, foi constrangida a incluir em seu programa o tópico da Reforma Agrária. O resultado foi que José Sarney, vice presidente, que assumiu o governo em 1985 foi levado a permitir os encaminhamentos para o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA).

² Em material a respeito do I PNRA, preparado pela ABRA, CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea) e ILCSE (Núcleo de Estudos, Pesquisas e documentação Rural), Octávio Ianni (1985a, p. 16) afirma: “É possível dizer que o debate sobre a reforma agrária repõe o debate sobre a democracia. E esta é uma oportunidade excepcional para nós retomarmos algumas das condições sociais, algumas condições básicas da construção da democracia na sociedade brasileira. Esse é um tema de uma riqueza muito grande. Não é difícil lembrar que com a abolição da escravatura, com a instauração da República, com a revolução de 30, em cada um destes diferentes momentos, durante toda esta área do século 20 a democracia não caminhou. E a democracia não caminhou, entre outras coisas, porque a questão agrária não foi resolvida segundo certas possibilidades que implicariam nas transformações das relações dos interesses e das relações de forças no âmbito da sociedade brasileira.”

Neste período, os conflitos no campo se acirraram, no sul do país ocorreu uma série de ocupações de terra que deram origem ao MST, que se constituiu formalmente em 1984. Ao longo da década de 1980 e na seguinte, o MST ganhou base em vários estados da federação e ao lado do PT (Partido dos Trabalhadores), de intelectuais, da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e de outras organizações, houve a formulação de argumentos em defesa da reforma agrária, que expressavam o horizonte das lutas.

O objetivo desta tese consistiu em analisar a compreensão sobre a questão agrária e sobre a reforma agrária ao longo da década de 1980, no interior do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra). O entendimento que se construiu em torno da problemática agrária é constitutivo do horizonte que se estabeleceu para as lutas e se insere no trabalho de formação política daqueles que compõem o movimento. Numa organização de esquerda, a tarefa educacional que se impõe relaciona-se com proporcionar um entendimento que desvende e esclareça as causas da exploração do trabalho, no caso de um movimento de luta pela terra, torna-se premente o entendimento acerca das causas mais profundas de nossa questão agrária.

Para construção de nossa hipótese, partimos da análise de que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra nasceu em meio a um reflorescer das lutas contra a ditadura e sua economia política, a partir de uma compreensão teórica da realidade brasileira que se pautava na possibilidade de compatibilizar capitalismo, democracia e soberania nacional. Nesse contexto, a reforma agrária se inseria entre as políticas de distribuição de renda e justiça social, equacionadas no Programa Democrático e Popular, capitaneado pelo Partido dos Trabalhadores³. Acreditamos que o MST não somente foi influenciado por essa interpretação como, por sua relação umbilical com o PT, o programa deste partido constituiu estratégia maior para as lutas. Seguindo esta análise da realidade brasileira, o Movimento se fiava na viabilidade da realização da reforma agrária no interior do capitalismo dependente e subdesenvolvido, bem como este se constituiu como horizonte das lutas.

Desse modo, elaboramos a hipótese de que a formação política do movimento pretendeu elucidar as possibilidades imediatas de conquista da terra, informando acerca da concentração fundiária, da violência existente nas áreas rurais e dos conflitos políticos nos quais os Sem Terra estavam envolvidos. No entanto, supomos que não havia uma formação voltada a explicitar as causas mais profundas da questão agrária no Brasil, nem em como esta problemática apresenta-se

como pilar do capitalismo dependente e subdesenvolvido. A visão de questão agrária difundida no movimento estaria, então, restrita ao programa político do PT, já que neste partido encontrar-se-ia a estratégia maior da luta, enquanto o MST possuía a tática da ocupação de terra, e em torno dela fixava suas ações e sua formação política.

As fontes utilizadas nesta pesquisa foram as seguintes: análise do material de formação política do período, especialmente os Jornais do MST – material de ampla divulgação interna ao movimento e tido como principal veículo de comunicação dos temas discutidos internamente; também foram consultadas Cartilhas escritas pelo Movimento e pela CPT. Foram realizadas entrevistas com lideranças do MST e com militantes históricos que ajudaram o movimento, como Dom Tomás Balduino e Plínio de Arruda Sampaio.

O texto está exposto da seguinte forma. Os fundamentos explicativos de nossa interpretação sobre a questão agrária estão no capítulo primeiro. Neste ponto, esboçamos o referencial teórico metodológico referente ao materialismo histórico, a partir do qual compreendemos o nosso tema. A análise da particularidade do capitalismo no Brasil está baseada nos estudos seminais de Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes.

No segundo capítulo, em sua primeira parte, descrevemos a política agrária da ditadura e os seus resultados para o crescimento dos conflitos no campo em todo o país. Destacamos a criação do Estatuto da Terra como a lei agrária que definiu os parâmetros da luta pela terra a partir de então. Apontamos os desdobramentos da atuação dos militares na questão agrária foi a ascensão da luta por reforma agrária no início da década de 1980, em meio às várias frentes de embate dos trabalhadores⁴.

No terceiro capítulo, discutimos o tema da formação política como um dos âmbitos da educação. Sob a ordem burguesa, regime pautado pela luta de classes, é explícita a não existência de neutralidade na formação humana. Nos movimentos que se colocam contra a ordem estabelecida, faz-se necessário uma formação que dê conta de compreender as circunstâncias vividas a partir de suas contradições sociais, numa visão que privilegie a transformação da

³ Sobre o Programa Democrático e Popular do Partido dos Trabalhadores consultar IASI (2006)

⁴ A análise dos indicadores econômicos: PIB, inflação e emprego na década de 1980 mostram um país em forte crise econômica, tendo como uma de suas principais marcas a instabilidade. Muitos economistas chegaram a afirmar que esta foi a “década perdida”, discurso fácil diante das estatísticas. No entanto, é necessário observar as contradições sociais e a ascensão dos trabalhadores à cena política para avaliar com justeza o período. Após décadas represadas, as forças políticas contestatórias emergem na luta contra a exploração.

realidade pelas classes exploradas.⁵ No caso do MST, ao mesmo tempo em que o conflito imediato se dá pela terra, as lutas expressam a permanência da questão agrária como fundamento da elevada exploração do trabalho no Brasil. Aqueles que se colocam nas frentes de combate, possivelmente, não possuem uma visão que articule, por exemplo, as ocupações das quais participam com a totalidade das relações que determinam a questão agrária em nosso país. Contudo, este entendimento configura-se como condição imprescindível para a efetiva conquista dos objetivos do movimento. De acordo com Lênin (1986), a compreensão da totalidade das relações que estão na base da exploração do trabalho não advém espontaneamente da luta, mas, sim, de um trabalho sistemático de formação política articulada com o desenvolvimento da teoria e da prática relativas ao avançar dos embates entre as classes. Sendo assim, no capítulo terceiro apresentamos nosso entendimento sobre formação política, em seguida, traçamos uma discussão sobre a formação política na pedagogia do movimento sem terra e, por fim, realizamos uma reflexão crítica a este respeito. Neste último item, destacamos a importância do atrelamento da formação política com uma interpretação histórica do Brasil que capte as particularidades do capitalismo que aqui se desenvolveu, esforço que foi realizado por autores como: Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Octávio Ianni.

No quarto capítulo enfocamos as influências advindas do PT e também da CPT na formulação dos argumentos em torno da defesa da Reforma Agrária, bem como analisamos a participação do MST em dois momentos que aqueceram o debate sobre a reforma agrária nesta década, que foram: o I PNRA, de 1985, e a Constituição de 1988.

Cabe destacar que a relevância do MST não pode ser colocada em segundo plano, enquanto principal movimento de luta pela terra da América Latina e principal Movimento Social do Brasil, construído a duras penas ao longo das últimas décadas. Milhares de trabalhadores se encarregam de lutar arduamente todos os dias pela Reforma Agrária sob crescente violência dos latifundiários e multinacionais que contam com amplo apoio do Estado. Desse modo, esta tese se

⁵ No Brasil, a formação política contra a ordem ocorreu de forma mais sistemática a partir dos movimentos de educação popular da década de 1950 e 1960, que tiveram como principal referência teórica o educador Paulo Freire. Ascendeu na década de 1960 uma vertente da igreja católica preocupada em transformar as condições de vida dos explorados do sistema, expressa na teologia da libertação, com forte penetração nas manifestações contra a ditadura. A igreja foi uma das únicas organizações que conseguiu persistir no trabalho de formação política, durante a ditadura, num momento em que a esquerda ganhava espaço nessa instituição. As comunidades eclesiais de base se fortaleceram nesse contexto. No Apêndice I, traçamos um breve histórico desde os movimentos de educação popular até as CEB's a fim de delinear o terreno sobre o qual se ergue a formação política no MST, em grande medida, vinculado à igreja.

encontra do lado oposto daqueles que vêm fazendo críticas ao MST para destruí-lo, estigmatizá-lo, negá-lo, como é o caso das revistas semanais Veja, Isto é, além de intelectuais que outrora apoiaram o movimento e atualmente são seus críticos vorazes⁶.

⁶ A revista Veja dedicou várias de suas capas ao ataque ao MST, como pode-se constatar nas edições: de 16 de abril de 1997, de 3 de junho de 1998, de 10 de maio de 2000, de 18 de junho de 2006, de 2 de setembro de 2009. Recentemente, a Revista Isto é trouxe uma reportagem de destaque numa investida contra o movimento, na edição 2184 de 16 de setembro de 2011.

Capítulo 1: Fundamentos da questão agrária na particularidade do capitalismo brasileiro.

Neste capítulo pretende-se apresentar o referencial teórico-metodológico a partir do qual é entendida nesta tese a questão agrária no Brasil. Buscamos no materialismo histórico dialético os fundamentos para definir qual o papel da questão agrária e como ela se manifesta na particularidade do capitalismo brasileiro.

Neste intento, na primeira parte realizamos o seguinte percurso. Salientamos a centralidade da perspectiva revolucionária na obra marxiana, condição sine qua non para a sua compreensão. Em seguida expomos, sinteticamente, os caminhos trilhados por Marx que o levaram ao estudo da economia política e ao desvendamento da gênese, do desenvolvimento, da consolidação e da crise da ordem burguesa, identificando as principais tendências do modo produção capitalista. Os estudos de Marx se basearam na análise do capitalismo inglês, a partir do qual ele captou o funcionamento e a forma de expansão do capital. Indagamos, nesta parte do texto, em que medida esta análise seria válida para o entendimento de nossa realidade histórica e apontamos que Marx não nos legou um passaporte teórico universal com capacidade explicativa dos mais diversos contextos. Em seus estudos ele percebeu que tratava-se de uma ordem histórica com tendência a universalização, que se desenvolvia dinamicamente e a tudo abrangia, emergindo nas revoluções burguesas clássicas, como a inglesa. É nesse contexto expansivo que se estabeleceram relações de exploração com territórios, como com o que posteriormente veio a se chamar Brasil, e foram constituídas as particularidades do capitalismo que aqui se desenvolveu. Por fim, mostramos como a preocupação em compreender realidades particulares, partindo da obra de Marx, foi objeto dos estudos de Lênin, quando buscou estudar os desafios representados pela questão agrária na Rússia.

Na segunda parte do capítulo, abordamos as dificuldades que se apresentaram aos intelectuais que se propuseram a compreender o capitalismo brasileiro na construção de uma teoria que não fosse baseada em abstrações, mas, sim, calcada em nossa realidade histórica. Tratamos especialmente de autores que se ocuparam com a reflexão sobre a questão agrária na particularidade do capitalismo brasileiro, são eles: Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Octávio Ianni e José de Souza Martins. Nosso intento consiste em elaborar os fundamentos

teóricos necessários ao entendimento da questão agrária no Brasil que fez emergir ao final da década de 70 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

1.1 Particularidade Capitalista em Marx e Lênin

A obra de Marx só pode ser compreendida em sua profundidade na medida em que se tenha claro que a teoria elaborada por ele foi acompanhada pela perspectiva revolucionária. Não se trata de um compromisso apenas no âmbito político com a classe trabalhadora, na realidade, a perspectiva revolucionária se apresenta como um nexos constitutivo de sua obra. Na XI tese sobre Feuerbach, aparece a famosa frase de Marx: “Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo”. Nessas teses e na obra *A ideologia alemã*, Marx tem por objetivo fazer a crítica da concepção filosófica vigente na Alemanha em meados do século XIX, representada pelos discípulos de Hegel, a denominada esquerda hegeliana. Chamando-os a indagar sobre a relação entre a filosofia alemã e a realidade alemã, ou seja, sobre os determinantes materiais da realidade a partir da maneira como os homens produzem a sua vida. Em suas palavras:

(...) os jovens hegelianos devem lutar apenas contra estas ilusões da consciência. Como, na sua imaginação, as relações entre os homens, todos os seus atos e os seus gestos, as suas cadeias e os seus limites, são produtos da consciência, os jovens hegelianos, coerentes consigo mesmos, propõem aos homens este postulado moral: **substituir a sua consciência atual pela consciência humana crítica ou egoísta, e ao fazê-lo abolir os seus limites .Exigir uma tal transformação da consciência significa interpretar diferentemente aquilo que existe, isto é, aceitá-lo com uma interpretação diferente.** Apesar de suas frases pomposas, que {revolucionam o mundo}, os ideólogos da escola jovem hegeliana são os maiores conservadores. Os mais jovens encontraram uma expressão exata para qualificar a sua atividade quando afirmam lutar unicamente contra uma fraseologia; esquecem-se porém de que apenas lhes opõem uma outra fraseologia e de que **não é lutando contra a fraseologia de um mundo, que se luta com o mundo que realmente existe.** (...)

Nenhum desses filósofos se lembrou de perguntar qual seria a relação entre a filosofia alemã e a realidade alemã, a relação entre a sua crítica e o seu próprio meio material.(MARX, [s/d], p.17 – **grifos nossos**)

Contraopondo-se a visão de que a consciência é que determina a vida, Marx e Engels formulam a concepção materialista da história, que tem como base o desenvolvimento do processo real da produção da vida, em que os homens estabelecem relações de produção correspondentes a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas. Esta base material condiciona a vida social, política e intelectual. “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência.” (MARX, 1977, p. 24). A partir da análise histórica dos modos de produção que se sucederam, Marx enxerga que em um determinado momento o desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, culminando nas épocas de revolução social. O que coloca em movimento essa contradição e, logo, a história, é a luta de classes. Sob o modo de produção capitalista, a classe trabalhadora, alijada da propriedade privada e enquanto a única responsável por criar a riqueza entra em conflito com a burguesia que se apropria do trabalho não pago gerado, colocando em funcionamento a acumulação de capital.

A obtenção de quantidades cada vez maiores de mais valia (trabalho não pago) é o que move a atividade humana sob esse modo de produção, o que constitui uma irracionalidade, uma vez que as necessidades verdadeiramente humanas são renegadas, ao mesmo tempo em que se desenvolvem em progressão crescente as condições materiais para supri-las. O que singulariza a exploração do trabalho sob o capitalismo corresponde ao fato de que a miséria gerada está conectada com uma tendência a reduzir com força a situação de escassez, ou seja, ao mesmo tempo em que cresce o pauperismo aumenta a capacidade social de produzir riquezas. Essa é a Lei Geral da Acumulação Capitalista que Marx apresenta em sua obra mais acabada *O Capital*, no capítulo XXIII.

Marx (2000) verifica a possibilidade histórica de que as contradições do modo de produção capitalista, expressas em sua Lei Geral, podem levar à revolução, assim como visualiza que as classes exploradas são as únicas capazes de levá-la adiante. Neste contexto, a compreensão da realidade e da forma de funcionamento das estruturas materiais, ou seja a compreensão teórica do capital, se torna condição *sine qua non* para a sua superação. Daí o seu

esforço hercúleo em compreender a dinâmica da sociedade burguesa. Segundo José Paulo Netto (1987, p. 19):

A teoria social de Marx, pois, tem como objeto a sociedade burguesa e como objetivo a sua ultrapassagem revolucionária: é uma teoria da sociedade burguesa sob a ótica do proletariado, buscando dar conta da dinâmica constitutiva do ser social que assenta na dominância do modo de produção capitalista. Sua estreita relação com o movimento operário, aliás, não é externa. Antes, é uma relação interna e orgânica: a obra marxiana concretiza, no plano teórico, o ponto de vista sociopolítico de classe do proletariado.

A perspectiva revolucionária é o que confere sustentação ao caráter radicalmente crítico da teoria marxiana, ou seja, é ela que determina a busca pelas raízes mais profundas que determinam a dinâmica desse sistema. Em suma: “O conteúdo crítico da obra de Marx, portanto, é uma síntese de exigências teóricas e práticas, permitindo a produção de um conhecimento vinculado explicitamente à transformação social estrutural.” (Netto, 1987, p. 22) Esta busca teórica e prática pelos determinantes da ordem burguesa o levam para o estudo da economia política.

1.1.1 As investigações de Marx sobre a economia política.

Marx realizou estudos filosóficos e se preparou para atuar na Universidade de Berlim, mas, no mesmo período Frederico Guilherme IV ascendeu ao poder (1840) e realizou uma varredura na Universidade contra os jovens hegelianos, inviabilizando seus planos. Entre outubro de 1842 e março de 1843, Marx adquiriu experiência jornalística na Gazeta Renana, publicação da província chamada Renânia, região de seu nascimento. Neste período, ele foi obrigado a se posicionar diante de um caso de espoliação econômica atinente ao roubo de lenha pelos camponeses. “A coleta de lenha seca era tradicionalmente irrestrita, mas a escassez causada pelas crises agrárias dos anos de 1820 e a crescente necessidade da indústria conduziu a controles

legais.” (MC LELLAN, 1990, p. 68). Nessas circunstâncias, Marx tomou o partido dos camponeses, mas ainda embasado por razões éticas (NETTO, 1983).

As questões de ordem material o levaram a traçar uma trajetória de investigações que o fizeram realizar críticas profundas a Hegel, uma de suas principais influências intelectuais, levando-o à conclusão de que os fundamentos para a compreensão dos problemas da sociedade civil só poderiam ser encontrados por meio do estudo da economia política. Em suas palavras:

O primeiro trabalho que empreendi para esclarecer as dúvidas que me assaltavam foi uma revisão crítica da Filosofia do Direito, de Hegel, trabalho, cuja introdução apareceu nos *Deutsch Französische Jahrbücher*, publicados em Paris, em 1844. Nas minhas pesquisas cheguei à conclusão de que as relações jurídicas – assim como as formas de Estado – não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela dita evolução geral do espírito humano, inserindo-se pelo contrário nas condições materiais de existência de que Hegel, à semelhança dos ingleses e franceses do século XVIII, compreende o conjunto pela designação de “sociedade civil”; por seu lado, a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política. (MARX, 1977, p. 24)

O lugar privilegiado por Marx para realizar seus estudos foi a Inglaterra, palco da Revolução Industrial, onde as forças produtivas e as relações de produção capitalistas encontravam-se mais desenvolvidas.⁷ O resultado de suas investigações, em grande medida realizadas em Londres, na década de 1850, estão em *O capital*, onde foram desenvolvidos os fundamentos de sua crítica à economia política.

O ponto de partida dos estudos de Marx é o real. O objeto de seus estudos é a sociedade civil burguesa, ou seja, a gênese, desenvolvimento, consolidação e crise desta ordem. Portanto, essa sociedade é o dado primeiro para as suas investigações. O desafio que se impunha consistia em como explicá-la por meio da teoria, indo além da aparência dos fatos. O caminho seria identificar os processos que explicam e implicam o objeto real, a fim de reproduzir seu movimento. Tratou-se, portanto, de buscar as determinações do concreto. Uma vez que: “O

⁷ No prólogo à primeira edição de *O capital*, Marx justifica a escolha da Inglaterra para campo de suas investigações: “El físico observa los procesos naturales allí donde éstos se presentan en la forma más ostensible y menos velados por influencias perturbadoras, o procura realizar, em lo posible, sus experimentos em condiciones que garanticen el desarrollo del proceso investigado em toda su pureza. Em la presente obra nos proponemos investigar el régimen capitalista de producción y las relaciones de producción y circulación que a él corresponden. El hogar clásico de este régimen es, hasta ahora, Inglaterra. Por eso tomamos a este país como principal ejemplo de nuestras investigaciones teóricas.” (MARX, 2000, p. XIV)

concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade.” (MARX, 1977, p. 219)

Marx (1977) aponta a necessidade de se começar pelo real, pelo concreto. Mas, num primeiro momento o real aparece de maneira caótica. Passando necessariamente pela via da abstração, pelo pensamento, seria preciso analisá-lo, buscando atingir suas determinações mais simples. E, partindo daí, fazer o caminho de volta para uma compreensão mais abrangente da realidade. As categorias mais simples seriam compreendidas nas suas determinações históricas, em sua relação com o todo concreto. Este autor percebe que a totalidade da ordem burguesa pode ser vista, a partir da construção teórica, não como um caos, mas, como um sistema de relações. Assim, o concreto: “(...) é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e portanto igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação.” (p. 219) E, ainda, a produção da vida material sobreleva-se como momento determinante dessa sociedade.

As conclusões de Marx a respeito da ordem burguesa advêm em grande medida da investigação sobre o capitalismo na Inglaterra e logo se evidencia a tendência universalizante do capital.⁸ Já em 1848 aparece no Manifesto do Partido Comunista:

A necessidade de mercados sempre crescentes para seus produtos impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre. Ela precisa estabelecer-se, explorar e criar vínculos em todos os lugares.

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para grande pesar dos reacionários, ela retirou a base nacional da indústria. As indústrias nacionais tradicionais foram, e ainda são, a cada dia destruídas. São deslocadas por novas indústrias, cuja introdução se tornou essencial para todas as nações civilizadas. Essas indústrias não utilizam mais matérias primas locais, mas matérias primas provenientes das regiões mais distantes, e seus produtos não se destinam apenas ao mercado nacional, mas também a todos os cantos da Terra. Em vez das necessidades antigas, satisfeitas por produtos do próprio país, temos novas demandas supridas por produtos dos países mais distantes, de climas os mais diversos. No lugar da tradicional autosuficiência e do isolamento das nações surge uma circulação universal, uma interdependência geral entre os países. E isso tanto na produção material quanto na intelectual. Os produtos intelectuais das nações

⁸ Embora incorporando o ponto de vista da economia política, sob uma perspectiva acrítica em relação ao capital, a primeira concepção global da história está presente em Hegel, tal como afirma Meszáros: “(...) a primeira concepção global da história, tentando sintetizar a dinâmica histórica em sua integridade como processo de “autodesenvolvimento”, só apareceu na filosofia de Hegel.” (MESZÁROS, 2002, p. 60)

passam a ser de domínio geral. A estreiteza e o isolamento nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis, (...).

Com a rápida melhora dos instrumentos de produção e das comunicações, a burguesia logra integrar na civilização até os povos mais bárbaros. Os preços baratos de suas mercadorias são a artilharia pesada com a qual ela derruba todas as muralhas da China e faz capitular até os povos mais bárbaros mais hostis aos estrangeiros. Sob a ameaça da ruína, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção; força-as a introduzir a assim chamada civilização, quer dizer, se tornarem burguesas. Em suma, ela cria um mundo à sua imagem e semelhança. (MARX, 2008a, p. 14-15)

Segundo Meszáros (2002, p. 85), na visão de Marx, o capital seria “uma ordem histórica que se desenvolvia dinamicamente e a tudo abrangia.” A tendência universalizante do modo de produção capitalista, com base histórica nas revoluções burguesas clássicas, levou à incorporação de todas as regiões do globo. Sendo assim, a questão que se coloca é se a análise do capitalismo inglês serviria como modelo para explicar o desenvolvimento capitalista nos diferentes países. Em outras palavras, seria possível extrair da obra de Marx e Engels um modelo universal de funcionamento e superação do modo de produção capitalista? A resposta positiva a essa questão equivaleria a negar a história, a ciência a qual Marx atribuiu papel primordial para a compreensão da realidade, e que constituía para ele um campo aberto, em suas palavras:

Assim, pois, eventos notavelmente análogos que, porém, ocorrem em meios históricos diferentes conduzem a resultados totalmente distintos. Estudando em separado cada uma dessas formas de evolução e comparando-as depois, pode-se encontrar facilmente a chave deste fenômeno. Nunca porém se chegará a isto mediante o passaporte universal de uma teoria histórico-filosófica geral cuja suprema virtude consiste em ser supra-histórica. (MARX, 2011 – tradução livre do original em inglês)

Assim, retornamos aos caminhos trilhados por Marx para a compreensão da ordem burguesa. Quando ele anuncia no item *Método da economia política* da *Introdução à Crítica da Economia Política*, o concreto como síntese de múltiplas determinações, numa realidade em movimento, o que se quer salientar é a necessidade de conceber o concreto a partir de uma minuciosa investigação do objeto de estudo, que de forma alguma está dado previamente. Num sistema com uma dinâmica universalizante o seu terreno histórico prende-se às revoluções burguesas clássicas, das quais emergem burguesias sedentas por novos campos de exploração.

Neste quadro, cada um dos objetos singulares, que podem ser, por exemplo, espaços nacionais, estão envolvidos numa trama de relações de um modo de produção que a tudo incorpora e subordina. Tais singularidades conforme são incorporadas nessa dinâmica configuram particularidades, compreensíveis a partir de um conjunto de mediações. Assim, “Se a lei geral opera independentemente de fronteiras políticas e culturais, seus resultantes societários trazem a marca da história que a concretiza.” (NETTO, 2011, p.10). Somente dessa maneira seria possível entender formações econômico-sociais determinadas e é dessa maneira que a particularidade capitalista é compreendida nesta tese.

A preocupação com as particularidades das diferentes formações econômico-sociais esteve presente na obra de Lênin, mentor da única corrente do marxismo que produziu ou alimentou as revoluções do século XX. Vásquez (2007, p. 178) salienta a busca, de natureza teórica, por parte de Lênin pela compreensão das particularidades do capitalismo russo como sua “atividade revolucionária” primeira:

Com efeito, seus primeiros trabalhos versam sobre o caráter específico da sociedade russa, sobre as características do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, sobre os conceitos teóricos e metodológicos que permitem uma investigação correta da realidade social e do processo histórico examinado e, finalmente, sobre o instrumento (o partido) necessário para sua transformação.

Além de principal dirigente da Revolução Russa, em suas diferentes etapas, ele foi seu autêntico homem político, intérprete da história, “encarnação sublimada da vontade revolucionária do proletariado e de outros setores do povo russo”, aquele que teve papel fundamental na vitória, além de ter sido “o inspirador da rearticulação do internacionalismo socialista como movimento mundial” (FERNANDES, 1989, p. 7).

Este autor nos interessa aqui tanto pela importância monumental de sua obra, como pelo fato de ele ter enfrentado teoricamente e nas lutas políticas a questão agrária na Rússia. Sua teoria sobre a questão agrária não é compreendida nesta tese como explicativa da realidade dos diferentes países, mas, sim, como um exemplo de análise marxista que fundou-se na busca por entender a questão agrária russa segundo a particularidade do desenvolvimento capitalista daquele país. Na passagem a seguir, extraída de Gruppi (1979, p.11), salienta-se que Lênin não

via o marxismo como uma doutrina universal, mas como um método para compreender realidades específicas, tal como era seu desafio na Rússia:

Em suma, temos aqui a recusa do marxismo como doutrina universal, como *passe partout*; temos o afastamento de toda concessão ao hegelianismo, à tentação de filosofias da história especulativas, ainda que revestidas de categorias marxistas. Temos, ao contrário, o apelo ao marxismo como método, sobre o qual construir a definição das leis das diversas formações econômico-sociais. “Nenhum marxista jamais viu na filosofia de Marx um esquema histórico filosófico obrigatório para todos, ou seja, algo mais do que a explicação de uma dada formação econômico-social.” E, precisamente porque investiga uma realidade específica, Lênin nos dá o exemplo de um método de validade geral. (GRUPPI, 1979, p. 11)

A tarefa posta a Lênin enquanto revolucionário era a compreensão da realidade histórica de seu país que muito diferia da experiência inglesa, analisada por Marx. Tratava-se de um país com um recente passado feudal, com maioria populacional de camponeses, diante de um capitalismo atrasado, que se afirmava rapidamente, mas travado por fortíssimas sobrevivências do antigo regime⁹. A saída encontrada por Lênin consistia em voltar-se para “a análise concreta de situações concretas”. Por esta metodologia, a concretude da situação adviria da especificidade do momento histórico dado. Ao ressaltar o caráter concreto de cada situação, manifesta-se a recusa de todo dogmatismo, logo, “Trata-se de aproximar-se de uma dada situação destacando sua particularidade.” (BIANCHI, 2011, p.8)

Na busca pela particularidade de cada situação, Lenin trabalha com o conceito marxiano de *formação econômico-social*, discutida em um dos seus primeiros escritos com o título: *Quem são os amigos do povo e como lutam contra os social democratas*. Neste texto, ao defender o materialismo, Lênin evidencia sua compreensão acerca do objetivo do estudo proposto por Marx em *O Capital*, que correspondia a “demonstrar a lei econômica do desenvolvimento da sociedade moderna” (MARX, apud LENIN, 1975, p. 8). Destacando as relações de produção como fundamentais e primárias com relação às demais, o que se pretendia era investigar as leis que governam essa formação econômico-social. Segundo Lênin (1975, p. 13),

⁹ Na Rússia o objeto de discussão era a própria viabilidade do capitalismo, num quadro cuja influência teórica hegemônica advinha do populismo. Estes eram alguns condicionantes da reflexão teórica e da prática política de Lênin nos anos 90, que constituíram “a efetivação de um projeto global integrado de apreensão da dinâmica econômica-social de uma formação histórica particular, identificando suas tendências mais profundas, da determinação de seu movimento.” (NETTO, 1982, p. IX, X)

(...) esta hipótesis ha brindado por vez primera la posibilidad de una sociología científica, porque sólo reduciendo las relaciones sociales a las de producción, y estas últimas al nivel de las fuerzas productivas, se ha logrado una base firme para concebir el desarrollo de las formaciones sociales como un proceso natural.

No entanto, esse seria somente o esqueleto de *O capital*, que viria, ainda, recoberto de músculos e irrigada com sangue, ao mostrar a formação social capitalista como um organismo vivo:

(...) com sus diversos aspectos de la vida cotidiana, con la manifestación social efectiva del antagonismo de clases próprio de tales relaciones de producción, con su superestructura política burguesa que protege la dominación de la clase de los capitalistas, con sus ideas burguesas de libertad, igualdad, etc, con sus relaciones familiares burguesas. (Lenin, 1975, p. 14)

Por meio desta análise, Lenin se opõe aqueles que crêem em “leis universais” de caráter meta-histórico para explicar a realidade e ressalta a importância do conceito de formação econômico-social para a compreensão de diferentes realidades históricas:

Esta síntesis es la única de hizo posible pasar de la descripción de los fenómenos sociales (y de su valoración desde el punto de vista del ideal) a su análisis estrictamente científico, que destaca, pongamos por caso, lo que diferencia un país capitalista de otro y estudia lo que tienen de común todos ellos. (Lenin, 1975, p. 13)

1.1.2 A análise de Lênin sobre a questão agrária na particularidade russa.

O esforço de Lênin na compreensão da particularidade russa está presente em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*; segundo Netto (1982), a mais “russa” de todas as grandes obras deste autor. Neste trabalho, encontra-se a visão de Lênin sobre a questão agrária neste país.

Lênin não inaugurou esse debate; na obra marxiana já aparecem menções à questão agrária no início dos anos 40 do século XIX, e começaram a ser melhor elaboradas após os acontecimentos na França e na Alemanha em 1848. A partir daí, a questão camponesa passou a ser considerada, já que esta classe adquiriu papel importante nas decisões políticas da época. Posteriormente, em *O Capital* apareceram as duas teses mais importantes de Marx que dizem respeito à questão agrária, às relativas à teoria da renda fundiária e sobre a tendência a concentração do capital que se verifica também na agricultura. Os debates sobre essa temática se acirraram depois da Primeira Internacional e nos anos de 1890, quando os camponeses se tornaram, crescentemente, na Europa Ocidental, cidadãos-eleitores. Engels escreveu, em 1894, *A questão camponesa na França e na Alemanha* para se posicionar diante destas discussões. Engels afirmou que a tarefa do socialismo consistia em transformar em propriedade comum os meios de produção e transferi-lo aos produtores. Além disso, apesar de haver uma tendência inexorável à ruína dos camponeses, era necessário ter os seguintes princípios: não apressar a ruína das pequenas propriedades; não apropriá-las pela força, diferentemente das grandes propriedades; ajudá-las por meio de subvenções sociais (HEGEDÜS, 1984).

Em 1899, surgiu a *A questão agrária* de Kautsky, na qual ele defendeu que a pequena e a média propriedade camponesa eram incapazes de sobreviver, havendo uma tendência predominante à concentração da propriedade da terra. Esta obra de Kautsky foi fortemente elogiada por Lenin, que lamentou por não tê-la conhecido antes de ter finalizado *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*.

Neste trabalho Lênin demonstra os equívocos das análises dos populistas, que constituíam um grupo de intelectuais que gozavam de hegemonia na Rússia ao final do século XIX. Tratava-se de captar as características do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, de forma a permitir

uma investigação correta da realidade social e do processo histórico examinado e pensar sua transformação. Segundo Vásquez (2007, p. 180):

O processo de clarificação teórica a que Lênin recorre se torna necessário por razões práticas. A função prática da teoria baseia-se, aqui em contribuir para a luta incipiente do proletariado russo ao traçar-lhe um quadro objetivo da sociedade e do desenvolvimento, capitalista na Rússia de finais do século. Esse quadro objetivo permite fundar racionalmente uma prática política: justamente a que se desenha no primeiro programa do Partido Operário Social-Democrata Russo.

Segundo as teses populistas, o capitalismo era tido como uma regressão, daí a necessidade de detê-lo. Eles consideravam o regime econômico russo em geral e o camponês em particular como o que havia de original, superior e melhor em comparação ao capitalismo. Para se contrapor a essas idéias, consideradas infundadas, Lênin realizou o estudo do processo de emergência do capitalismo numa sociedade de base agrária, indicando as tendências que se colocavam para as classes sociais presentes no campo¹⁰. Ele demonstrou que a ruína dos camponeses não era um sinal de inviabilidade do capitalismo, mas, sim, uma consequência de sua emergência, na medida em que promovia a ampliação dos antagonismos na comunidade camponesa e liberava uma massa para a formação do proletariado.

O sistema de relações econômicas e sociais entre o campesinato (agrícola e comunitário) mostra a existência de todas as contradições de qualquer economia mercantil e de qualquer capitalismo: a concorrência, a luta pela independência econômica, o açambarcamento da terra (comprada ou arrendada), a concentração da produção por uma minoria, a proletarização da maioria e a sua espoliação pela minoria que detém o capital comercial e emprega operários agrícolas. Não há

¹⁰ Um forte opositor de Lênin, depois da revolução, foi Alexander Chayanov (1888-1930). Este pensador constitui base teórica essencial para aqueles que estudam e defendem a persistência das unidades camponesas de produção. Sua obra mais importante tem como título *A organização da unidade econômica camponesa*. Chayanov (1985) tem por objetivo compreender o que é a unidade econômica camponesa desde o ponto de vista organizativo. Entre os conceitos mais importantes com os quais ele trabalha estão: “unidade camponesa”, “atividade econômica na unidade camponesa”, “diferenciação demográfica”, “a relação entre a fadiga dos camponeses e suas necessidades”, ou seja, “o equilíbrio entre trabalho e consumo” e a “autoexploração da força de trabalho”. Para Chayanov, era necessário considerar a unidade camponesa como ponto de partida para o desenvolvimento da agricultura na U.R.S.S., em nenhuma hipótese a saída seria destruí-la, mas, sim, tomá-la a partir de sua lógica interna e incorporá-la em cooperativas verticalizadas, capazes de levar o avanço técnico para o campo bem como servir de base para industrialização russa. Essas cooperativas teriam papel fundamental na transição de um capitalismo de estado para o socialismo.

nenhum fenômeno econômico no campesinato que não apresente essa forma contraditória exclusivamente própria do sistema capitalista, isto é, que não traduza a luta e a divergência de interesses, não redunde em mais para uns e menos para outros. (Lênin, 1982, p. 113)

Outra tese importante, desenvolvida na mesma obra por Lênin, corresponde à constatação da existência de um mercado interno para o capitalismo na Rússia. Este mercado existia por força dos artigos de consumo do proletariado e, também, da burguesia do campo (os camponeses ricos) que passa a ser compradora de meios de produção e de bens de consumo pessoal.

Assim, nesta obra Lênin identificou algumas leis do desenvolvimento da agricultura russa sob o capitalismo. Posteriormente, em 1915, ele escreveu um trabalho sobre a agricultura nos Estados Unidos e percebeu, através das bem elaboradas estatísticas daquele país: a predominância do trabalho manual na agricultura com relação à indústria. Além de apontar o trabalho assalariado como indicador essencial do capitalismo na agricultura, uma vez que constata que “pequenas” propriedades podem ser, na realidade, grandes explorações pela quantidade de insumos e maquinaria utilizados, bem como pelo volume de produção. Sendo assim, o tamanho da propriedade não poderia ser o principal fator para identificar a existência de relações capitalistas. Foi também averiguada a eliminação crescente da pequena produção por força do crescimento da grande (LÊNIN, 1980).

As teses de Lênin eram formuladas a partir de estudos sobre a realidade, decorrentes de aprofundadas análises de dados, a fim de conseguir identificar as tendências que se colocavam e definir como conduzir a luta política. Para este autor, havia uma peculiar unidade entre a teoria e a prática. Em suas palavras: “Uma teoria revolucionária correta (...) só se forma de maneira definitiva em estreita conexão com a experiência prática de um movimento verdadeiramente de massas e verdadeiramente revolucionário.” (LÊNIN, 1979, p. 282)

Após sua morte, contudo, sua obra foi utilizada de uma maneira que não coincide com os seus esforços de compreensão de realidades específicas e sua transformação, tal como destacamos. Com Stálin no poder, se instituiu uma forte pressão para suprimir as mediações entre a teoria e a prática, subordinando a primeira à segunda. Segundo Konder (2009, p. 65), “A teoria passou a ser instrumentalizada, ficou obrigada a se adaptar pragmaticamente às exigências táticas mais imediatas e mais contingentes, (...)”.

E foi sob forte influência da interpretação estalinista da obra de Lênin (denominado de marxismo-leninismo) é que as idéias desse autor e de Marx e Engels chegaram ao Brasil. Konder (2009, p. 73), afirma:

O marxismo do partido – o ‘marxismo-leninismo’ – não podia se abrir plenamente para o reconhecimento da inescotabilidade do real, não podia admitir de fato, a irreducibilidade real ao saber. Ele precisava preparar os militantes políticos para a aceitação disciplinada das palavras de ordem emanadas da direção, que não podia tolerar dúvidas capazes de se expandirem e especulações que pudesse estorvar a canalização de todas as energias na direção indicada.

E foi com essa feição – rudemente deturpada – que a perspectiva de Marx passou a ser eficazmente difundida no Brasil, quando passou a dispor de instrumentos poderosos de propaganda, por volta do começo dos anos 1930.

1.1.3 O marxismo nas interpretações sobre a realidade brasileira.

As obras de Marx e Engels chegaram ao Brasil com várias dificuldades, como foi o caso do *Manifesto do Partido Comunista*, só traduzido ao português em 1923.¹¹ Até mesmo os fundadores do PCB (Partido Comunista do Brasil) pouco conheciam da obra marxiana e havia muita lentidão quanto à aquisição e difusão destes conhecimentos teóricos. Um dos importantes integrantes do PCB na década de 1930, Heitor Ferreira Lima (apud KONDER, 2009) escreveu em suas memórias, que bem pouca coisa conhecia diretamente de Marx e Engels, e que também ignorava textos fundamentais de Lênin como *O que fazer?* e *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*.

Nos anos de 1930 houve uma difusão, relativamente grande para época, dos textos de Stálin, os quais tiveram uma influência decisiva no movimento operário revolucionário no Brasil. Diversos textos foram publicados pela editora Soviet do Rio de Janeiro, pela Alba e pela editora

¹¹ Konder (2009, p. 178) fala sobre esta tradução de Octávio Brandão: “A tradução de Brandão é um marco na divulgação das idéias de Marx no Brasil. O Manifesto chegou ao nosso país com 80 anos de atraso. Mesmo assim, foi considerado ‘subversivo’, exemplares foram apreendidos e a polícia anunciou que ia incinerá-los.”

Calvino. Havia também a divulgação de diversas publicações que faziam propaganda do Estado Soviético, levando a uma crescente ignorância da obra marxiana:

De maneira geral, convinha ao stalinismo desviar as discussões da teoria de Marx para as realizações práticas de Lenin e Stalin. Marx foi ficando, assim, subsumido a Lenin; e este, discretamente, ficou subsumido a Stalin. Generalizou-se a convicção de que não devia ser muito importante o estudo do pensamento de Marx, de seus escritos, já que o essencial do marxismo estaria devidamente ‘traduzido’ no Estado fundado por Lenin e agora dirigido por Stalin, bem como na política desenvolvida pelo movimento comunista mundial. (KONDER, 2009, p. 219)

Neste contexto, o historiador Caio Prado Júnior foi pioneiro em contrariar as diretrizes estalinistas de interpretação da realidade, apontando as debilidades que permeavam o PCB e o seu despreparo teórico. Ao longo de suas obras, desde *A evolução política do Brasil* (1933), já se evidenciava o anseio de compreender as especificidades de nossa formação social. Em 1942 foi publicado a *Formação do Brasil Contemporâneo*, em que o historiador já aparece mais depurado como marxista e historiador, pretendendo forjar, segundo Fernandes (1995), uma “obra mestra” para dar fundamentos ao PCB no trajeto e nos objetivos específicos da revolução brasileira. Essa trajetória culminou com a divulgação, em 1966, de *A revolução brasileira*, na qual ele repudia o mecanicismo de Stálin e a influência da III Internacional.¹² Nas palavras de Fernandes (1995, p. 85):

Nessa obra, Caio Prado Júnior procede a uma crítica severa dos desvios de rota da revolução socialista, programados e impostos como deformação do marxismo; o

¹² Segundo RAGO (2010, p. 76): “(...) Derrubando os mitos instituídos pelo estalinismo, como guia geral de atuação do comunismo internacional, Caio Prado Jr. rebateu uma a uma essas teses, equivocadas, principalmente, pelo transplante de determinações históricas do mundo europeu, transformadas em “classicidade”, num desrespeito flagrante às formas específicas da objetivação do capitalismo em nosso país, cuja gênese histórica encontra-se no sistema colonial. Daí o sentido histórico de nossa subordinação estrutural, moldando formas particulares do ser e ir sendo capitalismo. Assim sendo, não haveria aqui, formas feudais de produção, formas pré-capitalistas, mas uma forma de latifúndio particular de tipo colonial, fundada em relações escravistas de trabalho, cuja produção de valores de troca se realizava externamente, no mercado capitalista europeu em constituição. Tratava-se de estudar esta realidade por sua gênese histórica e o desdobramento de contradições sociais numa formação histórico-social específica.

A objetivação capitalista no Brasil, nesse caminho particular, não se processaria por um corte com o modo de produção pré-capitalista, os “resquílios feudais”, mas conservaria as determinações dessa estrutura agrária, organização produtiva com base no latifúndio, com seu sentido da colonização, voltado para fora. (...)”

uso invertido e ditatorial do centralismo democrático; a simplificação grosseira da teoria e das práticas marxistas da luta de classes e da revolução em escala mundial. Os países dependentes, coloniais e neocoloniais tinham sido metidos em um mesmo saco e em mesma camisa-de-força, que, pressupunham que a revolução pudesse ser ‘unívoca’, monolítica, dirigida segundo uma fórmula única, a partir das diretrizes da III Internacional e da União Soviética.

Sob estas influências, a teoria marxista da revolução no Brasil teria sido formulada com base em abstrações, ou seja, a partir “(...) de conceitos formulados a priori e sem consideração adequada dos fatos; procurando-se posteriormente, e somente assim (...) encaixar nesses conceitos a realidade concreta. (PRADO JR., 1968, p. 31). Segundo o historiador essa seria uma teorização às avessas, já que ia dos conceitos aos fatos e não ao contrário. Pautando-se no stalinismo, o principal equívoco dessas análises estaria no fato de elas basearem-se em realidades diferentes da brasileira, a qual teria, por essa ótica equivocada, que passar pelos mesmos estágios de desenvolvimento histórico percorridos pelos países de capitalismo avançado. Para Caio Prado (1968, p. 37), essa teoria é completamente estranha ao pensamento forjado por Marx e Engels:

(...)A idéia de que a evolução histórica da humanidade se realiza através de etapas invariáveis e predeterminadas, é inteiramente estranha a Marx, Engels e demais clássicos do marxismo cujas atenções, no que nos interessa aqui, se voltaram sempre exclusiva e particularizadamente para o caso dos países e povos europeus. É deles que se ocuparam, e não generalizaram nunca as suas conclusões acerca das fases históricas percorridas por aqueles países e povos. (...) Tratava-se de fatos específicos da evolução histórica dos países europeus. E assim foram considerados.

Cabia àqueles preocupados com as transformações relativas à Revolução Brasileira se vincularem a uma análise da realidade de nosso país que partisse dos fatos, de nossa história, dos traços específicos do capitalismo que aqui se constitui. Em *Formação do Brasil Contemporâneo*, que consta entre as três mais importantes interpretações do Brasil, Caio Prado empreende a busca das características específicas de nossa formação histórica.¹³ A perspectiva da longa duração é a escolhida por este autor para a análise da história brasileira, já que seu objetivo baseou-se em

¹³ Caio Prado constituiu uma geração de pensadores preocupados em entender o Brasil, em interpretá-lo, sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942 é tida ao lado de *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda e junto à *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freire como um trabalho clássico para análise de nossa formação social, econômica e política.

entender o sentido da evolução deste povo, o que só seria possível por meio da análise “(...) dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo.” (PRADO JR., 2000, p. 7). A particularidade de nossa formação social, econômica e política foi buscada justamente nos traços essenciais que determinam nossa evolução, que muito distante de estar dada previamente possui um conjunto de aspectos que a tornam única e conformam o que o autor chamou de *o sentido da colonização*. Este *sentido* deve ser compreendido numa análise que leve em consideração a totalidade, a qual, cabe ressaltar, corresponde a uma das categorias fundantes de sua obra, já que o “(...) todo (...) deve ser sempre o objetivo último do historiador, por mais particularista que seja.” (PRADO JR., 2000, p. 7)

A tradição inaugurada por Caio Prado Júnior, quanto a buscar as especificidades de nossa formação histórico-social a fim de se fazer avançar a teoria da revolução brasileira, foi seguida por autores como Octávio Ianni, chegando à formulação de grande sofisticação e complexidade nas mãos de Florestan Fernandes, em especial na sua obra *A Revolução Burguesa no Brasil*.¹⁴

1.2 – A questão agrária na particularidade do capitalismo brasileiro.

Neste item resgatamos, especialmente, as análises de Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes sobre os traços de nosso capitalismo dependente procurando aclarar o significado da permanência de nossa questão agrária ao longo das décadas.

Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e também Octavio Ianni serão amplamente utilizados em nossa análise. Assim como situaremos, no debate sobre a questão agrária, as idéias de José de Souza Martins, intelectual que colaborou para a formação do MST e possui uma obra importante

¹⁴ Segundo Antunes (2009, p. 11): “O pensamento crítico no Brasil, que se desenvolveu especialmente na segunda metade do século XX, viu florescer as figuras exponenciais de Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes. O primeiro ao descortinar *o sentido da colonização*, ao apreender nossa formação colonial como expressão de uma dada forma de *exploração* atada ao processo de *acumulação primitiva* que se gestava nas metrópoles, mergulhou na *particularidade* da nossa formação histórico-social. Sua contribuição foi seminal e configurou-se como uma viragem na compreensão do caso brasileiro.

Coube a Florestan Fernandes realizar empreendimento símile, em importância e densidade, ao desvendar os dilemas da *revolução burguesa* no Brasil, ao discorrer sobre os tortuosos caminhos e engrenagens da dominação burguesa aqui gestada.”

sobre o tema, construída entre o fim dos anos de 1960 e a década de 1980. É lícito afirmar que, nos anos 90, Martins¹⁵ rompeu com o MST e assumiu posições favoráveis à política agrária de Fernando Henrique Cardoso¹⁶, o qual realizou um governo notadamente vinculado aos interesses do agronegócio e às reformas neoliberais defendidas no Consenso de Washington.¹⁷

Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes dedicaram-se a conceber uma teoria explicativa de como se desenvolveu o capitalismo brasileiro e as suas principais debilidades. Em Caio Prado Jr. a questão agrária aparece como um dos temas fundamentais da análise e foi título de um de seus livros. Já em Florestan o tema ficou diluído ao longo de suas obras, encontramos apenas um artigo em que ele o trata detidamente.¹⁸ São autores que elaboraram suas obras em diferentes momentos históricos e sob influências intelectuais distintas, em ambos é possível enxergar a presença das obras de Marx, Engels e Lênin. No entanto, diferentemente de Caio Prado, Florestan contou com uma formação sob significativa influência do sociólogo Max Weber. Evidentemente não teríamos aqui condições de penetrar nas decorrências teóricas dessas diferenças, mas, consideramos pertinente ressaltá-las.

No que tange à questão agrária é importante identificar os aspectos ressaltados por cada um desses dois autores em suas respectivas interpretações sobre o capitalismo dependente. Ambos preocuparam-se em compreender a força e a viabilidade da industrialização, num país de origem colonial, com uma determinada configuração das classes e a partir das relações estabelecidas com o imperialismo. Para pensar os fundamentos da questão agrária no Brasil, procuramos na análise desses autores a maneira como aparecia, ou não, a relação entre: 1) o campo e a indústria; 2) o campo e o imperialismo e 3) o “moderno” e o “atraso”; no desenvolvimento do capitalismo dependente.

Pudemos identificar, como evidenciaremos no texto, que um e outro autor nos fornecem elementos para a compreensão dos itens 1 e 2, mas é Florestan Fernandes que lança luz sobre o

¹⁵ No livro *O sujeito oculto*, Martins (2003) deixa claro seu posicionamento, ao afirmar que governo Fernando Henrique Cardoso teria transformado a reforma agrária em política do social do Estado, julgando acertada a escolha de Raul Jungmann como ministro do desenvolvimento agrário, para efetivação desse intento. Além de lançar severas críticas ao MST.

¹⁶ Sobre a política de Fernando Henrique Cardoso, favorável ao agronegócio consultar OLIVEIRA (2001)

¹⁷ Informações acerca do Consenso de Washington e as diretrizes a serem seguidas pelos países da América Latina consultar: Batista (2011)

¹⁸ Caio Prado trata detidamente do tema em *A questão agrária*, que reúne artigos publicados na Revista Brasiliense e também na obra *A revolução brasileira*. Já Florestan Fernandes (2008) possui um artigo, onde ele se detém especificamente em nossa questão agrária, intitulado *Anotações sobre Capitalismo Agrário e Mudança Social no Brasil*

item 3, a partir da forma como ele estuda a heterogeneidade estrutural que dá sustentação ao capitalismo dependente.

1.2.1 Caio Prado Jr.: a instabilidade de nosso processo de industrialização e a questão agrária.

Caio Prado Jr. escreveu a maior parte de sua obra entre os anos de 1940 e 1960, período em que se intensificavam as transformações econômicas no sentido da industrialização do país e da constituição das classes sociais, proletariado e burguesia. Ele estava preocupado em compreender os desafios que se colocavam para efetivarmos a formação da nação, estruturada economicamente para atender as necessidades da população brasileira em seu conjunto. Desse modo, a realidade brasileira era vista em uma situação transitória entre:

(...) de um lado, o passado colonial e o momento em que o Brasil ingressa na história como área geográfica ocupada e colonizada com o objetivo precípua de extrair dessa área produtos destinados ao abastecimento do comércio e mercado europeus; e doutro lado o futuro, já hoje bem próximo, em que essa mesma área e seu povoamento, afinal nacionalmente estruturados, comportarão uma organização e sistema econômico voltados essencial e fundamentalmente para a satisfação das necessidades dessa mesma população que a ocupa, e capazes de assegurar a essa população um nível e plano de existência consentâneos com os padrões da civilização e cultura de que participamos.(PRADO JR., 1968, p. 116)

Entre os principais desafios que se colocavam para a formação da nação estava o estado de incerteza e instabilidade no qual estava imersa a economia brasileira, em processo de industrialização, colocando-a constantemente na iminência de uma reversão estrutural. Segundo Plínio de Arruda Sampaio Júnior (1999), na constatação desse traço de nossa formação histórica residiria a originalidade da interpretação do historiador. Para tratar da instabilidade econômica e social do desenvolvimento capitalista que ocorria no país, Caio Prado Jr. privilegiou tanto os fatores responsáveis pela precariedade do processo de mercantilização, intimamente vinculado às relações de trabalho no campo e na cidade; quanto a maneira como se davam as nossas relações

com o imperialismo, estreitamente relacionada com o caráter originário da economia brasileira, voltada a atender necessidades estranhas ao país.

Na base das insuficiências de nosso mercado interno se destacaria a nossa questão agrária, ou seja, “(...) o tipo de relações de produção e trabalho vigentes na agropecuária brasileira, bem como as condições materiais e morais da população trabalhadora daí derivadas.” (PRADO Jr., 1968, p. 123), que asseguram o rebaixamento das condições em que os trabalhadores nas cidades vendem a sua força de trabalho, restringindo o processo de ampliação e diversificação do mercado consumidor. Destacam-se daí elementos para a análise das relações entre campo e cidade:

Ora, a presença de tão considerável massa de trabalhadores sem outro recurso que alienar sua força de trabalho, faz pender a balança da oferta e procura de mão-de-obra decisivamente em favor da procura, que se encontra assim em situação de impor suas condições, quase sem limitações, nas relações de trabalho. Essa a razão principal dos ínfimos padrões do trabalhador rural brasileiro, inclusive nas regiões mais desenvolvidas do País. Padrões esses que beiram muitas vezes formas caracteristicamente servis, e que indiretamente e por repercussão vão influir nos próprios padrões urbanos. Não pode haver dúvidas que os baixos salários relativos e as precárias condições de trabalho observadas na generalidade da indústria e outras atividades urbanas, sem excetuar os maior centros do País, se devem em boa parte ao potencial de mão de obra de baixo custo que o campo oferece e que concorre permanentemente no mercado de trabalho urbano, deprimindo-lhe o preço. (PRADO Jr., 1979b, p. 17-18)

Segundo este historiador, a elevadíssima concentração da terra determinava as condições desprivilegiadas nas relações de trabalho, para a maioria que não a detinha. Essas relações de trabalho eram tidas como capitalistas, dotadas de um caráter de locação de serviços. Caio Prado (1979) distingue três formas de remuneração desses trabalhadores, que podem variar de acordo com o lugar e com o momento. O pagamento poderia ser: em dinheiro (salário); em parte do produto; ou através da concessão ao trabalhador do direito de utilizar com culturas próprias, ou ocupar com suas criações, terras do proprietário em cuja grande exploração ele está empregado. O trabalhador não possuía autonomia alguma sobre a atividade produtiva que realizava e, apesar

das diferenças no aspecto formal de que se revestia, as relações de trabalho que predominavam no campo poderiam ser equiparadas às de assalariamento¹⁹:

O proprietário não transfere ao trabalhador nada que se assemelhe com a posse da terra. Conserva sobre ela seus integrais direitos, tanto como no caso de qualquer outro tipo de empregado; e dispõe mesmo do produto, fazendo ele mesmo a distribuição. É ainda o proprietário que dirige de perto, e fiscaliza rigorosamente, por si ou seus prepostos, as atividades do trabalhador que não tem, como seria o caso na parceria, nenhuma autonomia e disposição sobre a cultura de que se ocupa. Na realidade e em essência, é um locador de serviços, um simples empregado perfeitamente assimilável ao assalariado de que se distingue unicamente pela natureza da remuneração recebida. (PRADO JR, 1979, p. 63)

Além da concentração fundiária, o nosso passado escravista estaria na base das brutais formas de exploração do trabalho na agropecuária brasileira, contribuindo para a compressão da remuneração do trabalhador (PRADO Jr, 1966).

Quanto às nossas relações com o imperialismo, Caio Prado (1968, p. 135) ressalta que esses vínculos foram construídos a partir de uma economia historicamente voltada a atender interesses econômicos externos: “O imperialismo deparou-se no Brasil com uma economia que pela sua própria origem e natureza de sua formação, já se achava ajustada no sistema mercantil europeu de que resultaria, em seu último desdobramento, o sistema internacional imperialista de nossos dias.” Essa vinculação com o exterior, pautada na subordinação do Brasil, foi constituída historicamente, a partir do que ele denominou de o *sentido da colonização*. O *sentido* exprimia-se na elevada concentração fundiária, no permanente esbulho da população trabalhadora rural e na organização da economia agrária voltada à atender necessidades externas. Logo, as bases do *sentido da colonização* apareciam como fulcrais para compreensão da questão agrária e os desafios com os quais se defrontavam as classes sociais no país, na definição dos rumos da Revolução Brasileira²⁰.

¹⁹ Nas palavras de Caio Prado (1979, p. 66) “(...) certas relações de trabalho presentes na agropecuária brasileira, embora se revistam formalmente de caracteres que as assemelham a instituições que encontramos no feudalismo europeu onde se foi buscar a designação, não constituem senão modalidades de pagamento que correspondem ao salário.”

²⁰ Caio Prado (1968, p. 2) entende que “Revolução”: “(...) em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais.”

O *sentido da colonização* é compreendido a partir da maneira pela qual o território, que posteriormente denominou-se Brasil, inseriu-se nas áreas de colonização europeia, como desdobramento da expansão puramente comercial.²¹ Segundo Novais (2001), a organização da produção decorreu da necessidade de assegurar o domínio do território ao mesmo tempo em que se implantavam economias complementares, que se ajustavam aos quadros das necessidades de crescimento europeu. A colonização moderna diz respeito à organização econômica de regiões voltadas inteiramente ao atendimento de necessidades externas à população que nelas trabalha e vive. Desse modo, o *sentido da colonização* somente pode ser explicado pela inserção da economia e sociedade brasileira no bojo da expansão do capitalismo ocidental:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. (...) Este início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira, se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país. (...) (PRADO JR, 1979, p. 20)

Deixáramos de ser colônia de Portugal, mas, mantivemos nossa posição submissa aos desígnios dos países do centro do capitalismo. Ao invés de a exploração econômica deste território fundar-se no “exclusivo comercial”, tal como fora na fase concorrencial do capitalismo, passamos a estabelecer, em sua fase monopolista, uma forte relação de subordinação com o capital financeiro inglês, e posteriormente, com o dos Estados Unidos. Nesta fase o nosso principal produto de exportação era o café. Interessa notar como esta atividade estava alicerçada

²¹ Assim escreve Caio Prado (2000, p. 8) “(...) isso nos leva, infelizmente, para um passado relativamente longínquo e que não interessa diretamente ao nosso assunto. Não podemos contudo dispensá-lo e precisamos reconstituir o conjunto da nossa formação colocando-a no amplo quadro, com seus antecedentes, destes três séculos de atividade colonizadora que caracterizam a história dos países europeus a partir do século XV; atividade que integrou um novo continente na sua órbita, paralelamente aliás ao que se realizava, embora em moldes diversos, em outros continentes: a África e a Ásia. Processo que acabaria por integrar o Universo todo em uma nova ordem, que é a do mundo moderno, em que a Europa, ou antes, a sua civilização, se estenderia dominadora por toda parte. Todos estes acontecimentos são correlatos, e a ocupação e povoamento do território que constituiria o Brasil não é senão um episódio, um pequeno detalhe daquele quadro imenso.”

na intermediação comercial e financeira inglesa, como forma de manifestação de nossas relações com o imperialismo:²²

É precisamente neste setor do café que a princípio o capital financeiro mais se empenhará. O que é natural, porque esta produção representa a grande riqueza do país, e oferece portanto maiores perspectivas de remuneração. A economia cafeeira, nas suas diferentes fases, desde a produção até o consumo, será largamente explorada pelo capitalismo internacional. Através do financiamento da produção, do comércio, da exportação, ele retirará uma primeira parcela de lucros, pois embora estas operações se realizem no próprio país, elas se acham direta ou indiretamente em suas mãos, seja por bancos e firmas comerciais da mesma procedência nacional, seja por casas brasileiras a ele ligadas. Depois que o café é embarcado, a exploração do capital estrangeiro se torna naturalmente maior e mais fácil; aí vem o transporte, a distribuição nos países consumidores, a industrialização do produto (torração, moagem e outras manipulações). É todo um grande aparelhamento comercial e industrial que o café brasileiro vai alimentar; e os lucros de todos estes processos sucessivos (em que entra boa parte da mais-valia brasileira) canalizam-se para a remuneração dos capitais internacionais neles invertidos. (PRADO JR., 1979, p. 272)

Segundo Lenin (1986), o imperialismo era constituído pelas características do capitalismo em sua fase monopolista, a qual era pautada pela concentração da produção e do capital em tão alto grau que ensejou a criação dos monopólios. Como parte deste mesmo movimento, houve a fusão do capital bancário com o capital industrial, levando à criação do capital financeiro e da oligarquia financeira. As organizações internacionais monopolistas de capitais passaram a repartir o mercado mundial entre si, bem como as grandes potências imperialistas se colocaram em disputa pela partilha territorial de áreas ricas em matérias primas e potenciais mercados para os seus produtos, tal como ocorreu com o continente africano. E um outro traço importante desta nova fase do imperialismo corresponde ao fato de que a exportação de mercadorias passou a um segundo plano, já que adquiriu papel proeminente a exportação de capitais.²³

²² O termo Imperialismo apareceu pela primeira vez em 1902, no título do economista inglês J. A. Hobson. Nesta tese utilizamos o termo tal como Lenin (1986) o apresentou em seu texto *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*.

²³ Em um texto bastante elucidativo sobre esta obra de Lênin, Sampaio Jr. (2011, p. 38, 39) explica: “Apoiando-se em uma ampla base de evidências empíricas sobre o processo de monopolização da indústria e dos bancos, Lênin recorre à lei da tendência à concentração e centralização do capital, que condiciona a reprodução ampliada do capital, para explicar o processo histórico de transformação do capitalismo competitivo em capitalismo monopolista – a mudança fundamental que caracteriza o esgotamento definitivo do papel progressista do capitalismo como modo de produção. Atendo-se ao plano das forças produtivas e das relações de produção, sua investigação mostra como as

A grande potência exportadora de capitais, ao final do século XIX e início do seguinte, era a Inglaterra, que detinha a principal moeda do mundo, a libra, e onde se localizava o centro financeiro mundial, na *city* de Londres.²⁴ Os capitais ingleses tiveram destaque na comercialização e no financiamento do café, produto agrícola que passou a predominar na economia do Brasil em meados do século XIX, alcançando mais de 70% da produção mundial no final dos anos 1800 e representando mais de 60% das receitas de nossas exportações.

A forma como a economia cafeeira se inseriu neste contexto internacional levou a reiteração de nossa “vocação agrícola” e a produção deste bem se voltou fortemente a atender os interesses externos, bem como se baseou tanto na grande propriedade de terra quanto na máxima exploração do trabalho, fundamentos estes que compõem o que Caio Prado chamou de *sentido da colonização*. Em outras palavras, a produção agrícola, tal como nos tempos em que nos subordinávamos à metrópole portuguesa, se organizou sobre um tripé constituído pela grande extensão da propriedade, pela monocultura e pela extrema exploração do trabalho, escravo num primeiro momento, substituído pela mão de obra imigrante, sob o regime do colonato, em seguida.

transformações quantitativas na composição técnica e na composição orgânica do capital se convertem em transformações qualitativas, dando origem ao capital financeiro – uma fusão do monopólio industrial com o monopólio bancário. Independentemente da forma histórica que assume o processo de formação do capital financeiro (que, baseando-se na experiência alemã, Lênin atribuía ao papel estratégico dos bancos), o capitalismo monopolista caracteriza-se pela extraordinária ampliação das bases técnicas e financeiras do capital. A formação de uma espécie de “capitalista coletivo”, que aglutina grandes massas de capitais industriais e bancários, representa uma forma mais avançada de organização do capital que modifica as leis de movimento do capitalismo. A ampliação da escala das forças produtivas e o aumento das massas de capitais monetários que ficam sob o comando do capital financeiro implicam um salto de qualidade no poder destas frações de capital de mobilizar todos os meios imagináveis – econômicos e políticos - para potencializar o processo de valorização do capital. Ao diminuir radicalmente as barreiras temporais e espaciais à acumulação de capital, a elevação na mobilidade espacial do capital, o incremento na sua capacidade de mutação de forma, a intensificação do ritmo de rotação do capital fazem crescer exponencialmente a sua faculdade de comandar trabalho e disputar as oportunidades de negócio em escala mundial. A expansão do capital internacional, o aumento na liquidez do capital, a intensificação de sua fluidez intersetorial, a hipertrofia da órbita financeira e dos circuitos de valorização fictícia do capital são fenômenos associados à profunda redefinição da relação do capital com o espaço e com o tempo.”

²⁴ Segundo Belluzzo (1999, p. 93): “O economista italiano Marcello De Cecco (...) mostra que, entre 1870 e 1890, havia um predomínio incontestado de Londres, como centro de intermediação financeira. (...)A liderança do sistema financeiro inglês estava assentada no grande desenvolvimento dos bancos de depósito, o que havia permitido a Londres assegurar-se do financiamento do comércio de todo o mundo. Segundo De Cecco, a Inglaterra possuía, então, todos os requisitos para o exercício desta função de ‘financiadora do mundo’: a moeda nacional, a libra era reputada a mais sólida entre todas e, por isso mantinha uma sobranceira liderança enquanto intermediária nas transações mercantis e como instrumento de denominação e liquidação de contratos financeiros. O rápido crescimento e a impressionante concentração dos bancos de depósito colocavam à disposição esta *matéria prima* para o desconto de cambiais emitidas em vários países”

As atividades agrícolas levadas a cabo sobre essas bases, ao longo dos séculos, não constituíram uma organização produtiva estável capaz de incorporar organicamente os trabalhadores envolvidos. Além de voltar-se majoritariamente para atender necessidades externas, a produção esteve sempre a reboque dos acontecimentos do mercado internacional, ficando à mercê de suas intempéries. Cabe salientar esse traço constitutivo de nossa formação econômica, já que ela se mantém e constitui dado fundamental para a análise de nosso tema ao longo do século XX. Assim, Caio Prado (2000, p. 126) escreve:

Esta evolução cíclica, por arrancos, em que se assiste sucessivamente ao progresso e ao aniquilamento de cada uma e de todas as áreas povoadas e exploradas do país, uma atrás da outra, não tem outra origem que o caráter da economia brasileira (...). Como vimos, é em bases precaríssimas que ela assenta. Não constitui a infra-estrutura própria de uma população que nela se apóia, e destinada a mantê-la; o sistema organizado da produção e distribuição de recursos para a subsistência material dela; mas um 'mecanismo', de que aquela população não é senão o elemento propulsor destinado a manter seu funcionamento em benefícios de objetivos completamente estranhos. Subordina-se portanto inteiramente a tais objetivos e não conta com forças próprias e existência autônoma. Uma conjuntura internacional favorável a um produto qualquer que é capaz de fornecer e impulsiona o seu funcionamento e dá a impressão puramente ilusória de riqueza e prosperidade. Mas basta que aquela conjuntura se desloque, ou que se esgotem os recursos naturais disponíveis, para que aquela produção declina e pereça, tornando impossível manter a vida que ela alimentava. (...)

A instabilidade, mesmo que com significativos períodos de expansão e manutenção dos níveis produtivos, foi a marca das atividades econômicas desenvolvidas no país, como a da cana de açúcar, a do ouro, a borracha e o café.²⁵

²⁵ Neste sentido é muito elucidativa a descrição que Caio Prado (1979, p. 240) faz do período de crise que o ciclo da borracha, desenvolvido na bacia Amazônica, enfrentou no início do século XX, após alcançar seu ápice correspondente a 28% da exportação total do Brasil: "Uma vida ativa animara o grande rio, e suas margens tinham pela primeira vez conhecido o deslumbramento da riqueza e da prosperidade. Prosperidade de aventureiros que dissipavam a largas mãos, em despesas suntuárias, uma fortuna rápida e facilmente adquirida. Menos que uma sociedade organizada, a Amazônia destes anos de febre da borracha terá o caráter de um acampamento. Enquanto a massa da população, os trabalhadores dos seringais, dispersos e isolados, se aniquilavam nas asperezas da selva e na dura tarefa de colher a goma, os proprietários dos seringais, os comerciais e toda esta turba malta marginal e parasitária de todas as sociedades deste tipo, se rolavam nos prazeres fáceis das cidades, atirando a mancheias o ouro que lhes vinha tão abundante da mata. A riqueza canalizada pela borracha não servirá para nada de sólido e ponderável. (...)

É claro que desfeito o castelo de cartas que se fundava toda esta prosperidade fictícia e superficial, nada sobraria dela. Em poucos anos, menos ainda que se levava para constituí-la, a riqueza amazonense se desfará em fumaça. Sobrarão apenas ruínas. Nas cidades, setores inteiros de casas abandonadas e desfazendo-se aos poucos; a mata, voltando ao isolamento. A terra se despovoava. Vão-se os aventureiros e buscadores de fortuna fácil procurar novas

A partir da década de 1890, a produção cafeeira passa a enfrentar recorrentes crises, em decorrência de sua superprodução. Tratava-se de uma atividade de natureza tipicamente colonial, segundo a qual o equilíbrio entre a oferta e a procura encontra-se no lado desta última; uma vez saturado o mercado, a tendência era a baixa dos preços. A resposta aos cafeicultores, com forte domínio sobre o Estado brasileiro, foi uma política de valorização do café, a qual, ao invés de solucionar o problema, agravava o mesmo, postergando a sua resolução.

Importa notar quem eram os grandes beneficiários desta política, já que numa visão mais apressada poder-se-ia apontar exclusivamente os cafeicultores. No entanto, a dinâmica montada para sustentar o preço do café tinha como alicerce o capital financeiro inglês e o centro financeiro da City, que angariava a maior parte dos lucros decorrentes dessa atividade. Todos os recursos disponíveis da economia brasileira, então, eram direcionados a subvencionar o café, freando o desenvolvimento de outras atividades internas:

(...) a realização do valor da economia agro-exportadora sustentava-se no financiamento externo e este por sua vez exigia a reiteração da forma de produção do valor da economia agro-exportadora. Simultaneamente, o mecanismo de financiamento externo bloqueava a produção do valor de mercadorias de realização interna. Na exacerbação desse processo, os requerimentos do financiamento externo acabavam por consumir todo o valor da economia agro-exportadora, com o que negavam a própria forma de produção; em última análise, o valor gerado pela economia agro-exportadora acabou por destinar-se substancialmente a pagar os custos da intermediação comercial e financeira externa, operando-se uma redistribuição da mais valia entre lucros internos e lucros e juros externos completamente desfavorável aos primeiros; em outros termos, uma parcela substancial do produto não podia ser repostos senão através dos mesmos mecanismos de financiamento externo. É esse o significado da política de sustentação e valorização do café com recursos de financiamento externo. (OLIVEIRA, 1985, p. 408)

Partindo do *sentido da colonização*, o percurso que fizemos até aqui a fim de demonstrar o berço de nossas relações com imperialismo nos conduziu a um momento de nossa história em que o processo de industrialização adquiriu maior vigor, segundo Caio Prado, por força do contexto internacional. A industrialização ganhou ímpeto em momentos como a crise de 1929,

oportunidades em qualquer outro lugar. Ficarão a população miserável de trabalhadores que aí se reunira para servi-los, e que trará estampado no físico o sofrimento de algumas gerações aniquiladas pela agrura do meio natural; mais ainda, pelo desconforto de uma civilização de fachada que roçará apenas de leve as mais altas camadas de uma sociedade de aventureiros.”

quando houve um estrangulamento cambial que quebrou a capacidade de importar. Outra circunstância propícia se deu no pós 2ª Guerra Mundial, quando abundaram recursos externos provenientes dos vitoriosos EUA. Ocasão em que se convencionou o Acordo de Bretton Woods, no qual se delinearão diretrizes favoráveis a emergência do dólar como principal moeda mundial, garantindo uma liquidez sem precedentes e a busca de aplicação e inversão dos capitais assim formados. Desse modo, se constitui uma industrialização que marchava para substituir importações ao mesmo tempo em que era regida pelos interesses das multinacionais em busca de novos mercados, como explica PRADO Jr. (1968, p. 126):

(...) são aquelas circunstâncias apontadas (desequilíbrio de contas externas, instabilidade cambial e depreciação constante e acelerada da moeda brasileira) e as contradições geradas nesse processo, que forçarão e estimularão a diversificação das atividades produtivas do país, e em particular a industrialização. Tratava-se de produzir aqui mesmo o que se ia tornando cada vez mais difícil, e frequentemente impossível adquirir no exterior, uma vez que para isso escasseavam os recursos financeiros necessários. Mas nem por isso as empresas imperialistas, antigas fornecedoras dos produtos que o Brasil importava, perderão sua clientela brasileira, pois cuidarão de se instalarem no Brasil, produzindo e fornecendo aqui mesmo o que anteriormente nos remetiam do exterior. Particularmente a industrialização será nestes últimos tempos, em proporção considerável que se pode avaliar grosseiramente em pelo menos 40%, fruto da implantação no país de subsidiárias e associadas de grandes trustes internacionais interessados no nosso mercado.

Por essa interpretação, a industrialização no Brasil não fundamentava-se em mecanismos autropulsores, mas sim por força de contingências estruturais: “(...) A industrialização brasileira marchará canhestamente e por impulsos descontínuos e desordenados, ao sabor de vicissitudes que lhe são estranhas, como em particular a caprichosa conjuntura das finanças externas.” (PRADO Jr., 1972, p. 80)

O calcanhar de Aquiles dessa indústria era a dependência com relação aos saldos comerciais, já que para se efetivar o desenvolvimento das forças produtivas no país era condição fundamental a exportação de produtos primários. Dessa maneira geravam-se os recursos necessários para as importações de máquinas e outros itens para as multinacionais que aqui se

instalavam. Os valores advindos das exportações também asseguravam a conversibilidade da riqueza aqui gerada e que deveria ser remetida aos países de origens dessas organizações²⁶:

Observamos aqui muito bem a ligação do imperialismo como nosso sistema colonial, fundado na exportação de produtos primários, pois é dessa exportação que provêm os recursos com que o imperialismo conta para realizar os lucros que são a razão de ser de sua existência. Considerada do ponto de vista geral do imperialismo, a economia brasileira se engrena no sistema dele como fornecedor de produtos primários cuja venda nos mercados internacionais proporciona os lucros dos trustes que dominam aquele sistema. Todo funcionamento da economia brasileira, isto é, as atividades econômicas do país e suas perspectivas futuras, se subordinam assim, em última instância, ao processo comercial em que os trustes ocupam hoje o centro. Embora numa forma mais complexa, o sistema colonial brasileira continua em essência o mesmo do passado, isto é, uma organização fundada na produção de matérias-primas e gêneros alimentares demandados nos mercados internacionais. É com essa produção e exportação conseqüente que fundamentalmente se mantém a vida do país, pois é com a receita daí proveniente que se pagam as importações, essenciais à nossa subsistência, e os dispendiosos serviços dos bem remunerados trustes imperialistas aqui instalados e com que se pretende contar para a industrialização e desenvolvimento econômico do país. (PRADO JR., 1968, p. 128-129)

Desse modo, a interpretação de Caio Prado Júnior sobre a realidade brasileira voltou-se a compreender os obstáculos do processo de transição no qual se inseria o Brasil, rumo à formação de uma Nação, com toda a população integrada democraticamente no desenvolvimento econômico autodeterminado. O desafio correspondia à ruptura com o passado colonial, vivo no caráter originário da economia brasileira, que tinha como fundamento atender o mercado externo com bens primários, e na extrema exploração do trabalhador no campo, base da precariedade do mercado interno. Esses traços coloniais vinculavam-se a nossa questão agrária, o que justifica a essencialidade desse tema na obra do historiador. Logo, os frágeis alicerces nos quais se assentava o processo de industrialização, e sua crônica instabilidade, advinham, em grande medida, da permanência de nossa questão agrária.

²⁶ Caio Prado mantém essa análise ao longo dos estudos que realiza, inclusive em um *post scriptum* da História econômica do Brasil, de 1976, quando ele analisa o “milagre econômico” e afirma que mesmo com todos os avanços econômicos obtidos, mantínhamos a mesma estrutura colonial para sustentar esse arranque da economia brasileira, certamente fadada ao declínio logo em seguida.

1.2.2 Florestan Fernandes: heterogeneidade estrutural no capitalismo dependente e questão agrária.

Para Florestan Fernandes (2006), a revolução burguesa no Brasil, pelo seu desdobramento muito particular constituiu um processo histórico específico, caracterizado por perpetuar os nexos de subordinação externa e os anacronismos sociais. Três fases comporiam esse processo: a primeira seria a fase da eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno, também chamada de transição neocolonial, que iria da Abertura dos Portos até aos meados do século XIX. A segunda fase corresponderia à formação e expansão do capitalismo competitivo, caracterizada pela consolidação e disseminação desse mercado e da economia urbano-comercial, indo do último quartel do século XIX até a década de 1950. A terceira fase se caracterizaria pela irrupção do capitalismo monopolista, levando à reorganização do mercado e do sistema de produção, por meio das operações comerciais, financeiras e industriais da grande corporação, predominantemente estrangeira. Esta tendência aparece anteriormente, mas só se acentua na década de 1950, consolidando-se a partir de 1964.

Em todas estas fases o desenvolvimento capitalista foi marcado por uma dupla articulação, pautada na dependência e no subdesenvolvimento, expresso na heterogeneidade estrutural da sociedade brasileira. Segundo Sampaio Jr. (1999, p. 136), Fernandes nos fornece arcabouço teórico para pensar as razões que conferem relativa estabilidade ao capitalismo dependente. Ela adviria da manutenção do atraso e de sua relação de subordinação e sustentação com relação às bases produtivas e sociais capitalistas, externas e internas. Cabe salientar que essa realidade é fundamentada no uso sistemático da violência para controlar as tensões sociais latentes.

A interpretação de Florestan Fernandes sobre as raízes estruturais do capitalismo dependente parte do princípio de que a formação de um padrão de acumulação com tendência à autonomização requer a existência de um sistema produtivo heterogêneo. A combinação de unidades produtivas em diferentes estágios de desenvolvimento capitalista deriva de um fato simples: a heterogeneidade estrutural é o único meio de contrabalançar a extrema instabilidade do capitalismo dependente e de lhe dar um mínimo de estabilidade. A premissa subjacente é que

a articulação de estruturas *modernas e atrasadas* é um expediente que permite às burguesias dependentes compensar a debilidade de sua estrutura de capital e o circuito de indeterminação gerado pela extrema precariedade da conjuntura mercantil em que vivem. (SAMPAIO JR., 1999, p. 136)

Trata-se de uma economia dependente, caudatária que trabalha para alimentar as economias dominantes. O desenvolvimento capitalista na sociedade brasileira é profundamente induzido, graduado e controlado de fora. Embora tenha havido transformações sem precedentes, econômicas, demográficas, tecnológicas, culturais e políticas, não houve um movimento autônomo, o capitalismo monopolista se impôs de fora:

O capitalismo monopolista não eclode nas economias periféricas rompendo o seu próprio caminho, como uma força interna irreprimível que destrói estruturas econômicas ou extra-econômicas. Vindo de fora, ele se superpõe, com o supermoderno ou o atual, ao que vinha de antes, ou seja, o ‘moderno’, o ‘antigo’ e o ‘arcaico’, aos quais nem sempre pode destruir e, com frequência, precisa conservar.” (FERNANDES, 2006, p. 313- 314)

A dupla articulação é composta pela dependência e pela manutenção de forças produtivas e relações de produção anacrônicas, vigentes no campo brasileiro e baseadas na extrema exploração do trabalho, que serviram de sustentação para o crescimento da economia urbana e industrial interna e também para a transferência de excedentes para o exterior.²⁷ Esse processo se aprofunda ao longo do desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira:

É que o crescimento dos pólos ‘modernos’, urbano-comerciais ou urbano-industriais, passaram a depender de forma permanente, da captação de excedentes econômicos da economia agrária, organizando-se uma verdadeira drenagem persistente das riquezas produzidas no ‘campo’, em direção das cidades com funções metropolitanas. A revolução urbana condenou, portanto, a revolução agrícola, o que fez com que o capitalismo agrário fosse reduzido, de fato, a um subcapitalismo, destinado a funcionar como força de alimentação, de propulsão e de sustentação dos ‘pólos dinâmicos’ da economia interna. (...) A economia agrária viu-se convertida em bomba de sucção, que transferia para outros setores

²⁷Francisco de Oliveira (2003, p. 69), em *A crítica à razão dualista*, realiza uma análise que atribui como especificidade particular de nosso capitalismo o fato de “reproduzir e criar uma larga “periferia” onde predominam padrões não-capitalísticos de relações de produção, como forma e meio de sustentação e alimentação do crescimento dos setores estratégicos nitidamente capitalistas, que são a longo prazo a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema.

da economia e da sociedade a maior parte da riqueza que conseguia gerar, sem nunca dispor de meios ou de condições de pleno aproveitamento de suas próprias potencialidades de desenvolvimento econômico. (FERNANDES, 2008, p. 176)

A transferência de recursos que levava à intensificação do desenvolvimento capitalista na cidades às expensas da economia agrária carregava consigo um mecanismo de perpetuação dessa condição, o qual correspondia a dissociação entre as formas de produção e as formas de comercialização dos produtos agrários. Na produção predominavam relações que Florestan denominou de “pré-capitalistas” ou “subcapitalistas”, já na comercialização vigoravam as relações capitalistas.

A manutenção de relações “arcaicas” na produção do campo criou circunstâncias que geraram uma economia agrária voltada para atender necessidades externas àqueles que nela trabalhavam, de onde as riquezas eram carreadas, deixando à míngua a sociedade ali existente.

Desse modo, a economia agrária atuaria como a *dependência dentro da dependência*, ocasionando três influências socioeconômicas decisivas e estruturais da economia agrária no desenvolvimento do capitalismo. A primeira delas se relacionava ao fato de que a conservação de relações de produção “pré-capitalistas” ou “subcapitalistas” agiam como formas de acumulação originária de capital. O Brasil, por ser privado de outras fontes de expropriação de riquezas, dependia da economia agrária como recurso ou técnica de acumulação originária de capital. As parcelas de excedente econômico provenientes do campo serviam de base material para a reprodução de sociedades urbanas, nas quais crescia o mercado capitalista moderno, intensificava-se a divisão do trabalho e o trabalho assalariado. A partir dessa análise, conclui-se que:

(...) para que o capital possa reproduzir na economia urbana o trabalhador assalariado, é necessário que exista na economia agrária o capital que reproduz o trabalhador semilivre. Do mesmo modo, o despossuído, que não logra sequer a proletarização na economia agrária, está na raiz das possibilidades de trabalho assalariado do operário urbano. (FERNANDES, 2008, p. 182)

A segunda influência decisiva, apontada por Florestan, diz respeito à riqueza acumulada pela classe dominante no campo e que serviu de suporte para a diferenciação dos papéis econômicos de seus agentes, que puderam, a partir da apropriação do excedente econômico, exercer funções do capital comercial e outras atividades relativas ao mercado interno. Por isso, os

principais representantes no desencadeamento da revolução burguesa, tinham uma posição destacada na economia agrária, onde as suas fortunas foram geradas: “Ao assumir novos papéis e funções na economia urbana, evidenciavam a contribuição da economia agrária para a diferenciação e a reorganização do sistema econômico como um todo.” (FERNANDES, 2008, p. 183)

E a terceira influência destacada relaciona-se à estratificação social no meio rural. A intensa drenagem do excedente econômico gerado na economia agrária, seja para o exterior, seja para os pólos urbano industriais internos, inibia o impacto estrutural e dinâmico dessa economia sobre o seu meio social. Nas palavras de Florestan (2008, p. 184):

(...), a dependência dentro da dependência dá origem a uma estratificação social típica no meio imediato da economia agrária, da qual as maiores vítimas são os despossuídos e os agentes da força de trabalho, que vivem dentro das fronteiras do capitalismo, mas fora de sua rede de compensações e de garantias sociais. Esses setores, no caso brasileiro, atingem por vezes de 50 a 70 por cento ou mais das populações rurais, formando maiorias que continuam destituídas sob o regime capitalista, que não lhes oferece condições econômicas, socioculturais, psicológicas e políticas de uma classe social. Constituem o vasto contingente dos condenados do sistema, os segmentos da população brasileira que suportam os maiores sacrifícios, decorrentes dos custos diretos ou indiretos da existência de uma sociedade de classes e da prosperidade urbana, mas que são ignorados na partilha dos benefícios da ‘civilização’ e do ‘progresso’.

A massa de despossuídos no campo brasileiro é o alicerce do capitalismo que aqui se desenvolve, realidade que torna a questão agrária uma questão congênita ao capitalismo dependente. Esse padrão de estratificação é o grande dilema social brasileiro, já que para expandir-se este capitalismo tem que excluir e sacrificar partes da sociedade, essas circunstâncias geram tensões latentes que não podem ser resolvidas dentro da ordem, uma vez que estamos “(...) diante de uma situação na qual o capitalismo revela-se estrutural e historicamente incapaz de superar as contradições que são criadas pela maneira através da qual ele se manifesta e se expande concretamente.” (FERNANDES, 2008, p. 185)

Assim, tornar-se-iam compreensíveis as razões pelas quais nem mesmo a reforma agrária capitalista, dentro da ordem, ocorreu. Ela seria bloqueada por uma muralha nascida dos interesses das classes possuidoras em manter o *status quo* e conservar a reprodução social do trabalho nas mesmas bases.

O controle dessas tensões latentes se dá por meio da violência sistemática contra os despossuídos: humilhados e impedidos de organizarem-se na defesa de seus interesses. Por essa razão, Florestan (2006, p. 251) qualifica o capitalismo dependente como um capitalismo “difícil”, já que “deixa pouca alternativas efetivas às burguesias que lhe servem, a um tempo, de parceiras e amas-secas”. A burguesia brasileira tem por característica a impotência nas relações que estabelece externamente, já que a estreita associação com o capital internacional foi a linha de menor resistência para acelerar o crescimento econômico. E, simultaneamente, a onipotência é um dos seus traços marcantes nas relações que estabelece com as classes exploradas, se opondo e reprimindo qualquer contestação da ordem. Desse modo, não é possível conciliar capitalismo e democracia, sendo necessário fechar o espaço político para “mudanças sociais construtivas”. A ditadura militar, que iniciou-se em 1964, cumpriu o papel de uma contrarrevolução, já que deveria associar modernização capitalista, regeneração dos costumes e estabilidade dentro da ordem.

Essas influências da economia agrária sobre o desenvolvimento capitalista na sociedade brasileira constituem elementos de importância crucial para a compreensão da dupla articulação que caracteriza nosso capitalismo e que em nenhum momento de nossa história foi rompida. Contrariamente a isso, esse padrão se reciclou ao longo do tempo, adaptando-se às novas condições e aos novos interesses das nações centrais. Em suma:

A dupla articulação impõe a conciliação e a harmonização de interesses díspares (tanto em termos de acomodação de setores econômicos internos quanto em termos de acomodação da economia capitalista dependente às economias centrais); e, pior que isso, acarreta um estado de conciliação permanente de tais interesses entre si. Forma-se, assim, um bloqueio que não pode ser superado e que, do ponto de vista da transformação capitalista, torna o agente econômico da economia dependente demasiado impotente para enfrentar as exigências da situação de dependência. Ele pode, sem dúvida, realizar as revoluções econômicas, que são intrínsecas às várias transformações capitalistas. O que ele não pode é levar qualquer revolução econômica ao ponto de ruptura com o próprio padrão de desenvolvimento capitalista dependente. Assim, mantida a dupla articulação, a alta burguesia, a burguesia e a pequena burguesia “fazem história”. Mas fazem uma história de circuito fechado ou, em outras palavras, a história que começa e termina no capitalismo competitivo dependente. Este não pode romper consigo mesmo. Como a dominação burguesa, sob sua vigência, não pode romper com ele, a economia capitalista na periferia fica condenada a dar novos saltos através de impulsos que virão de fora, dos dinamismos das economias capitalistas centrais. (FERNANDES, 2006, p. 293)

A busca de Florestan por compreender a particularidade da revolução burguesa no Brasil, fez parte das reflexões coletivas lideradas por ele na “escola sociológica de São Paulo”, da qual faziam parte José de Souza Martins, Octávio Ianni. Já na década de 60, nos artigos que compuseram *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, Florestan evidencia que o atraso e as relações atrasadas constituíam uma necessidade do capital e do desenvolvimento capitalista.²⁸ Suas pesquisas nortearam os trabalhos desses intelectuais, a fim de enxergar o atraso não em termos de bloqueio e obstáculos ao desenvolvimento econômico e social, mas como meio da acumulação capitalista e determinante do padrão de dominação vigente.

1.2.3 A análise de José de Souza Martins sobre a questão agrária.

O sociólogo José de Souza Martins se aprofundou nos estudos relativos à questão agrária e construiu uma vasta obra sobre o tema. Seus primeiros escritos são do final da década de 60 e início da década de 70. Em 1973, foi publicada a sua tese de doutoramento, com o título: *A imigração e a crise do Brasil Agrário*. Neste texto, Martins aborda a crise que se instala, entre meados e o fim do século XIX, em decorrência do padrão de realização do capitalismo no Brasil, cujo cerne residia no âmbito agrário. As duas expressões da instauração dessa crise foram: a Lei de Terras de 1850²⁹, que segundo o autor, instituiu a propriedade privada da terra, e a Abolição

²⁸ Em entrevista concedida à revista Estudos Avançados, José de Souza Martins (1997) relatou sua trajetória acadêmica, descrevendo as preocupações teóricas do grupo de sociologia de São Paulo.

²⁹ Lígia Osório Silva (1996) realizou um importante estudo sobre a Lei de Terras de 1850 e possui discordâncias com relação a José de Souza Martins, já que ele defende que a terra tornou-se cativa a partir desta lei. A historiadora afirma que, embora de forma secundária, o apossamento de terras por trabalhadores pobres continuou ocorrendo após esta data, em suas palavras: “A única forma de abarcarmos a compreensão do papel da lei de 1850 é a análise do processo histórico real do qual ela fazia parte. A análise das condições sociais concretas imperantes no campo brasileiro durante a vigência da lei mostrou-nos a importância do papel desempenhado por alguns elementos da sociedade rural, em especial o coronel, no processo de apropriação das terras devolutas. (...) Acreditamos ter demonstrado que no período áureo do coronelismo a constituição da propriedade privada da terra estava em plena efervescência e a classe dos proprietários de terras em formação. Por outro lado, a exclusão de parcelas significativas da população brasileira da propriedade da terra não deve obscurecer o fato de que a continuidade do apossamento, defendida pelos fazendeiros, tornou menos rígida a situação social no campo (em comparação com outros países) e permitiu a ocupação pelo pequeno posseiro, mesmo que de maneira instável e secundária. Nesse sentido, seria possível talvez (só um estudo específico poderia confirmá-lo) falar-se no exercício de uma hegemonia por parte dos grandes fazendeiros, organizada em torno do acesso continuado às terras devolutas e integrando de modo subordinado os pequenos posseiros.” (p. 344)

da Escravidão em 1888, quando houve a separação entre a força de trabalho e a pessoa do trabalhador, conformando um mercado de trabalho. Contribuiu fortemente para a instauração desse mercado de trabalho, a vinda maciça de imigrantes, principalmente italianos. Desse contexto emana a figura do camponês. Contrariamente ao capitalismo clássico onde ele teve que ser extinto para que o capitalismo se desenvolvesse, no Brasil, ele seria produzido pelo contexto histórico no qual avança a produção capitalista:

A imigração maciça de trabalhadores estrangeiros para o Brasil, principalmente italianos, sobretudo a partir de 1886, durante quase meio século, está diretamente ligada à constituição de um mercado livre de trabalho para a grande lavoura, tendo como suporte simbólico a ascensão social do trabalhador para essa forma de campesinato. Forma que foi, portanto, produzida diretamente pelas condições e possibilidades de efetivação do capitalismo no Brasil. O proprietário independente apoiado no trabalho familiar como figura suposta da política de colonização e de instauração do trabalho livre veio, assim, a se constituir numa figura contraditória de camponês do capitalismo dependente. Esse camponês não representou uma sobrevivência do passado, mas foi gerado em condições históricas específicas, resultantes das transformações sociais e econômicas associadas à preservação da economia colonial. Nesse momento, é que mesmo as sobrevivências, como as dos antigos sitiantes e posseiros caipiras, são reequacionadas historicamente, determinando-se através de uma nova mediação: a da propriedade capitalista da terra. É por meio dessa instituição que a economia colonial cria e redefine diversas categorias sociais, fazendo com que se revistam de formas e conteúdos congruentes com as necessidades de reprodução do capitalismo periférico. (MARTINS, 1973, p.16)

Já aparece nessa obra de Martins uma idéia central de sua interpretação sobre a questão agrária e que foi desenvolvida posteriormente pelo autor em *Os camponeses e a política no Brasil* e em *O Cativo da Terra*.³⁰ Segundo ele, a extensão do capitalismo ao campo não se deu pelo advento de relações de produção pautadas na compra e venda da força de trabalho: “Na verdade o capitalismo se estende ao campo quando se institui a propriedade capitalista da terra, através da classificação desta como equivalente de capital, isto é, renda territorial capitalizada.” (MARTINS, 1973, p. 25)

³⁰ A primeira edição do *Os camponeses e a política no Brasil* é de 1981. A primeira edição de *O cativo da terra* é de 1979. Segundo este ideário: “Trabalhar para vir a ser proprietário foi a fórmula definida para integrar o imigrante na produção do café.” (MARTINS, 1981, p. 60). No entanto, foi com base na extrema exploração do trabalho desses imigrantes que os fazendeiros de café constituíram sua riqueza em terras que passavam a ter benfeitorias, por meio do suor de um trabalhador sujeito a tremenda instabilidade, violência e dificuldades materiais.

Em *O Cativo da Terra*, a temática mais geral consiste nas questões relativas à constituição da propriedade privada da terra e à criação de relações de trabalho não capitalistas voltadas à produção de capital. Martins (1981) analisa o caso do Brasil a partir do processo de constituição da força de trabalho e das relações de produção que se definiu com a crise do escravismo no final do século XIX, culminando com criação do regime de colonato. Segundo o autor, ao se conformar o fim da escravidão, a terra teve de se tornar cativa, o que ocorreu através da Lei de Terras de 1850, para que uma nova fonte de capitalização ocorresse. A renda territorial capitalizada passa a ser o novo objetivo do fazendeiro, o que somente seria possível por meio da criação de uma relação de trabalho não capitalista que subsidiasse a acumulação capitalista. Neste caso, a relação de trabalho em foco é o colonato, possibilitado pela vinda de imigrantes. A ampla oferta de braços para os cafezais paulistas conjuntamente a um determinado ideário relativo ao trabalho permitiram que esses trabalhadores fossem os grandes “fazedores de fazenda” atribuindo valor a terra, que por si só não o teria, e enriquecendo os cafeicultores dessa região.

Martins (1981, p. 74) esclarece como na cafeicultura, a partir da constituição da propriedade privada da terra sob monopólio, há a subordinação do trabalho desenvolvido em bases não capitalistas e voltado para a produção de capital:

Se no regime escravista os recursos investidos na compra de escravos representavam a parcela principal do capital da fazenda, no regime de trabalho livre a parcela principal passou a se constituir no cafezal. Esse capital tinha, pois, uma clara procedência não-capitalista. A propriedade capitalista da terra assegurava ao fazendeiro a sujeição do trabalho e, ao mesmo tempo, a exploração não capitalista do trabalhador. Com base no monopólio sobre a terra, o fazendeiro de fato não empregava o formador do cafezal. Na prática, ele lhe arrendava uma porção do terreno para receber em troca o cafezal formado.

Martins (1986b) explica a forma como a terra é subordinada aos desígnios da produção capitalista realizando o seguinte percurso teórico. Ele parte da explicação das relações capitalistas de produção, cujo fundamento é a exploração do trabalho. O trabalhador produz mais valor do que recebe pela venda da sua força de trabalho, do qual o capital se apropria. Logo, o capital resulta do trabalho não pago. Esse raciocínio é feito para afirmar que a terra não pode ser considerada capital, uma vez que ela não é fruto do trabalho, mas, sim, um bem da natureza. “A terra é pois, um instrumento de trabalho qualitativamente diferente dos outros meios de produção.

Quando alguém trabalha na terra, não é para produzir a terra, mas para produzir o fruto da terra. O fruto da terra pode ser produto do trabalho, mas a própria terra não o é.” (MARTINS, 1986b, p. 160).

Para se apropriar da terra, o capital tem que pagar a renda fundiária à classe proprietária desse bem. A renda fundiária aparece como um tributo à produção capitalista, já que uma parte do capital tem que ser imobilizado de maneira improdutiva. O ônus desse tributo recai sobre o conjunto da sociedade, assim o sociólogo explica:

(...) podemos entender que a renda da terra não é paga por ninguém em particular porque ela é paga pelo conjunto da sociedade. Ela aparece primeiramente nas mãos do capitalista como se fosse um lucro extraordinário, que ele não se julga no direito de reter para si porque para ele o lucro é o pagamento pela propriedade dos instrumentos de produção, proporcional ao valor que esses meios têm. Ele conserva a parte que lhe cabe e passa adiante, ao proprietário da terra, a parte que cabe a este. Assim, a renda capitalista da terra também se distingue da renda pré-capitalista porque não tem o caráter de um tributo pessoal e sim o caráter de um tributo social. O conjunto da sociedade paga pelo fato de que uma classe, a dos proprietários, tem o monopólio da terra. A dedução não é feita sobre os ganhos deste ou daquele, mas sobre os ganhos do conjunto da sociedade, sobre a riqueza socialmente produzida, ainda que sujeita à apropriação privada do capitalista.” (MARTINS, 1986b, p. 164, 165)

A tendência do capital de tudo dominar também se exerce sobre a renda da terra. No Brasil, o capital atuaria de duas maneiras: se apropriando diretamente da terra, onde a renda é alta, o que ocorre com as grandes produções de cana, soja, pecuária de corte; ou, onde a renda é baixa, nos setores de produção de alimentos voltados para o mercado interno, o capital não se torna proprietário da terra, mas encontra maneiras de se apropriar da renda fundiária, por meio da extração do excedente econômico.

No caso da pequena propriedade, que Martins denomina de camponesa, a produção se daria de forma não-capitalista, por meio do predomínio do trabalho familiar e não do trabalho assalariado, e da produção não voltada para obtenção do lucro. Mas, pelo fato de a propriedade da terra ser capitalista, há a vinculação do camponês à reprodução ampliada do capital e às leis de mercado, pela sujeição da renda da terra ao capital. Na passagem abaixo, são esclarecidos os mecanismos pelos quais o campesinato é subjugado ao capital:

Onde o capital não pode tornar-se proprietário real da terra para extrair juntos o lucro a renda, ele se assegura o direito de extrair a renda. Ele não opera no sentido de separar o proprietário e o capitalista, mas no sentido de juntá-los. Por isso, começa estabelecendo a dependência do produtor em relação ao crédito bancário, em relação aos intermediários, etc. É um fato claro que toda a renda diferencial tem sido sistematicamente apropriada pelo capital no momento da circulação da mercadoria de origem agrícola. O que hoje acontece com a pequena lavoura de base familiar é que o produtor está sempre endividado com o banco, a sua propriedade sempre comprometida como garantia de empréstimos para investimento e sobretudo para custeio de lavouras. Sem qualquer alteração aparente na sua condição, mantendo-se proprietário, mantendo o seu trabalho organizado com base na família, o lavrador entrega ao banco anualmente os juros dos empréstimos que faz, tendo como garantia não só os instrumentos, adquiridos com os empréstimos, mas a terra. Por esse meio, o banco extrai do lavrador a renda da terra, sem ser o proprietário dela. Sem o perceber, ele entra numa relação social com a terra mediatizada pelo capital, em que além de ser o trabalhador é também de fato o arrendatário. Como a sua terra é terra de trabalho, não é terra utilizada como instrumento de exploração da força de trabalho alheia, não é a terra de uso capitalista, o que precisa extrair da terra não é regulado pelo lucro médio do capital, mas regulado pela necessidade de reposição da força de trabalho familiar, de reprodução da agricultura de tipo camponês. Por isso, a riqueza que cria realiza-se em mãos estranhas às suas, como renda que flui disfarçadamente para os lucros bancários, como alimento de custo reduzido que barateia a reprodução da força de trabalho industrial e incrementa a taxa de lucro das grandes empresas urbanas. (MARTINS, 1986b, p. 177)

A parte da obra de Martins que vai de fins da década de 60 até a década de 80 tem como fundamento a heterogeneidade estrutural do capitalismo dependente, tal como formulado por Florestan, suas investigações vão no sentido de desvendar as maneiras pelas quais o “arcaico”, visto como relações de produção não capitalistas, se vincula à acumulação capitalista no Brasil. Segundo Martins (1981, p.3), as relações de produção não capitalistas, tal como a camponesa no Brasil, se mantêm e são recriadas no interior do modo de produção capitalista:

Num plano mais geral, reputo como importante, a partir da retomada da constatação de que o capital é um processo, desenvolvida por Marx, a observação de que o próprio capital engendra e reproduz relações não capitalistas de produção. Pude chegar a esse ponto especialmente através de uma reflexão demorada sobre a análise que Marx faz da renda territorial na sociedade capitalista. Sendo a renda da terra de origem pré-capitalista, perde, no entanto, esse caráter à medida que é absorvida pelo processo do capital e se transforma em renda territorial capitalizada, introduzindo uma irracionalidade na reprodução do capital. A determinação histórica do capital não destrói a renda nem preserva o seu caráter capitalista – transforma-a, incorporando-a em renda capitalizada. Fiz dessa constatação uma hipótese que abrangesse não apenas relações pré-

capitalistas, mas o que o próprio Marx e, mais tarde Rosa Luxemburg definiram como não-capitalistas. (...)

Se é possível denotar uma continuidade na obra de Martins, localizada no período assinalado, é a busca por compreender a forma como se ligam capitalismo e tradicionalismo, como relações não capitalistas, no capitalismo dependente.³¹ Martins afirma o protagonismo do campesinato nas lutas agrárias brasileiras, a partir da idéia de que o fundamental é a ânsia do capital em sujeitar a renda da terra. Segundo Martins (1980): “As grandes inquietações no campo, os conflitos cada vez mais numerosos são determinadas pelo processo de expropriação da terra. A exploração do trabalho é um problema que aparece num segundo plano, muitas vezes embutida na propriedade e por ela escamoteada.” (p. 12) E mais adiante afirma que: “(...) é sério engano propor a exploração e não a expropriação como eixo principal da questão política no campo, (...)” (p. 20)

No início da década de 1980, a produção teórica de Martins sustenta sua defesa política de que era premente a inclusão das reivindicações camponesas na pauta de lutas dos partidos políticos, que ainda carregariam “vícios” do debate sobre a questão agrária na década de 60, uma vez que atribuíam papel predominante aos embates proletários no campo:

A situação do campesinato torna-se particularmente difícil neste momento porque as suas lutas avançaram muito adiante dos partidos políticos, clandestinos ou legais, premido pela rapidez e pela voracidade do avanço do capital e dos grandes grupos econômicos sobre a agricultura e sobre a terra. Os partidos políticos, de oposição, eventualmente com uma ou outra exceção entre os clandestinos, não têm conseguido nem incorporar as lutas camponesas nas suas próprias lutas político-partidárias nem incorporar as perspectivas camponesas de classe nos seus programas. Curiosamente, o que se viu foi apenas vaga repetição de formulações da esquerda anteriores a 1964, de certo modo obsoletas, e uma grande perplexidade diante das lutas camponesas atuais – seja as lutas dos camponeses

³¹ Esta idéia, inclusive, faz parte do título de um dos seus primeiros livros, compostos por oito artigos, escritos a partir de 1967: *Capitalismo e Tradicionalismo*. Neste livro, Martins (1975, p. 16) afirma: Os resultados iniciais da investigação mostram uma clara integração entre o rural e o urbano. Mostram que o nosso atraso agropecuário e o nosso progresso urbano-industrial não se explicam separadamente, constituindo um todo articulado. As possibilidades do comportamento de tipo empresarial, deliberadamente orientado para o lucro mediante adequada manipulação de meios, e da introdução crescente de técnicas modernas no campo, bem como da 'atualização' capitalista das relações de produção, mostram-se estreitamente relacionadas com essa realidade da economia brasileira.

posseiros de vastas regiões do país, seja as lutas dos camponeses proprietários, principalmente do sul, que se envolveram, nos últimos anos, em vários desentendimentos com o governo federal, sobretudo por problemas de preços agrícolas e desapropriação de terras destinadas à construção de usinas hidrelétricas. Predomina hoje nos partidos de oposição, recentemente autorizados a funcionar, uma concepção proletária da situação social e política, estando neles ausente a possibilidade e a necessidade de uma presença camponesa – para o que tais partidos teriam que se reformular amplamente, dentro dos partidos, de duas classes sociais básicas produzidas pelas contradições do capital e com ele antagonizadas: a dos operários e a dos camponeses, a dos que sofrem a exploração do capital e a dos que estão submetidos ao processo de expropriação pelo capital; cada qual com seu tempo histórico, a sua luta e a sua visão de mundo. (MARTINS, 1986b, p. 102)

1.2.4 A análise de Octávio Ianni sobre a questão agrária no Brasil.

O sociólogo Octávio Ianni compartilha com Florestan Fernandes a busca por compreender a particularidade do capitalismo brasileiro e é nesse contexto que se inserem suas investigações sobre a questão agrária. O capitalismo brasileiro seria marcado por um padrão de acumulação de capital, caracterizado pelo desenvolvimento desigual e combinado, o qual se fundamenta nas desigualdades e desequilíbrios, tanto regionais quanto os relativos à estrutura do subsistema brasileiro.³² Sobre as disparidades regionais, Ianni (1981a, p. 127) afirma:

(...) como sempre, os desenvolvimentos históricos da sociedade brasileira, em conjunto, e de suas regiões em especial, recolocam a questão da criação e recriação das desigualdades. Além das desigualdades entre as classes sociais, entre as raças e etnias, entre os homens e as mulheres, criam e recriam-se as desigualdades regionais. Mas essas desigualdades não se reproduzem nunca em termos do que os governantes federais e as burguesias regionais imaginam ser a dinâmica peculiar, curiosa, exótica do lugar: Nordeste, Piauí, Amazônia, Rio Grande do Sul, São Paulo. O que acontece é que essa dinâmica, que parece local,

³² “Em termos da sociedade brasileira, como um todo, as diversidades e desigualdades regionais constituem as bases do desenvolvimento desigual e combinado que caracteriza a formação social brasileira. Primeiro, uma região não repete a outra. São diversas e muitas as formas de organização do trabalho, os graus de integração à economia de mercado, as articulações nacionais e estrangeiras. Segundo, cada região se articula com a outra, em termos de fluxos de capital, tecnologia e força de trabalho, mercadorias, gentes e idéias.” (IANNI, 1984, p. 243)

está sempre governada, altamente determinada, pela dinâmica da produção predominante na sociedade, no conjunto do subsistema econômico brasileiro.

As desigualdades regionais são criadas e recriadas por possuírem um papel econômico e político fundamental, são elas que estão na base da pauperização absoluta das classes subordinadas, especialmente no campo. A manutenção dessas desigualdades ao longo da história do país foi possível devido à flexibilidade de nossa fronteira interna. Ianni (1984, p. 248) afirma que “Sob várias perspectivas, a história do Brasil parece ser a história de um povoamento que não termina.” Essas circunstâncias possibilitavam o arrefecimento das tensões sociais, fazendo perdurar os governos de cunho autoritário. O título de seu livro, que reúne vários artigos sobre o tema remete a essa idéia: *Origens agrárias do Estado Brasileiro*. A extrema exploração do trabalho no campo e a manutenção ao longo do século XX dessas condições estão na base do Estado autoritário tão frequente na história de nosso país:

(...) Esta flexibilidade, esta imensa fronteira interna que o país tem, e que possibilita a movimentação de excedentes populacionais de áreas de tensão, tem sido um dos segredos (não é o único), um dos segredos de por que é possível a persistência de governos de cunho oligárquico. O poder estatal pode ser razoavelmente autoritário porque existe uma fronteira, existe uma flexibilidade interna que possibilita que excedentes populacionais das áreas-problema, de tensão, sejam transferidos para áreas de certo modo territórios ‘livres’; fronteiras com possibilidades de construir fazenda, latifúndio, sítio, posse, colônia e assim por diante. E essa flexibilidade, inegavelmente, ajuda as classes governantes à não-resolução do problema do Nordeste; à não-resolução do problema do Rio Grande do Sul. (IANNI, 1984, p. 144)

As desigualdades e desequilíbrios também são vistas nas estruturas do subsistema brasileiro, nas relações existentes entre indústria e agricultura. Segundo Ianni (1984, p. 142), nossa sociedade foi profundamente marcada pelo campo. O período de intensificação da industrialização, nas décadas de 50 e 60, teria sido também resultado de “um ciclo da agricultura”, uma vez que grande parte dessa industrialização se realizou com recursos produzidos pela sociedade agrária. Houve um confisco de renda dos setores agropecuários para os setores urbanos. Mesmo o capital estrangeiro que financiou nossa industrialização foi pago com nossas exportações de café, cacau, açúcar.

A rigor, o proprietário do capital, principalmente a burguesia industrial, beneficia-se várias vezes da subordinação do campo à cidade, da agricultura à indústria. Primeiro pela garantia de suprimentos de gêneros alimentícios e matérias-primas. Segundo, devido à administração de preços pelo poder público, de acordo com os interesses da burguesia industrial. Administração essa que se mescla com as políticas governamentais de crédito, modernização tecnológica, quimificação e outras, em favor da indústria. Terceiro, pela produção de divisas com as exportações de gêneros e matérias primas, exportações essas favorecidas pelo poder público; divisas essas das quais se beneficiam bancos e indústrias, ou o grande capital financeiro. Quarto, pela garantia de reserva de força de trabalho no mundo agrário, o que representa sempre um manancial, tanto para a expansão da indústria como para deprimir os níveis de salários reais na cidade. (IANNI, 1984, p. 247)

Nesse contexto, é o trabalhador agrícola que constitui o centro do sistema de relações estruturais que caracterizam a dupla subordinação em que se encontra a sociedade agrária brasileira, cujo papel consiste em fornecer excedentes para as cidades e para o exterior. Segundo Ianni, o campo brasileiro, especialmente após 1964, tornou-se um mundo de produção de excedentes: para as cidades, para a indústria nacional e a exportação. Aquele que sustenta essa produção de excedentes, com o suor de seu trabalho diário é o trabalhador do campo, que constituiria o vértice de uma pirâmide invertida: “(...) no sentido em que o produto do seu trabalho se reparte por muitos, sobrando-lhe pouco.” (IANNI, 1984, p. 125)

Com a intensificação do processo de industrialização, a agricultura brasileira sofre profundas transformações, que se exacerbam no período da ditadura militar. Mas, não implicaram em crescente homogeneização das relações de produção e forças produtivas na agricultura ou regiões da economia rural:

(...) Ao contrário, criam-se e recriam-se as desigualdades e os desequilíbrios. Assim é que persistem e repetem-se diferentes formas de organização social e técnica da produção. São diversas as formas de subordinação do trabalho ao capital. E isso envolve distintas modalidades de organização do processo produtivo.(...) (IANNI, 1984, p. 168)

A história da agricultura brasileira no período de intensificação da industrialização no país é a história da subordinação das diferentes formas de organização do trabalho no campo ao

capital. Essas formas poderiam ser agrupadas em duas: a subordinação formal do trabalho ao capital, que se expressaria nos processos em que o trabalho do camponês passa a ser tutelado pelo capital; e a subordinação real do trabalho ao capital, vinculada à proletarização. Ianni não vê essas formas de subordinação como estanques, uma vez que posseiros expulsos do nordeste podem, num momento, vender sua força de trabalho, subordinando-se diretamente ao capital, em outro instante podem migrar em busca de terras devolutas e subordinar-se de maneira formal ao capital, pelos mecanismos utilizados para colocar a produção familiar a serviço da grande indústria, do comércio e dos bancos.

(...) À medida que a agricultura se subordina ao capital, à medida que a agricultura se transforma em indústria, há uma progressiva subordinação formal e real do trabalho ao capital. No caso das formas camponesas de produção – familiar, parceria, arrendamento, colonato e outras – é evidente a subordinação formal do trabalho ao capital. No caso das formas empresariais de organização da produção, generaliza-se a subordinação real do trabalho ao capital. (IANNI, 1984, p. 166-167)

Quanto à subordinação real, Ianni afirma que o proletariado rural cresceu ao longo das décadas, em todo o Brasil, tanto em termos quantitativos como qualitativos. “Estendeu-se a proletarização, no sentido de trabalhadores que vendem a sua força de trabalho, por tarefa, empreita, dia, semana ou mês.” (IANNI, 1984, p. 162). Mesmo nas áreas pioneiras, como na Amazônia, esse processo avança, vinculando-se à expropriação de posseiros, sitiantes, caboclos, índios e outras populações que anteriormente organizavam sua produção e consumo em termos familiares ou comunitários.³³ A monopolização das terras devolutas, tribais e outras determina a expulsão daqueles que delas tiram seu sustento, conformando a acumulação originária de capital como processo estrutural e não apenas em termos de gênese. Desse modo, generaliza-se o divórcio entre os produtores e a propriedade dos meios de produção.

O sociólogo também chama atenção para o fato de que diminui o proletariado permanente, mas cresce o número de temporários. Estes trabalhadores frequentemente moram na cidade ou possuem vínculos com ela o que permite que se estabeleçam ligações com o proletariado urbano.

Quanto à subordinação formal do trabalho dos camponeses ao capital, interessa observar a discussão que Ianni (1978) realiza em *A luta pela terra*, cujo objeto de análise consistiu na história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia, no município de Conceição do Araguaia, Sul do Pará.³⁴ A partir da década de 1970 evidencia-se o crescimento da subordinação formal do trabalho do camponês, do posseiro da região, ao capital. Conforme se desenvolve o capital industrial e o mercado interno, o camponês que, num período anterior podia subsistir alheio ao mercado, perde essa condição. Além de produzir excedentes que se destinam ao mercado, o camponês passa a direcionar parte do seu excedente para que possa adquirir aí boa parte dos itens que precisa para viver:

São várias as modalidades de expropriação do excedente econômico produzido pelo campesinato. Seja na venda ao comerciante atacadista, seja na venda no varejo da feira, em todas as situações, o camponês se vê expoliado de uma parte ou de todo o excedente da sua produção. Em certos casos, ele se vê espoliado inclusive de uma parcela do produto destinado à própria subsistência da unidade familiar. Mas esse é apenas um aspecto da questão. Talvez o mais visível. Na realidade, o que está ocorrendo é, ao mesmo tempo, o seguinte: A expropriação do excedente do campesinato por parte do capital industrial mediatizado pelo capital comercial. Em outros termos, o campesinato se transforma em consumidor de produtos industriais. A crescente necessidade de comercialização do produto da unidade familiar camponesa é impulsionada pela crescente necessidade de mercadorias produzidas pela indústria, desde o medicamento até o rádio de pilha. (...) (IANNI, 1978, p. 150)

Desse modo, a economia camponesa perde suas peculiaridades, deixando de ter como cerne o auto consumo, quando a produção de excedentes era apenas uma atividade secundária. O camponês passa a submeter-se crescentemente ao jugo do capital por várias formas, por exemplo, por meio da comercialização de seus produtos, pelos bens que precisa adquirir no mercado. Nesse ponto encontra-se um momento crucial da análise do autor, pois, pode-se visualizar a economia camponesa num quadro mais amplo de produção de mais valia, uma vez que ela:

³³ No livro *A luta pela terra*, Ianni realizou um intenso estudo sobre a história social da terra e da luta pela terra, numa região da Amazônia, no município de Conceição do Araguaia. O período abarcado foi 1897 a 1977.

³⁴ Um estudo clássico sobre a subordinação formal do camponês ao capital, no sul da país, encontra-se em SANTOS (1978)

(...) deixa de ser uma economia de produção de valores de uso e passa a ser uma economia de valores de troca. Nesse momento, ela passa a ser governada pela mais-valia, pelas exigências da produção de mais-valia. A unidade familiar camponesa transforma-se numa unidade do sistema econômico mais amplo de produção de mais-valia. E isso ocorre com a peculiaridade de que o sitiante, posseiro ou colono e seus familiares, transformam-se em produtores de mais-valia absoluta. Passam a produzir a mais-valia que resulta da extensão da jornada de trabalho. Trabalham de sol a sol, não mais apenas, ou principalmente, para o autoconsumo, mas principalmente, ou exclusivamente, para o comércio. E tudo isso com um mínimo de tecnologia. (IANNI, 1978, p. 151)

Essa análise permite a visão sobre o fundamento da questão agrária, que se expressa no conflito entre capital e trabalho. Esse processo também ocorre no que o autor denomina de áreas de recamponesação, presentes principalmente nas culturas cuja produção direta não interessa à grande indústria. Ianni (1984, p. 152) ressalta o fato de que o campesinato é recriado no interior do capitalismo brasileiro, articulado com a acumulação de capital:

No que diz respeito ao campesinato: o capitalismo, ao mesmo tempo que destrói ou modifica formas camponesas, recria formas camponesas de organização do trabalho. (...) em muitas áreas ocorre frequentemente uma recriação de formas camponesas anteriores, mas já articuladas com a produção mercantil. Às vezes articuladas em uma escala muito mais avançada. Mas é inegável a persistência e, até, o crescimento do campesinato rural. (...) Cresce numa forma nova, articulada com a produção mercantil, subordinada ao grande empreendimento econômico de comercialização, ou de produção e comercialização, que predomina no conjunto da agricultura.

O desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo, que abrange a acumulação originária, a monopolização da propriedade, a proletarização, leva, segundo Ianni, a uma nova fase de desenvolvimento, amadurecimento e articulação das classes sociais dominantes e subalternas. Assim como a ditadura colocou a Amazônia, política e economicamente a serviço da burguesia, houve também uma “unificação” das classes, em âmbito nacional.

Tanto as relações capitalistas de produção se generalizaram e desenvolveram, como as contradições de classes inerentes a essas relações se generalizaram e desenvolveram, por todas as partes e regiões da formação social capitalista brasileira. (...) **No conjunto, generaliza-se a subordinação formal e real do trabalho ao capital**, mesmo em casos de

caboclos, sitiantes, posseiros e índios. (...) Agora, o camponês e o operário rural não estão mais lá longe. Reentraram na história. (IANNI, 1979, p. 249, **grifo nosso**)

Ianni não atribui maior ou menor peso às lutas proletárias ou às camponesas, mas as encara como parte de uma totalidade. Sua análise, em nossa visão, ajustada à realidade brasileira, ressalta o elemento básico que ambas possuem em comum. Ao privilegiar a subordinação formal e real do trabalho ao capital como resultado do crescimento intensivo e extensivo no campo, esta análise lança luz sobre o conflito básico do modo de produção capitalista existente entre capital e trabalho, presente na diversidade de lutas no campo brasileiro.

1.3 Considerações Finais

Caio Prado publicou em 1966 *A revolução brasileira*, num esforço de mostrar os equívocos teóricos do PCB, que conduziam o partido para a defesa de reivindicações que não se ajustavam à realidade brasileira. Após profundos estudos sobre a formação do capitalismo e a questão agrária no Brasil, o historiador ressaltou que o essencial e fundamental em nossa economia agrária era a grande exploração rural, na qual vigorava predominantemente o trabalho livre, assim: “(...) o trabalhador não figura senão como força de trabalho a serviço do proprietário, e não se liga a ela senão por esse esforço que cede ao seu empregador.” (PRADO JR., 1968, p. 60) Ele se contrapunha às teses pecebistas que defendiam prevalecer no campo relações feudais de produção, que ligavam o senhor feudal à massa camponesa por um conjunto de relações de dependência e subordinação pessoais³⁵. Logicamente esse debate só pode ser compreendido no contexto em que se inseria, nos momentos decisivos de nossa industrialização e da formação das classes sociais subjacente a esse processo. Nessas circunstâncias a questão agrária emergia como problemática premente de respostas e dizia respeito diretamente à correlação de forças que se estabeleceria entre as classes proprietárias e as classes subalternas.

³⁵ Sobre este tema consultar GUIMARÃES (1968).

O eixo da luta política em Caio Prado era a trabalhista, por melhores condições de trabalho e vida no campo, uma vez que as variadas formas de remuneração da força de trabalho no campo brasileiro se equiparariam a uma relação de trabalho assalariada, capitalista, sendo falso imaginar em nossa realidade a transformação da população rural numa coletividade de camponeses pequenos produtores. A valorização do trabalho produziria uma série de consequências renovadoras na economia agrária brasileira, tais como a ampliação do mercado consumidor e o estímulo à produtividade agrícola. No entanto, a estratégia montada por ele não se restringia a essa luta; os problemas da pequena propriedade e as reivindicações por terra também eram contempladas. Por decorrência da valorização do trabalho, ao tornar inviável certas explorações de grande extensão, haveria a liberação de terras menos adequadas e estimularia o parcelamento das grandes propriedades. Eram propostas também medidas de ordem fiscal que ativariam um mercado de terras e permitiriam mais fácil acesso às pequenas propriedades.³⁶

O grande mérito e atualidade de Caio Prado consiste em apontar que, no que possuía de mais fundamental, a questão agrária não correspondia a um problema restrito ao âmbito agrônomo ou técnico, mas, dizia respeito a quais categorias e classes sociais se destinava a atividade produtiva no campo. Essa formulação aparece com clareza quando o autor critica a idéia de que a reforma agrária deveria ter como alvo o latifúndio improdutivo. Ao desfocar do problema crucial, ou seja, a apropriação da riqueza gerada no campo, a reforma agrária no latifúndio improdutivo escamotearia o problema agrário brasileiro, no que ele tem de essencial. Em suas palavras:

Não nos basta contudo saber o que o conceito de “latifúndio improdutivo” inclui. Precisamos também considerar o que ele certamente não inclui, mas nem por isso desfavorece menos os interesses que uma reforma agrária tem ou deve ter em vista. Não são positivamente “improdutivos” as grandes propriedades ocupadas com a exploração canavieira e outras que têm os graves efeitos econômicos e sociais que analisamos anteriormente. Retornamos aqui a um ponto que procuramos desenvolver com grande cuidado pela importância que assume: a distinção necessária que se há de fazer na consideração de qualquer atividade produtiva da agropecuária brasileira, a saber, a distinção entre as categorias e classes sociais a que se destina essa produtividade. O problema humano e social sobreleva o agrônomo, e antes de indagar do nível e padrão tecnológico da produção, devemos saber que categoria de indivíduos, e em que proporções, essa produção vai beneficiar. (PRADO JR., 1979, p. 79)

³⁶ Uma síntese sobre a estratégia de Caio Prado para enfrentar a questão agrária, nos anos de 1960, encontra-se em Rodrigues (2005). Ver também o trabalho de Rêgo (2000).

O aspecto que ressaltamos confere interesse na época presente, uma vez que a ditadura militar tão logo se estabeleceu no poder promulgou o Estatuto da Terra – Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. O Estatuto carrega exatamente essa idéia, que vigora até os tempos atuais, segundo a qual a reforma agrária estaria restrita a terras residuais, do latifúndio improdutivo ou terras devolutas. Esse dado nos revela a forma como a ditadura lidou com a questão agrária, tal como pretendemos abordar no próximo capítulo.

A interpretação sobre a questão agrária em Caio Prado deve ser compreendida a partir da análise que ele faz sobre a particularidade do capitalismo brasileiro. Ela estaria na base dos problemas de uma nação em formação, relativos à precariedade da conjuntura mercantil e ao caráter originário da economia e sociedade brasileira, os quais dotavam o capitalismo brasileiro de uma instabilidade econômica e social crônica, expressa na frágil base em que se assentava o processo de industrialização. A instabilidade adviria da extrema vulnerabilidade de uma economia subdesenvolvida, com um mercado interno pouco desenvolvido que não permitia previsões de longo prazo. A insegurança dos monopólios internacionais frente a essas circunstâncias dotava a atividade econômica desses grupos de uma natureza fortemente especulativa, oportunista, sujeita a sobressaltos e alterações abruptas. Assim, a realidade brasileira estaria passível de uma reversão colonial a depender das intempéries do contexto internacional ao qual nos subordinamos.³⁷(SAMPAIO Jr., 1999).

Florestan Fernandes nos fornece arcabouço teórico que elucida as características que conferem a manutenção do capitalismo brasileiro: a heterogeneidade estrutural, expressa no subdesenvolvimento, e a dependência externa. No cerne do subdesenvolvimento está a conservação do “atraso”, que se vincula à acumulação de capital, proporcionando excedentes para as classes burguesas internas e externas e, ao mesmo tempo, garante a perpetuação do desequilíbrio na correlação de forças que impede a presença ativa das classes subalternas na

³⁷ Quanto à extrema instabilidade da acumulação de capital destacada por Caio Prado, Sampaio Jr. (1999, p. 107) esclarece: “A impossibilidade de previsões razoavelmente seguras quanto à trajetória futura da economia faz com que a expectativa de longo prazo de valorização da riqueza capitalista se transforme em um calendoscópio ultrasensível. Por isso, o modo de organização do capital tende a assumir a forma mais líquida possível e a racionalidade burguesa tende a adquirir um caráter particularmente especulativo. Enfim, o ponto fundamental de sua argumentação é que a extrema instabilidade do processo de mercantilização das economias periféricas não permite que o mercado interno se afirme como horizonte de acumulação e como instância de validação social do circuito de valorização do capital.”

política. Para manter essa situação a burguesia brasileira se esforça para evitar qualquer ameaça ao padrão de dominação, impedindo que o seu controle sobre o Estado se deteriore. A essa luta constante contra a organização política dos de baixo, Florestan chamou de contrarrevolução permanente. Portanto, é a heterogeneidade estrutural do capitalismo sob a égide da burguesia brasileira que suporta o capitalismo dependente, ela assegura que os empreendimentos do grande capital tenham o maior ganho possível e não sejam ameaçados pelas classes exploradas.

No que tange à questão agrária, a análise de Florestan permite a compreensão sobre a perpetuação e, mesmo, a recriação da pequena propriedade, sob relações não capitalistas. Nos parece que buscando uma resposta para o debate da década de 60 que opunha os que acreditavam haver no campo o predomínio de relações feudais e os que defendiam haver o predomínio de relações capitalistas, Florestan defende que relações “arcaicas”, “atrasadas”, longe de serem feudais e passíveis de superação, faziam parte do padrão de acumulação no capitalismo dependente, no qual o “atraso” se comportaria como meio da acumulação capitalista e determinante do padrão de dominação vigente. Essas circunstâncias garantiam um ambiente propício à atuação do grande capital que estaria assegurado quanto às elevadas taxas de exploração do trabalho e quanto à manutenção da ordem.

A partir desta inspiração teórica, que enxerga os vínculos entre atraso e moderno como determinantes do capitalismo dependente, José de Souza Martins e Octávio Ianni formulam suas teorias sobre a questão agrária. Consideramos que ambos possuem contribuições seminais para a elaboração desse tema, mas, a análise de José de Souza Martins não deixaria claro um ponto que consideramos crucial para a compreensão da análise da questão agrária atual.

Martins afirma haver a subordinação da renda da terra e que esse seria o grande anseio do capital. Além disso, ele afirma que a luta quanto à exploração do trabalho assalariado no campo seria secundária. Consideramos que, não deixando de parte as dessemelhanças das relações e organização do trabalho por todo o país, o fundamental para compreender a permanência da questão agrária é enxergar o que unifica o conjunto das classes exploradas no campo. O que as unifica é o fato de estarem, tanto os trabalhadores assalariados, quanto os camponeses, sob a tutela do capital. Expressando, portanto, a contradição essencial do modo de produção capitalista entre capital e trabalho.

Martins afirma, em trecho citado em nosso trabalho, que a renda da terra aparece como um “tributo” que toda a sociedade paga aos proprietários de terra, retomamos esse argumento do

autor para trazer uma explicação adicional para a discussão do sociólogo e também para robustecer alguns aspectos que convirão à nossa interpretação sobre a questão agrária no Brasil. Recorremos à Marx para ressaltar dois pontos.

Primeiramente, é preciso ter claro que a renda da terra é parte da mais-valia produzida pelo capital, ou seja trabalho explorado não pago, trabalho excedente; é partindo dessa premissa que Marx (1974, p. 942) a trata:

Na sociedade capitalista, a mais-valia ou produto excedente – se abstraímos das oscilações fortuitas da distribuição e consideramos a lei que a regula, os limites que a normalizam – se reparte entre os capitalistas como dividendos na proporção da cota, pertencente a cada um, do capital social. A mais valia aí se representa no lucro médio, que pertence ao capital e por sua vez se fraciona em lucro do empresário e juro, e nessas duas categorias pode caber a diferentes espécies de capitalistas. Entretanto, essa colheita e repartição da mais-valia, ou do produto excedente, pelo capital encontra limites na propriedade fundiária. Se o capitalista ativo extrai do trabalhador o trabalho excedente e, por conseguinte, na forma de lucro, a mais valia e o produto excedente, o dono da terra por sua vez tira do capitalista parte dessa mais valia ou trabalho excedente, na forma de renda, (...)

Um segundo ponto seria: em Marx, a renda da terra é vista na dinâmica do desenvolvimento do modo produção capitalista e da divisão social do trabalho que lhe conforma.³⁸ Ela corresponde a parcela do trabalho excedente produzido pela totalidade do trabalho social, por essa razão é possível enxergá-la como um “tributo” que toda a sociedade paga aos proprietários de terra. Em suas palavras:

A renda fundiária só pode desenvolver-se como renda monetária no sistema de produção de mercadorias, mais precisamente na produção capitalista, e se desenvolve na mesma medida em que a produção agrícola se torna produção de mercadorias; portanto, na mesma medida em que a produção não agrícola possui em relação à agrícola desenvolvimento autônomo, pois é na medida desse desenvolvimento que o produto agrícola se torna mercadoria, valor-de-troca e

³⁸ Segundo Marx (1974, p. 731) os produtos agrícolas: “(...) são mercadorias, valores-de-uso, que possuem valor-de-troca realizável, conversível em dinheiro apenas na medida em que outras mercadorias constituem equivalentes para eles, outros produtos os confrontam como mercadorias e como valores; na medida em que, portanto, não são produzidos como meios diretos de subsistência para os próprios produtores, mas como mercadorias, como produtos que só se tornam valores-de-uso, depois de transformados em valor-de-troca (dinheiro), depois de alienados. O mercado dessas mercadorias desenvolve-se por meio da divisão social do trabalho; a dissociação dos trabalhos produtivos transforma os respectivos produtos reciprocamente em mercadorias, em equivalentes, faz que eles, uns aos outros, sirvam de mercado. Nada disso é privativo dos produtos agrícolas.”

valor. A produção de mais valia e de produto excedente aumenta na mesma medida em que, com a produção capitalista, a produção de mercadorias acresce e por conseguinte a produção de valor. E na mesma medida em que aquela aumenta, desenvolve-se a capacidade da propriedade fundiária de apoderar-se – em virtude do monopólio sobre a terra – de parte crescente da mais-valia, e de elevar por isso o valor da sua renda e o próprio preço do solo. O capitalista é todavia agente automático do desenvolvimento dessa mais-valia e desse produto excedente. O proprietário da terra só tem de apoderar-se da porção, que cresce sem sua interferência, do produto excedente e da mais valia. (MARX, 1974, p. 731-732)

Portanto, antes de o capital assenhorar-se da renda, um traço que deve ser posto em primeiro plano é que a renda é fruto do trabalho excedente, explorado, não pago. Dado, que, obviamente Martins não ignora, mas, em algum momento parece ficar em segundo plano na sua análise.

Consideramos os estudos de Ianni sobre a questão agrária bastante esclarecedores para compreendermos o MST, já que enxergamos este movimento como expressão da contradição essencial entre trabalho e capital. Com o avanço do desenvolvimento do capitalismo no campo, intensificam-se a subordinação formal e real do trabalho ao capital. Estas transformações aprofundam-se a partir da ditadura militar iniciada em 1964.

No próximo capítulo discutiremos a questão agrária neste período de nossa história, em que aguçaram-se as contradições entre capital e classes exploradas no campo, constituindo o contexto no qual houve a formação de um movimento nacional de luta pela terra, como o MST.

Capítulo 2: A questão agrária na ditadura militar e o contexto para o surgimento do MST.

2.1 Antecedentes – Décadas de 1950 e 1960.

O contexto econômico e político dos anos de 1950 foi de significativas transformações com a intensificação do processo de industrialização, a crescente formação do proletariado nas cidades e também no campo e o avanço das relações capitalistas nas áreas rurais. As classes exploradas tiveram um significativo ascenso político. São numerosos os conflitos sociais por terra e por direitos trabalhistas nas produções agrícolas. O Nordeste é emblemático neste sentido, foi nesta região que surgiu a luta social rural mais conhecida do período, as chamadas Ligas Camponesas, que vivenciaram a crescente politização dos seus membros:

As ligas camponesas, surgidas como órgãos de assistência mútua, pouco a pouco se transformaram em associações políticas de lavradores. (...) Com a colaboração de partidos políticos, intelectuais e líderes políticos (dentre os quais encontravam-se Francisco Julião, Paulo Freire, Padre Melo, Miguel Arraes, Gregório Bezerra, um setor do clero católico, o PTB, o PCB e o PSB) as massas rurais adquiriram uma nova compreensão política da sua posição no processo produtivo e no contexto político do Nordeste. (...) (IANNI, 1984, p. 212):³⁹

As Ligas buscaram enfrentar a exploração por meio do cambão (obrigação de dar gratuitamente ao proprietário da terra dias de trabalho), do aumento extorsivo do foro e contra as ameaças de expulsão da terra. Essas lutas adquiriram elevada importância política, colaborando para que o governo federal tivesse que agir na região, por meio da criação, em 1958, da SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste)⁴⁰:

³⁹ A importância política das Ligas foi crescendo significativamente no período, tal como registrou Antonio Callado, em reportagem feita à época na região: “Em Pernambuco suas Ligas Camponesas já são aceitas, por muitíssima gente, como uma fatalidade. Aliás, registrada a Sociedade dos Plantadores em janeiro de 1955, já a 1º de maio de 1956 Francisco Julião trazia 600 camponeses ao Recife. No ano passado, para o 1º Congresso de Forreiros e Pequenos Proprietários Rurais, trouxe 3000 deles, que conduziu em marcha até a Assembléia Legislativa, onde houve uma sessão dedicada à Reforma Agrária.” (CALLADO apud IANNI, 1984, p. 212)

⁴⁰ Este órgão voltava-se aos seguintes temas: industrialização, colonização, modernização das estruturas político-administrativas estaduais e municipais, organização, dinamização e comercialização do setor artesanal da economia e planejamento.

(...) a SUDENE surgiu num momento em que se revelaram de modo particularmente aberto e intenso os antagonismos da sociedade do Nordeste. Ou melhor, ela foi criada numa época em que as desigualdades econômicas e sociais naquela região adquiriram conotações políticas de cunho pré-revolucionário. No momento em que camponeses e operários rurais deixaram de acomodar-se às soluções de tipo oligárquico (consubstanciadas nos padrões de controle social e liderança política próprios do coronelismo), (...) a SUDENE não foi senão uma das soluções dadas ao agravamento das contradições políticas no Nordeste. (IANNI, 1984, p. 210-211)

Nos anos posteriores, já no governo Goulart, os conflitos no Nordeste adquirem ainda maior amplitude, segundo Moniz Bandeira (1978, p. 56):

Enquanto na Paraíba, tropas do Exército, por ordem do General Artur da Costa e Silva, reprimiam, violentamente, uma passeata de milhares de lavradores, que protestavam contra o assassinio de um dos seus líderes, o camponês João Pedro Teixeira, a mando dos fazendeiros da região, no interior de Pernambuco multidões famintas saquearam mercados e armazéns, compelindo o Governador Cid Sampaio a desapropriar estoques de feijão, milho e farinha, para garantir o abastecimento das cidades. Comerciantes, latifundiários e industriais de Pernambuco reuniram-se em assembléia permanente e solicitavam ao Governo Federal medidas imediatas para debelar “convulsão social reinante” (...)

Foi também expressivo o número de conflitos no campo relacionados com a disputa de terras entre posseiros e grileiros, em regiões onde a terra foi valorizada. No Paraná, ocorreu em 1950 a Guerrilha de Porecatu, ocasionada pela cessão, por parte do governo do estado, de terras ocupadas por posseiros a grandes fazendeiros, gerando um sério conflito entre eles. No sudoeste do mesmo estado, numa região de expansão da fronteira agrícola, nas regiões de Pato Branco, Francisco Beltrão e Capanema, ocorreu, em 1957, um conflito entre posseiros e companhias colonizadoras (RÊGO, 1979). Em Goiás, em uma área valorizada pela rodovia Transbrasiliana ocorreu a Revolta de Trombas e Formoso entre 1952 e 1957 (MARTINS, 1986).

No sudeste, particularmente em São Paulo, foi grande o número de greves motivadas pela extinção do direito de plantar culturas de cultivo próprio que eram pertinentes aos trabalhadores sob o regime do colonato.

Como parte importante das lutas dos trabalhadores está a criação da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), durante a II Conferência Nacional dos Lavradores, realizada em São Paulo, em 1954. Foram definidas nessa conferência as frentes de luta desta organização: “reforma agrária; título de propriedade plena a posseiros; adoção de medidas de apoio à produção, de combate aos regimes semifeudais de exploração do trabalho (cambão, meia) e, o estímulo à criação de sindicatos de trabalhadores rurais.” (CONTAG, 2012, p. 14) (; p.14) Esta organização está na origem da criação da Contag (Confederação dos Trabalhadores Agrícolas).

Em 1963 foi promulgada a lei sobre o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.914, de 2 de março deste ano). Prado Jr. (1979) apontou suas deficiências, já que o legislador não teria levado em conta as diferenças profundas que existem nas relações de trabalho no campo em comparação com as da indústria e comércio. Teria havido uma transposição para o trabalhador rural das disposições legais que já faziam parte da legislação trabalhista da área urbana. Apesar dos problemas apresentados pelo Estatuto, era inegável a sua importância e a necessidade de torná-lo objeto de luta política a fim de que houvesse sua efetiva aplicação. Octávio Ianni ressalta o seu potencial transformador: “Esse Estatuto definia com precisão as condições de oferta e demanda no mercado de força de trabalho no campo. Dadas as condições de trabalho vigentes em amplos setores da sociedade agrária, então, ele representava uma técnica de reforma social.” (IANNI, 1977, p. 254)

É possível afirmar que a ditadura militar instaurada em 1964 estava imbuída dos interesses contrários às transformações políticas por que passava o país. Especialmente no campo, eram muitas as ameaças à ordem: as lutas por terra, as greves, as conquistas expressas na formação de organizações políticas dos camponeses e trabalhadores rurais e na promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural. Além disso, o governo do presidente João Goulart se comprometera com as reformas de base e contava com o ascenso político das classes exploradas para apoiá-lo. Segundo Bandeira (1974), em 13 de março perante uma multidão de 200 000 pessoas arregimentadas pelos sindicatos e outras organizações Goulart anunciou a adoção de medidas que seriam implementadas por meio de decretos, entre elas a desapropriação de terras valorizadas pelos investimentos públicos, ou seja, das terras às margens das rodovias e açudes. O presidente ainda proclamou a mensagem que remeteria ao Congresso com as reformas previstas, entre as quais estava a: “Reforma Agrária, com emenda do artigo da Constituição que previa a

indenização prévia e em dinheiro.”⁴¹. Embora não fosse uma proposta socialista, as reformas defendidas pelo presidente possuíam um conteúdo que descontentava significativamente os interesses dos latifundiários, da grande burguesia comercial e do próprio imperialismo norte-americano, pois, trazia a tentativa de reorientar a produção agrícola ao mercado interno, combatendo a predominância das exportações:

A reforma agrária, proposta por Goulart ao Congresso, orientava-se pelo princípio de que o uso da propriedade é condicionado ao bem estar social, não sendo lícito manter a terra improdutiva por força do direito de propriedade. Assim, mediante pagamento em títulos públicos de valor reajustável, o Governo poderia desapropriar todas as terras não exploradas ou ‘parcelas não exploradas de propriedade parcialmente aproveitadas, quando excedessem a metade da área total’. A produção dos gêneros alimentícios para o mercado interno teria prioridade sobre qualquer outro emprego da terra, tornando-se obrigatória sua existência em todos os estabelecimentos agrícolas ou pastoris. O governo também fixaria a proporção mínima da área de cultivo de produtos alimentícios para cada tipo de exploração agropecuária nas diferentes regiões do País. E em todas as terras destinadas a culturas haveria rodízio, sendo a quarta plantação, forçosamente, de gêneros alimentícios para o mercado interno. (BANDEIRA, 1974, p. 164)

Diante dessas lutas e acontecimentos que destacamos, Ianni (1981a, p. 194) afirma que vivíamos no país um momento pré-revolucionário, já que em vários setores da sociedade as classes exploradas se organizavam na luta pelos seus interesses, e, nesse sentido, a ditadura significou uma contrarrevolução:

A ditadura formou-se e desenvolveu-se como contra-revolução. O bloco de poder que organizou, planejou e deu o golpe de Estado de 31 de março de 1964, e consolidou-se no controle do aparelho estatal, na prática realizou uma ampla e brutal contra-revolução. Foi a resposta da grande burguesia financeira e monopolista (associada com setores de classe média, da Igreja, militares, policiais,

⁴¹ “(...) informado pela mobilização em torno das reformas de base, o presidente João Goulart enviou ao Congresso Nacional um Anteprojeto de Lei de reforma agrária que implicava a modificação do artigo 141, parágrafo 16, para tornar possível a indenização em títulos da dívida pública, títulos especialmente emitidos para esse fim, resgatáveis no prazo de 20 anos. O valor da indenização dos imóveis desapropriados por interesse social poderia corresponder, a critério do expropriante: ao valor estipulado pelo proprietário por ocasião de sua declaração de rendimentos para efeito do imposto de renda; ao valor da propriedade, para efeito da cobrança do imposto territorial; ou ao valor estabelecido em avaliação judicial. O Anteprojeto vinha precedido de uma exposição de motivos que colocavam a reforma agrária como indispensável à continuidade do desenvolvimento e à melhoria dos índices de produtividade no campo, sendo enviado à Câmara no dia 22 de março de 1964, dias antes, portanto, do golpe militar que derrubou o governo democraticamente eleito.” (SILVA, 1997, p.20)

latifundiários, burocratas, tecnocratas e outros grupos ou facções de classes) ao ascenso político da classe operária e do campesinato. Nos anos 1961-64, havia ocorrido um intenso e amplo desenvolvimento político do proletariado urbano, proletariado rural e campesinato, em termos de organização, conscientização, reivindicações e lutas. (...) Por dentro e por fora do populismo, nos sindicatos urbanos e rurais, nas ligas camponesas, junto às igrejas, nos partidos, sob várias formas, o proletariado e o campesinato realizaram um grande avanço político nas décadas anteriores ao golpe de 64, em particular nos anos 61-64, quando se desenvolve e agrava a crise do populismo. Sob vários aspectos, pois, o golpe de 64 e a ditadura militar organizada desde então foram uma resposta contra-revolucionária, da grande burguesia financeira e monopolista, ao ascenso político dos operários e camponeses.” (IANNI, 1981, p. 194)

2.2 O papel do Estado e a questão agrária

Segundo a obra de Florestan Fernandes, a Revolução Burguesa no Brasil foi permanentemente remodelada por dinâmismos das economias capitalistas centrais e do mercado capitalista mundial, conformando uma economia dependente regida pela dupla articulação do desenvolvimento desigual interno e pela dominação imperialista externa. Uma das bases que sustentaram esta realidade histórica, segundo o mesmo autor, consistiu na militarização do Estado. Florestan descreve as fragilidades da burguesia brasileira, refém dos interesses externos ao mesmo tempo em que tem que manter as profundas desigualdades sociais internas para preservar seu poder político e econômico. Esta burguesia possuiria então um tipo especial de impotência

(...) que faz convergir para o Estado nacional o núcleo do poder de decisão e de atuação (...) O que esta não pode fazer na esfera privada tenta conseguir utilizando, como sua base de ação estratégica, a maquinaria, os recursos e o poder do Estado. Essa impotência (...) colocou o Estado no centro da evolução recente do capitalismo no Brasil e explica a constante atração daquele setor pela associação com os militares e, por fim, pela militarização do Estado e das estruturas político-administrativas (...) (FERNANDES, 2006, p. 357)

A partir de 1964 se definiram mais claramente estas características da Revolução Burguesa no Brasil. A submissão aos interesses externos e a manutenção das desigualdades internas apareceram fortemente como compromisso do Estado, circunstâncias expressas na forma como foi conduzida a questão agrária no período. A ditadura instaurada não realizou Reforma

Agrária, reprimiu violentamente os conflitos por terra e criou as condições para que a força de trabalho no campo, especialmente no norte e no nordeste do país, fosse violentamente explorada. Segundo Ianni (1977, p. 233), os governos militares atuaram na reelaboração das condições de funcionamento do mercado de capital e força de trabalho, ou seja, reformularam “(...) as relações de produção, segundo as exigências da reprodução capitalista e da expansão do setor privado.” A atuação do Estado voltou-se a manter o *status quo*, o que na formação histórica brasileira significa manter a intensa exploração do trabalho no campo, fundamento das extraordinárias taxas de mais valia extraídas no país.

Em nenhum caso pretendeu-se especificamente, modificar as estruturas sociais e políticas. Em geral, adotaram-se diretrizes destinadas a assegurar a viabilidade e a prosperidade do sistema econômico vigente na forma concebida pelos governantes(...) Essa foi uma das principais razões por que o Estado não foi levado a alterar as condições de posse e uso da terra. (IANNI, 1977, p. 252)

Trataremos nos próximos itens de alguns aspectos que expressam a forma como atuaram os governos militares, exercendo este papel de manutenção do *status quo* e na garantia das condições propícias a máxima exploração do trabalho no campo. Partiremos de uma análise da lei agrária criada em 1964, o Estatuto da Terra e, em seguida, enfocaremos a política agrária do período.

2.2.1 O Estatuto da Terra

O Estatuto da Terra foi a lei agrária promulgada logo no início da ditadura militar, em 1964. Existem diferentes visões que justificariam a criação desta legislação. Segundo um dos formuladores do documento, o agrônomo José Gomes da Silva haveria algumas razões políticas para o estabelecimento desta Lei agrária: desde o objetivo de tirar essa bandeira da mão das esquerdas até os seminários sobre o tema dos quais Castelo Branco participou em Recife no ano de 1962. Além da assinatura da Carta de Punta del Este, em que o Brasil se comprometeu a realizar a Reforma Agrária (SILVA, 1985). Já José de Souza Martins (1986, p. 88) afirma que o Estatuto expressa o empenho dos militares em reduzir a questão agrária a uma “questão política aceitável”:

O progressivo envolvimento dos militares na questão fundiária está diretamente relacionado com a tentativa de reduzir a questão agrária a uma questão política aceitável, com a tentativa de administrar o conflito no campo sem impor aos grandes proprietários de terra o confisco de suas propriedades, sem impor uma reforma agrária unilateral que liquidasse de uma vez a base econômica das oligarquias.

A historiadora Lígia Osório Silva (1997, p. 20-21) destaca a desmobilização dos movimentos sociais no campo e a pressão norte americana como razões importantes para explicar a elaboração do Estatuto da Terra:

(...) o Estatuto da Terra veio em resposta a duas ordens de fatores: de um lado, aos movimentos sociais do campo, principalmente do nordeste e à grande mobilização popular reformista dos anos 50 e 60, ambos processos estancados pelo golpe de março de 1964; e, de outro, à pressão norte-americana pela adoção de um programa de reformas para o campo. Os militares procuraram dar uma resposta à necessidade de modernização rural ‘dentro da lei e da ordem’, desbaratando os movimentos camponeses organizados. (...) A ação militar e policial contra os trabalhadores rurais, seus líderes e suas organizações pôs fim às pressões da população rural pela reforma. (...)

Assim, o reconhecimento da necessidade de reformar a estrutura agrária pelos militares brasileiros precisou ser precedida do afastamento dos principais interessados do processo.

José Gomes da Silva (1997) conta que no dia 26 de outubro de 1964, o Presidente enviou ao Congresso a Mensagem nº33, encaminhando o Projeto de Lei que dispunha sobre o Estatuto da Terra, baseado na suposição de que seria aprovada a Emenda constitucional que abriria o caminho para o mesmo. A Emenda continha a proposta de mudança do artigo 141 da Constituição de 1946, o qual restringia a desapropriação de terras públicas apenas em troca de pagamento em dinheiro.⁴² Enfim, a emenda aprovada em 10 de novembro de 1964 introduziu a possibilidade de pagamento das desapropriações mediante pagamento em títulos da dívida pública, abrindo caminho institucional para a Reforma Agrária.

Tratou-se da primeira lei que deu diretrizes para a realização de uma reforma agrária, definida nos seguintes termos: “Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim

⁴² Importa ressaltar que a mesma Emenda havia sido negada quando foi proposta por Goulart, bem como gerou forte instabilidade no seu governo. Aponta-se a defesa da reforma agrária bem como as ações favoráveis a ela como razões que contribuem para explicar o golpe de 1964.

de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.” (Lei nº 4.504, Art.1º, §1º).

No segundo artigo da Lei aparecia a idéia de que a propriedade da terra deveria cumprir sua função social: “É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta lei.” Cumpriria sua função social a propriedade que: favorecesse o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutavam, mantivesse níveis satisfatórios de produtividade, assegurasse a conservação dos recursos naturais e observasse justas relações de trabalho de acordo com as disposições legais. A lei também estabelecia qual seria a origem dos recursos financeiros necessários à Reforma Agrária⁴³. E instituía a necessidade da elaboração de um Plano Nacional de Reforma Agrária, sob responsabilidade do IBRA (que posteriormente foi substituído pelo INCRA).⁴⁴ Este Plano não foi elaborado durante a ditadura e tornou-se uma das bandeiras dos defensores da Reforma Agrária em meio à luta pelo retorno das eleições diretas.

O Estatuto da Terra definia as diretrizes para a realização de uma reforma agrária, no entanto, nada foi realizado neste âmbito.

Havia ainda no Estatuto uma série de normas incentivadoras do “desenvolvimento rural”, as quais expressam em grande medida as diretrizes que guiaram a política agrária da ditadura. Apareciam no Estatuto as três linhas de apoio aos grandes projetos agropecuários, relacionadas à: a) colonização privada; b) incentivos fiscais a projetos agropecuários nas áreas da SUDAM e SUDENE; c) Concentração espacial de investimento e das aplicações subsetoriais em reflorestamento e pesca e infraestrutura geral e específica.

O que chama a atenção é que essas linhas de apoio vão no sentido contrário ao de uma reestruturação fundiária, uma vez que acarretam a valorização de terras. Segundo Delgado (1985, p. 104):

Observe-se que toda essa gama de benefícios diretos ou indiretos à propriedade fundiária, que supostamente se inscrevem nos ditames da ‘política de

⁴³ A Lei também trazia outros avanços: a instituição de um cadastro de todas as propriedades de terra do país; a criação de um organismo público federal (IBRA) para realizar tal cadastro, desapropriar terras e promover a colonização de terras públicas; a classificação geral para todas as propriedades de acordo com tamanho, utilização e capacidade produtiva; critérios de pagamentos para áreas desapropriadas mais razoáveis, uma vez que permitia o ressarcimento em títulos da dívida pública resgatáveis em vinte anos; a obrigatoriedade do Imposto Territorial Rural (ITR), a criação do conceito e da possibilidade de formação de cooperativas. (STÉDILE, 2005)

⁴⁴ Nos Artigos 33 e 34 da referida Lei.

desenvolvimento rural', é, na verdade, um enorme reforço ao movimento de valorização da propriedade, um enorme reforço ao movimento de valorização da propriedade territorial, que de resto está presente endogenamente no processo de desenvolvimento capitalista. Está, também, em clara oposição ao espírito do Estatuto da Terra, relativamente às normas que tratam de limitar a formação de latifúndios rurais, que infelizmente ficaram definidas por critérios puramente físicos de dimensão econômica.

Sendo assim, o Estatuto da Terra estava imbuído do espírito que pautou a política agrária da ditadura, relativa ao favorecimento do grande capital, no entanto, representou a primeira legislação sobre a Reforma Agrária no país, definindo seus marcos, seus limites, expresso nos parâmetros legais que restringiam a distribuição de terras, de forma a não afetar os interesses das “empresas rurais”.⁴⁵ Se, no que tange aos interesses das classes exploradas, ele não foi aplicado e pode-se dizer que se tratou de um embuste dos militares, a sua importância histórica está na definição dos limites da luta pela terra a partir de então.

2.2.2 A política agrária dos militares

A política agrária dos militares para o campo está explicitada em grande medida na forma como foi percebido o Estatuto da Terra, do qual lançou-se mão para provocar o esvaziamento da luta pela terra. Em todo o período, a forte repressão foi a resposta recorrente para os conflitos, através das perseguições a lideranças, assassinatos, torturas, ações que conseguiram desorganizar as lutas no campo na ditadura.

O diagnóstico inicial dos militares sobre a questão da terra indicava que se tratava de um problema de extrema periculosidade à “ordem”, daí a necessidade de um instrumento que serviria para impedir que os conflitos no campo ganhassem mediações políticas. Somente quando houvesse uma tensão mais forte em algum ponto específico, o Estatuto seria utilizado para legitimar uma desapropriação para fins sociais (MARTINS, 1986). Ao mesmo tempo em que

⁴⁵ Uma vez que protegia de desapropriação os imóveis considerados “empresa rural”. No Artigo 4º, inciso IV, define-se “Empresa rural” como: “empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico da região em que se situe e que explore área mínima agriculturável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo. Para esse fim, equiparam-se às áreas cultivadas, as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias.”

outras vítimas de conflitos seriam reassentadas em regiões pioneiras, mais especificadamente, na Amazônia.

Nesse período, os militares, com o auxílio de intelectuais vinculados ao regime, trabalharam fortemente no intento de extrair do debate político a questão agrária, transfigurando-a em uma questão agrícola, a partir de um viés economicista que considerava o problema do campo restrito: à oferta e à demanda de produtos agrícolas, aos seus efeitos sobre os preços, ao emprego e ao comércio exterior; tirando de cena as discussões sobre a estrutura agrária concentrada.

Na Tabela 1⁴⁶ é possível verificar o índice de concentração fundiária no país desde 1930 a 1970. Esses índices constituem medidas estatísticas dos graus de concentração e de distribuições de frequência, cuja amplitude de variação vai de zero a um; quanto mais eles se aproximam deste número, tanto maior o grau e desigualdade da distribuição. Pode-se constatar que ao longo das décadas muito pouco se altera a estrutura fundiária no país, aprofundando-se a concentração em alguns estados:

⁴⁶ (1) Até 1940, inclui o antigo Território de Rio Branco, depois Roraima. (2) Até 1940, inclui o Território do Amapá. (3) Nos Censos de 1950 e 1960, excluída a Serra dos Aimorés. (4) Nos Censos de 1940 e 1950, excluído o antigo Distrito Federal, depois Estado do Guanabara. (5) Até 1940, inclui o antigo Território do Guaporé, depois Rondônia. (6) Até 1950, inclui o atual Distrito Federal.

Tabela 1– Evolução dos Índices de Gini da Distribuição da Posse da Terra no Brasil

Estados	1920	1940	1950	1960	1970
Acre	0,940	0,820	0,904	0,932	0,619
Amazonas (1)	0,902	0,909	0,924	0,958	0,736
Pará (2)	0,875	0,905	0,889	0,831	0,882
Maranhão	0,740	0,914	0,934	0,920	0,926
Piauí	0,819	0,789	0,805	0,832	0,892
Ceará	0,717	0,748	0,752	0,752	0,791
Rio Grande do Norte	0,720	0,776	0,812	0,803	0,853
Paraíba	0,743	0,779	0,811	0,817	0,823
Pernambuco	0,623	0,782	0,837	0,844	0,838
Alagoas	0,716	0,858	0,848	0,836	0,836
Sergipe	0,736	0,823	0,816	0,830	0,854
Bahia	0,797	0,793	0,802	0,786	0,801
Minas Gerais (3)	0,724	0,753	0,764	0,763	0,751
Espírito Santo (3)	0,581	0,529	0,541	0,550	0,604
Rio de Janeiro (4)	0,730	0,744	0,779	0,768	0,790
São Paulo	0,764	0,773	0,773	0,795	0,779
Paraná	0,810	0,749	0,734	0,700	0,702
Santa Catarina	0,768	0,693	0,674	0,667	0,647
Rio Grande do Sul	0,802	0,767	0,761	0,755	0,756
Mato Grosso (5)	0,769	0,819	0,834	0,902	0,929
Goiás (6)	0,784	0,787	0,768	0,767	0,738
Brasil	0,832	0,833	0,844	0,842	0,844

Fonte: SZMERECSÁNYI (1986)

Reprimindo as organizações que lutavam pela reforma agrária e mantendo as condições que possibilitavam a máxima exploração do trabalho no campo, as ações políticas do governo voltaram-se para o aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria e de ambos com o setor externo, por meio de sua política agrícola e comercial.⁴⁷

Foram fornecidas linhas de crédito agrícola subvencionadas pelo Estado às grandes propriedades e estimulou-se a adoção de pacotes tecnológicos da “Revolução Verde”, à época sinônimos de modernidade. Quanto à política de financiamento da agricultura pelo Estado brasileiro, Delgado (1985, p. 79-80) afirma:

Esta política revela uma trajetória expansionista desde o início de sua formulação efetiva – a partir de 1967 – até 1976. Este subperíodo é marcado por um crescimento inusitado das aplicações reais de crédito, bastando, para ilustrar tal afirmação, indicar que, entre 1969 e 1976, o índice de valor real do crédito rural concedido passou de 100 a 444 (...). Tal elevação corresponde ao crescimento geométrico no período 1969-76, de 23,8% a.a, que é várias vezes superior ao crescimento real do produto agrícola, situado em torno de 5% a.a, (...) O volume de crédito concedido por finalidade e as taxas reais negativas, além de outras condições favoráveis de financiamento (prazos e carências elásticas), constituem-se no principal mecanismo de articulação pelo Estado dos interesses agroindustriais. Por meio dessa política expansionista, cresceu rapidamente a demanda por insumos modernos, criando-se, assim, o espaço de mercado para a consolidação do chamado Complexo Agroindustrial.

Estas transformações na agricultura ficaram conhecidas como “modernização conservadora” devido ao fato de simultaneamente incorporarem os produtos desenvolvidos pelos cientistas das grandes multinacionais e manterem intocada a estrutura agrária, favorecendo declaradamente o latifúndio. Essas mesmas políticas trouxeram consigo a valorização das terras; segundo Delgado (2005), houve um incremento de 35,3% no preço da terra no Brasil entre 1965

⁴⁷ Segundo Octávio Ianni (1979, p. 52) a partir do governo de Juscelino Kubitschek: “(...) a agricultura foi cada vez mais extensiva e intensivamente articulada e subordinada à indústria instalada no País. Sob várias formas ela produziu excedentes – em gêneros alimentícios, matérias-primas ou divisas – apropriados pela indústria. Ao mesmo tempo, o campo foi tornando um mercado cada vez mais significativo para o escoamento de uma parte da produção da indústria. Esse processo – que já se achava em curso há décadas – ganhou novo impulso durante os anos do governo Kubitschek. Mas desde 1964 adquiriu ainda maior intensidade e generalidade essa subordinação da agricultura à indústria.”

e 1980. Obviamente, essa valorização elevou a gana dos grileiros pela apropriação de novas áreas em todo o país.⁴⁸

Outra frente de atuação dos governos militares no que tange à política agrária correspondeu à Amazônia. Nos primeiros anos da ditadura, esta área foi utilizada estrategicamente pois seus milhares de hectares de terras foram apontados como alternativa para assentar desalojados por conflitos por terra. Ao mesmo tempo, houve crescentemente uma política de incentivos fiscais que levou grandes grupos econômicos à região, os quais tomaram conta das terras mais ricas, principalmente através da grilagem. Embora pareça ambíguo o posicionamento dos militares, pois, de um lado favoreceram os empreendimentos capitalistas e de outro estimularam a migração para esta região, na realidade, o Estado nunca esteve preocupado em fazer de fato uma reforma agrária. Além disso, o estímulo à colonização destas áreas esteve relacionado com o intento de garantir a oferta de mão de obra abundante e barata para os empreendimentos que estavam se desenvolvendo na Amazônia. O resultado dessa aparente ambigüidade na política agrária dos militares foi o crescimento elevado dos conflitos por terra na Amazônia, despontando perante as demais regiões do país na década de 70.

Paralelamente, ocorria o que José de Souza Martins (1985) chamou de “militarização da questão agrária”, ou seja, ao lado dos projetos que estimulavam o envolvimento de grandes empresas em vultosos empreendimentos na Amazônia, o Estado criou mecanismos de controle das populações rurais, de modo a permanecer reprimindo os conflitos.

Conformou a política dos militares para a Amazônia, já em 1966, a criação da SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia), responsável por definir objetivos e meios para o desenvolvimento econômico da Amazônia, e do BASA (Banco da Amazônia), que mobilizava recursos fiscais e creditícios para os projetos aprovados pela SUDAM. Esses órgãos abriram caminho para que empresas nacionais e estrangeiras desenvolvessem gigantescos

⁴⁸ Neste sentido, Francisco de Oliveira (1985, p. 2-3) sintetiza: “O capitalismo brasileiro, em sua expansão desordenada dos últimos trinta anos, resolveu, a seu modo, e do lado das classes dominantes, o problema agrário grave dos anos cinqüenta. Capitalizou o campo, e a agropecuária transformou-se em mais um departamento da grande indústria. O mercado agrário para certos bens industriais é sumamente importante, e decisivo na formação de ramos como adubos, pesticidas, fertilizantes, defensivos agrícolas, máquinas e implementos agrícolas, tratores, caminhões. E é importante como forma de expansão financeira do capital industrial. Isto é, transformou-se num campo de aplicações rentáveis, de lucros. É ainda uma reserva de valor excepcional, haja visto o crescimento do preço das terras, nos últimos períodos que supera, de longe, qualquer outro ativo, real ou financeiro. (...)”

projetos de exploração das riquezas da Amazônia. Como foi o caso das empresas ligadas à produção madeireira, que, entre 1974 e 1984, cresceu mais de 40% na Amazônia Legal, tal elevação pode ser expressa no aumento da extensão de terras nessa área voltadas para esse fim, passando de 8.061.104m² para um total de 21.461.729m². Houve também muitos projetos ligados à mineração, os quais, segundo Oliveira (1987), faziam parte de uma das principais metas do grande capital, uma vez que a extração mineral garantiria o suprimento de bens estratégicos para os Estados Unidos e demais nações desenvolvidas.⁴⁹

Com base em incentivos fiscais e com o auxílio destes e outros órgãos governamentais⁵⁰, foram criados também muitos projetos agropecuários, os quais podem ser entendidos como estratégia dos governos militares no sentido de patrocinarem o acesso à terra na região pelos grandes grupos econômicos. Além dos procedimentos “legais” para o acesso à terra, proporcionados pelo Estado, houve a conivência e apoio do mesmo aos diversos métodos de grilagem de terras⁵¹ (OLIVEIRA, 1987).

Ao lado dos latifundiários, grileiros, empresários, gerentes, técnicos que iam para Amazônia por estarem envolvidos nos projetos governamentais ou estimulados por eles, migrava para essa região um contingente enorme de trabalhadores, conformando uma colonização espontânea. Esses trabalhadores provinham de áreas espalhadas por todo o país, nas quais a

⁴⁹ Contando com o apoio da SUDAM e do BASA, foi realizado um famoso empreendimento voltado aos interesses do capital estrangeiro: o Projeto Jarí, que incluía: um projeto florestal para a produção de celulose, um projeto agropecuário para produção de arroz e criação de gado, e de exploração mineral para a extração de caulim e bauxita. Este projeto foi encabeçado pelo multimilionário americano Daniel Keith Ludwig, que teve acesso sem custos a uma riquíssima área na Amazônia com 3.387.090 ha. de superfície, maior que a área de um estado como o Rio de Janeiro. Este projeto é bastante emblemático, pois, além de ser o maior daqueles tempos, permite vislumbrar como a política dos militares esteve voltada simultaneamente à reprodução da mesma estrutura fundiária secularmente existente e ao favorecimento dos interesses imperialistas no país; nesse caso questão agrária e dominação imperialista se revelam como faces da mesma moeda. Octávio Ianni (1979, p. 113-114) afirma sobre a empresa Jarí Florestal e Agropecuária Ltda: “Essa empresa é particularmente representativa do modo pelo qual o chamado “modelo econômico brasileiro”, adotado pela ditadura em 1964, articula a Amazônia com os interesses do imperialismo. Se a economia da Região Amazônica tem sido recriada e dinamizada, como um vasto enclave do imperialismo, a Jarí Florestal e Agropecuária Ltda. sozinha representa um enclave dentro do enclave. Expressa algumas das principais peculiaridades do modo pelo qual o Estado brasileiro foi levado a atuar no sentido de favorecer a formação e a expansão da grande empresa agropecuária, extrativismo, mineração e agroindústria na Amazônia. Ao mesmo tempo, mostra como se combina a empresa capitalista com o latifundismo. Isto é, mostra como se dá a transformação de terras devolutas, tribais e ocupadas em latifúndio e empresa.”

⁵⁰ Inseridos na política agrária dos governos militares também foram criados: o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) de julho de 1970, PIN (Plano Nacional de Integração) também de 1970, o PROTERRA Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste, de 1971. Para maiores informações sobre estes órgãos consultar: Ianni (1979)

⁵¹ A geógrafa Regina Sader (1986) em sua tese sobre os conflitos na região do Bico do Papagaio descreve diversos meios pelos quais pode ser realizada a grilagem de terras.

expansão do capitalismo deteriorou suas condições de vida. É possível citar o caso dos camponeses expropriados, na região do Norte de Minas Gerais, diretamente pelo Estado ou na ponta do fuzil, com a conivência do mesmo, pelo avanço das plantações de eucalipto que serviriam para fornecer carvão de excelente qualidade para o quadrilátero ferrífero, como relatado no trabalho de Porto Gonçalves (2000)⁵². À medida que muitos camponeses foram expropriados em todo o território brasileiro engrossava o número de trabalhadores que não tinham senão sua força de trabalho para vender, ou seja, restava-lhes a busca por novas terras ou a proletarização, muitos deles se dirigiam ao trabalho na colheita de cana de açúcar no estado de São Paulo, em troca de baixíssima remuneração, como ocorreu com muitos dos trabalhadores provenientes do norte de Minas Gerais.⁵³

Muitos dos trabalhadores expropriados se dirigiam para Amazônia, a fim de realizar o sonho da conquista da terra como alternativa à proletarização, eles provinham de diversas áreas do país, como o foram os casos, por exemplo: dos lavradores expulsos do Rio Grande do Sul e do Paraná pela disseminação da soja; dos lavradores do Espírito Santo e Minas Gerais expulsos pela erradicação do café e ampliação das pastagens; das populações expulsas do Nordeste pela seca ou pelo latifúndio; dos camponeses do Sul e do Sudeste diante da impossibilidade de continuar sua reprodução nas pequenas propriedades (MARTINS, 1985). Segundo Octávio Ianni (1979a), estava em curso uma reforma agrária espontânea, com o crescente afluxo de trabalhadores rurais para as terras indígenas e devolutas dessas áreas, que eram bastante abundantes, já que a taxa de ocupação na Amazônia a esse tempo era inferior a 25%. Nas palavras desse autor:

O que estava acontecendo, na prática, ao mesmo tempo que crescia extensivamente o capitalismo na região, era uma espécie de reforma agrária de fato, ou espontânea. Os trabalhadores rurais desempregados, subempregados ou superexplorados – camponeses e operários – estavam buscando terras virgens ou devolutas, para ali construir o seu lugar, a sua vida, a roça e a criação, a morada habitual e a cultura efetiva. Sitiantes, moradores, meeiros, parceiros, arrendatários, assalariados, corumbas, bóias-frias, paus-de-arara, peões – camponeses e operários do campo – estavam buscando soluções práticas, diretas, por seus próprios meios, para os seus problemas de trabalho e sobrevivência. Buscavam terra. (IANNI, 1979a, p. 15)

⁵² Para maiores informações sobre a expropriação dos camponeses promovidas pelo Estado nesta região em prol de grandes empresas como a Acesita (comprada pelo Banco Safra, Previ, Sistel utilizando como moeda títulos públicos) consultar: Silva (1999).

⁵³ Sobre os trabalhadores migrantes provenientes do norte de Minas que se dirigiram ao trabalho na colheita de cana em São Paulo consultar o trabalho de Silva (1999).

Ao lado da colonização espontânea, o Incra desde sua fundação, em 1970, até o ano de 1974 desenvolveu uma política de colonização oficial destinada a ocupar espaços “vazios” por população de origem nordestina, a partir desta data o órgão passou a estimular a colonização particular, fundamentalmente aquelas lideradas por empresas capitalistas a fim de desenvolver projetos como de exploração mineral e agropecuários. Segundo Ianni (1979a) as duas formas de colonização estimuladas pelo Estado iam de encontro à colonização espontânea, a qual de fato estava promovendo uma reforma agrária no país. Na realidade, durante todo o governo militar foi essa política que predominou, para não realizar uma reforma agrária nos outros estados do país, como no Rio Grande do Sul e nos estados do Nordeste, estimulava-se a ida da população oriunda dessas localidades para a Amazônia, simultaneamente, concentravam-se esforços a fim de que o capital para lá se dirigisse, apropriando-se de terras e expulsando os posseiros que haviam migrado. Nos diversos documentos produzidos pelo governo militar bem como nas regulamentações legislativas está presente a intenção do governo de promover a reforma agrária pela colonização na Amazônia. Trata-se, no entanto, de uma construção ideológica a fim de convencer a opinião pública de que havia a preocupação com essa questão vital.⁵⁴ Nas palavras do autor:

Em forma breve, pode-se dizer que a política de colonização dirigida, que o Estado brasileiro foi levado a adotar nos anos de 1964-78, foi uma contra-reforma agrária. Tanto ideológica como praticamente, essa política efetivou uma contra-reforma agrária que bloqueou, distorceu ou simplesmente suprimiu a reforma agrária espontânea, ou, de fato, que os trabalhadores rurais e suas famílias estavam realizando por seus meios. Sob vários aspectos, a colonização dirigida, oficial e particular, efetivou-se como tal contra-reforma. (IANNI, 1979a, p. 136)

A contra-reforma agrária foi responsável por gerar uma série de conflitos entre posseiros e grileiros, ligados muitas vezes a grandes empresas capitalistas, crescentemente beneficiadas pelo Estado. A partir de 1973, as políticas agrárias encampadas pelo governo do general Médici ao deixarem de defender uma Reforma Agrária “modernizadora” nas regiões pioneiras e assumirem um posicionamento claramente favorável à exploração dessas áreas por grandes empresas

⁵⁴ As disposições sobre a colonização dirigida, oficial e particular como meio de realização da reforma agrária já aparecem no Estatuto da Terra, em 1964. Posteriormente, em 1966, o Decreto nº. 59.428 regulamenta os artigos do Estatuto da Terra em termos da colonização (IANNI, 1979a).

capitalistas, acirraram os conflitos entre os projetos do governo e os interesses dos posseiros que se encontravam nessa região. É nesse contexto que o poder militar foi utilizado para controlar as lutas no campo, evitando que elas ganhassem uma dimensão política maior, a partir da criação do Ministério de Assuntos Fundiários dirigido por um general, também secretário do Conselho de Segurança Nacional. Além disso, foram criados projetos diretamente supervisionados pelos militares que estavam enraizados no campo nessa época, tais como: ACISO (Ação Cívico-Social) com presença em regiões de maior tensão social, onde poderiam surgir focos de guerrilha; Operação Rondon, instituição de intervenção no campo, e MOBRAL .

Desse modo, nos anos da ditadura o que se verificou foi uma política agrária cada vez mais voltada aos interesses do grande capital monopolista. Já contávamos nesses anos com um parque industrial significativo, mas a economia e a sociedade agrária pautavam-se nas mesmas bases que estruturavam o “sentido da colonização”: grande propriedade, máxima exploração do trabalho e atendimento de necessidades externas, as quais constituíam os pilares do capitalismo que aqui se desenvolvia. É certo que as necessidades atendidas se complexificavam, uma vez que, além de responder aos interesses externos, nossa economia agrária havia que fornecer riquezas e mão de obra barata para proporcionar a acumulação de capital nos centros urbanos do país.

2.3 Conflitos sociais no campo e o surgimento do MST

A política de privilegiamento do capital monopolista na agricultura nesses anos, ao acentuar a concentração fundiária conjuntamente à expropriação dos camponeses e à crescente exploração dos trabalhadores no campo, determinou uma elevação significativa dos conflitos, em especial a partir de 1973. Segundo Fernandes (1999, p. 37) “A Comissão Pastoral da Terra (CPT) cadastra, em 1979, 715 conflitos e 88,1% começaram a partir de 1973. Esses conflitos estão distribuídos por todo o país.” Um estudo realizado por José Gomes da Silva e Vera L. G. da Silva Rodrigues (1977) aponta que entre 1971 e 1976 houve mais de 450 conflitos no campo, com um número de 113 mortos⁵⁵.

⁵⁵ Os autores na mesma linha da discussão travada neste artigo apontam as razões para o acirramento dos conflitos no campo: “De fato, ao fomentar a criação de grandes empresas de criação (a SUDAM chegou a publicar um anúncio

Apenas para ilustrar o aumento desses conflitos, é possível citar o caso de uma região que vivenciou essas lutas, a partir de um estudo realizado pela geógrafa Regina Sader (1986) sobre a região do Bico do Papagaio⁵⁶, onde a partir da criação da SUDAM foram aguçadas as disputas por terra. O mecanismo da grilagem foi o principal caminho escolhido para a apropriação privada das terras devolutas, que já haviam sido incorporadas ao processo de produção pelo campesinato. As empresas madeireiras cumpriram papel importante nesse processo, responsáveis por abrir o caminho para outros empreendimentos, empurrando o campesinato para áreas mais longínquas onde as rodovias ainda não chegaram:

Desmatando e abrindo estradas, a atuação dessas empresas valorizou ainda mais as terras e propiciou a instalação de outras que vão se apropriar privadamente da área. No município de Imperatriz, por exemplo, as grilagens atingem primeiro as áreas cortadas pela Belém-Brasília e as bem próximas da mesma. O campesinato expropriado vai se somar aos posseiros já instalados ao longo do Tocantins e dos igarapés que nele desembocam, o que está bem claro na carta de ocupação do solo de 1973. A falta de estradas retarda o processo de privatização do solo, e permite por um tempo ainda a manutenção do campesinato no seu sistema de cultivo tradicional. A alta rentabilidade da extração de madeira – evidenciada entre outros indicadores pelo transporte aéreo das toras, praticado até hoje na Amazônia – justifica plenamente a abertura de estradas pelas próprias firmas, principalmente quando além da madeira têm projetos de exploração agropecuária com incentivos da SUDAM – como a maioria das madeireiras da área. Neste caso, além dos incentivos fiscais contam com financiamento do Banco do Brasil, pois sua atividade relativa à madeira é classificada como industrial. (SADER, 1986, p. 185)

O processo de ocupação das terras pelas madeireiras estava longe de ser pacífico. As estratégias utilizadas para a apropriação fundiárias incluíam: a contratação de pistoleiros, a expulsão violenta dos camponeses, a utilização de uma rede de instituições fraudulentas, como

oficial fazendo praça da Amazônia como o maior pasto do mundo...), o Governo está reduzindo o continente onde se abrigam os pequenos agricultores e aumentando o conteúdo de expulsandos. Esses grandes estabelecimentos empregam pouca mão-de-obra, querem tirar partido dos favores e da inolinação governamental, acumulando tanta terra quanto seja possível; e desenvolvem um tipo voraz de agricultura capitalista para a produção de carne para o mercado externo, onde o camponês é sempre um ilustre desconhecido.” (SILVA e RODRIGUES, 1977, p. 21)

⁵⁶ A autora descreve a área denominada como Bico do Papagaio: “Minha área de estudos situa-se no Extremo Norte de Goiás e Oeste do Maranhão, zona de confluência dos rios Araguaia e Tocantins, abrangendo do lado goiano os municípios de Itaguatins, Sítio Novo de Goiás, São Sebastião do Tocantins, Axixá de Goiás e Araguatins, e do lado maranhense, a porção oeste do município de Imperatriz.” (1986, p. 02)

cartórios, organismos oficiais, como INCRA e SUDAM, contando também com o apoio de juízes, advogados e força policial.

Os conflitos por terras não se restringiram à Amazônia, eles apareceram por todo o país, como foi o caso de São Paulo, cuja concentração fundiária e os conflitos dela decorrente foram estudados na tese de Larissa Bombardi (2005). A autora mapeou os conflitos ocorridos neste estado no período que vai de 1964 a 1981 destacando a existência de cerca de 127 conflitos relativos: à luta por terra, às mobilizações políticas e ao trabalho escravo/ escravidão por dívida⁵⁷. A maior parte dos conflitos concentrou-se em duas áreas, a primeira corresponde ao Vale do Ribeira/ Litoral Paulista, com 42% dos conflitos e a segunda situou-se no Oeste Paulista, particularmente o Pontal do Paranapanema, onde ocorreram 19% dos conflitos. Estavam na origem desses conflitos fatores relativos à expansão capitalista, responsável por impedir a reprodução camponesa; pode-se também identificar a grilagem de terras na base da maior parte deles, tal como é comum em todo o país, sempre com a conivência do Estado, nas palavras da autora:

No primeiro caso, a instauração da propriedade privada, motivada também pela especulação imobiliária e, ao mesmo tempo, a “instalação dos parques”, passaram a limitar, coibir e impedir a reprodução camponesa. No segundo caso, também a instauração da propriedade privada sobre terras devolutas já ocupadas por posseiros fez com estes se deparassem com dificuldade de permanência e da continuidade da terra. Em ambos os casos a grilagem de terras através de títulos fraudulentos foi o expediente utilizado para a tentativa de expulsão dos camponeses. No Pontal do Paranapanema, esta grilagem tornou-se famosa, posto que foi efetivada sobre terras sabidamente públicas, em que, ao contrário do que está ocorrendo, os supostos fazendeiros deveriam ressarcir o Estado pelo uso indevido dessa terra ao longo de décadas. (p. 645)

A partir destes trabalhos, é possível afirmar que a política dos militares acirrou os problemas existentes no campo brasileiro ao se fazerem representantes dos interesses do grande capital monopolista, milhares de hectares de terras foram apropriados à medida que crescente número de camponeses e operários rurais sofriam as conseqüências mais violentas desse

⁵⁷ Tal como explicado por Larissa Bombardi (2005), a metodologia utilizada para definir estes conflitos tem por base a da Comissão Pastoral da Terra (CPT), segundo a Comissão os conflitos por terra relacionam-se à resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra, já as Mobilizações Políticas, chamadas pela CPT apenas de “Manifestações”, correspondem a ações coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras que reivindicam diferentes políticas públicas e ou repudiam políticas governamentais ou exigem o cumprimento de acordos.

processo. Mas, como afirma Octavio Ianni (1979), este não é o fim da história; na realidade a expansão do capitalismo de norte a sul do país ocasionou a aproximação das classes subalternas, colocando em condições semelhantes os camponeses do sul do país e os posseiros do Norte, situações estas não desconexas da realidade do bóia-fria na zona canavieira paulista, já que todos esses trabalhadores estavam inseridos no mesmo processo de acumulação do capital em terras brasileiras, revelando toda a miséria de nosso capitalismo, necessária à ânsia por lucros gigantescos por parte da burguesia local, fortemente submetida aos desígnios dos países centrais.

Os conflitos envolvendo trabalhadores e camponeses surgiam por todo o país e a formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra expressa as contradições vivenciadas por eles. A origem do Movimento está nas primeiras ocupações de terra organizadas no sul do país em 1979. A partir daí, surgem ocupações em Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul:

No Norte do Rio Grande do Sul, foram os colonos expulsos das terras indígenas que ocuparam as fazendas Macali e Brilhante, em setembro de 1979. No oeste do estado de São Paulo, a resistência dos posseiros à expansão da pecuária na fazenda Primavera impediu a expulsão de suas roças e logrou a recuperação da área grilada mediante um decreto presidencial assinado em 1980. No estado vizinho de Mato Grosso do Sul, arrendatários de diversas fazendas no município de Naviraí resistiram também à expansão da pecuária e, em maio de 1981, camponeses da região ocuparam a fazenda Baunilha. No sudoeste do Paraná, a construção da hidrelétrica de Itaipu deixou milhares de famílias camponesas desamparadas. No oeste de Santa Catarina, famílias camponesas com pouca terra ocuparam a fazenda Burro Branco, em maio de 1980, e resistiram na terra com o apoio da diocese de Chapecó. Uma luta que marcou esse período histórico foi o acampamento na Encruzilhada Natalino, montado em frente à fazenda Macali, em Ronda Alta (Rio Grande do Sul). A intervenção do governo militar nesse acampamento organizado em 1981 visou abortar o nascimento de um movimento de sem-terra. Mas no contexto de transição para um regime democrático, esse acampamento acabou dando um grande destaque à mobilização pela reforma agrária. (...) (FERNANDES, 2010, p. 165)

O geógrafo Bernardo Mançano (2010) aponta três fases na trajetória do movimento. Entre 1979 e 1984, teria sido o momento da gestação e nascimento do MST. Nesse período, a CPT teve papel chave para articular essas lutas, promover reuniões entre as lideranças das diversas ocupações. Como a ocorrida em 1982 em Goiânia, na qual foi formada uma comissão provisória para a criação de um movimento nacional, e, no ano seguinte, quando foram organizados mais dois encontros. Em janeiro de 1984, em Cascavel foi criado oficialmente o MST. A segunda fase

estaria entre 1985 e 1989, quando se deu a consolidação do movimento em âmbito nacional.⁵⁸ E a terceira fase abarcaria de 1990 até o presente, chamada de institucionalização, ampliando sua estrutura organizativa, por meio da criação de uma rede de cooperativas (CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil), escolas, centros de formação e pesquisa (ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária e a ENEFF- Escola Nacional Florestan Fernandes).

2.4 Considerações Finais

A ditadura militar instituída em 1964 representou uma contrarrevolução, expressa no papel do Estado brasileiro em manter o *status quo* e criar as condições mais propícias à geração de altas taxas de lucro nos negócios realizados no país. A política agrária orientou-se por atender os interesses do grande capital monopolista, reforçando as vigas de sustentação do capitalismo dependente e subdesenvolvido: a grande propriedade de terra, a extrema exploração do trabalho no campo e atendimento de necessidades externas à população brasileira. Neste contexto, intensificaram-se os conflitos no campo e, como parte desse processo, houve a criação do MST, em resposta as lutas por terra que ocorriam no sul do país.

No próximo capítulo, analisamos a forma como este movimento lidou com a formação política de seus quadros a fim de dar rumos para a luta pela reforma agrária no país, na década de 1980.

⁵⁸ “Durante esse período, o MST se territorializou em todos os estados das regiões Sudeste e Nordeste do país, além de Centro- Oeste, Região Amazônica, e nos estados de Goiás e Rondônia, (...). No Sudeste, o MST estruturou-se formalmente em São Paulo, em 1984, e organizou suas primeiras ocupações no Espírito Santo, em 1985, e em Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha, a partir de 1987. O MST começou a atuar no Rio de Janeiro em 1985, mas teve de suspender suas atividades no estado em 1987 por problemas de organização interna. O movimento só voltaria a se reorganizar no Rio de Janeiro a partir de 1993.” (FERNANDES, 2010, p. 167)

Capítulo 3: Formação Política no MST na década de 1980.

“Não há como combatê-los e destruí-los sem um esclarecimento prévio dos espíritos, dos que são potencialmente inconformistas e dos que apenas contam como os ‘condenados do sistema’, mas não sabem como identificar e extinguir a espoliação que sofrem de maneira cruel e permanente. Todos, inclusive os conservadores, ‘esclarecidos’ ou ‘obnubilados’, precisam tomar consciência do que é o poder conservador no Brasil, quanto ele nos custa, em sacrifícios humanos, em iniquidades sociais, econômicas e culturais, em incapacidade de integração e de autonomia nacionais, devastação de recursos materiais e humanos, em perversão do patriotismo e em solapamento do nacionalismo, em farisaísmo crônico e em constante participação atrasada do ‘progresso’, em comercialização das relações de dependência em face do exterior, pela qual se negocia, em troca de nada ou de quase nada, as futuras gerações e o porvir da Nação.”

(FERNANDES, 1979, p. XVI)

Num país como o Brasil, cuja particularidade é marcada pelo nosso passado colonial, base sobre a qual se ergueu um capitalismo dependente e subdesenvolvido, se faz necessário indagar: como romper com seus impasses históricos? A saída seria a reforma do capitalismo ou a revolução?⁵⁹ Estas questões cobram respostas da teoria, que deve ser formulada a partir do desvendamento de nossa trajetória histórica e são prementes para os movimentos sociais que contestam a ordem vigente.

A ascensão das massas na década de 1980 no Brasil relacionou-se com reivindicações reformistas, no contexto de luta contra a ditadura. Cabe-nos antes de tudo compreender o real significado da luta por reformas no capitalismo dependente, cujo núcleo do poder se encontrava, sob a ditadura, nas mãos de uma classe historicamente conservadora, rígida, monolítica e inabalavelmente carrancista, como afirma Florestan Fernandes (1979). Uma das exigências teóricas para os que se colocaram em luta pela Reforma Agrária no MST, durante a década de 80, foi a compreensão dessa luta, de seus limites e possibilidades em nossa particularidade histórica.

⁵⁹ A epígrafe deste capítulo foi extraída do prefácio do livro *Universidade Brasileira – Reforma ou Revolução?* de Florestan Fernandes.

Ao longo deste período um movimento que nasceu como fruto de ocupações na região sul, se nacionalizou e se colocou no debate nacional sobre a Reforma Agrária. Entre as tarefas que se colocaram estava a formação política da militância.

Nesta tese, a formação política é vista como um dos âmbitos da educação, a qual é entendida como o processo pelo qual o homem se torna homem, durante a sua vida, como afirma Manacorda (2007, p. 22):

O homem não nasce homem (...). Grande parte do que transforma o homem em homem forma-se durante a sua vida, ou melhor, durante o seu longo treinamento por tornar-se ele mesmo, em que se acumulam sensações, experiências, noções, formam-se habilidades, constroem-se estruturas biológicas – nervosas e musculares – não dadas a priori pela natureza, mas fruto do exercício que se desenvolve nas relações sociais, graças às quais o homem chega a executar atos, tanto “humanos” quanto “não-naturais”, como o falar e o trabalhar segundo um plano e um objetivo. Ou talvez o homem nasça homem, mas apenas enquanto possibilidade, que, para se atualizar, requer, sem dúvida, uma aprendizagem num contexto social adequado, o que é expresso com sintética clareza pelas palavras de Luporini: o homem nasce, de fato, na sociedade, mas não nasce social; assim se torna pela educação que o faz assumir, pouco a pouco, aquela sua situação de fato e originária. (MANACORDA, 2007, p. 22)

Assim, a educação não é dada pela natureza, ela é produzida histórica e coletivamente, direta e intencionalmente em cada indivíduo singular. Logo, o objeto da educação: “(...) diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo.” (SAVIANI, 2008, p. 13). Tal como afirma Meszáros (2005), baseado em Paracelso, entendemos que a educação abrange toda a vida do indivíduo, desde o momento do seu nascimento até a sua morte⁶⁰.

No entanto, o processo de formação humana não é neutro, a educação encontra-se determinada pela sociedade de classes e seus interesses antagônicos. ⁶¹ “O seu entrelaçamento com as lutas de classes não é apenas uma ‘triste imperfeição’ da história, pois a luta de classes é um instrumento, até o presente, necessário para o desenvolvimento social.” (LEHER, 2010, p. 22)

Sob o capital, quanto mais “avança” a sociedade capitalista, mais unilateralmente centrada

⁶⁰ “A aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, de fato quase até a morte; ninguém passa dez horas sem nada aprender.” (PARACELSO, apud MESZÁROS, 2005, p. 22)

⁶¹ Como afirma Meszáros (2007, p. 204) “Quer os indivíduos particulares tenham ou não consciência disso, não podem sequer encontrar a mínima gota de ‘fundamento neutro de valor’ em sua sociedade” (...)

na produção de riqueza como um fim em si mesma ela se torna, em paralelo, a educação volta-se crescentemente tanto para a internalização de que vivemos sob uma ordem imutável e “natural” quanto para embeber-nos nos valores da sociedade de mercadoria, como algo lógico, a fim de perpetuá-la (MESZÁROS, 2007).

O desafio que se coloca às classes exploradas é se opor a essa naturalização da realidade e de sua imutabilidade. Na perspectiva de Meszáros (2007), a educação deve voltar-se para o desenvolvimento contínuo da consciência socialista fundada na busca pela transformação estrutural da sociedade. A tarefa não poderia ser maior, trata-se de formar indivíduos para a compreensão real dos problemas da sociedade, a partir das “causas historicamente originadas e determinações estruturais claramente identificáveis, bem como desafiáveis” (MESZÁROS, 2007, p. 298). Neste sentido, o real significado de educação é: “fazer os indivíduos viverem positivamente à altura dos desafios das condições sociais historicamente em transformação” (p. 205)⁶²

O desafio de superar a nossa questão agrária se impôs com força no período estudado. No MST, a busca imediata e que motivava a luta era a questão da terra, por outro lado, o aparecimento desse movimento expressava a permanência da questão agrária. Conforme discutimos no capítulo primeiro, a questão agrária constitui fundamento da extrema exploração da força de trabalho no país, bem como condiciona a correlação de forças entre trabalho e capital, que pende significativamente em favor do capital. Por este raciocínio é possível afirmar que a elevada concentração da terra está na base estrutural do capitalismo que aqui se desenvolve. Por isso a luta por terra no Brasil não se restringe a uma questão fundiária, é uma luta, em nossa visão, que diz respeito aos interesses do conjunto da classe trabalhadora. Deste ponto depreendem-se as razões da radicalidade desta luta, segundo o significado específico que ela

⁶² A reflexão de Gramsci de que aqueles que desejam transformações devem construir uma nova hegemonia, mesmo sem serem dominantes, é vivamente atual. Isso significa negar o economicismo característico dos esquemas analíticos, patrocinado pelo diámat base/superestrutura, que vê no desenvolvimento das forças produtivas (e, em síntese, na tecnologia) o motor essencial que opera as contradições fundamentais da sociedade: o desenvolvimento econômico, por si só, não forja a sociedade do futuro. São as lutas de classes que fazem mover a história. (...) A história dos movimentos sociais e revolucionários demonstra que a educação e a cultura sempre foram ponto central de seus programas, a educação é uma prática social crucial para o resgate classista dos trabalhadores. O marxismo sustentou, distintamente do liberalismo, que a luta pela nova humanidade é, necessariamente, a luta por uma sociedade nova, socialista, mas a criação dessa sociedade não é independente do pensamento e da atividade dos homens. A educação, nesse sentido, não pode ser uma tarefa para a geração futura vivente no socialismo. (LEHER, 2010, p.28)

possui nessas condições históricas, bem como a compreensão das forças políticas de direita que se organizam para impedir qualquer alteração nesse sentido.

A luta pela terra no Brasil articula inexoravelmente os temas reforma e revolução. Pois, de um lado, trata-se de uma reivindicação “clássica” no contexto da revolução burguesa, como se desenrolou na história da constituição do capitalismo em diversos países, de outro, na realidade brasileira, a conquista de uma reestruturação da propriedade da terra ampla e radical certamente ameaçaria as bases da dependência e do subdesenvolvimento que conformam o capitalismo no Brasil, contendo, assim, uma forte potencialidade revolucionária.⁶³

No entanto, questiona-se: aqueles que se colocam na luta imediata por terra possuem esta visão, sobre a totalidade das relações que determinam a questão agrária no Brasil? Seria possível e necessário que a massa do movimento enxergasse as razões mais amplas que motivam seus oponentes e barram a realização de uma reforma agrária no país, bem como os nexos que esta luta enseja entre reforma e revolução?

Partindo das idéias desenvolvidas por Lênin, acreditamos que esta visão mais ampla não poderia surgir espontaneamente na luta, nas ocupações, por exemplo.⁶⁴ Ela seria oriunda de um trabalho de formação política levada a cabo por um elemento externo à luta imediata. O professor Plínio de Arruda Sampaio Júnior sintetiza na passagem abaixo a defesa que Lênin fazia sobre este ponto:

O raciocínio é o seguinte: a incapacidade do movimento operário de impor à luta de classes, por conta própria, um radicalismo que transcenda os marcos do regime

⁶³ Sobre isso Ianni (1985, p. 19-20) afirma: “Não há dúvida que a situação do Estado ditatorial autoritário e, portanto, a vida curtíssima que tem tido a democracia no Brasil, está relacionado com o fato de que as classes dominantes tendem a beneficiar-se de suas alianças com as classes agrárias e tendem a manipular, por assim dizer, amplos espaços que são disponíveis no mundo agrário. Fronteiras e mais fronteiras que se criam e recriam, por exemplo. Com isso, omitem os problemas das reformas políticas, das reformas sociais.

Caso haja uma luta real pela reforma agrária, caso alcancemos algum tipo de reforma agrária que implique, ainda que, moderadamente numa espécie de ‘revolução agrária’, é de se supor que uma base importante das classes dominantes que estão no campo serão enfraquecidas, serão debilitadas. E, com isso, nós teremos elementos a mais para que o Estado, o regime, venha a se organizar de outra maneira, com uma outra representação das classes sociais, inclusive das subalternas. (...)”

⁶⁴ Lênin se colocava contra toda a forma de espontaneísmo, com a convicção de que a consciência socialista não adviria naturalmente do seio da luta: “Assim, persuadimo-nos de que o erro fundamental da <nova tendência> da social democracia russa é o de ajoelhar-se perante a espontaneidade, o de não compreender que a espontaneidade das massas exige de nós, sociais-democratas, uma elevada consciência. Quanto mais poderoso for o ascenso espontâneo das massas, quanto mais amplo se tornar o movimento, tanto maior, incomparavelmente maior, será a rapidez com que aumenta a necessidade de uma elevada consciência, quer no trabalho teórico quer no político e no de organização da social democracia.” (Lênin, 1986, p. 116)

capitalista é atribuída à natureza fetichista das relações de produção capitalistas e ao caráter alienante do processo de trabalho. No contexto de uma situação concreta que camufla os elementos essenciais da realidade, a visão crítica depende de um elemento externo às relações imediatas do proletariado com o capital. Somente quando exposto à reflexão crítica da realidade, que desnuda as forças motrizes que determinam a luta de classes, o proletariado tem condições de realizar um salto de qualidade no seu grau de consciência de classe e adquirir a clareza política e a consistência ideológica necessárias para impulsionar a luta revolucionária. (SAMPAIO JR, 2011, p.23)

Portanto, entre os desafios que se impunham ao movimento estava o de clarificar as possibilidades da luta bem como a justeza das reivindicações e, principalmente, o de identificar seu horizonte, relativo ao significado maior que a questão agrária tem historicamente no país. Essas tarefas relacionam-se ao desenvolvimento da consciência política e se colocavam no âmbito da formação política daqueles que compunham o movimento.

A formação política deveria voltar-se a instruir a respeito do sentido da luta, desde as razões econômicas e políticas que determinam os embates cotidianos até a elucidação das distintas formas e casos de exploração, para iluminar “o significado e a essência da exploração em seu conjunto, (...)” e “(...) compreender o regime social que se assenta na exploração do trabalho pelo capital.” (Lênin, 1981, t.2, p. 107). Por esta análise, a formação estaria ligada ao esclarecimento do verdadeiro objetivo da luta dos trabalhadores, que consistiria na superação do modo de produção capitalista na particularidade histórica do Brasil. Desse modo, a história, feita pelos homens, passaria, cada vez mais, a ser forjada de maneira consciente: “A medida que os homens fazem a história, ampliando e aprofundando sua obra, deve crescer também a massa da população que a forja de maneira consciente.” (Lênin, 1981, t.2, p. 563)

Para Lênin, haveria uma tríade indissociável entre a *luta econômica* – luta coletiva dos operários contra os patrões, para conseguirem condições vantajosas de venda da força do trabalho - *a luta política* - exigências realizadas em todas as manifestações da vida política e social - e *a luta teórica*. Contra o “economicismo”, expresso no movimento operário como o apego unicamente às lutas sindicais e ao culto da espontaneidade, o autor reivindica a urgência da luta teórica, em suas palavras:

(...) os dirigentes deverão instruir-se cada vez mais em todas as questões teóricas, libertar-se cada vez mais da influência da fraseologia tradicional, própria da antiga concepção do mundo, e ter sempre presente que o socialismo, desde que se tornou

uma ciência, exige ser tratado como uma ciência, isto é, ser estudado. A consciência assim alcançada e cada vez mais lúcida deve ser difundida entre as massas operárias com zelo cada vez maior, deve consolidar-se cada vez mais fortemente a organização do partido e a dos sindicatos. (LENIN, 1986, p. 99)

A luta teórica corresponderia ao estudo profundo e sistemático da realidade e de suas determinações, ao desvendamento das causas da exploração do trabalho e toda a dinâmica do modo de produção capitalista. Ou seja, em paralelo à luta econômica e à luta política se colocaria o desenvolvimento teórico vinculado à visão do socialismo como ciência.

No âmbito da luta teórica e no da formação política teria papel fundamental uma organização revolucionária, que estabelecesse as relações entre a teoria e as práticas de luta voltadas à transformação radical da realidade.⁶⁵

No caso do MST, é possível identificar uma relação muito próxima, desde as origens, com o Partido dos Trabalhadores (PT) que surge no mesmo período. Desse modo, seria o PT esta organização voltada a dar um sentido maior para luta? Segundo declarações de lideranças do Movimento, conforme discutiremos nos tópicos a seguir, sim, no PT eram depositadas as esperanças de transformação mais ampla da sociedade que permitiriam a realização das reivindicações do movimento.

No próximo tópico, desenvolveremos uma caracterização da formação política no MST estreitamente vinculada com as ocupações de terra. Estabelecendo um paralelo com o exposto por

⁶⁵ “Como a classe operária não possui uma inteligência nata de sua situação social e de suas potencialidades políticas e como tal inteligência não brota naturalmente das lutas operárias, o salto da forma embrionária de consciência de classe – circunscrita aos parâmetros da ordem burguesa - para a forma revolucionária propriamente dita – que nega o regime do capital e propõe o comunismo - requer o acesso a uma reflexão crítica que está muito além das possibilidades de quem está submetido a um regime de trabalho e de vida que massacra e embrutece o ser humano. É a constatação de que o proletariado é incapaz de alcançar espontaneamente o grau necessário de consciência ideológica e coesão política para impulsionar a revolução socialista que leva Lênin a atribuir um papel estratégico à “organização revolucionária” como nexos indispensáveis entre a teoria revolucionária e o movimento revolucionário.” (SAMPAIO JR, 2011, p. 24.)

Segundo Lenin, o partido revolucionário cumprira sua função ao “(...) mostrar as contradições às massas e indicar-lhes o caminho que representa o avanço da revolução, mas nunca fabular sobre seu estado de espírito, colocando-lhes objetivos que estejam além de sua compreensão e de sua capacidade de luta. Separada da ação revolucionária, a reforma atua sobre os efeitos do problema e não sobre suas causas. Ao negar a possibilidade de mudanças qualitativas, o reformismo naturaliza o *status quo* e converte-se em uma força política conservadora. De modo inverso, isolada da luta por reformas tangíveis, a luta revolucionária desvincula-se da realidade concreta da luta de classes, tornando-se uma agitação estéril, sem efeitos práticos para a classe operária. Ao propor soluções abstratas, descoladas do dia-a-dia das massas e inatingíveis no curto prazo, o esquerdismo ignora a necessidade de mediações entre as lutas econômicas e políticas, entre a reforma e a revolução, substituindo a definição de objetivos conseqüentes por palavras de ordem vazias que não encontram eco nas massas. Convertendo o socialismo em objetivo imediato, o esquerdismo perde o diálogo com as massas e desconecta-se do movimento operário.” (SAMPAIO JR., 2011, p. 27.)

Lênin em *Que fazer?*, as ocupações de terra estariam no âmbito das “Lutas Econômicas” e “das Lutas Políticas”. Desse modo, na parte final do capítulo, faz-se uma análise crítica desta formação, apontando seus possíveis limites, relativos, especialmente, ao desafio de articular as Lutas Econômicas e as Lutas Políticas, com a Luta Teórica.

3.1 A formação política na pedagogia do movimento sem terra.

3.1.1 – A pedagogia do Movimento Sem Terra.

Procuramos enfatizar ao longo do nosso trabalho o caráter subversivo da luta pela terra na particularidade do capitalismo brasileiro; do mesmo modo, a luta pela educação no campo tem sido historicamente rechaçada pelos “de cima”. Isso pode ser evidenciado pelas perseguições sofridas pelas escolas do MST, que padecem de falta de recursos públicos e constantes ameaças de fechamento.⁶⁶

O MST se coloca na contra hegemonia ao defender uma proposta educacional que envolve: a ampliação do número de escolas para atendimento dos acampamentos e assentamentos, a introdução do tema das lutas dos trabalhadores e a sua importância nos conteúdos a serem desenvolvidos, bem como uma formação política para sua militância que a prepare para a luta pela terra.⁶⁷

Simultaneamente, em especial a partir da década de 1990, as políticas públicas educacionais vêm sendo impregnadas pelo ideário neoliberal, por projetos formulados, por exemplo, pelo Banco Mundial e que atendem aos interesses das nações centrais e agridem

⁶⁶ Na década de 2000, mais de 24 mil escolas no campo foram fechadas. Por essa razão o MST desenvolve no ano de 2011 a campanha com o título: “Fechar escola é crime”. (MST, 2011)

⁶⁷ Sobre as propostas do MST na área da educação, Roseli Caldart (2004, p. 402) afirma: “Não parece pouco, estar conseguindo colocar tanta gente na escola, estar ajudando a disseminar a cultura do direito à escola do campo, a chamar a atenção para a possibilidade de misturar escola com luta e com Movimento, e estar também contribuindo na formação de intelectuais orgânicos do movimento do campo, incluindo educadores e pedagogos. Também não parece pouco provocar a própria reflexão sobre como a educação acontece para além da escola e, ao mesmo tempo, sem prescindir dela, chamando a atenção para a dimensão educativa dos processos de luta social, de produção, de cultura, e também para a necessidade das práticas educacionais terem preocupação e vínculo com a totalidade da vida de seus sujeitos.”

crescentemente a classe trabalhadora brasileira. Segundo Frigotto (2000, p. 122), vivemos nesse período a década perdida para a educação no país, já que todas as políticas do governo Fernando Henrique Cardoso responderam à lógica dos ajustes econômicos impingidos pelos organismos internacionais:

(...) Pela primeira vez em nossa história, a pedagogia do Banco Mundial e da CNI é a pedagogia oficial do Ministério da Educação. Trata-se de uma educação voltada para desenvolver competências específicas, tendo em vista criar pessoas empregáveis, segundo as necessidades do mercado. Não há mais responsabilidade coletiva, pois tudo se resume ao universo do indivíduo e da relação que ele consiga estabelecer com o mercado. Cada um deve construir seu destino, e procurar ser bem sucedido por conta própria.

Ou seja, a educação se dirige a perpetuar as desigualdades e aprofundá-las, pois sob o modo de produção capitalista e sua Lei Geral de Acumulação, o número de “bem sucedidos” é cada vez menor, logo, o destino dos trabalhadores é a crescente espoliação. A partir da ideologia neoliberal, expressa nas políticas do Ministério da Educação, a responsabilidade pelo fracasso cabe inteiramente ao indivíduo, que não foi capaz de desenvolver sua “empregabilidade”. Segundo Saviani (2007b, p. 429):

Configura-se, então, nesse contexto, uma verdadeira ‘pedagogia da exclusão’. Trata-se de preparar os indivíduos para, mediante sucessivos cursos dos mais diferentes tipos, se tornarem cada vez mais empregáveis, visando a escapar da condição de excluídos. E, caso não o consigam, a pedagogia da exclusão lhes terá ensinado a introjetar a responsabilidade por essa condição.

Na contramão, se colocam as idéias e práticas pedagógicas desenvolvidas pelo MST ao longo de sua história. Roseli Caldart, educadora do Movimento, sistematizou essas idéias e práticas produzidas coletivamente em sua tese de doutorado, cujo título é “Pedagogia do Movimento Sem Terra”.⁶⁸ Segundo esta tese, a escola, apesar de ser fundamental, é apenas um

⁶⁸ A autora enfatiza o sentido contra hegemônico da proposta educacional do MST: (...) ao tentar pôr a escola em movimento, os sem terra acabam trazendo de volta questões pedagógicas de origem, como, por exemplo, o lugar da escola no processo de formação de sujeitos sociais, ou sobre como a escola pode ajudar a cultivar a memória de uma luta social, como pode fortalecer certos valores humanos, sufocados pela atual lógica de barbárie da sociedade de mercado. (CALDART, 2004, p. 389-390) O pesquisador Menezes Neto (2001, p. 33) que estudou a escola Técnica de Administração Cooperativista (TAC) do MST, reitera o caráter contra-hegemônico da educação no MST: “A defesa do direito ao trabalho e à educação não pode ser confundida com aquelas medidas governamentais que visam

dos âmbitos onde ocorre a educação.⁶⁹ Trata-se de uma concepção mais abrangente de educação, vista como formação humana. Pensada dessa maneira, são estabelecidos nexos entre educação e vida produtiva, Caldart (2004) demonstra as influências de Marx para a compreensão de educação a partir de seus determinantes estruturais, ou seja, pelo modo através do qual a sociedade organiza a produção e reprodução material da vida. Daí a importância de enxergar o trabalho como princípio educativo:

(...) se produzindo a sua existência, as pessoas se educam, então compreender a dimensão educativa da vida produtiva é fundamental para compreender mais profundamente o processo de formação humana, bem como para conseguir desdobrá-lo em ações educativas intencionais e planejadas, tais como as que acontecem na escola. Foi a partir dessa compreensão que se chegou à formulação pedagógica do trabalho como princípio educativo, (...) (Caldart, 2004, p. 85)

Esta reflexão, que reforça o lugar das relações sociais nos processos de formação humana, é desdobrada para a análise de que o Movimento Social seria um princípio educativo, ou seja, o MST seria visto “(...) como um sujeito pedagógico, (...), como uma coletividade em movimento, que é educativa e que atua intencionalmente no processo de formação das pessoas que a constituem.” (CALDART, 2004, p. 315). Visto desta maneira, é possível analisar a formação humana dos Sem Terra no processo de constituição e consolidação do MST⁷⁰.

Sintetizaremos os 3 momentos que Caldart identifica na história do MST, relacionando com formas fundamentais da luta na formação do Sem Terra, como a ocupação e o acampamento.

O primeiro desses momentos históricos corresponde à gênese e ao nascimento do MST e situa-se cronologicamente entre os últimos anos de 1970 e 1986/87. Ao final deste período, o MST já estava organizado em 12 estados e havia acumulado conquistas e aprendizados significativos. Caldart (2004, p. 129) o sintetiza da seguinte forma:

construir a ‘empregabilidade’. O investimento do MST nos seus cursos de formação técnica profissional está diretamente vinculado às lutas mais gerais do Movimento. Ou seja, o investimento do MST na formação profissional é direcionado para a formação do sujeito coletivo, capaz de participar das decisões técnicas e das lutas sociais, e não para promover a formação individual para a ‘empregabilidade’”.

⁶⁹ Embora Caldart (2004, p. 90) ressalte a importância da escola, como lugar fundamental da educação do povo, ela afirma: “(...) rompendo com toda uma tradição no pensamento educacional, (...) não confundir educação com escola. A escola não é o único tempo e nem o único espaço de formação humana.”

Como síntese das marcas da formação dos sem-terra produzidas nesse primeiro momento podemos destacar então: a construção da decisão de rebelar-se contra sua condição de sem (a) terra, o jeito de fazer essa luta e o orgulho de passar a atender também por um outro nome que não apenas o seu pessoal: quem é você: *sou Sem Terra, sim senhor*, (...) e através da luta e das formas que ela vai assumindo, a passagem do sem-rostro a cidadão, ou seja, a construção da identidade sem-terra como sujeito social de direitos: pessoas, coletivos que se sabem com direitos e que se organizam para conquistá-los.

Na construção da decisão de rebelar-se e colocar-se em luta pela terra, adquiriu papel fundamental a formação política. Ou seja, o saber-se detentor de direitos tem haver com: a conscientização a respeito de como a terra é distribuída e apropriada no Brasil; o acesso à legislação e aos dados que informam sobre a concentração fundiária nas diversas regiões do país; o conhecimento dos interesses do grande capital envolvidos na exploração do trabalho no campo. Assim, entre estar na posição de classe explorada e se colocar conscientemente na luta por terra, existe o momento da formação política. No capítulo 4, procuramos aclarar como se desenvolveu essa conscientização, através dos documentos produzidos pelo movimento, especialmente o *Jornal dos Sem Terra*. Nesse momento, como afirma Caldart (2004), além da Bíblia, teve papel fundamental o Estatuto da Terra, materiais de conhecimento indispensável para o trabalho de base junto aos Sem Terra.

A tática de luta escolhida, logo no início, foi a ocupação, a qual adquiriu centralidade na própria demarcação do surgimento do MST, que coincide com a primeira ocupação de terra.⁷¹ Em torno da ocupação foram construídos princípios organizativos e uma metodologia própria de educação do povo:

Do ponto de vista pedagógico, a ocupação de terras é, das vivências aqui analisadas, talvez a mais rica em significados socioculturais que formam o sujeito Sem Terra e projetam mudanças e lentas no modo das pessoas se posicionarem diante da realidade, do mundo. Ao provocar uma ruptura fundamental com determinados padrões culturais hegemônicos, prepara o terreno para os aprendizados desdobrados das demais vivências (CALDART, 2004, p.167)

⁷⁰ As seguintes teses e dissertações tratam da questão educacional no MST: ARAÚJO (2006), BERTTI (2002), CAVALCANTE (2002), PAIVA (2003), BRANDÃO (2000), RIBEIRO (2004), LAZAROTTI FILHO (2000) e JESUS (2000). Para uma análise desses trabalhos consultar: RODRIGUES (2011).

⁷¹ Segundo Caldart (2004, p. 169): “A ocupação pode ser considerada a essência do MST porque é com ela que se inicia a organização das pessoas para participar da luta pela terra. Nela está contida o que talvez se possa chamar de

Para aqueles que entram na luta faz-se necessário, logo de início, diferenciar o “ocupar” e o “invadir”. José Gomes da Silva (1997) traz uma explicação jurídica bastante elucidativa, que serviu como referência importante desde o início do movimento para o trabalho com a base. Utilizando-se das idéias de professores de direito, como Fabio Comparato, Luiz Edson Fachin e Régis de Oliveira, Silva (1997, p. 112) chama a atenção para a peculiaridade da propriedade da terra: “(...) num país de famintos como o nosso, é radicalmente diferente do direito de propriedade sobre qualquer outra coisa. (...) É mais de vida – e de vida alheia à do proprietário – do que de patrimônio, que se deve falar, quando se trata dele.” Logo, enquanto “invadir” significa tomar alguma coisa de alguém, “ocupar” diz respeito a preencher um vazio, especificamente, terras que não cumprem sua função social. Por isso, desde o início, o trabalho de formação política envolveu conscientizar aqueles que se punham em luta a respeito de qual problemática envolvia a questão da apropriação das terras no Brasil.

Caldart aponta três dimensões na formação dos sem terra, nesse momento decisivo relativo à ocupação de terras: a primeira seria a formação para a contestação social ou para a rebeldia organizada, passando a se rebelar contra o destino de morte que, anteriormente, parecia inevitável. Aos poucos eles vão percebendo que o enfrentamento coletivamente organizado é a única saída possível para a conquista do objetivo almejado. Romper com a ideologia plenamente arraigada da propriedade privada é um dos grandes desafios e resulta dessa formação para a contestação: “(...) Para ocupar uma terra é preciso que eles próprios, os sem-terra, rompam com o valor supremo da propriedade privada, pelo menos ao ponto de considerar que, em uma ordem de prioridades, ela deve estar subordinada a valores como a vida e o trabalho.” (CALDART, 2004, p. 171).

A segunda dimensão seria a formação para a consciência de classe, uma vez que a luta clarifica as diferenças entre a burguesia organizada, de um lado, e os explorados organizados no movimento. A terceira dimensão seria a do reencontro com a vida, uma vez que retomam a possibilidade de produzir por meio da terra e, assim, garantir seu sustento.

Outra forma de luta utilizada desde o início do Movimento foi o acampamento, quase uma cidade de barracos de lona preta, com uma população de centenas ou milhares de famílias que se organizam para dar continuidade às ações da luta, ele pode ocorrer na própria terra ocupada, na

matriz organizativa do MST, e por isso se constitui também como uma matriz educativa das mais importantes.” (p.168)

beira da estrada ou em áreas para onde são deslocadas as famílias após despejos. Segundo Caldart (2004, p. 177): “O acampamento é uma forma de luta largamente utilizada pelo MST com o triplo objetivo de educar e de manter mobilizada a base sem-terra, de sensibilizar a opinião pública para a causa da luta pela terra, e de fazer pressão sobre as autoridades responsáveis pela realização da Reforma Agrária.” O acampamento seria um grande espaço de socialização dos Sem-Terra que passam a viver coletivamente, sendo esse, segundo Caldart (2004), um dos aprendizados fundamentais que ele proporciona. A situação de privação, a falta de condições materiais mínimas para a sobrevivência leva à elaboração de laços de solidariedade:

Solidarizar-se com o outro não é, nessa circunstância, uma intenção, mas uma necessidade prática, o alimento não é suficiente para todos, a repressão pode vir contra todos, o vento pode destruir o barraco de muitos, a dúvida e a vontade de desistir de tudo pode chegar a uns quantos, ou a cada pessoa em algum momento; e o principal argumento da necessidade talvez seja o que a vitória virá para todos, ou não virá para ninguém. Ou seja, a condição gera a necessidade de aprender a ser solidário e a olhar para a realidade desde a ótica do coletivo e não de cada indivíduo ou de cada família isoladamente. (CALDART, 2004, p. 179)

Outros aprendizados proporcionados aos acampados seriam: perceberem-se cidadãos por meio da conquista do direito à participação nas decisões que envolvem o encaminhamento das ações do Movimento; a construção de novas relações interpessoais, tais como: alterações nas atribuições do homem e da mulher na família a possibilidade de participação dos mais jovens nas decisões; novas referências educativas para as crianças advindas da comunidade que se forma. Ao estarem juntos e conhecerem as histórias de vida uns dos outros, haveria a possibilidade de chegarem à compreensão de que fazem parte da história, uma vez, que mudam os lugares, as datas, mas, os fatos são muito parecidos, a origem pobre e trabalhadora dos que estão sob a lona preta os fazem enxergar a semelhança de suas trajetórias. Com essas características pedagógicas o acampamento se tornou uma das marcas da luta dos Sem-Terra.

O segundo momento histórico, a partir de 1987, seria o da constituição do MST como uma organização social, indo além do caráter temporário de um movimento de massas. A luta pela terra continuou sendo o cerne do movimento, porém, novas reivindicações e novas lutas foram inseridas na pauta do movimento. O MST deixou de ser o movimento somente daqueles que reivindicam terra, mas também daqueles que já a haviam conquistado. Uma vez assentados, era necessário se colocarem na luta por crédito, estradas, saúde, educação e, para tanto, o

enfrentamento coletivo a partir do movimento era fundamental. Além disso, passou-se a buscar no assentamento relações sociais alternativas, apontando para novas formas de organização da produção e do campo como um todo. Na década de 1990, surge o Sistema Cooperativista dos Assentamentos e em 1992 a CONCRAB, Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária.

A autora localiza o terceiro momento histórico entre os fins dos anos de 1990, se prolongando no momento em que ela redige o texto, no início dos anos 2000. Seria esse, segundo a autora, o momento da inserção do MST na luta por um projeto popular de desenvolvimento para o Brasil. O movimento se inseria em lutas mais amplas, como aquelas relativas à educação para o campo e contra a privatização da Vale. Em 1998, o MST apoiou abertamente a candidatura de Lula para presidência, tentando realizar um trabalho com a sua base para distinguir os projetos políticos em disputa, entre o do PSDB e o do PT.

Foi crescendo a percepção do MST com relação a ampliação das lutas, o fato de a luta pela Reforma Agrária estar relacionada com várias outras e, especialmente, com a necessidade de formulá-la a partir de um determinado projeto de país. Esse foi o desafio colocado ao MST e, contraditoriamente, o partido no qual se apostavam as fichas da mudança, da transformação social e da realização da reforma agrária, chega ao poder e não as concretiza.

3.1.2 Reflexão crítica acerca da formação política na pedagogia do Movimento Sem Terra.

Nos três momentos analisados é possível constatar avanços nas práticas e na formulação acerca da pedagogia dos Sem Terra, mas, pode-se, também, identificar possíveis limitações. Intelectuais de dentro e de fora movimento vêm realizando reflexões nesse sentido, buscando pensar os desafios da formação política para o avanço das lutas.

A pesquisadora Maria Cecília Turatti (2005) realizou a análise de acampamentos no estado de São Paulo⁷², seu trabalho aborda uma forma de luta pouco estudada na academia, ao mesmo tempo que realiza críticas importantes que podem ser feitas às experiências do acampamento e à formação política ensejada.

⁷² Foram feitas pesquisas de campo nos acampamentos em: Iaras, Getulina, Rancharia, Teodoro Sampaio e Sandovalina, Pindamonhangaba e Moji-Mirim.

Turatti (2005) ressalta que os acampados recorrem ao movimento pela ausência absoluta de alternativas e, ao invés de apontar os aspectos positivos dos aprendizados proporcionados pela luta, a autora aponta a conflitualidade permanente, gerada pelas circunstâncias miseráveis em que se encontram, uma vez que: “(...) torna-se deveras complexo estabelecer laços cordiais de barriga vazia. (...)” (p. 112) A sociabilidade gerada é bastante fragilizada, muitos problemas aparecem, entre eles: a questão da hierarquia, da distribuição do poder e da submissão às lideranças; a dificuldade de se estabelecerem laços de solidariedade após algum tempo acampados, a prática da difamação⁷³.

Neste contexto, o sacrifício de ficar acampado é fruto especificamente da necessidade, revestida de pouca ou nenhuma componente ideológica, situação dificultada pela restrição que o movimento pareceria ter com a extensão da formação de quadros para um maior número de pessoas. A autora reconhece que a formação política consiste num trabalho árduo e vagaroso, no entanto: “O incentivo à ampliação de possibilidades para que os membros da base do MST travassem contato com mais atividades educativas credenciaria o movimento a defender com mais veemência e respeito os ideais de justiça e igualdade que apregoa.” (TURATTI, 2005, p. 113). Importante salientar que essas críticas são elaboradas segundo uma visão que apreende a alta relevância do MST, bem como atribui, em grande medida, essas limitações ao modo de produção sob o qual estamos inseridos e sua lógica perversa de condução à barbárie:

Os filhos da lona preta são frutos de uma formação histórico-social que os enxotou para além da linha de sobrevivência. O MST assume o papel de reconduzi-los ao mundo social, ainda que em uma dimensão conservadora – porque não reconhece a amíxia patente nesse projeto de cooperação pacífica com o inimigo- tentando conceder-lhes um lugar no processo produtivo e uma ‘carteirinha’ de consumidor. Mas há uma latência revolucionária intrínseca ao MST, pensado menos como instituição, mas sobretudo como fenômeno social, que nos permite ainda acreditar em mudanças grandiosas. (TURATTI, 2004, p. 114)

⁷³ “De qualquer maneira, a prática eminentemente feminina da difamação encontrada nos acampamentos pode significar, apenas, uma forma alternativa das mulheres valorizarem-se em meio a um grupo cujas instâncias de poder são predominantemente dominadas por homens. Mas, a hipótese mais provável é que o exercício de desmerecer outra pessoa atue, genericamente, como forma de proteção, de auto-afirmação em uma conjuntura de fragilidade material, agravada pela ausência de laços de parentesco e afinidade em um grupo “montado às pressas”, cuja convivência é menos desejosa que forçada.” (TURATTI, 2004, p. 101)

Ademar Bogo, liderança e intelectual do movimento, vem refletindo sobre a questão da formação política, tendo publicado recentemente livros que abordam essa temática.⁷⁴ Na publicação mais atual, Bogo faz uma apreciação crítica acerca da organização e da formação política no interior dos movimentos sociais, apontando algumas limitações das práticas e das elaborações teóricas que podem afligir o próprio MST. A partir da via aberta por suas análises, procuraremos desenvolver questionamentos em torno de algumas das idéias expostas por Caldart (2004).

O autor descreve o momento atual e os desafios para os movimentos sociais e mesmo da esquerda como um todo da seguinte maneira:

Nos momentos de descenso da luta de classes, como este que vivemos na primeira década do século 21, quando as táticas experimentadas começam a perder a importância, as reações espontâneas das massas também diminuem, e as entidades e siglas partidárias, por falta do movimento ativo das forças, se debilitam e perdem a potencialidade das proposições e do comando. É como se, de um momento para outro, “ninguém” mais escutasse os chamados para a luta e se fechasse em si, desconsiderando inclusive a importância da unidade com as demais forças do mesmo campo ideológico (BOGO, 2011, p. 8)

Nesta citação e mais adiante no seu texto, Bogo (2011, p. 26) chama a atenção para a reavaliação das táticas utilizadas até então na luta da esquerda:

Os instrumentos existentes que comandaram as diretrizes táticas no período anterior são colocados à prova, e os que se atualizam reformulam-se e seguem; os demais tendem a perder a importância, e, embora continuem existindo, já não preocupam a ordem dominante.

Décadas depois da primeira ocupação que ensejou a criação do MST, a principal tática de luta do movimento passa a ser repensada, ao mesmo tempo, as questões colocadas no presente nos fazem olhar sob novas perspectivas para seus possíveis limites. Em nosso trabalho, de forma alguma acreditamos que a ocupação esteja superada, enquanto forma de luta, apenas apontamos a importância de considerá-la a partir de uma estratégia política mais abrangente.

Assim como afirma Bogo (2011, p. 13), acreditamos que a questão estratégica de primeira ordem, hoje e no período aqui abordado por nosso trabalho, na década de 1980, seria: “(...) qual

⁷⁴ BOGO (2011), BOGO (1999) e BOGO (2008).

será a natureza da revolução brasileira e, dentre todas as forças hoje, quais são as que sofrem mais as consequências da exploração capitalista?”

No mesmo sentido da pergunta citada, Bogo foi indagado na ocasião de um debate, no V EBEM (Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo), ocorrido entre 11 e 14 de abril de 2011.⁷⁵. Após explicar detalhadamente a crise atual vivenciada pelo MST e afirmar que as ocupações perderam seu potencial de enfrentamento diante da tamanha dominação que o capital exerce sobre o campo brasileiro, foi-lhe feita a pergunta⁷⁶: “Existem problemas teóricos quanto à interpretação da revolução brasileira que estariam na base da crise vivida pelo MST?” A resposta foi a seguinte:

(...) o MST não tem, nem nunca teve uma interpretação sobre a revolução brasileira, o movimento não tem condições de produzir teorias científicas, uma vez que não tem nem estrutura, nem recursos para isso⁷⁷. O MST nasceu juntamente com o PT e constituía uma tática, enquanto a estratégia estava com o PT.

Extraímos da análise de Bogo que o MST possuía a tática de luta, baseada no enfrentamento, em grande medida ensejado pela ocupação, com papel crucial na formação dos

⁷⁵ É possível encontrar a programação detalhada, bem como eixos temáticos e coordenadores de grupo de trabalho do V EBEM no site: <http://www.5ebem.ufsc.br/localgts.php>. A liderança do MST e intelectual Ademir Bogo esteve no V EBEM coordenando uma mesa de apresentação de trabalhos, cujo eixo temático foi: Marxismo, educação e movimentos sociais.

⁷⁶ A crise enfrentada pelo MST nos dias atuais, tem sido objeto de reflexão no interior do movimento, nos encontros da liderança Nacional, em novembro de 2010, a pesquisadora esteve na Escola Nacional Florestan Fernandes e teve oportunidade de entrevistar Elemar Cezimbra (2010), liderança do MST, o qual afirmou a respeito das dificuldades encontradas pelo MST no capitalismo contemporâneo: “Na fase atual do capitalismo, o capitalismo financeiro comanda, compra as empresas ligadas ao agronegócio, (...) O projeto deles é um campo sem gente, monocultivo de transgênicos, grandes extensões, altamente mecanizada, então, aí não vai caber sem terra, não vai caber pequeno agricultor, não vai caber quilombola, nem ribeirinho. E são grandes territórios, por exemplo, na região onde vai cana, na região onde vai celulose, entra e vai tirando tudo. Então, nesse sentido, nós temos uma questão agrária que afeta todo mundo, (...) O movimento hoje nessa lógica aí, logicamente nossos projetos dentro do capitalismo está derrotado, não tem possibilidade de avanço, não cabe mais. (...) Com a crise financeira que tá aí, tem que realizar esse capital em coisas mais concretas, comprando terras, controlando região de biodiversidade, de água, de minerais, de solo. Onde nas crises o capitalismo vai procurar se safar? É comprando coisas, e hoje no Brasil, é terra, Hoje as multinacionais no Brasil controlam milhões de hectares de terra, e estão indo para dominar grandes regiões, então, nesse sentido, estrategicamente, em pouco tempo, a reforma agrária não tem vez nenhuma. A possibilidade que tinha de uma reforma agrária clássica, até o começo do governo Lula podia fazer, se tivesse vontade política, se tivesse coalisão de forças, essa já foi derrotada também.”

⁷⁷ No mesmo sentido, e na mesma entrevista, foi feita a seguinte pergunta a esta liderança: Pensar os desafios da revolução brasileira constitui um dos desafios teóricos e práticos das lideranças do MST? E Cezimbra (2010) nos respondeu: “O MST entende que é uma discussão que não é o MST que vai fazer (sobre a revolução brasileira), nós vamos ser uma força que vai estar ajudando. Entendemos que não caberia ao MST fazer uma elaboração da revolução brasileira.”

Sem Terra, na formação de sua consciência política, tal como destacado por Caldart. Ocorre que paralelamente a essa tática de luta, havia a necessidade de traçar uma estratégia maior de condução do movimento, uma vez que outros desafios, além da imediata conquista da terra, entravam em questão, tais como: a luta por uma Reforma Agrária ampla, uma política de apoio aos produtores assentados, financiamento e educação voltados a esses beneficiários. Além do que, dado o caráter estratégico e basilar que a produção agrícola possui na economia e sociedade brasileira era premente colocar a tática de luta do MST dentro de uma estratégia maior de país, a qual, segundo Bogo, era capitaneada pelo Partido dos Trabalhadores.⁷⁸ Por não fazer parte do escopo deste trabalho, não nos alongaremos aqui em desenvolver as consequências desse atrelamento umbilical entre MST e PT. No entanto, ao chegar ao poder federal, a partir de 2002, este partido não avançou na concretização da tão almejada reforma agrária, não alterou essencialmente a política agrária e agrícola dos governos anteriores, esses fatos somados à expansão do agronegócio levada a cabo com forte participação de interesses estrangeiros, colocou o MST numa forte crise que se prolonga até os dias atuais, em meados de 2012.

A questão da estratégia mais ampla do movimento estaria fortemente vinculada a uma interpretação histórica do Brasil, que captasse suas particularidades. Esforço realizado por intelectuais como Caio Prado, Florestan Fernandes e Octávio Ianni, como destacamos no capítulo primeiro. Em nossa visão, a formação política do movimento deveria estar primordialmente vinculada a esse tipo de análise, construindo um horizonte maior para as lutas, não baseado em utopias, mas sim numa interpretação científica da realidade, a partir dos interesses das classes exploradas. Diferentemente do que Caldart (2004, p. 335) afirma:

Junto com esse aprendizado de que nada nos deve parecer impossível de mudar, vem outro muito importante, especialmente se visto com os olhos de nosso tempo: o aprender a produzir utopias, no sentido de construir um olhar para a vida e o mundo que projete futuro e um futuro balizado na convicção de que tudo pode ser diferente do que é. Se a realidade pode ser outra, então também é possível imaginar, projetar como ela virá a ser, se assim for feita.

Segundo Marx e Engels, a superação do modo de produção capitalista não se pauta em utopias. A defesa marxiana do socialismo não se funda em um esforço imaginativo de como a

⁷⁸ Bogo (2001, p. 176) afirma: “É sabido que os processos passam de pré-revolucionários para revolucionários de fato se as forças em ação se propuserem a fazer a revolução. Caso contrário, por falta de capacidade de formulação,

sociedade poderia ser diferente do que é. Ela parte da análise científica da gênese, desenvolvimento e superação do capital e constata os germes de uma nova sociedade, com possibilidades reais de ocorrer, tendo em mente as contradições e tendências do modo de produção sob o qual vivemos.⁷⁹

Engels insistiu sobre esse ponto, no texto “Socialismo Utópico e Socialismo Científico”, seguido por Lênin, ao insistir sobre a necessidade de que o socialismo deveria ser tratado como ciência, tal como expusemos no início do capítulo. Essa é uma questão teórica da mais alta relevância, a análise científica do presente e de nossa história deve fazer parte do projeto educacional de um movimento que se coloca contra a ordem vigente. Neste contexto, a educação política dos militantes teria como parte fundamental o desafio da compreensão das particularidades históricas de nosso capitalismo, vislumbrando superar suas contradições na luta para além do capital⁸⁰. Neste ponto também, Bogo (2011, p. 182-183) parece identificar a problemática:

O problema hoje se localiza em como resolver a questão entre o conhecimento “empírico” e o conhecimento científico no seio das lutas e dos movimentos sociais. O conhecimento científico é vital para compreender as transformações

não ocorre a transmutação das mudanças conjunturais para mudanças estruturais e as táticas ofensivas aos poucos vão se transformando em fórmulas inofensivas.”

⁷⁹ Engels afirma que era possível compreender os socialistas utópicos e os limites de suas análises sobre a realidade, uma vez que o capitalismo não havia se desenvolvido o suficiente de modo a evidenciar com clareza a sua constituição e modo de funcionamento, mas, com o decorrer histórico e a análise desenvolvida por Marx, a base da luta pelo socialismo não seria mais a utopia, mas, sim a análise científica, em suas palavras: “Essa situação histórica instrui também as doutrinas dos fundadores do socialismo. Suas teorias incipientes não fazem mais do que refletir o estado incipiente da produção capitalista, a incipiente situação de classe. Queria arrancar da cabeça a solução dos problemas sociais, latentes ainda nas condições econômicas pouco desenvolvidas na época. A sociedade nada mais continha senão males, que a razão pensante era chamada a socorrer. Tratava-se por isso de descobrir sistema novo e mais perfeito da ordem social, para impô-lo à sociedade, vindo de fora, por meio da propaganda, e torná-lo possível através do exemplo, mediante experiências que servissem de modelo. Esses novos sistemas sociais nasciam condenados a se moverem no reinado da utopia; quanto mais detalhados e minuciosos eram, mais tinham de degenerar em puras fantasias.” (ENGELS, 1945, p. 55)

⁸⁰ Segundo Meszáros (2002, p.1065) ir para além do capital constitui objetivo histórico fundamental, mesmo que os objetivos imediatamente realizáveis se restrinjam ao ataque de algumas forças dominantes no capitalismo, em suas palavras: “(...) o projeto socialista, paradoxalmente, só pode definir-se a si mesmo, em primeiro lugar, como uma disjunção radical entre seus objetivos históricos fundamentais e seus objetivos imediatamente realizáveis. Os primeiros se voltam para o estabelecimento da sociedade socialista, que representa qualitativamente uma ‘nova forma histórica’ (Marx), que implica avançar para além do próprio capital, superando assim, efetivamente, o mundo do capital propriamente dito, enquanto os últimos são forçados a definir seu alvo apenas como o ataque e a superação das forças dominantes do capitalismo, permanecendo, necessariamente, num sentido vitalmente importante, no interior dos parâmetros estruturais do capital. Em contraste, sem a reestruturação radical do arcabouço estrutural do capital, inerente não apenas a um dado mecanismo econômico, mas ao sociometabolismo herdado em geral – realizável somente com um processo histórico complexo, com todas as suas contradições e potenciais retrocessos e perturbações -, é inconcebível levar o projeto socialista à sua efetivação apropriada.”

estruturais na base produtiva, as mudanças na superestrutura de poder do Estado e todos os demais aparelhos repressivos das empresas capitalistas, as profundas mudanças que estão ocorrendo na sociedade civil, seja no padrão de consumo, seja no avanço da individualização ou pela desconsideração por aquilo que é verdadeiramente humano.

3.2 Considerações Finais

Segundo Meszáros (2005), as mudanças devem ir à essência do modo de produção capitalista, sendo necessário perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de rompimento com a lógica incorrigível do capital e, para tanto, adquire papel fundamental a transformação progressiva da consciência, tarefa na qual a educação atua de maneira central.⁸¹ A educação por si só não transforma a realidade, mas, pode transformar a compreensão que os sujeitos sociais possuem a respeito da realidade, neste sentido ela constitui elemento fundamental para a transformação da realidade.⁸² Como afirma Sánches Vasquez (2007, p. 235-236)

A teoria em si (...) não transforma o mundo. Pode contribuir para a sua transformação, mas para isso tem que sair de si mesma, e, em primeiro lugar, tem de ser assimilada pelos que hão de suscitar, com seus atos reais, efetivos, tal transformação. Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação; tudo isso como passagem indispensável para desenvolver ações reais efetivas.

Assim, juntamente à atividade prática transformadora, inserem-se como momentos fundamentais tanto a “educação das consciências”, quanto o momento da teoria. Sem teoria,

⁸¹ “Tendo em vista o fato de que o processo de reestruturação radical deve ser orientado pela estratégia de uma reforma concreta e abrangente de todo o sistema no qual se encontram os indivíduos, o desafio que deve ser enfrentado não tem paralelos na história. Pois o cumprimento dessa nova tarefa histórica envolve simultaneamente a mudança qualitativa das condições objetivas de reprodução da sociedade, no sentido de reconquistar o controle total do próprio capital (...) e a transformação progressiva da consciência em resposta às condições necessariamente cambiantes. Portanto, o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente.” (MESZÁROS, 2005, p. 65)

⁸² Segundo Saviani (2005, p. 65-66) afirma sobre a educação: “Nesse sentido, ainda que elemento determinado, não deixa de influenciar o elemento determinante. Ainda que secundário, nem por isso deixa de ser instrumento importante e por vezes decisivo no processo de transformação da sociedade.”

como defendia Lenin, não há revolução. Uma vez que: “É a compreensão das determinações mais profundas, é a compreensão da totalidade que permite aos trabalhadores ver a si mesmos como a classe histórica que são, compreender a natureza da forma capitalista e pensar a sua superação (...)” (IASI, 2011, p. 128)

No próximo capítulo discutiremos, a partir dos documentos analisados e das entrevistas realizadas, o enfoque dado na formação política do MST nos enfrentamentos relativos propriamente à luta pela terra, bem como as relações com o PT no estabelecimento das estratégias maiores de luta. Procuraremos evidenciar o lugar atribuído à teoria e os limites dessa formação, premissa pelas necessidades da luta imediata.

Capítulo 4: A formação política dos militantes do MST em meio ao debate nacional sobre a Reforma Agrária na década de 1980.

A década de 1980 foi o período de construção do Movimento em vários sentidos, os militantes aprenderam a organizar as lutas e a expandí-las por todo Brasil, com a clareza de que se formassem um movimento nacional ganhariam mais força política para a luta pela reforma agrária. A questão da formação política dos militantes do MST também aparece e passa a ser elaborada. No Programa de Formação de julho de 1990, afirma-se:

Desde que se criou o setor de formação foram implementados vários tipos de atividades: Escolas Sindicais, turmas de monitores, laboratórios, estudo nas direções do Movimento. Estas atividades foram sendo implementadas de acordo com as avaliações que se fizeram das necessidades para qualificação do MST, procurando qualificar militantes e a base para dar respostas aos problemas que eram sendo detectados a partir da luta. As deficiências ou desvios que aparecem na execução da formação foram sendo discutidos e procurou-se corrigir os erros, bem como amadurecer nas direções a compreensão acerca da importância da formação. (MST – Programa de Formação, 1990)

As primeiras escolas, nas quais se formaram os militantes dos Sem Terra estavam ligadas ao sindicalismo: a ESMA (Escola Sindical Margarida Alves – região sul), a ESEF (Escola Sindical Eloi Ferreira da Silva -ES, MG, BA).⁸³ Logo apareceram problemas:

Os problemas políticos de direção e da crise mais geral do sindicalismo rural, acabaram por atingir as escolas. E o MST, apesar de participar nunca teve um poder efetivo de condução das escolas, exceção da ESEF. Também os problemas que começaram a aparecer no método foram deixando clara a necessidade de mudar de rumos. E para o MST também surgem demandas específicas, diferenciadas do movimento sindical, tanto pelo crescimento do MST, tanto pela qualificação do inimigo. É exigido do MST a qualificação da produção nos assentamentos, dos métodos de direção. (...) (MST – Programa de Formação, 1990)

⁸³ As Escolas Sindicais eram compostas de cursos periódicos de formação política. No início eles eram realizados em conjunto com o movimento sindical vinculado à CUT: “Nesses cursos, os trabalhadores articulavam os estudos teóricos com suas práticas na luta, fomentando a consciência crítica de classe” (MORISSAWA, p. 205)

As dificuldades que apareceram aliadas à busca por autonomia de formação de seus quadros, por parte do movimento, levaram à construção de um Programa de Formação.⁸⁴ Em 1988, foi apresentado na Coordenação Nacional os pontos gerais de uma concepção de formação para o MST e em 1989 foi elaborado o Plano de 5 anos com as linhas políticas gerais para a formação. Estas que se configuraram no Programa de Formação de 1990, cujos objetivos eram: qualificar quadros para as atividades do próprio movimento relativas à produção, organização e mobilização, garantir a unidade na formação nas diferentes regiões do país, disciplinar a seleção dos quadros para os níveis superiores, integrar a formação na organicidade do MST, estabelecer níveis e conteúdos e estabelecer metas de formação no MST.

Foram estabelecidos cinco níveis de formação: I) Formação de Massa – aquela que se desenvolve no exercício do trabalho prático, na produção e na resistência; II) Formação de Base – correspondente à formação inicial, para os que despontam nas ações desenvolvidas pelo MST. O objetivo seria a qualificação da base do movimento para que conhecessem a realidade imediata, por meio dos conteúdos de formação ideológica (introdução ao funcionamento da sociedade, história da luta pela terra, análise de conjuntura) e de formação para organização da produção (cooperação agrícola, teoria da organização); III) Formação dos militantes, ou seja, daqueles que participam da organização vinculados a alguma instância da organização e possuem uma compreensão aprofundada sobre a realidade em que atuam. A formação se daria por meio de cursos, encontros, estudos e seminários, com o seguinte conteúdo básico: introdução à filosofia, funcionamento da sociedade, economia política, realidade brasileira e história da luta de classes no Brasil. Este seria o nível preparatório para a seleção dos alunos para a escola nacional; IV) Escola Nacional e Escola Técnica. A Escola Nacional visaria o fortalecimento do caráter nacional do movimento. Nelas os militantes seriam levados a pensar soluções para os problemas que enfrentavam em seus estados e regiões. Os conteúdos seriam os mesmos do nível anterior, mas,

⁸⁴ No período de 1985 a 1989, o MST foi se consolidando como movimento nacional, ao se fazer presente em todas as regiões do país. Essa fase também foi um momento de definições importantes no estabelecimento de sua estrutura organizativa e de sua identidade política. No processo de consolidação do MST, um desafio importante foi o de garantir sua autonomia, evitando as relações de dependência ao tempo mesmo em que expandia suas alianças políticas. A questão da autonomia do Movimento e as suas alianças foram amplamente discutidas no 2º Encontro Nacional do MST, realizado em dezembro de 1985. Em cada estado que o MST se organizava e realizava ocupações, articulava o apoio à luta pela terra. Algumas vezes, as instituições que compunham essas articulações queriam determinar as ações do Movimento. Em certos momentos, a afirmação da autonomia do MST gerou situações de mal-estar com seus parceiros. Para superar o risco de dependência, o MST decidiu investir na formação permanente de lideranças que dirigissem as lutas do Movimento em cada estado. (FERNANDES, 2010, p.169)

tratados com maior profundidade e diretamente ligados com a capacitação para desenvolverem a prática política. A Escola Técnica “Contestado” teria por objetivo o incentivo ao desenvolvimento da produção dos assentamentos, por meio da capacitação técnica, política e organizativa dos assentados, da constituição de um centro de estudo sobre a cooperação agrícola e de um centro de pesquisa para o desenvolvimento da produção agropecuária; V) Formação Permanente – visaria desenvolver o estudo como atividade permanente, uma vez que a luta coloca sempre novos desafios. Assim, seriam elaboradas atividades periódicas voltadas para o aperfeiçoamento continuado. Os conteúdos não seriam pré-fixados, eles seriam estabelecidos de acordo com as necessidades.

Essa concepção mais amadurecida sobre formação de quadros apresenta-se no final do período abarcado por nossa pesquisa, certamente como resultado de um acúmulo de experiências que reuniram êxitos e dificuldades.

Para nossa análise a respeito da formação política dos Sem Terra no que tange à questão agrária, ou seja, para compreender as referências utilizadas pelos Sem Terra na elaboração dos argumentos que justificavam e norteavam a luta ao longo da década de 1980, partiremos principalmente, do Jornal dos Sem Terra (JST), publicado desde os primórdios do movimento. Utilizaremos também os Cadernos de Formação do MST, existentes desde 1984, publicações de entidades apoiadoras do movimento (ABRA, CPT, PT, CUT, IBASE) e entrevistas com pessoas ligadas ao MST e também de suas lideranças.

O Jornal dos Sem Terra nasceu como um boletim informativo em maio de 1981, com tiragem de 700 exemplares, durante o acampamento em Ronda alta, com o apoio da CPT e do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul. A partir de julho de 1984, o Jornal dos Sem Terra adquiriu novas características, que refletiram a própria estruturação do movimento; ele passou a ser mensal, com uma tiragem de 10.000 exemplares e com circulação nacional.

Na leitura dos exemplares que abarcam o período dessa pesquisa, foi possível perceber os seguintes objetivos na publicação: reunir forças, conquistar apoio da sociedade em geral para cada uma das ocupações que eram desencadeadas. Nos primeiros anos, enquanto boletim, apareciam com grande frequência as manifestações de solidariedade que vinham do Brasil todo, seja de sindicatos, categorias profissionais, dioceses, CPT dos demais estados, prefeituras. O Jornal também cumpria o papel de realizar denúncias sobre a violência sofrida pelos acampados e

esclarecer a opinião pública sobre as lutas. Pautada pela realidade dos enfrentamentos, é evidente em muitas reportagens também a necessidade de se contrapor ao discurso hegemônico, que afirmava, por exemplo, não haver terras passíveis de desapropriação no estado do Rio Grande do Sul. Ou ao projeto dos empresários para a reforma agrária, entregue ao papa pelo representante da CNI Mário Garnero, este projeto foi publicado no Jornal dos Sem Terra nº. 31 de abril e maio de 1983. Com o apoio de intelectuais, da CPT, do PT, de sindicatos e de diversas organizações de apoio à reforma agrária, como a ABRA e o IBASE, foram sendo formulados os argumentos em defesa da Reforma Agrária a partir dos interesses imediatos dos Sem Terra.

O Jornal dos Sem Terra, desde sua origem como boletim, possuía o papel de contribuir para a formação política dos seus militantes, uma vez que parte do conteúdo resultava de assembléias em que se discutia a situação dos acampados, aparece também material de estudo sobre a realidade agrária brasileira, bem como dados sobre concentração fundiária e latifúndios improdutivos. Segundo as Normas e Orientações do Jornal Sem Terra (MST, 1988, p.3): “O jornal deve ser um veículo formador da classe trabalhadora. Onde se veiculam as idéias, as propostas de luta, onde a base, os militantes possam realmente aprender, discutir, debater e avançar politicamente.”

Discutimos a formação política dos militantes do movimento, acreditando que ela sofreu forte influência do debate nacional em torno da reforma agrária e das lutas nesse sentido. Fazendo uso das fontes mencionadas, na primeira parte do capítulo tratamos das principais organizações de apoio ao MST. O MST nasceu profundamente ligado ao PT, contando também com o apoio da CPT e de sindicatos. Essas organizações colaboraram expressivamente na nacionalização do movimento. Além disso, o PT e a CPT tiveram influência bastante relevante no embasamento das discussões a respeito da questão agrária no Brasil e nos argumentos para a defesa da Reforma Agrária, no período aqui estudado. A análise relativa ao PT adquire significativa importância, uma vez que este partido apontava as diretrizes estratégicas para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro a partir das quais o MST elaborava suas lutas em torno da reforma agrária.

Na segunda parte do capítulo abordamos as críticas do MST e de seus apoiadores dirigidas à política agrária da ditadura e em seguida tratamos dos 2 momentos centrais no debate nacional em torno da questão agrária: o I Plano Nacional de Reforma Agrária, de 1985 e a Constituinte de 1987- 1988.

4.1 Instituições de apoio e referências políticas para a luta do MST nos anos de 1980.

4.1.1 A atuação da CPT nas lutas pela terra na década de 1980.

O surgimento da CPT em 1975 está relacionado tanto com as mudanças ocorridas no interior da igreja nos anos anteriores, bem como com a situação social no campo brasileiro derivada da política agrária da ditadura, em especial na região norte⁸⁵. Marcas importantes da trajetória que culmina com o surgimento da CPT advêm das CEBs, do Concílio Vaticano II e da Conferência dos Bispos da América Latina (CELAM)⁸⁶:

(...) ao falar da criação da CPT, nos anos 1974 e 1975, precisamos ter presente toda essa fermentação que vem de baixo e das margens das instituições eclesiais. São iniciativas respaldadas não apenas nas necessidades imediatas de solidariedade cristã, mas nas inspirações e orientações que emanaram do Concílio Vaticano II (1962-65), e da Conferência dos Bispos da América Latina (CELAM) realizada em Medellín, em 1968 - que foi, para a região, como uma encarnação criativa do próprio Concílio. O Vaticano II e Medellín ofereceram fundamentos teológicos e pastorais a estas práticas renovadoras. (POLETO, 2010, p. 141)

A CPT surgiu como instrumento na promoção da justiça social e dos direitos humanos no campo. Segundo Dom Tomás Balduino (2011) nos relatou em entrevista, ela atuava num amplo leque de contribuições com os movimentos sociais, com os injustiçados no campo. No âmbito da formação política, desenvolvia estudos para conhecer os adversários, fazendo análises de conjuntura e divulgando estas análises para a base. Por se tratar de uma pastoral, havia também um cuidado com a leitura da bíblia, voltada à compreensão teológica dos conflitos pela terra: “Eles sentem a palavra de Deus caminhando. Eles quando fazem a leitura da terra prometida, é

⁸⁵ Sobre as mudanças ocorridas no interior da igreja, ver Apêndice I.

⁸⁶ Segundo Ivo Poleto (2010), tiveram também importância nos antecedentes da CPT os movimentos que surgiram nos anos de 1950 e 1960, como a Ação Católica, o Movimento de Educação de Base (MEB) e os Núcleos de cultura. Como tratamos no capítulo 3, o MEB tratava da educação popular e tinha fundamento na pedagogia de Paulo Freire, voltada à educação para a prática da cidadania.

essa terra. Quando lêem os vários capítulos de Josué, eles se sentem protagonistas, sujeitos dessa história.”

A preocupação imediata da CPT, diante dos conflitos, era defender o acesso à terra. “O pessoal precisava da terra de viver e trabalhar.” (BALDUÍNO, 2011). Dois documentos são bastante elucidativos quanto à compreensão da CPT acerca da questão agrária no Brasil, são eles a Carta de Investidura de Dom Pedro Casaldáliga e o documento da CNBB de 1980. Dom Tomás Balduino (2011) destaca a diferença entre esses documentos, bem como a importância que o texto da CNBB teve na formação política daqueles que se punham em luta pela terra nos anos de 1980:

São documentos diferentes, um é o documento de um bispo e o outro é o documento do episcopado, embora com a assessoria da CPT, que representava a ponta avançada dentro da igreja. E o documento se tornou, pelo fato de ser da CNBB, quase que uma cartilha para a luta pela terra, não só da CPT, mas também das lideranças ligadas aos diversos movimentos de trabalhadores com os quais nós tínhamos contato.

A carta pastoral de Dom Pedro Casaldáliga, de 1971, representou um grito contra a política agrária da ditadura e suas injustiças sociais, contra o latifúndio e pela reforma agrária radical. O texto identifica o elemento humano, quem é povo que habita a região:

A maior parte do elemento humano é sertanejo: camponeses nordestinos, vindos diretamente do Maranhão, do Pará, do Ceará, do Piauí..., ou passando por Goiás. Desbravadores da região, “posseiros”. Povo simples e duro, retirante como por destino numa forçada e desorientada migração anterior, com a rede de dormir nas costas, os muitos filhos, algum cavalo magro, e os quatro “trens” de cozinha carregados numa sacola. (CASALDÁLIGA, 2012, p. 4)

Os peões eram trabalhadores que também sofriam os efeitos das políticas ditatoriais. Eles eram recrutados ao sul de Goiás e no Nordeste, com a promessa de bons salários e excelentes condições de trabalho. Mas, “(...) Ao chegar, a maioria recebe a comunicação de que terão que pagar os gastos de viagem, inclusive transporte. E já têm que fazer suprimento de alimentos e ferramentas nos armazéns da fazenda a preços muito elevados.” (CASALDÁLIGA, 2012, p. 19). Esta situação resulta num imediato endividamento com os patrões, além de terem que enfrentar a

ausência de moradia, alimentação e as mais precárias condições de trabalho e doenças, como a malária.

A política agrária ditatorial voltou-se contra esse povo de posseiros, peões e índios da região. Conforme discutimos no segundo capítulo, o governo fez uma política de incentivos fiscais para quem realizasse empreendimentos na Amazônia, determinando a formação de gigantescos latifúndios controlados por grandes empresas.⁸⁷

A Prelazia de São Félix do Araguaia, assumida por Dom Pedro, estava numa posição muito crítica frente às conseqüências das políticas para a Amazônia, logo, sua carta de assunção do cargo constituiu uma denúncia da situação social na região e uma defesa dos direitos humanos, de comprometimento com o povo local. O caráter de denúncia do documento ganha clareza nos trechos abaixo:

O que vivemos nos deu a evidência da iniquidade do latifúndio capitalista, como pré-estrutura social radicalmente injusta; e nos confirmou na clara opção de repudiá-lo.

Sentimos, por consciência, que também nós devemos cooperar para a desmistificação da propriedade privada. E que devemos urgir (...) uma Reforma Agrária justa, radical, sociologicamente inspirada e realizada tecnicamente, sem demoras exasperantes, sem intoleráveis camuflagens. (CASALDÁLIGA, 2012, p. 29)

O documento da CNBB *Igreja e problemas da Terra* aprofundou e estendeu a análise de Dom Pedro Casaldáliga a todo o Brasil, sobre a importância da questão do acesso à terra e os efeitos da política agrária do governo, apontando as injustiças vivenciadas pelos pobres do campo e suas causas. O texto foi fruto da assessoria realizada pela CPT à Conferência Nacional dos Bispos (BALDUÍNO, 2011). Segundo Poletto (2010, p. 144), a questão da propriedade da terra torna-se preocupação central da CNBB, sob influência dos trabalhos da pastoral e do contexto econômico e político daquele período:

⁸⁷ Conforme afirma Dom Pedro Casaldáliga (1971, p. 10): “Isto significa estímulo ao capital particular, inclusive estrangeiro, com dinheiro do povo, que deixa de ser recolhido aos cofres públicos, e conseqüentemente deixa de ser investido a benefício do povo, para enriquecimento ainda maior do investidor. Do valor total do projeto aprovado a SUDAM financia 75%. Encontramos empresas que se dedicam aos mais deferentes tipos de atividades, que agora se lançam à agropecuária, como é o caso de Bancos (Bradesco, Nacional de Minas Gerais, Crédito Nacional, Brasul) de casas comerciais (Eletro-Radiobraz), Indústrias, etc. É a absorção dos bens todos por alguns pequenos grupos poderosos.”

Provocada pela dramática situação no campo, e influenciada pelo trabalho da CPT e os debates públicos em torno à sua atuação, a CNBB assumiu a questão da terra como tema central de sua Assembléia Geral de 1980. O amplo processo de debate na elaboração do documento Igreja e Problema da Terra possibilitou à CNBB um passo significativo na redefinição de sua visão e de sua prática em relação à questão agrária.

Sobre a interpretação da questão agrária, adquire relevância a problemática que envolve a propriedade da terra:

De fato, o conteúdo doutrinal foi inovador. Avançou-se na definição do que a Igreja defende como direito à propriedade da terra. A propriedade de “terra de trabalho” é legítima, pois seu uso, através do trabalho, a coloca a serviço da vida. A propriedade de “terra de negócio”, destinada à exploração e à especulação, favorecendo praticamente só ao proprietário, contudo, não realiza sua destinação social e não é, por isso, legítima. (Poletto, 2010, p. 144)

É clara a influência do pensamento do sociólogo José de Souza Martins neste documento da CNBB. As suas elaborações acerca do problema da propriedade da terra no Brasil estão fortemente presentes.⁸⁸ É de Martins a análise teórica que sustenta o documento, cujo núcleo está em defender o problema agrário brasileiro como um clamor pela terra, expressa na luta por acessá-la ou por nela permanecer.

A análise de Martins defende a questão agrária como resultado do confronto entre duas formas de propriedade:

O próprio capital impôs, no Brasil moderno, a luta pela terra, como luta contra a propriedade capitalista da terra. É a terra de trabalho contra a terra de negócio. O que unifica as aspirações e lutas de um colono gaúcho, de um posseiro maranhense e de um índio Tapirapé é essa resistência obstinada contra a expansão da apropriação capitalista da terra. (MARTINS, 1980, p. 61)

⁸⁸ Trechos inteiros deste documento são idênticos a passagens do seguinte texto de Martins (1980): *Terra de negócio e terra de trabalho: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil*, presente no livro: *Expropriação & Violência – A questão política no campo*. Mais especificadamente, os seguintes itens são idênticos nos dois textos: do (8) ao (15), (42), (43). Na entrevista realizada com Dom Tomás Balduino (2011) foi possível também constatar a proximidade deste intelectual com a CPT no início dos anos de 1980, quando o bispo afirmou: “Ele era assessor de dentro de casa, da cozinha, mas, acabou se distanciando.”

Por esta análise, estavam em disputa duas formas de propriedade. De um lado, está a propriedade capitalista, relativa à “terra de exploração”, baseada: “(...) no princípio da exploração que o capital exerce sobre o trabalhador que já não possui os instrumentos e materiais de trabalho para trabalhar, possuídos agora pelo capitalista.” (MARTINS, 1980, p.59). Sob estas relações, é garantido ao capital o direito de explorar o trabalho. De outro lado, existe o regime de propriedade familiar, correspondente à “terra de trabalho”, representada pela propriedade familiar, pela propriedade comunitária dos povos indígenas ou pela posse, na Amazônia Legal. Martins descreve as peculiaridades desta forma de propriedade:

A propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho de outrem; é propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha. Não é propriedade capitalista; é propriedade do trabalhador. Seus resultados sociais são completamente distintos, porque nesse caso a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não é regulada pela necessidade de lucro do capital, porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra. O trabalhador e lavrador não recebe lucro. Os seus ganhos são ganhos do seu trabalho e do trabalho de sua família e não ganhos de capital, exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho.

A CPT, instituição que assessorou a formulação do documento, portanto, limita-se a defender a existência de um problema de terras no Brasil e a apoiar os movimentos e organizações dos trabalhadores que se coloquem em luta por esse objetivo. Não havia, nem constituía objetivo da pastoral, um projeto mais amplo e estratégico de como a resolução da questão agrária se vinculava aos rumos do capitalismo e das possibilidades de sua superação. Conforme afirma um assessor da CNBB para assuntos agrários:

(...) Não se trata no documento de analisar a viabilidade e as possibilidades de êxito das múltiplas formas de resistência, não se trata, portanto, de tomar posição no debate sobre as etapas de superação do capitalismo. Trata-se de defender os justos direitos do homem que trabalha a terra, por ele conhecidos, e conseqüentemente de denunciar com ele um modelo que se esquece de grande parte do povo brasileiro, que aparece cada vez mais sobrando, inútil e incomodando a política econômica nacional.” (CAMERMAN, 1980, p. 23)

Nesse mesmo período, início da década de 1980, é o momento do surgimento do Partido dos Trabalhadores, o qual representou para as diversas categorias em luta uma alternativa político-partidária para almejar transformações políticas, econômicas e sociais mais amplas. Para aqueles que se colocavam em luta pela terra, como no nascente MST, e suas instituições apoiadoras, como a CPT, no PT estaria a possibilidade de formulação de uma estratégia de superação mais abrangente dos problemas brasileiros, com um projeto de desenvolvimento capitalista democrático. Por esta razão, é relevante apontarmos quais eram as estratégias econômicas, políticas e sociais propostas pelo PT e como nela se incluíam as saídas apontadas para a questão agrária.

4.1.2 O papel da reforma agrária no desenvolvimento do capitalismo brasileiro no Programa Democrático e Popular do PT.

Ao final da década de 70 e início da década seguinte, voltava ao debate, de determinados seguimentos da esquerda, o tema da Revolução Burguesa no Brasil. A discussão ressurgiu como fruto do próprio contexto histórico repleto de lutas sociais que buscavam uma resposta para os problemas históricos ocasionados ou agravados pelo regime ditatorial. Segundo Ianni (1984, p. 7):

A problemática da revolução burguesa reaparece com frequência na reflexão sobre a história e as formas do Estado brasileiro. Todos os que buscam compreender as relações e reciprocidades entre a sociedade e o Estado esbarram com ela. Mesmo aqueles que refletem sobre as condições e as possibilidades da revolução popular (operária, camponesa ou operário-camponesa) também esses defrontam-se com interrogações sobre qual foi, ou como tem sido, o desenvolvimento da revolução burguesa. Ao examinar os partidos políticos, eleições, sindicatos urbanos, sindicatos rurais, ligas camponesas, associações de bairros, comunidades eclesiais de base, movimentos messiânicos, correntes de opinião pública, movimentos sociais, greves, revoltas, golpes, quarteladas e outras manifestações, em todos esses casos recoloca-se a questão do caráter da revolução burguesa no Brasil.

Alguns intelectuais acreditavam que esta não seria uma categoria pertinente para o caso do nosso país, como Jacob Gorender (1998)⁸⁹, já outros importantes pensadores como Florestan Fernandes e Octávio Ianni apontavam o encerramento da revolução burguesa, consolidada autoritariamente pela ditadura militar.⁹⁰ Interessa destacar a posição de Florestan Fernandes, que era membro do PT, mas, colocava-se à esquerda das resoluções que o partido elaborou ao longo da década. Segundo a análise deste sociólogo, em nosso país com uma revolução burguesa em atraso fortemente marcada por nosso passado colonial:

(...) tudo se passava como se o objetivo central se restringisse, a médio prazo, em criar para a burguesia interna e para as burguesias externas um modo de aprofundar, com segurança a transformação capitalista na esfera econômica, transferindo para um futuro incerto o atendimento de outras transformações que não poderiam ser realizadas de modo concomitante. (FERNANDES, 2009, p. 73)

Desse modo, a revolução burguesa no Brasil não veio acompanhada de uma maior participação política das classes exploradas e, conseqüentemente, não foram realizadas reformas como a agrária e a urbana, partes constitutivas de uma revolução nacional, voltada a fortalecer a soberania do país nas decisões a respeito de seu destino e a permitir uma repartição mais igualitária da riqueza produzida. Quando se acirraram as lutas sociais ao final da década de 1970,

⁸⁹ Segundo Gorender (1998, p. 112): “Se é fato que a burguesia brasileira não se comportou como espectadora passiva dos acontecimentos históricos, também é verdadeiro que não precisou realizar uma revolução para se tornar classe dominante principal. Dadas as características da sua formação econômico-social, a revolução burguesa é uma categoria inaplicável à história do Brasil. A este respeito, nenhuma importância tem a ressalva acerca das revoluções democrático-burguesas de novo tipo, das revoluções burguesas ‘passivas’ ou ‘por cima’ do ‘caminho prussiano’, etc. Florestan Fernandes empenhou-se em explicar as causas da frustração da revolução burguesa pela própria burguesia brasileira. Como, porém falar em frustração do que nunca foi necessário? Ainda segundo Florestan, a revolução burguesa em atraso está num beco sem saída. O que se dá, simplesmente é que o beco está vazio. Por isso mesmo, Octávio Ianni não encontra outra maneira de caracterizar o ciclo da revolução burguesa, no Brasil, senão como uma ‘contra-revolução burguesa permanente’. Esta contradição lógica seria evitada se se dispensassem ambas as categorias – as de revolução e contra-revolução – e se falasse apenas em dominação burguesa, tal como surgiu e tem se apresentado nas condições peculiares de nosso País.”

⁹⁰ Segundo Ianni (1984, p. 21/22): “No presente, as políticas adotadas pela ditadura militar impulsionaram bastante o ascenso da grande burguesia. Ao mesmo tempo, desenvolveram as contradições de classes, em âmbito nacional. O alargamento e a dinamização do mercado; a generalização da mercadoria; a crescente subordinação das mais diversas formas de trabalho ao capital; o desenvolvimento da indústria cultural; a expansão do sistema público e privado de ensino; a diversificação das correntes de opinião pública; o desenvolvimento das classes sociais e da consciência de classe; tudo isso, e outros desenvolvimentos da sociedade civil, tem algo a ver com o desfecho do ciclo da revolução burguesa no Brasil. Trata-se de uma revolução que se resolve de forma altamente contraditória. Produz e reproduz tanto contradições entre burguesias e assalariados, principalmente a grande burguesia financeira e monopolista, por um lado, e o proletariado e o campesinato, por outro, como produz e reproduz diversas e notáveis contradições no âmbito das classes dominantes, nacionais e estrangeiras.”

reapareceu com força a discussão acerca das reformas democráticas não efetivadas ao longo do processo de intensificação da industrialização.

Nesse quadro, a indagação que surgiu para as classes trabalhadoras, por meio de suas organizações políticas, relacionou-se à efetivação ou não de alianças com a classe burguesa brasileira, ou setores dela, para que se fizessem avançar as pendentes reformas democráticas, nacionalistas. Florestan Fernandes (1999, p. 82), num texto escrito originalmente em 1981, alerta para a necessidade de se refletir sobre os custos políticos de uma manobra desse gênero:

Mesmo que se tome uma posição firme e exigente diante do assunto, é claro que um partido proletário não pode situar-se diante da revolução nacional como se ela fosse a antecâmara da revolução proletária (como se se pudesse passar de uma a outra, de tal modo que a consumação da revolução nacional, dentro do capitalismo seria uma etapa necessária prévia da revolução proletária). O que fortalece a burguesia e consolida o capitalismo automaticamente torna mais remota e difícil a revolução proletária.

Mais adiante, levando em conta o quadro mais amplo do capitalismo no mundo, Fernandes (1999, p. 84-85) afirma com veemência a impossibilidade de uma revolução nacional, dado o atual estágio desse modo de produção:

Está comprovado que as burguesias dos países capitalistas dependentes privilegiam a aceleração do desenvolvimento capitalista, elas não privilegiam o desenvolvimento capitalista independente. Depois dos estudos de Baran, é transparente que essa opção histórica traduz uma prioridade – e não uma prioridade qualquer, uma prioridade estratégica para as burguesias da periferia e do centro. Elas estão dizendo aos proletários urbanos e rurais dos países periféricos: danem-se! Isso é o que vocês podem obter do capitalismo, nem mais nem menos. Todo o resto sobre “aberturas democráticas”, “centros nacionais de decisão”, “desconcentração da renda” etc, é pura retórica. A realidade está posta na contra revolução prolongada de amplitude mundial. Ela não se casa com os papéis e as funções que a revolução nacional teve, no passado, nas primeiras versões da revolução burguesa. Hoje, o desenvolvimento do capitalismo não passa pela revolução nacional. Por uma razão simples: onde a revolução nacional constituir uma realidade histórica (e ela aparece como tal reiteradamente, quase universalmente na periferia), ela terá de opor-se ao capitalismo. As revoluções nacionais que se atrasaram são revoluções nacionais que não puderam desatar-se e completar-se dentro e por meio do capitalismo. Agora, têm de voltar-se contra ele. (...)

No entanto, a visão de Florestan era marginal no PT, influenciando apenas alguns membros mais à esquerda.

A criação do partido relacionou-se com a emergência das lutas sociais no início da década de 1980. Diversos setores em luta, em especial o sindical, mas também as lutas no campo, passaram a buscar, por meio deste partido, um projeto político maior para a transformação da sociedade e a superação das dificuldades que se apresentavam.⁹¹ Segundo o estudo de Mauro Iasi (2006, p. 361) que analisou os documentos e resoluções do partido nesta época:

(...) uma classe, no centro estratégico do processo de valorização do valor, se confronta com o capital, primeiro por motivos imediatos e pontuais (...) e depois dá o passo no sentido de buscar uma representação política que permitisse intervir no cenário nacional unificando a ação de algo muito além de sua situação particular e imediata de classe, convertendo-se num pólo aglutinador de diferentes setores de classe e segmentos sociais diversos que se unificam na luta contra a ditadura militar e pela democratização com um corte inicialmente classista e anticapitalista.

Segundo Iasi (2006) em seu período inicial de formação, foram se elaborando os alicerces para a estratégia de atuação do partido nas lutas políticas.

Em texto do início dos anos de 1980, Wladimir Pomar, integrante da corrente que se tornaria majoritária do PT, evidencia a existência do debate em torno das estratégias de desenvolvimento para o país, bem como já aponta o posicionamento desta corrente⁹². Por esta análise, se reconhece que a burguesia estrangeira e brasileira criaram as condições básicas, materiais indispensáveis para que se pudesse passar para o socialismo, no entanto, o Brasil é visto como um país pequeno burguês, dominado pelo setor monopolista da burguesia. Ou seja, existiria uma significativa camada intermediária entre a classe operária e a burguesia, composta, no

⁹¹ “(Entrevistadora) - Então, há uma proximidade muito grande entre a CPT e o PT nesse primeiro momento?

(Dom Tomás) - Há, sem dúvida.

(Entrevistadora) - O PT vai representar um projeto político para essa parte da sociedade que lutava em favor dos trabalhadores, do acesso à terra, ele representa uma liderança maior por ser esse instrumento político-partidário para representar esses objetivos?

(Dom Tomás) Representou, representou. (com ênfase no tempo verbal – no passado) Na década de 1980, sem dúvida.” (BALDUÍNO, 2011)

⁹² Pomar (2002, p. 15 - 16) afirma: “O debate em torno do esgotamento ou encerramento da revolução burguesa volta a se reanimar. (...)” E mais adiante: “(...) é natural que o tema da revolução burguesa, de seu encerramento ou não, e das alternativas que se apresentam para a sociedade brasileira, revele-se cada vez mais como assunto imprescindível de discussão e estudo. E isso vai continuar ocorrendo enquanto a burguesia estiver presente e em processo de evolução.”

campo, por camponeses, pequenos e médios proprietários, posseiros; e, na cidade, por proprietários de pequenas oficinas, de caminhões, de pequenos comércios, artesãos, assalariados de alta renda, todos estes comporiam a chamada pequena burguesia. A camada intermediária da sociedade brasileira estaria ainda presa ao projeto de desenvolvimento democrático capitalista, capaz de conservar-lhes a propriedade privada. Segundo Pomar (2002, p. 56), a classe operária teria que se unir a pequena burguesia a fim de fazer avançar as reformas que faltavam para um desenvolvimento capitalista mais democrático:

(...) se a classe operária quer unir em torno de si a força social capaz de determinar o domínio político e social da classe burguesa, ela terá de agir politicamente, levando em conta a existência da pequena burguesia rural e urbana e o fato de que essa pequena burguesia, se está contra a burguesia, não significa necessariamente que esteja a favor do socialismo.

Em certa medida, a análise de Pomar (2002) aparece nas resoluções do 4º Encontro Nacional do PT, realizado em 1986. Nesta ocasião, o partido elabora, pela primeira vez, uma caracterização da formação social brasileira, examinando o estágio do desenvolvimento capitalista, bem como sua estrutura de classes. O diagnóstico apontava que o capitalismo havia se desenvolvido intensamente, de forma subordinada à penetração do capital estrangeiro e às tecnologias de ponta e estava marcado por profundas desigualdades sociais. Nesta análise, a “classe trabalhadora” seria composta: pela classe média urbana e rural (incluindo produtores agrícolas individuais e familiares, o micro e pequeno empresário comercial ou industrial, trabalhadores autônomos para o Estado, trabalhadores com alta categoria salarial); pelos assalariados urbanos e pelos assalariados do campo. No encontro é ressaltada a importância do acúmulo de forças para que houvesse força política para as mudanças e para a conquista do poder. Este acúmulo seria passo fundamental para a estratégia socialista, embora ela não pudesse ser trazida à baila expressamente, uma vez que para alguns setores da “classe trabalhadora” essa questão não se colocava.⁹³

⁹³ Segundo IASI (2006, p. 398), as resoluções do partido apontavam para a impossibilidade imediata para o salto socialista: “(...) por não estar colocada para o conjunto da classe trabalhadora a consciência dessa necessidade, o texto afirma que o desenvolvimento do capitalismo, das classes e da luta entre essas classes permitira já um “acúmulo de forças” no sentido de ampliar os espaços democráticos e as conquistas populares que seriam uma espécie de “ponte” e de caminhos que poderiam conduzir a esta meta estratégica socialista.”

No ano de 1987, houve o 5º Encontro Nacional, momento em que se consolidava no partido uma força majoritária, organizada como tendência nacional. Esta força ressaltava a necessidade de alianças estratégicas com a pequena burguesia, a depender da correlação de forças e dos momentos concretos da luta. E é justamente a esse ponto que setores minoritários do partido, mais à esquerda, se contrapunham.

Diante do diagnóstico elaborado neste encontro, os grandes problemas do capitalismo brasileiro estavam relacionados ao fato de que apesar de sua expansão acelerada, o latifúndio foi mantido, a dominação imperialista perdurou sobre o país e, ainda, milhares de pessoas não teriam sido incorporadas nesse crescimento econômico. Iasi (2006) afirma que o partido enxergava que “algo” entravava o desenvolvimento capitalista no Brasil e impedia que se completasse a verdadeira hegemonia burguesa. Para superar esse quadro, um conjunto de medidas estavam na ordem do dia: superar as desigualdades regionais, incluir milhões nos frutos do desenvolvimento, superar o caráter coercitivo do Estado, buscar uma inserção não subordinada na ordem econômica internacional, romper o círculo perverso do endividamento financeiro e a subjugação aos ditames do FMI e fazer uma reforma agrária. Logo: “O PT defende a formação de um ‘governo dos trabalhadores e seus aliados (setores médios do campo e da cidade, incluindo a pequena burguesia como vimos) que executaria um ‘programa democrático, popular e antiimperialista.’” (IASI, 2006, p. 430).⁹⁴

Para os objetivos deste estudo, nos interessa discutir como vai se desenvolvendo uma interpretação sobre o papel da reforma agrária neste Programa Democrático e Popular. Num documento de 1985, com o título: *O PT e a Reforma Agrária (proposta)* são apresentadas tanto a forma pela qual o partido enxergava a questão, como suas táticas de luta para aquele momento. A pressão pela Reforma Agrária adviria de parte da burguesia e da concentração fundiária, expressa

⁹⁴ Segundo IASI (2006, p. 431): “Realizar uma ruptura revolucionária que assuma tarefas não efetivadas pela burguesia, tarefas ‘antiimperialistas, antilatifundiárias e antimonopolistas’. Daí um programa ‘democrático’ fundado em uma aliança de classes com a ‘pequena burguesia’, para realizar tarefas que a burguesia já não quer e não precisa para garantir o desenvolvimento de seu modo específico de produção, o capitalismo. Já que o leque social que forma o sujeito deste processo é composto das classes que se chocam com o capitalismo e hegemonizado pelo proletariado, excluindo a burguesia nacional da aliança, o caráter das transformações propostas é ‘popular’ e não ‘nacional’.

(...)

O pano de fundo de toda esta engenharia é, ainda, uma certa visão de que estamos diante de uma revolução ‘dentro da ordem’ que só se completa ‘contra e fora da ordem’. Não seria a reedição da Estratégia Democrática Nacional do PCB dos anos 50 e 60 porque não se trataria de uma aliança com a burguesia nacional para desenvolver o capitalismo, mas para realizar as ‘tarefas em atraso’, abandonadas pela burguesia, já no contexto de um governo hegemonizado pelos trabalhadores que iniciaria uma transição para o socialismo.” (p. 431)

nos conflitos por terra. Existiriam setores da burguesia favoráveis à reforma, pois ela poderia responder às necessidades econômicas, de mercado, de custos de produção e, também, ao problema do desemprego nas cidades, evitando explosões sociais nesses centros:

(...) Parte da burguesia não tem segurança na recuperação econômica dos países desenvolvidos, principal mercado dos produtos brasileiros, e vê na ampliação do mercado interno uma válvula limitada mas real. E, nas condições atuais da economia brasileira, a ampliação do mercado interno só pode ser realizada através da incorporação massiva dos camponeses sem terra e com pouca terra à produção e da elevação do poder aquisitivo da população. A Reforma Agrária teria, então, a dupla vantagem de incorporação e, através do aumento da produção de alimentos, baratear seus preços, melhorando o poder de compra da força de trabalho. A Reforma Agrária teria, ainda, a vantagem de incorporar à produção parte dos desempregados e subempregados das cidades, diminuindo o exército industrial de reserva superdimensionado da atualidade e diminuindo, portanto, o perigo de explosões sociais nos grandes centros urbanos. O crescimento da produção de alimentos poderia ter efeitos positivos no combate à inflação, ampliando o campo de manobra da burguesia para sair da crise. (PT, 1985, p. 45)

A reforma agrária viria também para atender à pressão da estrutura fundiária altamente concentrada, que aliada com a utilização relativamente insignificante das terras gerava grandes conflitos no campo:

Se levarmos em conta que existem no Brasil 15 milhões de pessoas trabalhando na agricultura e que somente 3,5 milhões são proprietários, encontramos aqui a primeira grande contradição do campo brasileiro. Além dos 4-5 milhões de assalariados expropriados, há cerca de 5-6 milhões de camponeses sem-terra. (PT, 1985, p. 46)

Assim, os argumentos favoráveis à Reforma são resgatados do âmbito da discussão sobre a Revolução Burguesa, acreditando-se na possibilidade de uma reestruturação fundiária no interior do desenvolvimento capitalista brasileiro⁹⁵:

Havia, assim, uma forte pressão latente pela Reforma Agrária antes da Aliança Democrática assumir o governo. Em termos estratégicos, digamos assim, a solução para o problema seria uma Reforma Agrária ampla, massiva, imediata e

⁹⁵ Nesse sentido, Pomar (1985, p. 16) afirma: “Apesar dos empecilhos colocados pelos anti-reformistas, a luta a favor da reforma agrária pode ser conduzida tendo em vista as possibilidades de seu atendimento dentro dos marcos do atual sistema econômico e social. Afinal, encaradas as coisas puramente desse ângulo, o máximo que os camponeses pretendem é democratizar a propriedade fundiária. (...)”

dirigida pelos trabalhadores, conforme proposta do movimento sindical rural, apoiada pelos setores mais representativos da sociedade. Essa proposta, repetimos, tinha e tem caráter democrático-burguês e não socialista e, teoricamente, pode ser conquistada nos limites do sistema capitalista. (PT, 1985, p. 46)

O ambiente político dessas discussões é justamente o da ascensão das lutas pela terra, expresso na Campanha Nacional pela Reforma Agrária, nas discussões acerca do I PNRA e, especialmente, na formação do MST. Na tática de luta esboçada pelo PT, dois aspectos eram ressaltados no sentido do “descongelamento da questão agrária”: a utilização do Estatuto da Terra como instrumento de luta e o ataque ao latifúndio improdutivo⁹⁶:

Para o descongelamento da questão agrária, os grupos de trabalho consideravam correto utilizar como instrumento os chamados “aspectos positivos” ou “brechas” do Estatuto da Terra, exigindo uma aplicação para o início imediato de um processo de reforma. Reivindicavam o assentamento de 600 mil famílias por ano em terras desapropriadas, concentrando seu ataque principal sobre os latifúndios improdutivos. Com isso visavam, além da mobilização dos trabalhadores, ganharmos setores médios e neutralizar os latifundiários produtivos, cujo componente capitalista é mais acentuado. (PT, 1985, p. 47)

A tática de luta era montada através do que era considerado possível politicamente naquele momento. O ataque ao latifúndio improdutivo permitiria o apoio dos setores médios do campo, bem como a neutralização dos produtivos, que poderiam se colocar favoráveis à proposta. Percebe-se aqui a presença da tática das alianças defendidas no Programa Democrático e Popular, a necessidade de atender às expectativas de setores proprietários, no sentido de acumular forças para uma mudança maior, vislumbrada no longo prazo⁹⁷:

(...) O descongelamento da questão e o início da Reforma podem servir para mobilizar os camponeses, os trabalhadores, as camadas médias urbanas e outros

⁹⁶ Sobre a importância do Estatuto da Terra como instrumento de luta, Pomar (1985, p. 17) afirma: “Assim, ao mesmo tempo em que é possível unificar um amplo leque de forças a favor de uma reforma agrária de cunho camponês, inclusive pressionando para que uma nova lei seja debatida e promulgada, é viável de imediato, aproveitando o momento político, avançar nesta luta exigindo a aplicação imediata do Estatuto da Terra na parte referente à reforma agrária, (...)”

⁹⁷ Neste sentido, Pomar (1985, p. 42), afirma: “O PT e os trabalhadores sabem distinguir entre objetivos viáveis para já e aquilo que exige maior acumulação de forças. Por isso, a proposta de Reforma Agrária do PT visa tanto assegurar a curto prazo a ânsia da democratização da terra, o barateamento dos preços dos alimentos e crescimento nos níveis de emprego, quanto abrir um processo de transformação que culminará, a prazo mais ou menos longo, com a socialização dos meios de produção também na área rural brasileira.”

setores da população. Com isso, poder-se-á mudar a correlação de forças e criar condições para ir além dos limites estabelecidos pelo Plano (SILVA, 1989, p. 47)

A visão que privilegia o papel da reforma agrária no desenvolvimento do capitalismo no Brasil parece se modificar mais ao final da década de 1980. Ao longo da década houve as derrotas relativas ao I PNRA e à Constituinte, tal como trataremos adiante. Nas eleições de 1989, a defesa da Reforma Agrária adquiriu um tom mais forte de combate à pobreza. Nesse contexto, os argumentos que a colocavam como parte fundamental de um conjunto de reformas estruturais do capitalismo brasileiro perderam força.

O agrônomo José Graziano da Silva, figura central do problema agrário no interior do PT, defende em texto de 1989⁹⁸:

O acesso à terra deve ser entendido hoje como uma condição de sobrevivência; a terra, como local de moradia e subsistência para aqueles que não encontram outra possibilidade de inserção produtiva na nossa sociedade. É nesse sentido que considero a reforma agrária possível num governo do PT dentro dos marcos de um regime “capitalista domesticado”. Ela será muito mais uma política social com vistas a garantir a ocupação produtiva e uma renda mínima à população rural que está sendo forçada ao êxodo. Hoje uma ‘reforma agrária camponesa’ (proposta dos anos 50 e 60), que vise transformar a estrutura de produção no campo, não é possível na atual correlação de forças políticas. (...) A modernização conservadora da nossa agricultura resolveu a maioria das questões agrícolas que se colocavam do ponto de vista do nosso desenvolvimento capitalista: aumentou a produção e a produtividade de praticamente todos os produtos agrícolas, inclusive aqueles básicos para a alimentação.” (SILVA, 1989, p. 47)

Desse modo, a Reforma agrária se dirigiria a estancar a lumpenização dos setores menos favorecidos. No intuito de angariar mais votos na eleição de 1989, a defesa se fez no sentido de respeitar a Constituição, que, como veremos adiante, criou significativos obstáculos à realização de uma Reforma Agrária massiva, garantindo a intocabilidade da propriedade produtiva:

(...) precisamos escrever no programa e dizer em alto e bom som na tevê duas coisas: primeiro, que vamos cumprir estritamente o que diz a atual Constituição – cientes de que ela favorece o latifúndio, (...) que não vamos desapropriar nenhum

⁹⁸ Segundo Plínio de Arruda Sampaio (2012), a José Graziano da Silva é atribuída a função de porta voz do partido no que se referisse aos assuntos agrários, segundo a vontade do principal líder do partido, Luis Inácio Lula da Silva. Nessas circunstâncias, é possível compreender a importância que adquire suas teses acerca da questão agrária, no interior do PT.

proprietário (seja ele pequeno, médio ou grande) que cultiva adequadamente as suas terras e tenha aí a sua fonte de renda básica. (SILVA, 1989, p. 48)

Portanto, o objetivo seria angariar votos dos setores que “desconfiavam” que o PT desapropriaria tudo. Os esforços deveriam voltar-se a convencer não os Sem Terra, mas, aqueles que ouviam e acreditavam no discurso da UDR:

No que diz respeito aos instrumentos de política agrária, os assentamentos devem dar prioridade aos sem-terra, através da desapropriação de áreas improdutivas. Não devemos dizer a priori que vamos desapropriar as multinacionais: isso talvez seja impossível com a atual Constituição. E por que se comprometer com a desapropriação do maior latifúndio em cada Estado? Parece-me mais inteligente definir primeiro as idéias prioritárias e, dentro delas, desapropriar o que for possível, constituindo-se assim ‘setores reformados’ em várias regiões. Além do mais, nós não precisamos dizer aos sem-terra que se o PT ganhar vai fazer reforma agrária. Eles sabem disso e confiam na gente. O que precisamos é dar garantias a quem não sabe e àqueles que foram enganados pelo discurso da UDR de que não vamos invadir tudo que é terra, nem desorganizar a produção etc. (SILVA, 1989, p. 48)

A defesa da Reforma Agrária pelo PT, ao final da década de 1980, enquadra-se nos limites estabelecidos pelo resultado das lutas nacionais em torno do tema, no mesmo período. Nacionalmente, o debate se acirrou em dois momentos, na formulação do I PNRA e na Constituinte, que serão tratados a seguir.

4.2 Principais momentos do debate nacional sobre a Reforma Agrária na década de 1980.

No Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária e na Nacional Constituinte, principais momentos do debate nacional sobre a Reforma Agrária nos anos aqui estudados, o MST atuou pressionando pelo avanço das conquistas.

Nesse tópico, iniciaremos por apontar as principais críticas que o Movimento desenvolvia à política agrária da ditadura e as forças políticas de apoio à reforma que emergem. Em seguida

abordamos o I PNRA e as lutas pela Reforma Agrária na Constituinte, ressaltando como o MST se posicionou.

4.2.1 As críticas à política agrária da ditadura e a emergência de forças políticas em defesa da Reforma Agrária.

Os projetos de colonização, que expressavam a contra-reforma agrária da ditadura militar, possuíam regulamentação legal presente no Estatuto da Terra e apareciam como objetivo do governo já na mensagem presidencial que acompanhou esta Lei, quando Castelo Branco afirmou: “Não são desprezadas as possibilidades oferecidas pela colonização, sobretudo com vistas à necessidade de expansão de nossa fronteira agrícola e à ocupação dos vazios geográficos que a vastidão do território ainda está apresentando.”

Ao longo dos governos militares e em especial entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, essa política foi intensificada e esteve relacionada com o objetivo de diminuir a pressão por terra em algumas regiões, entre elas no sul do país, onde nasceu o MST. No ano de 1981 foi organizado o acampamento da Encruzilhada do Natalino que chegou a agrupar 600 famílias, cerca de 3000 pessoas. Com o apoio de algumas entidades, os acampados reivindicavam terra no estado do Rio Grande do Sul. A solução proposta pelo governo federal era conduzi-los para um projeto de colonização do Mato Grosso. A pressão foi intensa para que a proposta fosse aceita. No dia 31 de julho ocorreu a militarização do acampamento, através da intervenção do Conselho de Segurança Nacional, comandada pelo Major Curió. O objetivo era “convencer” os Sem Terra a dirigirem-se para o Mato Grosso. Na realidade, foi instalado durante um mês um clima de terror no acampamento como relatado na Carta nº4 dos Acampados:

No dia 31 de julho passado, chegou ao acampamento de Encruzilhada Natalino, o tenente coronel Sebastião Rodrigues de Moura, o “Curió”. Acompanhado por mais de 40 homens da Polícia Federal e de forte aparato policial militar, o coronel Curió, em nome do presidente da república, assumiu arbitrariamente o acampamento com o firme propósito de desmontá-lo. Utilizando de seus famosos métodos em situações de tensão social, Curió e seus assessores instalaram um verdadeiro clima de terror entre as famílias acampadas, durante os 30 dias de sua estada no Rio Grande do Sul. (...) (JST nº 13, 1981, p. 4)

Ocorre que já começava a se evidenciar a inviabilidade desses projetos, pelo retorno sistemático e desesperado de agricultores que rumaram para o norte, por isso, esta alternativa foi negada pelos Sem Terra da Encruzilhada.⁹⁹ Muitos desses agricultores que retornavam foram engrossar a luta pela terra no sul e estão na base da formação do MST¹⁰⁰. Assim, cientes desta situação, os Sem Terra resistiram, recusando com veemência a proposta:

Talvez muitos de vocês estejam se perguntando porque não aceitamos Mato Grosso. Em primeiro lugar, lá no Mato Grosso está cheio de colonos sem terra, de posseiros sendo explorados e massacrados porque não tem terra. Tem que dar terra para eles primeiro. Muita gente do acampamento já morou lá e sabe o quanto é brabo. Não tem assistência nem comércio para os produtos que a gente vai colher. (...) Todo mundo sabe que o Mato Grosso é um lugar para gente que tem muito dinheiro com máquinas e contratando peões vão bem. Na nossa situação indo para lá vamos morrer de fome. Nós queremos a terra para trabalhar, para sustentar a família e não para enriquecer. O Mato Grosso não é terra para gente viver. (JST nº 13, 1981, p. 3)

Durante esse momento de estruturação do movimento, foi importante o trabalho da CPT do Rio Grande do Sul, trazendo informações, dados sobre concentração fundiária e material didático explicativo sobre quais eram as reais intenções do governo com os projetos de colonização. Na Cartilha *Colonizar não é a solução* são expostos dados sobre a propriedade da terra no sul e nas regiões de colonização, além de apresentar todas as dificuldades que eram encontradas quando o agricultor chegava nessas regiões: doenças e pouco atendimento, jeito de viver diferente, dificuldade de adaptação por causa do clima, falta de infraestrutura, grande exploração na comercialização da produção, alto custo de vida e falta de alimentos, diferença de plantio entre o sul e norte do país. Desse modo, esta publicação da CPT (1984) trazia os elementos que evidenciavam quais eram as reais intenções do governo: impedir a reforma

⁹⁹ “Os agricultores do sul estão sendo jogados pelo Incra na vastidão amazônica e abandonados. Desesperados, muitos começam a deixar os projetos que vão sendo ocupados pelos grileiros. Essa dramática situação vem sendo denunciada pelas famílias que conseguem retornar.” (JST nº 33, 1983, p. 7) E ainda no editorial do JST nº 37 de agosto de 1984: “O INCRA só pensa em projetos de colonização no norte, jogando o povo no meio da mata, no maior sofrimento, sem as menores condições de vida. Quem é o responsável pelas milhares de mortes que vêm acontecendo nos projetos do Acre, Rondônia, MT, Pará, onde a única saída para os lavradores tem sido o garimpo?”

¹⁰⁰ Neste sentido, Tavares dos Santos (1985, p. 182) afirma: “Orientado por essa compreensão de suas experiências na Amazônia, os colonos retornados se fazem presentes, enquanto testemunhas e participantes, nos atuais movimentos de luta pela terra no Sul.”

agrária, manter e aumentar a concentração fundiária, abrir caminho para a penetração das grandes empresas e garantir mão de obra barata para aquelas. Quanto a esse último ponto, aparece:

(...) ficou claro quando vimos o caso de TUCUMÃ-TUCURUÍ. Normalmente as Empresas que colocam projetos de colonização têm também outro investimento em vista, quase sempre industrial ou de exploração de minérios. E pra isso precisa de mão de obra. Então o colono que morde a isca vai e acaba vendo os filhos trabalhando como empregados na indústria por baixíssimos salários. Isto quando a falta de condições não obriga toda a família a se empregar. (CPT, 1984)

Estas informações nos permitem chegar à reflexão de que a luta desses agricultores tem como expressão imediata a briga por terra, mas, se vamos mais a fundo constatamos que na base desta luta estava a contestação aos interesses do grande capital que avançava em direção ao aumento da exploração do trabalhador rural brasileiro, ora subordinado como camponês ao capital, ora vendendo sua força de trabalho nos empreendimentos das grandes empresas no campo. Como já abordamos, a economia política da ditadura fundou-se no atendimento dos interesses do capital monopolista, sedento por nossas riquezas naturais e pela força de trabalho super barata.

Assim, esclarece-se para os Sem Terra a diferença flagrante entre colonização e reforma agrária. A primeira correspondia à incorporação de novas terras, devolutas ou públicas ao processo de ocupação humana do território e vinha se revelando um fracasso aos agricultores explorados, enquanto não ocorria de fato uma alteração na estrutura da propriedade fundiária no país que conformaria uma reforma agrária de fato. José Tavares dos Santos, um estudioso da questão agrária, dedicou-se ao estudo dos projetos de colonização e atuou junto ao movimento a fim de desvendar o real significado da política de colonização ao publicar o texto *Quem ganha com a colonização?*:

Para que, então, serve a colonização? Percebe-se que não é para beneficiar a imensa população rural sem terra. Talvez seja para dar lucro às empresas e cooperativas de colonização, que recebem créditos subsidiados e enormes áreas de terra. Deixam uma parte das terras para área de reserva para depois serem vendidas a altos preços. Provavelmente, serve para o governo controlar as correntes migratórias das populações rurais, distribuindo um número reduzido de lotes a fim de criar um agricultor moderno e submisso. E a colonização serve, de modo cada vez mais evidente, para tentar desmobilizar as lutas dos sem terra, que exigem uma Reforma Agrária. (SANTOS, 1984, p. 12)

Percebe-se no debate da época, a partir da constatação da posição política daqueles que apoiavam a reforma agrária que era necessário construir argumentos contra a defesa demagógica da distribuição de terras realizada por mecanismos como: os projetos de colonização, o ITR (Imposto Territorial Rural) ou por meio de uma política agrícola eficiente.

Esses três embustes foram atacados pela Campanha Nacional de luta pela Reforma Agrária (CNRA)¹⁰¹, que foi lançada no Rio de Janeiro em 25 de abril de 1983, pelas seguintes entidades: 1) CONTAG (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura) – entidade máxima do movimento sindical dos trabalhadores rurais que agrupava cerca de 2.500 sindicatos em todo o país; 2) CPT (Comissão Pastoral da Terra) - constituía o braço da Igreja Católica, paralela à CPO – Comissão Pastoral Operária que atuava junto ao operariado urbano; 3) CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) - a chamada Linha 6 da CNBB representava o programa que a entidade máxima dos bispos católicos desenvolvia sob a presidência de D. Afonso Gregory, 4) ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária) – formada por profissionais liberais, dirigentes do sindicalismo rural e simpatizantes diversos, se formou em 1967 com a idéia de “manter acesa a chama da Reforma Agrária” (SILVA, 1987, p. 81)¹⁰²; 5) IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) - um instituto privado de análises e estudos

¹⁰¹ “O Estatuto da Terra estabelece clara distinção entre o conceito de reforma agrária e dois outros instrumentos para a ação do poder público. Trata-se do Imposto Territorial e da colonização, frequentemente elevados a posições prioritárias e utilizados por órgãos do Governo Federal como sucedâneos da reforma agrária. A história de nosso País, como a de outros países, já ofereceram suficientes provas para demonstrar que nenhum daqueles institutos foi capaz de substituir e, menos ainda, de alcançar as transformações econômicas e sociais produzidas por uma reforma agrária. (...) Da mesma sorte há que destacar a idéia de fazer do imposto territorial progressivo o grande e principal instrumento da reforma agrária. Em parte alguma do mundo esta se efetuou por via tributária, além de que seria exasperante a lentidão do processo de modificação da estrutura agrária, incompatível portanto com os reclamos de desenvolvimento econômico e social do país. Outra idéia corrente veiculada pelos que se opõem à reforma agrária ou temem seus efeitos é a de que uma estrutura fundiária defeituosa pode ser corrigida através de elenco de medidas de política agrícola, tais como difusão de crédito agrícola, cooperativismo, pesquisas, assistência técnica, etc. Nada mais falso, pois a ausência de mudanças estruturais torna difícil a absorção de tais medidas.”(CNRA – Documento de Lançamento, 1983)

¹⁰² José Gomes da Silva (1987, p. 91), um dos criadores da ABRA explica as razões que levaram a criação da Associação: “Essa decisão partiu de um grupo que se desiludiu com a possibilidade de ser a Reforma efetivada a partir do oficialismo então dominante, que dera ao Estatuto da Terra uma interpretação meramente tributária e havia transformado o então Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), como se disse na época, numa simples filial da IBM. Estimulados e apoiados pela CONTAG, diversas dessas pessoas se reuniram, acabando por fundar a curiosa entidade no Rio de Janeiro, tendo como primeiro presidente o sociólogo católico José Arthur Rios. Nos anos seguintes a ABRA esteve sob a direção do grupo de Campinas (José Gomes da Silva, Carlos Lorena, Luiz Carlos Guedes Pinto) e já na segunda metade dos anos 80, presidiu-a Plínio de Arruda Sampaio, um veterano dirigente cristão, relator do projeto de lei sobre Reforma Agrária no Congresso Nacional dos anos de 1963 e experiente consultor de organismos internacionais para questões de tenência da terra.”

políticos, atuando no assessoramento a entidades parlamentares e 6) CIMI (Conselho Indigenista Missionário) - ligado à Igreja, era o fórum para o tratamento da questão indígena, com representação também de entidades leigas.

A Campanha propunha debates, reuniões e concentrações com o objetivo de unir toda a sociedade brasileira num movimento a favor da reforma agrária e em apoio às lutas e organizações dos trabalhadores rurais. A CNRA atuou organizando movimentos nos Estados (poucos dos quais prosperaram). Entre seus objetivos estava o da conscientização quanto à necessidade da Reforma Agrária, por meio de reuniões para conversas, debates, encontros. Aglutinando forças para um movimento nacional de luta, que deveria contar com o apoio de toda a sociedade. Aparece também como uma das diretrizes da campanha, ajudar na organização do movimento dos lavradores sem terra. Entre 28 de abril de 1983 e 28 de fevereiro de 1987 foram publicados 18 números do periódico *CNRA informa*. Foram emitidas notas à imprensa (geralmente de protesto), bem como houve reuniões periódicas e atos públicos. Segundo SILVA (1987, p. 80) os pontos altos da campanha foram:

(...) além da sessão de lançamento no Rio, a que compareceu Barbosa Lima Sobrinho e três secretários estaduais de agricultura, foram: o Encontro em Brasília, em 12 de fevereiro de 1985, pedindo o cumprimento do Estatuto da Terra, e que teve alguma influência nos acontecimentos iniciais do Governo Tancredo Neves; e o Ato Público contra a violência no campo, realizado em 27 de novembro de 1985 na Câmara dos Deputados, lotando o Auditório Nereu Ramos e contando com a presença de figuras expressivas da política e do debate agrário nacional, como Ulysses Guimarães, Lula, Francisco Julião, Plínio de Arruda Sampaio, Elisabeth Teixeira, José Francisco da Silva etc.

No documento de lançamento da Campanha apareciam as justificativas econômicas e sociais para a defesa da Reforma Agrária, a qual se revelava como condição para a democracia no país. São demonstrados dados quanto à concentração de renda e à concentração fundiária, relacionadas às migrações para as grandes cidades, onde se acumulavam trabalhadores em situação miserável:

É fora de qualquer dúvida que o estado de pobreza em que continua a viver parcela considerável do povo rural não tem minorado no decorrer dos 19 anos de existência omissa do Estatuto da Terra. São fatos notórios o aumento do subemprego, a quantidade crescente dos 'bóias-frias', dos trabalhadores volantes

em geral, a favelização das periferias das cidades para onde acorrem os migrantes rurais, o agravamento da violência urbana, e o crescimento rápido do desemprego, que adquire proporções cada vez maiores nos centros urbanos, especialmente nas áreas metropolitanas. (CNRA – Documento de Lançamento, 1983)

Um dos slogans da Campanha era: “Reforma Agrária: uma solução para a crise brasileira.” A reforma agrária era tida como capaz de dar respostas ao problema do desemprego ao mesmo tempo em que colocaria em uso enormes quantidades de terras reduzidas a meras reservas de valor. Segundo dados do INCRA de 1972, havia no país 199.092 imóveis vazios, correspondendo a 41,9 milhões de hectares. Logo, os objetivos da Reforma Agrária seriam:

Em tempos normais, de estabilidade econômica e estabilidade social, os objetivos a serem alcançados por uma reforma agrária incluem, além de muitos outros, em primeiro lugar, a eliminação dos bolsões de miséria absoluta que em nosso País resultam – como já foi mencionado – da extrema desigualdade da distribuição das propriedades e das rendas; incluem, em segundo lugar, a obrigatoriedade de estender, até ao campo, as liberdades, direitos e garantias próprias dos regimes democráticos e que estão mais ao alcance das comunidades urbanas e das quais raramente chegam a usufruir nossas comunidades rurais; e incluem ainda, em terceiro lugar, mas não em último, a melhoria dos padrões de vida e, portanto, a extensão ao campo dos níveis de poder aquisitivo mais próximos dos padrões de vida urbanos, o que implicará, de fato, ampliação ao máximo do mercado interno. (CNRA – Documento de Lançamento, 1983)

Desse modo, a Reforma Agrária representaria solução para o desemprego e subemprego, dinamizaria o mercado interno por meio da produção de alimentos e de matérias primas para indústria. A reativação de recursos naturais (terra) e humanos (trabalhadores) impulsionaria o crescimento econômico. E, por fim, a melhora nas condições de vida dos trabalhadores rurais permitiria um ascenso da democracia. Percebe-se nesses argumentos um resgate dos debates realizados na década de 50 e início da de 60 sobre o papel da questão agrária no desenvolvimento do capitalismo nacional. Nesse debate, do qual participaram grandes intelectuais, como Celso Furtado, Ignácio Rangel e Caio Prado Jr, o tema da dinamização do mercado interno e da maior participação política do trabalhador rural nas decisões quanto à condução do país eram centrais para o avanço da industrialização em bases soberanas, autônomas e democráticas. E, embora esses intelectuais se filiassem a referenciais teóricos distintos, o papel atribuído à resolução da

questão agrária nesse processo era um ponto de convergência.¹⁰³ Justo num momento em que a resposta dada à questão agrária definiria a correlação de forças que seria estabelecida entre burguesia e proletariado no país.

Em 1984, o bispo de Chapecó e presidente da CPT nacional – Dom José Gomes, uma das figuras-chave na formação nacional do MST, concedeu uma entrevista ao JST nº 36. O bispo aponta, na defesa da Reforma Agrária no Brasil, argumentos que nos levam a pensar que a Reforma Agrária Clássica aparecia com força como referência para o debate no período e no interior do Movimento:

Recentemente, o presidente do Incra, Paulo Yokota, disse que dentro do modelo capitalista que o país adotou é impossível fazer uma Reforma Agrária que favoreça aos agricultores sem terra. Quer dizer, ele confessa as reais intenções do governo que estão longe de resolverem os problemas do campo. Será que ele não conhece as experiências de reforma agrária que deram certo em outros países, até mesmo capitalistas? Além disso, é direito inalienável do homem do campo ter um pedaço de terra, assim como o operário deve ter um emprego. A industrialização do país não é suficiente se não existir um mercado consumidor. Hoje, no mundo, a agricultura é a salvação. Por isso eu vejo o movimento dos agricultores sem terra com muito otimismo e comparo-os ao movimento dos trabalhadores de outras épocas, onde eles foram conquistando seus direitos na luta. A história dos trabalhadores do campo e da cidade é uma história de muita luta, muito sangue, muita perseguição, mas as transformações são irreversíveis. (...) (JST, nº 36, 1984, p. 7, 8)

Predominava no debate do movimento, expresso no JST, a necessidade de se colocar em luta a partir da brecha aberta pelo Estatuto da Terra, segundo a qual seriam objeto de reforma agrária as áreas de conflito, desde que não se tratasse de empresa rural. Assim, no JST nº 35 (1984, p. 13) anuncia-se: “No alvo da luta, o latifúndio improdutivo.”. Outro ponto fundamental do Estatuto, do qual emanavam as lutas era a necessidade das propriedades fundiárias cumprirem sua “função social”. Assim, os Sem Terra reivindicavam a aplicação do Estatuto da Terra¹⁰⁴:

Diante desta vergonheira, cansados de esperar pelas soluções do Estatuto da Terra (que no artigo 2º assegura a todos os trabalhadores rurais o acesso à terra e obriga

¹⁰³ Uma síntese desse debate está presente em RODRIGUES (2005).

¹⁰⁴ No JST nº 34 (1984, p.9), é divulgada a campanha nacional, bem como aponta-se o mote da campanha: “Muitos nem conhecem esta lei que leva o nº 4.504/64. Outros já ouviram falar e uma parcela significativa dos trabalhadores rurais sabe que a lei existe e que lhes garante certos direitos, embora desconheçam completamente a sua aplicação. Após 20 anos, ela simplesmente não foi usada nem revogada. (...) Esta foi, sem dúvida, o protesto que predominou em todos os atos e manifestações organizadas para lançar a campanha pela Reforma Agrária durante 1983”

o Governo a realizar desapropriações) resolvemos nos organizar para exigir nossos direitos. Quando colocamos a Lei em prática, ocupando terras improdutivas para trabalhar, o INCRA e o MEAF são os primeiros a usar a repressão da polícia e a distorcer a realidade sobre os sem terra. (...) Problemas de terra não se resolvem com a polícia e sim aplicando a Lei do Estatuto da Terra, garantindo nossos direitos.” (JST nº 37, 1984, p. 2)

Nesses anos iniciais, de gestação do movimento, foram se delineando as frentes de luta, ao mesmo tempo em que foram sendo percebidos os subterfúgios do governo ditatorial ao tratar da reforma agrária, os Sem Terra foram montando sua tática de luta, baseada nas ocupações. Emblemático neste sentido foi o 1º Congresso Nacional, em janeiro de 1985, do qual participaram 1.500 agricultores de todo o Brasil, que tiraram a palavra de ordem: “Ocupar é a solução”.¹⁰⁵

4.2.2 O I Plano Nacional de Reforma Agrária

O resultado da articulação das lutas e da maturação do movimento foi o primeiro diálogo estabelecido entre o MST e os responsáveis pela política agrária do presidente recém empossado, José Sarney. A Executiva Nacional do movimento foi recebida pelo ministro Néelson Ribeiro, do MIRAD e pelo presidente do INCRA, José Gomes da Silva. A conquista neste momento foi a possibilidade de haver representantes dos Sem Terra nas discussões e na elaboração das propostas do I PNRA. “A proposta do PNRA foi elaborada por mais de 100 técnicos, divididos em 17 comissões. Cinco lavradores da Executiva Nacional e dois assessores indicados pelo MST também participaram de sua elaboração.” (JST nº 44, 1985, p. 10). Pela primeira vez na história os Sem Terra atingiram a possibilidade de participar da elaboração de uma política que atendesse aos seus anseios. Evidentemente, muitos obstáculos apareceram e os objetivos não foram alcançados. Mas, o aprendizado foi significativo e o movimento teve que se posicionar no debate nacional sobre o tema, que envolveu vários setores da sociedade.

¹⁰⁵ “O Congresso Nacional é a instância máxima de tomada de decisões do MST e é realizado de cinco em cinco anos. É nessa instância que se aprovam os lemas que representam simbolicamente, ou numa chamada didática, a estratégia principal do Movimento para aquele período. O Congresso, em 1985, definiu que *ocupação é a solução!*, e o II Congresso, de 1990, consagrou o lema popular *Ocupar, resistir e produzir!*”(CALDART, 2004, p. 46)

Assim, o I PNRA pode ser visto como um desdobramento das lutas que eclodiram no início da década de 80, impulsionada pelos Sem Terra e pela Campanha Nacional pela Reforma Agrária, articulada por diversas entidades. Mesmo o PMDB e o PFL, partidos conservadores, viram-se constrangidos a colocar no programa da Aliança Democrática a proposta da Reforma Agrária:

Pode-se dizer que a inclusão do item “Reforma Agrária” no protocolo de formação da Aliança Democrática foi o primeiro fato concreto que começou a conformar uma proposta de enfrentamento da questão da terra na plataforma política do então candidato Tancredo Neves. Nesse documento, que selou a união dos dois maiores partidos brasileiros (Partido do Movimento Democrático Brasileiro e Partido da Frente Liberal), assustados com a possibilidade de vitória de Paulo Maluf, era feita uma primeira declaração de intenção: ‘Reforma Agrária mediante cumprimento do Estatuto da Terra e melhoria das condições de vida do campo. (SILVA, 1987, p. 28)

No entanto, esses avanços revelam sua real significância se os situarmos na estrutura de poder, fortemente determinada pelos interesses ruralistas. Por esse prisma, as figuras de Néelson Ribeiro¹⁰⁶ e José Gomes da Silva¹⁰⁷ pareciam deslocadas diante da base militar de sustentação do governo Sarney:

Nesse contexto apareceram as figuras dos generais Ivam de Souza Mendes, chefe do SNI, Leônidas Pires Gonçalves, Ministro do Exército, e Rubem Bayma Denys, este acumulando, como na velha República, as funções de Ministro-Chefe do Gabinete Militar e de Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional. Devido, talvez, à herança que Denys recebeu de seu antecessor, general Danilo Venturini – que no Governo Figueiredo exercia a dupla função de Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários e de Secretário Geral do CSN -, foi em

¹⁰⁶ Néelson Ribeiro, advogado, professor da Universidade Federal do Pará, era católico praticante e de sólida formação religiosa. Foi escolhido por Tancredo para atender a Igreja Católica, que vinculava-se às questões de terra. (SILVA, 1987)

¹⁰⁷ O próprio José Gomes da Silva (1987, p. 46) conta sobre a escolha de seu nome para o INCRA: “Para presidir o INCRA foi nomeado a 9 de abril de 1985 o autor destas notas, também aprovado por Nelson Ribeiro, e cujo nome havia sido levado a Tancredo antes da formação do próprio ministério. A experiência do autor no assunto vinha dos tempos da Revisão Agrária Paulista, em 1959, de cursos e de viagens internacionais nas áreas de Reforma, da participação na elaboração do anteprojeto do Estatuto da Terra e da presidência da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), que exercera durante o período de 1964/65. Em termos de novo governo que estava assumindo, o autor tinha também ocupado a Secretaria da Agricultura e Abastecimento no início do governo Montoro, quando criou o Instituto de Assuntos Fundiários, participando do Simpósio sobre Agricultura e Meio Ambiente do PMDB, realizado em Curitiba, e colaborando com os parlamentares que prepararam o alentado “ Nova República – Contribuição ao Governo do Presidente Tancredo Neves.”

sua área que ocorreram as mais sérias interferências no andamento do PNRA, sobretudo nos episódios da Política Nacional de Desenvolvimento Integrado (PODERI), do advogado de terratenentes chamado a redigir o decreto que deveria dar início à Reforma e, mais recentemente, do Projeto “Calha Norte”. Sabe-se hoje que não se tratava de uma simples herança institucional, mas da ativa atuação de ‘competentes’ (...) elementos da equipe de Venturini e de Paulo Yokota, presidente do INCRA do Governo Figueiredo, por indicação de Delfim Netto, mantidos sem nenhum constrangimento na assessoria de um dos mais importantes e estratégicos setores da República.” (SILVA, 1987, p. 32)

Sarney ainda colocou no Ministério da Justiça Paulo Brossard, que situava-se entre os mais conservadores do PMDB, reconhecidamente favorável aos interesses ruralistas. O jurista condenou posseiros, trabalhadores do campo e Sem Terras em lutas importantes, como as do Bico do Papagaio, na região canavieira de Leme e nos conflitos que envolviam o MST. O círculo palaciano complementava o quadro com as figuras que rodeavam o presidente, como Flávio Brito, presidente da CNA (Confederação Nacional da Agricultura) e outras ligadas aos fazendeiros de café da Sociedade Rural Brasileira, como Roberto de Abreu Sodré.

Sobre este contexto, José Gomes da Silva (1987, p. 55), em seu livro de memórias sobre o Plano, conta um fato bastante elucidativo a respeito da forma como foi encarado o PNRA pelas classes ruralistas, culminando com criação da UDR por Ronaldo Caiado, “braço exaltado do conservadorismo rural brasileiro”. Uma das idéias iniciais do Plano era que ele contivesse um Grupo de Estratégia da Reforma Agrária, a proposta que seria discutida por esse grupo seria elaborada por Plínio de Arruda Sampaio, e levada aos seus componentes, entre os quais estariam: Pedro Simon (ministro da agricultura), senador Carlos Chiarelli, Celso Furtado, Ignácio Rangel, Maria da Conceição Tavares, Ulysses Guimarães e Fernando Henrique Cardoso. Caiado ao saber desta lista teria alegado que esse grupo assustou os terratenentes, que se mobilizaram para guerrear contra o projeto. Revelou-se, assim, o repúdio contundente das classes latifundiárias em relação a qualquer alteração da ordem. Elas se puseram a responder o problema histórico que lhes era caro, relativo à manutenção da máxima exploração do trabalhador no campo, um dos principais sustentáculos do capitalismo no Brasil. Alterar a estrutura agrária do país emergia como uma proposta altamente subversiva, o que pôde ser constatado pela violência presente nas articulações políticas e na guerra que se intensificou no campo com a organização de milícias armadas contratadas pelos fazendeiros. Em julho de 1985, os Sem Terra denunciaram:

A intenção do governo federal em fazer a Reforma Agrária com base no Estatuto da Terra provocou uma reação em massa (e violenta) por parte dos latifundiários. De Norte a Sul do país, surgem a cada dia novas informações de que os latifundiários estão formando (e armando) milícias privadas para combater o Plano do governo. A violência contra os trabalhadores rurais, que já era grande, aumentou ainda mais. Os latifundiários concluíram que a única forma de acabar com as áreas de conflitos e impedir a Reforma Agrária é eliminar fisicamente os trabalhadores rurais sem terra; posseiros e lideranças sindicais. As mortes ocorridas só no mês de junho confirmam essa tática dos latifundiários. (JST nº 45, 1985, p. 12)

As propostas de Reforma Agrária, que no capitalismo clássico fizeram parte do rol de projetos ‘reformistas’, são convertidas, diante da rigidez e do monolitismo do conservadorismo, em expressão da “revolução”. Como afirma Florestan (1979) ir contra o *status quo*, no caso brasileiro, situa no mesmo campo aqueles que lutam por reforma e aqueles que contestam a ordem. Daí o medo súbito dos ruralistas quando viram os nomes de intelectuais como Furtado, Rangel e Tavares no grupo estratégico das discussões sobre o I PNRA.

Sendo assim, a burguesia agrária se articulou para impedir qualquer alteração na estrutura agrária, malgrado todos os limites de um Plano pautado pelo Estatuto da Terra, aparato legal oriundo da ditadura. Em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, em 29 de maio de 1985, o então presidente do Incra explica que o marco definidor do I PNRA era o Estatuto da Terra.

A reforma agrária brasileira já está claramente definida, explicitada numa lei. Esta sim já foi objeto de um debate nacional, um debate no Congresso, um debate com a sociedade e disto resultou **o Estatuto da Terra. E o que se vai fazer agora, esse Plano Nacional de Reforma Agrária, é uma simples explicitação das metas, dos recursos e das prioridades que a própria lei exige.** Quer dizer, para desencadear a reforma o Estatuto exige que seja elaborado esse Plano Nacional. (...) (SILVA, 1985 – grifos nossos)

Diante deste quadro, o MST, por meio da sua Coordenação Nacional, declarou seu apoio ao Plano do governo, anunciado em 27 de maio de 1985. Muito embora ressaltasse que se tratava de objetivos limitados, pois, visava assentar 100 mil famílias em 1985, 350 mil famílias em 1986, 450 mil em 1987 e 550 mil em 1988, ao passo que os Sem Terra somavam 6 milhões de famílias: “Nós apoiamos o plano do governo. Porque desapropriar o latifúndio é o primeiro passo para mostrar para toda sociedade, sobretudo na cidade, as injustiças que existem no campo.” (JST, nº 45, p. 2). Os meses de agosto e de setembro de 1985 foram de manifestações pela reforma

agrária, organizadas pelo MST e pela CUT, em cada uma delas foram reunidos mais de 50 mil trabalhadores. O MST conclamou os trabalhadores rurais para a luta em defesa do plano:

Do lado dos trabalhadores rurais, é preciso que tenham consciência de que eles são a garantia do futuro desse processo de reformas no campo. Afinal são eles que, depois de tantos anos de luta e do sacrifício de muitas vidas, estão obrigando o governo a apresentar soluções para o problema fundiário, responsável pelas maiores injustiças sociais neste país. Se os latifundiários conseguiram adiar o plano, os trabalhadores rurais podem, com sua organização, fazê-lo avançar ainda mais. Podem utilizar este Plano para começar na prática uma verdadeira Reforma Agrária. A vontade e o tempo, dependem somente dos trabalhadores. Os “contra” reagiram ontem, hoje, vão reagir sempre. (JST, nº 45, p. 2)

Os JST de 1985 mergulharam na temática do PNRA, convocando os militantes a estudar o plano a partir de quadros didáticos e textos para discussão. Além de terem sido elaboradas cartilhas e caderno de formação no sentido de instruir para a luta. O Quadro I, formulado pela publicação do movimento, apresenta sinteticamente os principais pontos do I PNRA:

Quadro I: Principais pontos do PNRA

Metas de Assentamento	<ul style="list-style-type: none"> • 85/86= 100 mil famílias • 86/87 = 300 mil famílias • 87/88= 450 mil famílias • 88/89 = 550 mil famílias
Regiões de desapropriações	<ul style="list-style-type: none"> • De conflitos sociais • De muitos latifúndios e minifúndios • De latifúndios perto de cidades • De grande número de sem terra • De obras públicas (açúdes, barragens, etc...)
Tipos de títulos (Que o INCRA está disposto a conceder)	<ul style="list-style-type: none"> • Definitivo para propriedade familiar com restrição à venda por certo tempo • Definitivo para grupos de famílias • Concessão de uso para famílias, com direitos de uso por parte dos herdeiros • Concessão de uso para grupos de famílias
Cobrança do ITR	<ul style="list-style-type: none"> • Cobrança judicial dos dois mil maiores devedores (a soma de todos os devedores de ITR é superior a Cr\$ 2 trilhões)
Colonização	<ul style="list-style-type: none"> • Suspensão de todos os projetos oficiais até o final de 1987 (Nesse período revisão dos atuais projetos, dando-lhes a assistência necessária) • Aumentar a fiscalização sobre as colonizadoras particulares
Terra dos índios	<ul style="list-style-type: none"> • Demarcar todas as áreas (através da FUNAI) • Resolver a situação dos posseiros • Impedir novas invasões
Recursos financeiros (para assentar 100 mil famílias)	<ul style="list-style-type: none"> • Cr\$ 525 bilhões à vista (Cr\$ 262 do Finsocial; Cr\$ do Próterra e Cr\$132 do Tesouro Nacional). • Cr\$ 1,2 trilhões em notas promissórias do governo (Título da Dívida Agrária), que os latifundiários descontarão por ano, até 20 anos.
Compromisso do MIRAD/INCRA	<ul style="list-style-type: none"> • Aceitar e estimular a participação dos trabalhadores rurais sem terra em todos os assuntos relativos à Reforma Agrária

Fonte: JST nº44 (1985, p. 10)

O Plano conformava as condições para sua implantação. Entre as circunstâncias que embasavam sua execução estavam: a disponibilidade de terras agriculturáveis para redistribuição, tendo como foco o latifúndio improdutivo, caracterizado por não cultivar um mínimo da área, não conservar os recursos naturais e não cumprir as obrigações trabalhistas (SILVA, 1985). Nesses termos os dados do INCRA apontavam que :

a) a soma das áreas em mãos dos 27 maiores terratenentes atinge, em 1985, 25,5 milhões de hectares, dos quais 5,7 constituem ‘posses’, isto é, áreas retidas sem a existência de um título de domínio. b) O aumento de superfície que ocorreu no estrato de área dos estabelecimentos rurais de área superior a 10 mil há, no intervalo de tempo de período intercensitário 1975/1980, caracterizando o processo de latifundização, foi de 22, 6%, abrangendo 11 milhões de há; c) A disponibilidade de terras cultiváveis nos latifúndios com área superior a 500 há atinge 188,2 milhões de há, que seriam suficientes para assentar 5,6 milhões de beneficiários, segundo as Estatísticas Cadastrais do INCRA de 1985.” (SILVA, 1987, p. 23)

O I PNRA também indicava, como exposto no Quadro I, os recursos para sua realização e ressaltava a utilização de títulos de dívida pública e não de dinheiro vivo nas desapropriações, tal como expresso na Emenda Constitucional nº 10, de 10 de novembro de 1964¹⁰⁸. Havia disponibilidade de quadros técnicos que poderiam vir das universidades, cursos médios de agrotecnias e de sindicatos. Bem como existia um ministério próprio (MIRAD), o INCRA, como órgão executor, contando com um instituto de terras em quase todas as unidades da federação. Além da legislação vigente expressa no Estatuto da Terra que era capaz de desencadear a reforma.

Segundo José Gomes da Silva (1987), o PNRA se opunha expressamente aos subterfúgios utilizados até aquele momento pela política agrária da ditadura para não realizar reforma agrária alguma. Como já levantado pela CNRA, era preciso declarar que Reforma Agrária não era

¹⁰⁸ No último capítulo da proposta no qual anunciavam-se recursos e fontes de financiamento, constava: “(...) o pagamento do preço das Desapropriações por Interesse Social para fins de Reforma Agrária precisaria ser fixado em níveis que sinalizassem uma ‘sanção do Estado à infringência do dispositivo constitucional que condiciona a propriedade ao exercício de sua função social’. Aqui, novamente, era sacudido o sensível vespeiro do Judiciário; esse rebaixamento do preço das desapropriações em relação a critérios clássicos da perícia puramente mercadológica, aliada à tendência de diminuição do preço da terra ante o anúncio da Reforma, levaram os economistas que trabalharam no Grupo de Custos a estimar o valor básico do hectare em 60% da cotação média do mercado. E aí, como disse tradicional fazendeiro paulista, ‘mexeram no bolso do latifúndio’” (SILVA, 1987, p. 65)

sinônimo de Colonização, que a Política Agrícola não a substituiria e que somente pelo ITR ela não seria efetuada. Neste sentido, logo no intróito o Plano se resguarda desses equívocos, explicitando a diferença entre Reforma Agrária e Colonização, suspendendo novas atividades referentes a esta e aumentando a fiscalização nos projetos particulares em andamento.¹⁰⁹ Há também a clara demarcação da diferença entre Reforma Agrária e Política Agrícola. Além de o ITR ser apontado como alvo complementar da Reforma Agrária, uma vez que por meio da cobrança destes débitos seria possível exercer uma pressão contra o latifúndio, calculava-se mais de 2 trilhões de cruzeiros em ITR sonegado.¹¹⁰

O Plano tinha por objetivo mudar a estrutura fundiária do país, assinalando que o instrumento para garantir a função social da terra seria a desapropriação por interesse social. Além de alterar a estrutura fundiária o Plano previa o disciplinamento do latifúndio: indicava a criação de novas medidas legais para instituir área máxima para as propriedades, propunha mudança na política de incentivos fiscais e o redirecionamento do crédito rural, imposição de numerosas disposições que condicionariam financiamentos bancários oficiais ao cumprimento de obrigações sociais, término da especulação imobiliária nas áreas rurais que expulsava trabalhadores rurais para a formação de chácaras de recreio, estabelecimento de nova sistemática de demarcação de terras indígenas, desclassificação das falsas ‘empresas rurais’ e montagem de novos mecanismos que impedissem essa proliferação. Assim, o que se pretendia era colocar um freio à possibilidade de alargamento das propriedades, paralisando o negócio de terras e disciplinando o mercado de glebas oriundas de colonização privada. Cabe salientar que, dada a penetração no negócio de terras por parte do capital em geral, agrário, industrial, comercial, bancário, detendo sob a forma de títulos patrimoniais os direitos legais sobre vastas extensões de terras ociosas e produtivas, a reforma agrária impactaria diretamente esses interesses, nas

¹⁰⁹ “Pela ‘proposta’, doravante, a Reforma seria realizada em ‘áreas de domínio privado, situadas em regiões já ocupadas, dotadas de infra-estrutura, com densidade demográfica apreciável e tensão social’. Já a colonização seria dirigida para áreas de terras públicas, geralmente situadas em regiões de desbravamento e ocupação. – A proposta deixava claro que a Reforma Agrária iria afetar as terras de domínio privado.”

E ainda: “A regularização fundiária, a colonização e a tributação eram reduzidas à sua exata dimensão de atividades complementares num verdadeiro programa de Reforma Agrária e não mais poderiam passar de assessorio ao principal, como tinha acontecido durante os governos Geisel, Médici e Castello Branco.”

¹¹⁰ “(...) o traço geral de ousadia que perpassava por toda a ‘Proposta’ é retomado no Programa de Tributação da Terra com a diretriz primeira de selecionar os dois mil maiores devedores do Imposto Territorial Rural (ITR), ao mesmo tempo que seriam procedidas a atualização, inscrição e notificação de todos os débitos relativos aos exercícios de 1980 e 1984. O velho ITR que em outros tempos foi confundido com a própria ‘reforma’, era chamado a exercer pressão fiscal contra o latifúndio, mediante a cobrança dos seus débitos.” (SILVA, 1987, p. 61)

palavras de Delgado (1985, p. 222): “A reestruturação agrária é hoje, e isso é importante que se destaque, uma proposta de contenção da especulação financeira e de desvalorização do patrimônio do capital financeiro.”

Para completar o quadro, estava no rol das “Ações Imediatas” do PNRA a solução dos conflitos agrários listados no documento, os quais abrangiam cerca de 950 áreas de 120 mil famílias de agricultores. Os dados para elaboração desta parte do Plano foram extraídos de estudos da CPT, da CONTAG e da ABRA, vistas como instituições “perigosas” aos interesses dos ruralistas, razão pela qual a proposta de solução dos conflitos incitava a sanha dos ruralistas.

Conclui-se desta síntese dos principais pontos do Plano, que ele não colocava em risco as empresas rurais, aqueles que faziam uso produtivo da terra, no entanto, procurava disciplinar o latifúndio e a forma arraigada de apropriação de terra. Desse modo o plano abalaria as estruturas que sustentam o capitalismo dependente, com raízes profundas na concentração fundiária.

Celso Furtado (1962, p. 28) afirmou sobre os camponeses: “(...) se se organizam, infere-se que o fazem com fins subversivos. A conclusão necessária que temos a tirar é a de que a sociedade brasileira é rígida em um grande segmento: aquele formado pelo setor rural.” Décadas mais tarde esta passagem de Furtado nos inspira a afirmar que alterar a estrutura agrária significa contestar a ordem burguesa estabelecida na particularidade do capitalismo brasileiro. O que se viu, portanto, sob a proposta do I PNRA foi a burguesia brasileira, ultraconservadora e com os interesses fincados na propriedade de terra, armar-se com fuzis e por meio de lobbys políticos contra qualquer alteração em nossa base fundiária.¹¹¹.

¹¹¹ Plínio de Arruda Sampaio (1985, p.3) explica as manobras da burguesia brasileira nos bastidores do poder para bloquear o Plano: Os grandes fazendeiros, mesmo sabendo que o plano era tímido, resolveram barrar a sua execução. Para isso seguiram duas táticas: a primeira consistia em assustar todos os proprietários de terra, mediante concentrações políticas, nas quais os oradores pintavam uma situação de desordem, violência e insegurança no campo. Não pegou. Todo mundo viu logo que isso era uma mentira. A segunda foi a mais eficiente: usando as suas influências pessoais, os grandes fazendeiros infiltraram-se na própria assessoria do Presidente da República e começaram a propor modificações ao Plano. Ao mesmo tempo, a Secretaria de Segurança Nacional (que funciona no Palácio do Planalto) sob o comando do chefe da Casa Militar da Presidência da República, general Bayma Denis, e outros assessores civis do presidente, prepararam 3 documentos:

1º um decreto de aprovação do Plano que cortava suas partes mais importantes;

2º Um Plano de Política Agrária, cuja finalidade é a de limitar a Reforma Agrária e não apoiar este plano, como seria o certo;

3º Um Plano para regular os movimentos dos trabalhadores rurais em busca de trabalho, a fim impedir o aumento da população das cidades grandes e desviar a atenção da Reforma Agrária.

(...) Conseguimos um abaixo-assinado com assinatura de 75 deputados, juntamos 35 deputados e fomos ver o presidente Sarney. Exigimos a aprovação do plano, tal o qual o MIRAD e o INCRA prepararam. Inútil. O poder do “cochico” dos grandes fazendeiros no ouvido do governo foi maior do que o pedido de cento e tantos bispos, 75

A proposta referente ao PNRA foi lançada no dia 27 de maio de 1985. Inicialmente, era previsto um mês para debates e a assinatura do decreto de aprovação deveria ocorrer antes do fim de agosto. Mas, houve uma série de adiamentos e doze novas versões foram formuladas buscando atender às pressões dos ruralistas. Após muita tensão entre, de um lado, os que defendiam a proposta original, o presidente do INCRA José Gomes da Silva e o ministro Nelson Ribeiro, e, de outro lado, a base conservadora do governo, o resultado foi um total desvirtuamento do Plano. A função social da terra decresceu de importância e o instrumento básico de desapropriação por interesse social teve sua relevância abrandada, ao ser substituída pela figura da “negociação”. (SILVA, 1987) A partir deste desfecho, os Sem Terra concluíram que o I PNRA de Sarney¹¹²:

Não delimita as áreas prioritárias para fins de Reforma Agrária, transforma o caráter da reforma de um processo massivo para um caso a caso negociado, descaracteriza a desapropriação como legítimo e principal instrumento do processo de Reforma Agrária e a substitui pela “negociação” e o “entendimento”. E para não deixar dúvidas, apresenta trechos de visível projeção ao latifúndio. É o 1º PNRA da “Nova República” (JST nº 48, out/nov 1985 – Suplemento Especial Sobre o PNRA, p.1)

4.2.3 O MST e o debate sobre a reforma agrária na Constituinte de 1987/1988.

À Constituinte foi atribuído papel significativo, por parte dos Sem Terra, como um momento importante da definição dos rumos da Reforma Agrária. Em 1985 foi preparada uma cartilha para o estudo do tema. Tratou-se de um texto organizado pela Secretaria Nacional do Movimento Sem Terra, para atender às necessidades de formação das lideranças. Sobre este documento o MST (1985, p. 2) afirma: “Não é a ‘receita’ do que é certo e do que é errado. São comentários da realidade histórica, e de nossa realidade política, para ajudar a debater, discutir e

deputados, de milhares de trabalhadores rurais organizados pelo Movimento do Trabalhadores Sem Terra e pela Contag.

¹¹² Logo após o fracasso do plano José Gomes da Silva escreveu um livro contando essa experiência e com revolta e certo ressentimento afirmou: “Ponderamos hoje, menos de dois anos passado, todos esses dispositivos da “Proposta”, não se pode deixar de fazer duas reflexões: a primeira refere-se ao sonho inocente que acalentaram aquelas pessoas que acreditaram ser possível fazer mudanças na sociedade mediante o consentimento e concessões das classes dominantes; a outra vai por conta da injustiça que outros cometeram contra a ‘Proposta’, taxando-a de tímida, conservadora e outras coisas mais.” (SILVA, 1987, p. 65)

compreender qual o melhor caminho que a classe trabalhadora deve decidir tomar no atual momento político do país.” A cartilha discute o histórico das Constituições no Brasil e os motivos que ensejam a formulação de uma nova¹¹³, bem como traz propostas de luta para a Constituinte, a partir dos interesses dos trabalhadores rurais Sem Terra. A principal proposta presente na cartilha diz respeito a se empenhar para a eleição de deputados constituintes favoráveis às lutas dos trabalhadores e para formulação de projetos que respondam aos seus anseios:

Ao aceitar o desafio de uma luta como a da CONSTITUINTE, que terá vários combatentes – eleger seus Deputados, defender as propostas na discussão – a classe trabalhadora deve organizar-se e mobilizar suas forças para fazer crescer seu peso, nas lutas diretas nas ruas, nas fábricas, na conquista da terra. (MST, 1985, p. 25, 26)

Nas eleições dos deputados estaduais, houve intenso empenho do MST para a eleição de candidatos do PT ligados a luta pela terra, como aparece no JST nº 57. O Movimento fez campanha favorável a nomes como: Adão Preto (RS), Luci Terezinha Choinaski (SC), Pedro Tonelli (PR) e Valdir Ganzer (PA), os quais saíram vitoriosos. No entanto, o perfil político dos congressistas pesou fortemente para os interesses ligados ao latifúndio, com a presença de grande número de políticos ligados à UDR. Conforme Plínio Moraes (1987, p. 21), que publicou uma análise sobre os congressistas eleitos, na Revista da ABRA:

(...) das diversas listas apresentadas pelos movimentos populares e sindical de trabalhadores rurais, poucos foram eleitos. A CPT, o CIMI, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e a Contag apresentaram diversos nomes que tinham apoio às casas legislativas estaduais e federais, e o resultado deixou a desejar.

O resultado das eleições logo imbuíram o Movimento de um grande pessimismo com relação aos resultados que poderiam ser alcançados na Constituição para o avanço da Reforma Agrária:

¹¹³ Sobre os motivos que ensejam a constituinte: “O Brasil é como um barco. Hoje, as classes dominantes continuam com o leme desse barco em suas mãos, mas estão tentando fazer uma Travessia: cruzar de um regime militar para uma “democracia” de uma minoria que detém o poder econômico. Mas quem rema esse barco somos nós, os trabalhadores. O barco não chegará em lugar algum sem a força dos trabalhadores. (...) Assim, como todo barco tem uma carta geográfica para poder navegar, assim o país está precisando de uma constituição para determinar os rumos que a sociedade irá tomar. (...) OU seja, para qualquer problema que os trabalhadores (os remadores) levantam, eles,

Não podemos ter a ilusão de que vamos conseguir fazer as nossas leis na Constituinte. 80% dos deputados são exploradores e da classe dominante e farão leis contra os lavradores. Também não podemos ter a ilusão de que, mesmo conseguindo fazer passar algumas leis que queremos, de que isso vai melhorar a vida dos trabalhadores e resolver nossos problemas. Mesmo quando existe lei a favor do povo, o governo nunca aplica. (JST N. 62, p. 2)

(...) Só a UDR tem 60 constituintes, a Seita Moon 38, e os Evangélicos 30. Além disso, 72% dos constituintes são grandes proprietários e 67% já foram da Arena. Por isso, não é por acaso que a proposta de lei, aprovada até agora, mostra-se pior que o Estatuto da Terra feito pelos militares em 64. Dá para ver que a burguesia lavou a água nessa Constituinte. (JST, N° 64, p. 2)

Apesar das poucas perspectivas que a Constituinte apresentava à Reforma Agrária, ela era vista como um momento importante para ajudar a conscientizar o povo, para fortalecer as mobilizações no sentido de pressionar os deputados em Brasília: “Além dos abaixo-assinados, devemos nos preparar para mobilizar o povo, fazendo concentrações, passeatas e preparando a grande caravana dos rurais à Brasília. Essa mobilização vai ser uma escola política para nossas bases, para nossos companheiros. (...)” (JST, N° 62, p. 2)¹¹⁴

De fato, o que ocorreu foi um significativo recuo. A Constituição de 1988 criou ainda maiores obstáculos legais para a realização da reforma agrária, retrocedendo em relação às conquistas anteriores, já que na Constituição de 1946 que introduziu a idéia de função social da terra no seu artigo 147: “O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social”, impunha menores restrições a sua aplicação do que a Constituição de 1988¹¹⁵. E mesmo em relação ao Estatuto Terra, houve uma involução¹¹⁶:

os que controlam o Leme, afirmam que é preciso esperar a CONSTITUINTE de 1986 para fazer as mudanças necessárias.” (MST, 1985, p. 18, 19)

¹¹⁴ Um momento importante de participação popular nas lutas ocorreu por meio das “Emendas Populares”. As emendas Populares referentes à questão agrária foram patrocinadas pela CNRA e pelo MST/CUT/CPT. Juntas elas tiveram 1.201.400 assinaturas, superada apenas pela emenda para a manutenção do sistema SESC-SENAC-SESI-SENAI. No entanto, a efetividade dessas emendas para a elaboração da Constituição foi nula, uma vez que as idéias nelas defendidas não foram incorporadas. (SILVA, 1989)

¹¹⁵ A parte referente à Reforma Agrária está contida entre os artigos 184 e 191, no Título VII, Capítulo III, intitulado: “Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária.”

¹¹⁶ “ (...) a nova CF não diminuiu o terrível fosso que separa o sem-terra acampado debaixo de uma lona do seu algoz da UDR. Pelo contrário, a Carta de 1988 aprofundou o buraco da desigualdade, impedindo, definitivamente, que a questão agrária brasileira pudesse ser resolvida por via pacífica. Ao manter no segundo turno praticamente tudo o que foi aprovado na primeira rodada de votações, inclusive o malfadado inciso que isenta de desapropriação a chamada ‘propriedade produtiva’, a ANC retrocedeu aos idos de 1946.” (SILVA, 1989, p. 199)

Com a redemocratização e a elaboração de uma nova Constituição em 1988, o princípio da função social da propriedade rural do Estatuto da Terra foi levado para a nova Carta (artigos 184 e 186). Porém, tal expediente, ao invés de dinamizar o processo de reforma agrária que vinha se arrastando, constituiu-se em mais um bloqueio. Minuciosa e detalhista, absorvendo dispositivos inteiros da lei ordinária que já vigorava, até mesmo os de natureza processual, a nova Carta fez depender sua aplicação de regulamentação por lei complementar. Pelo Estatuto da Terra, o poder público desapropriava, garantia a posse e a única coisa que se reclamava, depois, era o justo preço da indenização; pela Constituição de 88, o expropriado podia questionar o ato até mesmo do presidente da República. (SILVA, 1997, p. 22)

Assim, os Sem Terra denunciam:

Em termos gerais, a nova lei representa um recuo à Constituição de 1946 e apenas garante que a propriedade deve ter uma função social. Representa, também, um recuo em relação ao Estatuto da Terra e ao decreto 554 de 1969, pois o Estatuto da Terra defendia a desapropriação de todos os latifúndios, independentemente de sua condição de ‘produtivo ou não’ e garantia, pelo decreto 554, a imissão de posse do Estado em apenas 48 horas. Mesmo que o proprietário recorresse, teria direito apenas à indenização em dinheiro, mas não à irrevogabilidade da desapropriação.”

Pelo artigo 219, fica proibida a desapropriação da propriedade produtiva. Só que o texto não explica quais os critérios que tornam uma propriedade produtiva. Esse foi justamente o golpe da UDR: deixar a definição confusa pois, daqui para diante, em qualquer desapropriação que houver, os fazendeiros vão recorrer à Justiça para provar que a propriedade é produtiva. (...)” (JST, n. 73, p. 3)

Ao final da década pareceu intensificar-se a proximidade do MST com o PT, tal como aparece nos exemplares do Jornal dos Sem Terra.¹¹⁷ Nas eleições de 1988, para as prefeituras e

¹¹⁷ “Percebendo que não bastava fazer greve, organizar ocupações, os trabalhadores sentiram a necessidade de construir ferramentas mais fortes capazes de construir ferramentas mais fortes capazes de articular todas as forças dos trabalhadores e canaliza-las para o rumo certo. Foi por isso que fundaram a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (o PT).”

“Vamos fortalecer nossas ferramentas: as associações, os movimentos, nosso sindicato, a Central Única dos Trabalhadores, e o Partido dos Trabalhadores.” (JST, nº 67, p. 20)

“Por isso é que devemos continuar organizando grandes ocupações de terra, ajudando a solidificar a construção da Central Única dos Trabalhadores – CUT e do Partido dos Trabalhadores PT preocupando assim, fortalecer as mobilizações de massa e consolidar a direção política da classe trabalhadora.” – Executiva Nacional do Movimento Sem Terra (JST, nº 68, p. 2)

para presidente em 1989, o MST vai conclamar a sua base para o apoio ao Partido, como parte estratégica da luta pela Reforma Agrária:

O MST é um movimento de massas e tem como objetivo principal a luta pela conquista da terra para quem nela trabalha. Por isso, podem e devem participar dele, todos aqueles que são sem terra e estão interessados em conquista-la. (...)

Já o Partido Político deve ter um projeto político e um programa de governo para o conjunto da sociedade. (...)

Companheiros, vamos atuar nesse debate e campanha, trabalhando para construir o Partido dos Trabalhadores. Nos empenharemos para construir neste país, o Partido dirigente da classe trabalhadora. (JST, nº72, p. 16)

(...) Devemos entrar de sola na luta política e fortalecer a construção do Partido dos Trabalhadores, elegermos rurais para as prefeituras, conquistar o maior número de vereadores, enfim ganhar espaços para construirmos nosso projeto político. O Partido é a nossa maior ferramenta e através dele podemos manifestar o desejo de uma mudança social. (JST, nº 73 . p.2)

Jaime Amorim, uma das lideranças do Movimento afirma a importância estratégica do PT para as lutas do MST numa entrevista concedida ao JST:

(...) Nossas ocupações são massivas, assim como nossas manifestações. Temos que canalizar essas lutas para a transformação de toda a sociedade. Nós temos consciência de que o instrumento que nos conduzirá a transformação socialista da sociedade é o partido político. Temos portanto, que fortalecer o PT. Construir um PT forte é a condição estratégica da nossa luta. (Jaime Amorim, JST n. 79, p. 19)

4.2.4 Considerações finais

Neste capítulo procuramos abordar as principais influências na formulação sobre a reforma agrária no interior do MST. Foram destacados, conforme apareceram nos documentos: o papel de diretriz que assumiu o Estatuto da Terra, os argumentos contrários à política agrária da ditadura, bem como o posicionamento dos Sem Terra diante do debate nacional em torno da reforma agrária. A estratégia política representada pelo PT e seu Programa Democrático e

Popular ganharam relevo especial na formação política no Movimento. Segundo falas de lideranças do Movimento, a esperança maior de conquista da Reforma Agrária foi depositada na estratégia que conduzia o PT ao poder.

As consequências da proximidade entre MST e PT podem lançar luz sobre os obstáculos à reforma agrária nas décadas posteriores, em particular com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder. Neste sentido, importa inserir o vínculo entre o MST e o PT no quadro maior em que estejam presentes as questões da formação do Partido, as lutas sociais como um todo no Brasil da transição transada e, especialmente, a posterior acomodação das estratégias do PT aos imperativos globais da dominação financeira (LIMA FILHO, 2007)¹¹⁸.

¹¹⁸ Conforme analisa Paulo Alves de Lima Filho (2007, p. 7): “A contrarrevolução da pequena-burguesia, ao acompanhar os desígnios do capital monopolista, selaria o destino da ditadura democrática da burguesia. Dizíamos que ela assinala o caminho de retorno ao campo santo da desuniversalização dos direitos conquistados pelos trabalhadores, ao estágio primevo da desumanização máxima. O inferno é a realização do apocalipse de matriz escravocrata. O caminho de retorno à desimportância da política pois realização do consenso melhorista, impossibilitado de ser testemunha da história, pois imerso na contingência subordinada. Deu nisso, na continuidade da ditadura a manobra da transição transada com as altas personalidades da ex-oposição. Desse modo, a ditadura continuaria a mandar e comandar a evolução da sociedade capitalista do pós-ditadura formal. Uma a uma, as frações da ex-oposição pequeno-burguesa foram sendo tragadas pelo campo da realidade monopolista, pelo território dos seus desígnios inadiáveis. A economia política do primeiro governo Lula é a do último bastião pequeno-burgues a exercer e abandonar um projeto de alternativa capitalista ao capitalismo neo-liberal, monopolista. Deu-se conta de que só iria ao poder se aceitasse a forma específica da economia política da contrarrevolução como única forma possível do governo burguês dos pequeno-burgueses, subordinado aos imperativos globais da dominação financeira.

Conclusão

Em nossa história, todas as tentativas de alteração da realidade do trabalhador do campo se frustraram. Durante a ditadura militar, instaurada em 1964, os conflitos agrários foram duramente reprimidos, a política agrária aprofundou as condições para que a força de trabalho no campo fosse violentamente explorada, bem como houve um esforço sistemático para extrair a reforma agrária do conjunto de transformações necessárias ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Neste contexto, foi elaborado o Estatuto da Terra, legislação agrária que definiu a forma como o problema fundiário passaria a ser tratado. O Estatuto expressava a não frustração dos interesses da grande propriedade, já que a redistribuição de terras ficou restrita, a partir daí, a terras residuais – como as do latifúndio improdutivo e terras devolutas. A sua importância histórica está na definição dos limites da luta pela terra e na maneira pela qual a reforma agrária passou a ser encarada a partir daí: “(...) a visão da reforma agrária como parte das reformas de base foi abandonada em favor da elaboração de uma ‘política de terras’ que desse um uso social às terras improdutivas.” (SILVA, 1997, p. 21)

Por esta abordagem, a questão agrária deixou de ser tratada como um problema caro ao desenvolvimento do capitalismo nacional, tal como configurava no debate acerca das reformas de base no governo João Goulart. Equacionar a situação miserável da população do campo, equilibrar a relação entre capital e trabalho nas áreas rurais e, conseqüentemente, urbanas, bem como a concentração fundiária foram crescentemente apagados do debate intelectual e político, por força dos interesses dos latifundiários com forte penetração no poder do Estado. O único problema a ser solucionado no campo se restringiria à questão agrícola, que seria resolvida com mais maquinário, mais insumos, maior produtividade, subordinando crescentemente a agricultura aos interesses da indústria nacional e estrangeira.

O Estatuto da Terra tem um papel muito importante para a análise do MST, pois, se de um lado definiu os parâmetros segundo os quais a problemática agrária passou a ser tratada, de outro lado, ele se tornou ponto de referência fundamental para a luta pela terra nos anos de nosso estudo.

A pedagoga Roseli Caldart afirma que o Estatuto da Terra tornou-se material indispensável para o trabalho de base junto aos Sem Terra. Era esta lei que amparava as ocupações de terra, principal tática do movimento. A preparação para a ocupação se dava no próprio processo de luta. Segundo Caldart, o Movimento é tido como um sujeito pedagógico, como uma coletividade que atua intencionalmente na formação de pessoas, desde a construção da decisão de rebelar-se até colocar-se em luta. A formação política atua para que a base se reconheça como detentora de direitos, conhecendo a legislação agrária que poderia lhes favorecer e obtendo informações sobre concentração fundiária. As publicações analisadas se dirigiam a informar e dar justificativas para as ocupações, bem como a incentivá-las. Neste material foram identificadas denúncias sobre conflitos e sobre a violência sofrida pelos pobres no campo, informações sobre as ocupações existentes e sobre as razões legais para a realização de uma reforma agrária.

Na preparação do material de formação (Jornais, Cartilhas), a CPT se sobressaiu, fornecendo análises de conjuntura e denunciando as terríveis conseqüências sociais da política agrária da ditadura, tão flagrante nas áreas do Norte do país, em que atuavam figuras emblemáticas da Pastoral, como Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomás Balduino. A Comissão também atuou como consultora sobre os assuntos agrários no interior da igreja, tendo formulado o documento da CNBB, de 1980, *Igreja e Problemas da Terra*, o qual teve papel de destaque no apoio político e nas diretrizes da luta no período. Neste documento, foi José de Souza Martins a principal referência intelectual do âmbito dos estudos agrários. Martins (1980) apresenta o problema agrário brasileiro como um clamor pela terra, que se expressa na luta por acessá-la e nela permanecer.

A formação política no MST na década de 1980 esteve profundamente relacionada com o debate nacional em torno da Reforma Agrária. Nos Jornais dos Sem Terra foram tratados assuntos relativos à Campanha Nacional de Apoio à Reforma Agrária e ao I PNRA. Esses acontecimentos deram o tom do debate agrário, instruindo a respeito das possibilidades e limites da luta pela terra. As justificativas econômicas e sociais para a Reforma Agrária vinculavam-se à solução para o desemprego, à dinamização do mercado interno e à melhora de vida dos trabalhadores rurais, condição necessária para a democracia. Tanto na CNRA, quanto no PNRA a visão sobre a reforma agrária é a mesma contida no Estatuto da Terra, uma vez que ela decorreria

da aplicação desta lei. No caso do PNRA, os militantes do MST foram chamados a estudar o Plano, a partir de quadros didáticos e textos específicos.

Outra frente de luta importante que animou o debate nacional em torno da questão agrária foi a Constituinte. O Movimento formulou uma cartilha para a formação das lideranças, discutindo o histórico das constituições no país, as razões que ensejavam a Constituinte e a necessidade dos trabalhadores Sem Terra se informarem sobre os seus interesses. Apareceu também no JST o significativo empenho por parte do MST para a eleição de deputados do PT que pudessem levar adiante os interesses dos Sem Terra. No entanto, as classes ligadas ao latifúndio mais uma vez saíram vitoriosas e a Constituição significou um retrocesso até mesmo com relação ao Estatuto da Terra, pois, criou maiores obstáculos para desapropriação por descumprimento da função social da terra.

As lutas nacionais em torno da Reforma Agrária, expressas no I PNRA e na Constituinte, não alcançaram êxito. Não estava em questão uma reestruturação radical da propriedade da terra no Brasil, o empenho se dirigia à redistribuição das terras residuais, preservando a grande propriedade produtiva. Mesmo assim, o que se viu foi a formação de milícias no campo, o aumento sistemático da violência contra os Sem Terra, a formação da UDR, ou seja, as classes ligadas ao latifúndio se organizaram para deter qualquer distribuição de terra.

Nesses anos, as esperanças de realização de uma Reforma Agrária que atendesse aos anseios dos Sem Terra pareceram estar crescentemente vinculadas com a estratégia política representada pelo Partido dos Trabalhadores. Conforme a pesquisa no material de formação política – em especial os Jornais dos Sem Terra – e as entrevistas mostraram, em meio a essas lutas, que houve uma cada vez maior e mais expressa aproximação entre o movimento e o PT. Ao final da década, houve uma forte militância do movimento nas eleições de 1988 para as prefeituras e em 1989 para a presidência. Em trechos, extraídos do JST números 72 e 73, ao PT é atribuído o papel de ferramenta maior para o desejo de mudança social. Jaime Amorim, uma das lideranças do movimento, chega a afirmar, no JST número 79, que construir um PT forte era condição estratégica da luta do movimento. No mesmo sentido, Ademar Bogo afirmou em debate no V EBEM de 2011: “(...) O MST nasceu juntamente com o PT e constituía uma tática, enquanto a estratégia estava com o PT.”

A defesa da Reforma Agrária no interior do Programa do PT se limitava justamente à utilização do Estatuto da Terra como instrumento de luta. Portanto, na tática – incorporada no

MST, e na estratégia – representada pelo PT, o Estatuto da Terra configura-se como a base que sustenta as reivindicações.

O diagnóstico do Partido apontava que o capitalismo havia se desenvolvido intensamente, de forma subordinada à penetração do capital estrangeiro e marcado pelas profundas desigualdades sociais. Nesse quadro, impunha-se a realização de uma reforma agrária, para a qual, segundo as expectativas do PT, poderia vir apoio de parte da burguesia e de setores médios do campo. O programa agrário era montado através do que era considerado politicamente possível no momento. O ataque ao latifúndio improdutivo permitiria o apoio dos setores médios do campo, bem como a neutralização dos produtivos, que poderiam se colocar favoráveis à proposta. Ou seja, cumpria-se a necessidade de atender às expectativas de setores proprietários, a fim de acumular forças para as mudanças.

Assim, na luta levada adiante pelo MST e no seu vínculo com o PT evidenciam-se, simultaneamente: a centralidade das ocupações de terra e os limites da reestruturação agrária propugnada pelo Partido. Este quadro se apresenta na formação política do Movimento que se deteve à preparação da luta imediata, às justificativas para as ocupações, enquanto não apareciam discussões acerca das razões históricas mais profundas, determinantes para as derrotas. Contudo, acreditamos que a formação política inclui, além da preparação para a luta imediata, a luta teórica, a compreensão da questão agrária e a sua centralidade na determinação do capitalismo dependente e subdesenvolvido. Através das fontes que consultamos, poderíamos afirmar que houve uma renúncia das discussões teóricas acerca do tema da revolução brasileira, por parte do Movimento. Esta parte decisiva da luta foi atribuída ao Partido dos Trabalhadores, que a deteve nos limites estreitos do seu Programa Democrático e Popular. O Programa não considerava que, no âmbito agrário, a rigidez a mudanças que atendam aos interesses das classes exploradas deita raízes nos traços inarredáveis da particularidade do capitalismo brasileiro, tais como: a ampla disponibilidade de terras passíveis de apropriação pelos empreendimentos agrícolas, o não acesso à terra pelas classes subalternas, bem como a violenta exploração do trabalho no campo.

Os autores com os quais trabalhamos no entendimento da questão agrária fornecem elementos para a compreensão desta realidade histórica. Segundo Caio Prado Júnior, nascemos como uma economia voltada a atender interesses externos, baseada na produção de gêneros primários exportáveis, em grandes propriedades monocultoras e com trabalho altamente explorado, este quadro configurava o sentido da colonização, com traços não superados em

meados do século XX. A manutenção destas características ao longo das décadas estaria na base dos problemas de uma nação em formação, relativos à precariedade da conjuntura mercantil e ao caráter originário desta economia e sociedade, os quais dotavam o capitalismo brasileiro de uma instabilidade econômica e social crônica, expressa na frágil base em que se assentava o processo de industrialização. Nesta interpretação, o enfoque orienta-se pelo crucial: a produção e a apropriação das riquezas produzidas no campo. Ou seja, a questão agrária não correspondia a um problema restrito ao âmbito agrônomo ou técnico, mas, dizia respeito a quais categorias e classes sociais e em que proporções se destinavam as riquezas produzidas no campo. Caio Prado evidencia que enfrentar a questão agrária significava, ao mesmo tempo, transformar a situação de extrema exploração do trabalho no campo e também mudar as condições de fornecimento de força de trabalho nas cidades, ou seja, a questão agrária coloca na ordem do dia a correlação de forças entre capital e trabalho no capitalismo brasileiro.

Florestan Fernandes mostra que em todas as fases do desenvolvimento capitalista no Brasil esteve presente a dupla articulação entre dependência e subdesenvolvimento. A heterogeneidade estrutural da sociedade brasileira seria expressão do subdesenvolvimento. Na economia e sociedade agrária, há a manutenção de forças produtivas e relações de produção anacrônicas, baseadas na extrema exploração do trabalho, responsável por sustentar a drenagem persistente das riquezas produzidas no campo. Florestan visualiza a economia agrária como uma bomba de sucção, voltada a gerar riquezas para os outros setores econômicos. Desse modo, se configura uma técnica de acumulação originária de capital pautada na existência de um vasto contingente da população brasileira que suporta enormes sacrifícios e são privados na partilha das riquezas produzidas. Por esta reflexão, a massa de despossuídos no campo constitui o alicerce do capitalismo que aqui se desenvolve. Este autor mostra que o capitalismo brasileiro revela-se, assim, estrutural e historicamente incapaz de superar as contradições que são criadas devido à maneira pela qual ele se expande concretamente.

No mesmo sentido Octavio Ianni destaca a flexibilidade de nossa fronteira interna, baseada na existência de terras disponíveis à apropriação, fronteiras com possibilidades de construir fazenda, latifúndio, em alguns casos posse, sítio. Estas novas áreas dão vazão a populações em tensão social em outras regiões, cumprindo um papel político fundamental; concomitantemente, constituem novos campos de acumulação gerada pelo trabalho amplamente explorado deste contingente miserável de migrantes. O autor também aponta o latifúndio e a

manutenção das altas taxas de exploração do trabalho como faces da mesma moeda. O trabalhador agrícola constitui o centro do sistema de relações estruturais que caracterizam a dupla subordinação em que se encontra a sociedade agrária brasileira, cujo papel consiste em fornecer excedentes para as cidades e para o exterior. Ianni constrói a imagem de que o trabalhador do campo constituiria o vértice de uma pirâmide invertida, pois, o produto do seu trabalho se reparte por muitos, sobrando-lhe uma parte diminuta.

Destas análises é possível depreender as razões pelas quais nem mesmo a reforma agrária definida nos termos do Estatuto da Terra ocorreu. Estes autores mostram que, na realidade histórica brasileira, enfrentar a questão agrária exige o deslindamento dos nexos que ela enseja entre reforma e revolução, já que alterações na base agrária teriam impactos decisivos na forma como se dá a acumulação de capital no país.

As obras de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Octavio Ianni podem iluminar o entendimento das dificuldades vividas pelo Movimento, próximo de completar três décadas de existência. Utilizando-se de uma tática radical de enfrentamento, expressa nas ocupações, terras foram conquistadas e assentamentos constituídos e hoje se veem diante da contingência de produzir para o mercado, em que vigoram as “leis” da concorrência selvagem. Portanto, muitas dessas famílias, agora com terras, são obrigadas a se submeterem a lógica da máxima exploração do trabalho, da qual são vítimas.

As características históricas do capitalismo no Brasil se acentuaram, no contexto de expansão do capital monopolista, que toma conta do campo brasileiro, controlando terras e estabelecendo seus empreendimentos. O grande capital também conta com a conivência e firme apoio do Estado, que desde o ano de 2002 está sob a tutela do Partido dos Trabalhadores¹¹⁹. Nesse contexto, o “agronegócio” aprofunda seu controle sobre a produção no campo e estende-se por todo o território nacional, lançando mão de formas ainda mais perversas de exploração do trabalho¹²⁰.

Apesar de este ser um quadro ainda mais hostil para um movimento de luta pela terra, não se trata de uma questão ultrapassada, contrariamente, o acirramento da dependência e do

¹¹⁹ Os autores Guilherme Delgado e Arioaldo Umbelino de Oliveira possuem importantes pesquisas a respeito deste tema.

¹²⁰ Para maiores informações acerca das formas de exploração do trabalho no campo, consultar os estudos de Maria Aparecida de Moraes Silva.

subdesenvolvimento reaviva a atualidade da reforma agrária e coloca desafios ainda mais complexos à formação política dos trabalhadores.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. Um pensamento insubmisso. In: FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4ª ed. São Paulo: Global, 2009.

ARAÚJO, Liana Brito de. **Sociabilidade no assentamento rural de Santa-CE: terra e trabalho na construção do ser social**. Fortaleza, 2006. Tese (dout.) Faculdade de Educação, UFCE.

BANDEIRA, Moniz, **O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil (1961- 1964)**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BATISTA, Paulo N. O Consenso de Washington. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Disponível em: <http://humbertocapellari.wordpress.com/2006/06/20/o-consenso-de-washington-leia-com-atencao-e-interesse-redobrado-2/> Acesso em 02 de ago. de 2011.

BELLUZZO, Luiz G. (1999) Prefácio a *Conversas com Economistas Brasileiros II*, G.Mantega & J.M.Rego (orgs.), Editora 34.

BERTTI, Margarete Sueli. **Um olhar sobre a experiência do departamento de educação rural – DER: sonhos, conflitos e aprendizagens**. Goiânia, 2002. Dissert (mestr.) Faculdade de Educação. UFGO.

BIANCHI, Alvaro; **Lenin e a filosofia: notas para uma leitura metodológica**. Disponível em: http://www.e-science.unicamp.br/marxismo/admin/projetos/documentos/documento_579_Lenin.pdf Acesso em: 30 de jan. 2011.

BOGO, Ademar, **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

_____, **Identidade e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____, **Organização política e política de quadros**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

BOMBARDI, Larissa M. **Campesinato, luta de classe e reforma agrária** (A Lei de Revisão Agrária em São Paulo). São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, Universidade de São Paulo.

BRANDÃO, E. C. **Educação e Consciência: O desenvolvimento da consciência sócio-política dos trabalhadores rurais assentados**. Piracicaba, 2000. Dissert. (Mestr.) UNIMEP.

CALDART, Roseli. **Pedagogia do Movimento Sem terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CAMERMAN, C. Terra de trabalho e terra de exploração. In: IN: LENZ, S. J. M. M. (org.) **A igreja e a propriedade da terra no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1980.

CAVALCANTE, R. de C. **Aprendizes da terra: a voz e a resistência do MST na Paraíba**. João Pessoa, 2002. Dissert. (mestr.) Faculdade de Educação. UFPB.

CHAUÍ, Marilena Prefácio. In: SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**. Experiências e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo 1970-1980. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad econômica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985.

CONTAG, Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/CONTAG-Revista40anos.pdf>. Acesso em jul. 2012.

DAVATZ, Thomas, **Memórias de um colono no Brasil**. São Paulo: Livraria Martins, 1941.

DELGADO, Guilherme, A questão agrária no Brasil, 1950 – 2003. In: RAMOS L. O., ALY JÚNIOR, O. (orgs.) **Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2005.

_____, **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp. 1985.

ampliada. São Paulo: Alfa- Ômega, 1979.

FÁVERO, Osmar (org.), **Cultura popular. Educação Popular**. Memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

FERNANDES, Florestan, **A contestação necessária**. São Paulo: Ática, 1995.

_____, **Anotações sobre Capitalismo Agrário e Mudança Social no Brasil**. In: FERNANDES, F., **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5ª ed. São Paulo: Global, 2008.

_____, Introdução. In: FERNANDES, F. (org.) **Lênin – Política**, São Paulo: Ática, 1989

_____, **O que é revolução**. São Paulo: Brasiliense, 2ª reimpressão, 1999.

_____, **Pensamento e ação. O PT e os rumos do socialismo**. 2ª ed. São Paulo: Globo, 2006a.

_____, **A revolução burguesa no Brasil**. 5ªed. São Paulo: Globo, 2006.

_____, **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** 2ªed. Revista e

FERNANDES, Bernardo M, **MST formação e territorialização**. 2ªed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____, Formação e territorialização do MST no Brasil. IN: CARTER, M. (org.) **Combatendo a desigualdade social. O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____, **A formação do MST no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo, **Educação como prática da liberdade**. 24ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A década perdida da educação brasileira. In: BENJAMIN, C. ELIAS, L, A. (orgs.), **Brasil: Crise e destino – Entrevistas com pensadores contemporâneos**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 23ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989.

_____, **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

GERMANO, José W. **Lendo e aprendendo**. A campanha de pé no chão. São Paulo: Autores Associados: Cortêz, 1982.

GONÇALVES, Carlos. W. P. “**As Minas e os Gerais**: breve ensaio sobre o desenvolvimento e sustentabilidade da geografia do Norte de Minas”. IN: LUZ, Claudia e DAYRELL, Carlos (Orgs.). **Cerrado e Desenvolvimento: tradição e Atualidade**. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa REDE CERRADO, 2000. p.19-45

GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

GUIMARÃES, Alberto. P. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1968.

GRUPPI, Luciano; **O pensamento de Lênin**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HEGEDÛS, András, A questão agrária. In: HOBBSAWN, Eric. (org.) **A história do marxismo**. Volume 4. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IANNI, Octavio, **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____, **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979a.

_____, **Ditadura e Agricultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____, **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981a.

_____, **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930 – 1970)**. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____, **A luta pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1978.

_____, **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____, A reforma agrária e a base social para a democracia. IN: ABRA, CEDEC, ILCSE/UNESP (orgs.) **A primeira proposta de plano nacional de reforma agrária da nova república e o Brasil dos anos 80**. São Paulo: Assembléia Legislativa de São Paulo, 1985a.

IASI, Mauro L., **As metamorfoses da consciência de classe**. O PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____, Educação, consciência de classe e estratégia revolucionária. **Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n. 48: 122-30. Jul. 2011.

JESUS, S. M. S. A. **Navegar é preciso, viver é traduzir rumos**. Natal, 2000. Tese (dout.) Faculdade de Educação. UFRN.

KADT, Emanuel de, **Católicos radicais no Brasil**. Brasília: Unesco, MEC, 2007.

KONDER, Leandro. **A derrota da dialética**. A recepção das idéias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LAZZAROTTI FILHO, A. **O processo educativo da luta pela terra**. Goiás, 2000. Dissert. (mestr.) Faculdade de Educação. UFGO.

LENIN, Vladímir. I., **Quienen son los amigos del pueblo y como luchan contra los socialdemocratas**. Moscou: Progreso, 1975.

_____, **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América**. Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

_____, **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril, 1982.

_____, **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. In: Obras Completas, São Paulo: Alfa Omega, 1986.

_____, **Que fazer?** In: Obras Completas, São Paulo: Alfa Omega, 1986.

LEHER, Roberto. Educação Popular como Estratégia Política. In: JEZINE, E., ALMEIDA, M. de. L P. de (orgs.) , **Educação e Movimentos Sociais** 2ª ed. Campinas: Alínea, 2010.

LÖWY, Michel. **Maxismo e teologia da libertação**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1991.

MCLELLAN, David; **Karl Marx. Vida e Pensamento**. Petrópolis: Vozes, 1990.

MANACORDA, Mario A. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas: Alínea, 2007.

MARTINS, José. de S., **O café e a gênese da industrialização em São Paulo**. In: CONTEXTO, nº3, julho, 1977.

_____, **Os camponeses e a política no Brasil**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986b.

_____, **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____, **O cativo da terra**. 2ªed. São Paulo: LECH, 1981.

_____, **Entrevista**. In: Estudos Avançados. Vol. 1, n. 31, set/dez 1997.

_____, **Expropriação e violência**. A questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____, **Imigração e crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.

_____, **A militarização da questão agrária no Brasil**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____, Os trabalhadores do campo em busca de uma alternativa. IN: LENZ, S. J. M. M. (org.) **A igreja e a propriedade da terra no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1980b.

_____, **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____, **O sujeito oculto**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MARX, Karl, **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____, **El capital**. Crítica de la economia política. 3ªed. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

_____, **O capital**. Crítica à Economia Política. Livro 3, Volume 6, São Paulo: Civilização Brasileira, 1974.

_____, **Letter from Marx to Editor of the Otecestevenniye Zapisky**. Marx-Engels Correspondence 1877. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1877/11/russia.htm> Acesso em: 30 de jan. de 2011.

_____, **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. In: A revolução antes da revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____, ENGELS, Friedrich, **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular. 2008a.

_____, **A ideologia alemã I**. 3ª ed. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Livraria Martins Fontes, [s/d].

MENEZES NETO, A. J. **Além da terra: A dimensão sociopolítica do projeto educativo do MST**. São Paulo, 2001. Tese (dout.) Faculdade de Educação. USP.

MESZÁROS, István, **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____, **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____, **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. **Fechar escola é crime**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/campanha-fechar-escola-e-crime-mst> Acesso em 08 de set. de 2011.

NETTO, José P., Introdução, In: LENIN, W. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril, 1982.

_____, **A propósito da crítica de 1843**. In: Revista Ensaio, Ano V, nº 11/12 Edição Especial: Marx hoje, 1983.

_____, **O que é marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____, Relendo a Teoria Marxista da História. In: SAVIANI, D., LOMBARDI, J. C., SANFELICE, J. L. (orgs.), **História e História da educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

_____, Uma face contemporânea da barbárie. Comunicação apresentada no III Encontro Internacional “Civilização ou barbárie” Serpa, 30 out. a 01 de nov. de 2010. Disponível em: <http://www.pcb.org.br/portal/> Acesso em: 20 de jul. de 2011.

NOVAIS, Fernando A., **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial**. (1777 – 1808). 7.ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de, **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. In: Estudos Avançados, vol. 15, nº 43, set/dez 2003.

_____, **Amazônia** – Monopólio, expropriação e conflitos. Campinas: Papirus, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de, A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da república velha no Brasil. In: HOLANDA, S. B. de, **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo 3, Vol.1; São Paulo: Difel, 1985.

_____, Dimensão Social da Reforma Agrária. IN: ABRA, CEDEC, ILCSE/UNESP (orgs.) **A primeira proposta de plano nacional de reforma agrária da nova república e o Brasil dos anos 80**. São Paulo: Assembléia Legislativa de São Paulo, 1985.

_____, **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PAIVA, I. A. de. **Os aprendizes da prática coletiva: assentados e militantes do MST**. São Paulo, 2003. Tese (dout) Faculdade de Educação. USP.

PAIVA, Vanilda, **História da Educação Popular no Brasil**. Educação popular e educação de adultos. 6ªed. São Paulo: Loyola, 2003.

_____, **Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980

_____, Do “**Problema Nacional**” às **Classes Sociais: Considerações sobre a pedagogia do oprimido e a educação do colonizador**. In: Educação & Sociedade. Ano 1. nº3. São Paulo: Cortez, 1982.

POLETTI, Ivo. A igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária. IN: CARTER, M. (org.) **Combatendo a desigualdade social. O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

POMAR, Wladimir, **Um mundo a ganhar**. Revolução democrática e socialista. São Paulo: Viramundo, 2002.

_____, **Agrária, uma questão controversa**. In: Revista da ABRA, Jan- Abr., 1985.

PRADO JR., Caio, **A Revolução Brasileira**. 3ªed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

_____, **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

_____, **História Econômica do Brasil**. 22ªed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____, **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979b.

_____, **História e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

RAGO FILHO, Antônio. **A teoria da Via Colonial de objetivação do capital no Brasil: J. Chasin e a crítica ontológica do capital atrofico**. In: *Verinotio* – revista on-line de educação e ciências humanas, n. 11: 71-86, abr. 2010.

RÊGO, Ruben. M. L., **Sentimento do Brasil. Caio Prado Júnior** – Continuidades e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

_____, **Terra de violência: estudo sobre a luta pela terra no sudoeste do Paraná**. Dissertação de Mestrado, FFLCH – USP, 1979.

RIBEIRO, Marlene; **Movimento Camponês trabalho e educação**. Liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RIBEIRO, E. da S. **A emancipação sócio-educativa de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra da região de Herval: a reinvenção da vida entre o sonho e a enxada.** Pelotas, 2004. Faculdade de Educação. UFPELOTAS.

RODRIGUES, Fabiana de C.; O papel da questão agrária no desenvolvimento do capitalismo nacional, entre 1950 e 1964. **Em Caio Prado Jr., Celso Furtado, Ignácio Rangel e autores pecebistas. Campinas: IE – Unicamp. (Dissertação de Mestrado), 2005.**

_____ ; **Balço da produo de conhecimentos sobre Educao No Escolar de Adultos. rea Temática: Educao no campo, teses e dissertaes na rea de Educao apresentadas entre 1999 e 2006.** In: Revista e-curriculum. PUC-SP. Vol 5. nº1, Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/issue/view/251> Acesso em: 20 de ago. 2011.

SADER, Maria Regina, C. T., **Espaço e Luta no Bico do Papagaio.** Tese de Doutorado, Departamento de Geografia-FFLCH-USP, São Paulo, 1985.

SAMPAIO JR., Plínio de A., **Entre a Nação e a barbárie – Os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____, **Por que voltar a Lênin? Imperialismo, barbárie e revolução.** In: LENIN, V. I. O Imperialismo etapa superior do capitalismo. Disponível em: http://eventohistedbr.com.br/editora/wpcontent/uploads/2011/07/lenin_imperialismo_navegando_ebook.pdf Acesso em 02 de ago. de 2011.

SAMPAIO, Plínio de A. **A história de uma batalha.** In: Jornal dos Sem Terra, nº 48,– Suplemento Especial Sobre o PNRA, out/nov 1985.

SANTOS, José V., **Colonos do vinho. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital.** São Paulo: Hucitec, 1978.

_____, **Movimentos Camponeses no Sul: Produto e Terra (1978-81).** In: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Vol. 12. Mai- Jun, 1982.

_____, **Quem ganha com a colonização?** In: Jornal dos Sem Terra, nº37, Ago. 1984.

_____, A gestação da Recusa: o “Colono Retornado” dos projetos de colonização na Amazônia. In: SANTOS, José V. T. dos (org.) **Revoluções Camponesas na América Latina**. Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

_____, **Colonização de Novas Terras: A continuidade de uma Forma de Dominação, do Estado Novo à Nova República**. IN: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. Vol. 25. Jan-Abr, 1995.

SAVIANI, Dermeval, **Pedagogia histórico-crítica**. 10ªed. Campinas: Autores Associados, 2007a.

_____, **Escola e democracia**. 37ª ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

_____, **História das idéias pedagógicas no Brasil**.Campinas: Autores Associados, 2007b.

_____, **A pedagogia no Brasil – História e Teoria**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Maria A. de M. **Errantes do findo Século**. São Paulo: Unesp, 1999.

SILVA, José G. da, **A Reforma Agrária no Brasil**. Frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento? Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

_____, **Explicando a Reforma Agrária**. In: Entrevista ao Jornal O Estado. São Paulo, 1985.

_____, **Caindo por terra**. Crise da Reforma Agrária na Nova República. São Paulo: Busca Vida, 1987.

_____, **Buraco Negro – A reforma agrária na constituinte**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

_____, **A reforma agrária brasileira na virada do milênio**. 2ª ed. Maceió: Edufal, 1997.

_____, RODRIGUES, Vera L. G. da Silva, **Conflitos de Terras no Brasil: Uma introdução ao estudo empírico da violência no campo – período 1971-76**. In: Revista da reforma Agrária. Ano VII, jan/fev. 1977, nº1. p.3-24.

SILVA, José Graziano. da, **Programa para o campo.** Terra para quem nela não trabalha. In: Revista Teoria e Debate, Ano II, nº 7, julho/agosto/setembro, 1989.

SILVA, Lígia. O., **Terras devolutas e latifúndio. Efeitos da lei de 1850.** Campinas: Ed. Da Unicamp. 1996.

_____, As leis agrárias e o latifúndio improdutivo. In: **Revista São Paulo em Perspectiva.** V.1 nº2. Abr- Jun. 1997.

STÉDILE, João P. Notas sobre os 40 anos do Estatuto da Terra. IN: STÉDILE, J. P, **A questão agrária no Brasil. Programas de Reforma Agrária: 1964 – 2003.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SZMERECSÁNYI, Tamás, O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970). In: FAUSTO, B., **História da civilização brasileira**, 2. ed., Vol IV, Tomo III, São Paulo: Difel, 1986.

TURATTI, Maria. C. M. **Os filhos da lona preta.** Identidade e cotidiano em acampamentos do MST. São Paulo: Alameda, 2005.

VÁSQUEZ, Adolfo S. **Filosofia da práxis.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Documentos

CASALDÁLIGA, P. Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social. Disponível em: <http://servicioskoinonia.org/Casaldaliga/cartas/1971CartaPastoral.pdf> Acesso em jan. 2012.

CNBB, Igreja e problemas da terra. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/terra/cnbb_terra.html Acesso em jan. 2012.

CNRA, - Documento de Lançamento - 1983. IN: Dossiê CPV, 1985.

CNRA – Folheto de Divulgação da Campanha, 1983.

CPT, **Colonizar não é a solução**. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

MST, **A constituinte interessa aos trabalhadores rurais?** 1985.

MST, **Normas e Orientações do Jornal Sem Terra**, 1988.

MST, **Programa de Formação**, 1990.

MST, JST, nº1, mai. 1981.

MST, JST, nº2, mai. 1981.

MST, JST, nº3, jun. 1981.

MST, JST, nº4, jun. 1981.

MST, JST, nº5, jun.. 1981.

MST, JST, nº6, jun. 1981.

MST, JST, nº7, jul.. 1981.

MST, JST, nº8, jul. 1981.

MST, JST, nº9, jul. 1981

MST, JST, nº10, ago. 1981.

MST, JST, nº11, set. 1981.

MST, JST, nº12, out. 1981.

MST, JST, nº13, out. 1981.

MST, JST, nº14, nov. 1981.

MST, JST, nº15, nov. 1981.

MST, JST, nº16, dez. 1981.

MST, JST, nº17, jan. 1982.

MST, JST, nº 18, fev. 1982.

MST, JST, nº 19, abr. 1982.

MST, JST, nº 20, abr. 1982.

MST, JST, nº 21, mai. 1982.

MST, JST, nº 22, mai. 1982.

MST, JST, nº 23, jun. 1982.

MST, JST, nº 24, jun. 1982.

MST, JST, nº 25, jul. 1982.

MST, JST, nº 26, ago. 1982.

MST, JST, nº 27, set. 1982.

MST, JST, nº 28, out. 1982.

MST, JST, nº 29, fev. 1983.

MST, JST, nº 30, mar. 1983.

MST, JST, nº 31, abr. e mai. 1983.

MST, JST, nº 32, set. 1983.

MST, JST, nº 33, nov. 1983.

MST, JST, nº 34, fev. 1984.

MST, JST, nº 35, abr. 1984.

MST, JST, nº 36, jul. 1984.

MST, JST, nº 37, ago. 1984.

MST, JST, nº 38, set. 1984.

MST, JST, nº 39, out. 1984.

MST, JST, nº 40, nov. 1984.

MST, JST, nº 41, dez. 1984 e jan. 1985.

MST, JST, nº 42, fev. 1985.

MST, JST, nº 43, mar. a mai. 1985.

MST, JST, nº 44, jun. 1985.

MST, JST, nº 45, jul. 1985.

MST, JST, nº 46, ago. 1985.

MST, JST, nº 47, set. 1985.

MST, JST, nº 48, out. e nov. 1985.

MST, JST, nº 49, dez. 1985.

PT, O PT e a Reforma Agrária (proposta). In: Revista da ABRA, Maio- Julho, 1985.

Entrevistas

BALDUÍNO, T. Entrevista realizada por Fabiana de Cássia Rodrigues. 2hs., dez. 2011.

CEZIMBRA, E. Entrevista realizada por Fabiana de Cássia Rodrigues. 55 min., nov. 2010.

SAMPAIO, P. A. Entrevista realizada por Fabiana de Cássia Rodrigues. 50min. nov. 2010.

SAMPAIO, P. A. Entrevista realizada por e-mail, por Fabiana de Cássia Rodrigues. Jan. 2012.

Apêndice I - Movimentos de educação popular, teologia da libertação e comunidades eclesiais de base na formação política das lideranças dos movimentos sociais surgidos no fim da década de 70 e início da década de 80.

No Brasil, entre os formuladores de pedagogia que se colocava contra a ordem, foi pioneiro o educador Paulo Freire, que, embora não se pautasse no marxismo, teve uma contribuição importante nos movimentos de educação popular voltados à conscientização das populações rurais na década de 1950 e 1960 acerca das dificuldades econômicas e sociais que enfrentavam, bem como é uma das influências teóricas que conforma a Pedagogia do Movimento dos Sem Terra, tal como sistematizado por Caldart (2004). Esses movimentos de educação popular, culminando com o engajamento neles da ala esquerda da igreja conformam, de certa maneira, o berço histórico de onde advêm os militantes que se colocaram em luta pela terra no início da década de 1980.

As transformações econômicas vivenciadas pelo país, a partir dos anos de 1930, tiveram por consequência alterações na vida da população rural, através da construção de rodovias, do avanço da fronteira agrícola, bem como por meio da elevação da exploração do campesinato no Nordeste, levando à piora das condições de vida da população rural.

Paralelamente, encontramos várias discussões envolvendo o governo e educadores, preocupados em exercer um controle político dos trabalhadores rurais, por meio da educação, ao mesmo tempo em que lhe atribuíam um papel a desempenhar na melhoria das condições de vida e dos níveis culturais no campo. Este tipo de abordagem estava presente nas Missões Culturais Educativas¹²¹ que existiram desde o Estado Novo e adentraram a década de 50, fazendo parte entre 1952 e 1963 das atividades da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER). Os resultados dessa Campanha, que utilizou a metodologia da organização social das comunidades, foram pífios, já que esse trabalho educativo por si mesmo não alcançava os objetivos propostos, ou seja, não promovia o desenvolvimento (PAIVA, 2003).

¹²¹ As missões culturais educativas eram caracterizadas pela mobilização comunitária, envolvendo agrônomos, veterinários, médico, enfermeira, entre outros profissionais que atuavam em áreas rurais no sentido de organizar socialmente a comunidade. (PAIVA, 2003)

Durante o governo Juscelino Kubitschek os resultados das iniciativas governamentais no sentido da alfabetização no campo foram restritos. Em 1958, no IIº Congresso Nacional de Educação de Adultos, começam a aparecer as críticas à forma como vinham ocorrendo os trabalhos neste âmbito, bem como se passava a reivindicá-los como um instrumento de transformação social. Estavam presentes nesse congresso Paulo Freire e a equipe pernambucana, que colocaram em discussão aspectos que se tornariam base para a formulação da sua teorização sobre educação, tais como:

(...) a indispensabilidade da consciência do processo de desenvolvimento por parte do povo e da emersão desse povo na vida pública nacional como inteferente em todo o trabalho de colaboração, participação e decisão responsáveis em todos os momentos da vida pública; sugeriam os pernambucanos a revisão dos transplantes que agiram sobre o nosso sistema educativo, a organização de cursos que correspondessem à realidade existencial dos alunos, o desenvolvimento de um trabalho educativo “com” o homem e não “para” o homem, a criação de grupos de estudo e de ação dentro do espírito de autogoverno, o desenvolvimento de uma mentalidade nova no educador, que deveria passar a sentir-se participante no trabalho de soerguimento do país (...) (PAIVA, 2003, p. 238)

Assim, ao final dos anos 1950 e início da década seguinte, nas áreas rurais mais pobres do país começam a surgir trabalhos na área de educação de adultos visando fornecer às classes historicamente exploradas condições para conscientização e transformação social. Portanto, nos momentos decisivos da revolução burguesa no Brasil, uma vez que estavam se definindo sob quais relações de força entre as classes sociais a industrialização se desenvolveria, a maior parte da população que está no campo passa a transcender a condição potencial de classe revolucionária para atuar mais fortemente na luta pelos seus interesses. A partir desta perspectiva, os movimentos de educação popular que surgem realizam uma forte crítica à forma como ocorriam os trabalhos de educação no campo, já que esses traziam consigo o ideal de manutenção da ordem, conservando a situação miserável dos trabalhadores no campo. Segundo Fávero (1983, p.8)

(...) o Brasil dos anos 50, na aceleração do desenvolvimento econômico e da modernização, foi pródigo no transplante de experiências geradas em outro contexto: extensão rural, desenvolvimento de comunidades, educação de base, educação de adultos. Foi justamente contra o que se proclamou e sobretudo se escondeu debaixo desses nomes e de suas intenções reais que a mesma expressão reapareceu com outro conteúdo, entre 1960 e 1964. Os escritos sobre cultura popular, educação popular e educação de base (também ela redefinida), elaborados pelos diversos movimentos ideológicos e educativos da época, de repente faziam o ataque da educação oficial, corriqueira, “bancária”, “popular”. Denunciavam-se como algo que ficava entre a elitização do saber e a manipulação populista das classes populares, através da escola e das campanhas de alfabetização e educação de adultos.

A partir das críticas realizadas à forma como se dava a atuação governamental na educação rural, algumas ações, como o Movimento de Educação de Base (MEB), tomam um rumo diferenciado do que se dava com as iniciativas nesse sentido até então. Em 1961, por meio de um acordo entre governo federal e CNBB (Conferência Nacional dos Bispos), surge o MEB com o intuito inicial de promover a alfabetização nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Segundo Kadt (2007, p.151), o decreto do governo previa: “(...) a transferência de recursos durante cinco anos (1961-1965) e estipulava que o MEB receberia 400 milhões de cruzeiros durante o primeiro ano (...). Em troca, o Movimento instalaria 15 mil escolas radiofônicas naquele ano e planejava sua expansão a cada ano, subsequente, sempre superior à do ano anterior.”

Segundo as Instruções gerais da proposta, tratava-se de buscar a promoção do homem rural a fim de prepará-lo para as reformas de base indispensáveis, entre elas, a da estrutura agrária do país. Na realidade, segundo Paiva (2003), o intuito inicial de Jânio Quadros, quando assinou o acordo, era enfraquecer as oligarquias locais, já que com a alfabetização de grandes contingentes populacionais, aumentaria o número de eleitores, que poderiam fortalecer-lo politicamente.

Contudo, no I encontro de coordenadores em 1962, o MEB extrapolou enormemente os objetivos políticos iniciais e adquiriu objetivos contestatórios e transformadores da realidade social dos trabalhadores rurais. Segundo Kadt (2007, p. 178), “Esse encontro, que durou uma semana, pôs frente a frente, pela primeira vez, todos os líderes nomeados para a organização desde que fora concebida.” Após um contato mais profundo com a realidade social prevalecente

no campo brasileiro, relativa à miséria material e moral dessa população, as lideranças vão para o encontro com a intenção de atribuir um novo sentido ao trabalho desenvolvido no MEB. Há nesse momento, uma aproximação do MEB com a corrente dos católicos radicais do Brasil, participantes da JUC (Juventude católica) e da Ação Popular (AP). O balanço final do encontro das lideranças definiu uma radicalização do movimento: “(...) chegou-se a conclusão de que todos ali deviam romper com a mentalidade burguesa; logo o MEB não estava de modo algum comprometido ideologicamente com a burguesia. Pelo contrário, sua linha era revolucionária.” (KADT, 2007, p. 181)

O resultado desta mudança de posicionamento político do MEB foi sua participação crescente no processo de sindicalização rural e numa atuação mais incisiva na conscientização do homem rural quanto ao momento vivido pelo país e seu papel na história, incentivando-o a lutar pelos seus interesses.¹²²

Assim, torna-se relevante chamar a atenção para a importância deste processo, uma vez que estes trabalhadores em luta por melhores condições de vida e trabalho, para além do objetivo imediato, punham em questão a estrutura produtiva historicamente instalada, pautada na extrema exploração do trabalho. Tal como descreveu Caio Prado Júnior (1968), este enfrentamento constituía passo fundamental para o desenvolvimento industrial em bases democráticas.

Obviamente, tendo esse caráter e representando um perigo à ordem constituída, o MEB sofreu forte perseguição política, mesmo antes do golpe militar de 1964. O que pode ser exemplificado, pela apreensão, por ordem do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, de 3.000 cartilhas preparadas pelo movimento, para o trabalho com os alunos. Esta Cartilha, impressa em janeiro de 1964, com o título *Viver é lutar*, foi preparada a partir dos trabalhos realizados no Iº encontro de coordenadores. Ela era constituída por 30 lições, tratando das experiências do camponês e de sua verdadeira situação de vida, trazendo ainda uma grande variedade de fontes, como estatísticas, monografias sociológicas, documentos legais e publicações sobre economia da Cepal (Comissão Econômica para América Latina e Caribe).

No ano de 1963 o governo, por meio do decreto nº 52.267, ampliou o âmbito geográfico de atuação do MEB a fim de atender todas as “áreas subdesenvolvidas do país”. Vanilda Paiva

¹²² É lícito salientar que ponto importante para a participação da igreja impulsionando a sindicalização rural foi o “medo” da influência das Ligas Camponesas e do comunismo junto às massas rurais (GERMANO, 1982).

(2003, p. 171) traz alguns números que ilustram os resultados do MEB até 1964, quando houve uma paralisação progressiva das atividades:

No ano de 1962, o MEB já havia multiplicado o número de seus ‘sistemas’ (11 em 1961, 31 em 1962), duplicando o número de emissoras à disposição do programa (10 em 1961, 19 em 1962) e passando a atuar em 11 Estados da federação (7 em 1961). Os treinamentos das equipes locais, monitores, líderes rurais, chegaram a atingir 3.709 pessoas e os alunos concluintes se elevaram de 38.734 em 1961 para 108.571 em 1962. Já em 1963, quando o movimento atingiu sua maior amplitude, eram 14 os Estados atingidos num total de 59 ‘sistemas’ e 111.066 alunos concluintes. Nos anos seguintes – até 1965 – estas cifras decresceram em torno de 40%, em face das novas condições políticas do país.” (PAIVA, 2003, p. 271)

Em paralelo às atividades do MEB e em confluência com elas a partir de 1962, desenvolvem-se os movimentos de cultura popular. Entre eles destacaram-se os Centros Populares de Cultura (CPCs), que tiveram como ponto de partida a União Nacional dos Estudantes (UNE) e se multiplicam em todo o país. Embora com divergências, os CPCs tinham em comum o objetivo principal de contribuir para a transformação da realidade brasileira, por meio de uma arte com conteúdo político na luta antiimperialista, nacionalista e socialista.

Houve também os Movimentos de Cultura Popular (MCP), entre os quais é possível incluir a campanha *De pé no chão também se aprende a ler*, no Rio Grande do Norte. Ele foi desenvolvido em Natal no período compreendido entre início de 1961 e 31 de março de 1964. O intuito era expandir o número de escolas voltadas à alfabetização. No entanto, a Campanha significou também a criação de bibliotecas, praças de cultura, centro de formação de professores, teatrinho do povo, galeria de arte, formação de círculo de leitura, realização de encontros culturais, reativação de grupos de danças folclóricas, promoção de exposições de arte, apresentação de peças teatrais. Redundando, conforme Germano (1982, p. 103), “numa organização cultural da cidade, onde o povo participava efetivamente e não apenas como mero espectador”.

A Campanha teve lugar na prefeitura de Djalma Maranhão, ex-militante do Partido Comunista e defensor do nacionalismo. O prefeito enxergava a educação popular e a reforma agrária como passo fundamental à libertação frente ao Imperialismo e à industrialização em bases

democráticas. Germano (1982, p. 131) escreve sobre as bases conceituais da campanha, a partir dos textos de Maranhão publicados no *Jornal de Natal* em 1961:

Para ele tratava-se de superar o subdesenvolvimento e para tanto era necessário industrializar o país, porquanto ‘um país agrícola é sempre um país subdesenvolvido, um país dependente, um país produtor de matéria-prima para os países industrializados.’ Entretanto, para se atingir a industrialização tornava-se uma condição imperativa o rompimento das cadeias de dominação imperialista e a realização da reforma agrária. Isto está claro em seu discurso. Observe-se a propósito: ‘(...) nós só poderemos alcançar a etapa de industrialização (...) e a abolição do analfabetismo, quando anularmos a pressão imperialista (...)’

A prefeitura de Recife também instituiu o Movimento de Cultura Popular, em 1960. É no interior do movimento em Pernambuco que Paulo Freire atuou e pôde desenvolver as idéias que estão presentes em sua teorização e em sua metodologia de alfabetização.

O método freiriano foi escolhido como instrumento do Plano Nacional de Alfabetização (PNA), criado através do decreto nº 53.465 de 21 de janeiro de 1964. Previa-se a alfabetização de 5 milhões de adultos num prazo de 2 anos. Tratou-se da incorporação em nível ministerial e na prática dos avanços obtidos nas experiências até então desenvolvidas na alfabetização de adultos. O Plano ultrapassava meramente o objetivo da alfabetização, já que passadas as 40 horas iniciais destinadas a este trabalho, as atividades deveriam se converter em organizações políticas de massa.

O embasamento era dado pela teoria de Paulo Freire, que foi sistematizada mais tarde, em 1965, no livro *Educação como Prática da Liberdade*. Através de seu método o que se colocava como alvo correspondia a “Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente dele, ganhasse a força e a coragem de lutar, (...)” (FREIRE, 2000, p. 97-98).

As bases teóricas e filosóficas de Freire não estão no marxismo e é possível afirmar que ele não se insere entre os autores que vislumbravam uma superação do modo de produção capitalista¹²³. Mas, no contexto em que foi produzido e com os objetivos propostos, o método

¹²³ Para uma análise crítica sobre os fundamentos teóricos e filosóficos da obra de Paulo Freire consultar o livro da educadora Vanilda Paiva (1980): *Paulo Freire e o nacional-desenvolvimentismo*. Há também o texto da mesma autora: *Do ‘Problema Nacional’ às classes sociais*, publicada pela revista *Educação & Sociedade*. Neste Paiva

freiriano, no bojo do Plano Nacional de Alfabetização, representava uma ameaça à ordem estabelecida. Diante disso, no dia 2 de abril de 1964, tão logo houve o golpe, as atividades do PNA foram suspensas.

Junto aos movimentos de educação e cultura popular e os anseios transformadores e contestatórios que assumem, é lícito ressaltar o papel proeminente de alguns grupos ligados à igreja católica. Um deles foi a JUC (a Juventude Universitária Católica), lançada nacionalmente em julho de 1950, embora em seu período inicial não aparecesse ainda como tendência progressista ou com engajamento na realidade concreta. Foi a partir de 1958 que se ventilou seu problema central, que consistia em encontrar um caminho entre a teorização excessiva e o comprometimento político concreto. Sob influência dos escritos progressistas do meio europeu, cada vez mais disponíveis no Brasil como os de Lebrecht e Mounier, e também diante de uma crescente preocupação dos estudantes com os problemas sociais, a JUC passa a ter uma atuação importante nos movimentos sociais contestatórios do *status quo* (KADT, 2007).

Paralelamente à mudança dos objetivos iniciais da JUC ocorreu a sua aproximação com o marxismo. O fervilhar das lutas somada à essa aproximação serviu como uma das bases para o desenvolvimento da Teologia da Libertação, a partir de uma reinterpretação do Evangelho à luz das práticas das lutas. Segundo Löwy (1991), a Teologia da Libertação não parte da cúpula da Igreja, ela surge dos movimentos leigos ativos na juventude estudantil, nos bairros periféricos, nos sindicatos rurais e urbanos. A produção teórica que conforma a Teologia da Libertação advém das discussões efetuadas nas Conferências Episcopais Latino-Americanas – Celam, ocorridas em Medellín, na Colômbia, 1968 e em Puebla, no México, em 1979, na qual a igreja declarou a “opção preferencial pelos pobres”. Alguns de seus preceitos fundamentais referem-se: a uma condenação do capitalismo dependente; à utilização do instrumental marxista para compreender as causas da pobreza, das contradições de classe e suas lutas; à opção preferencial pelos pobres e à solidariedade por sua libertação; ao desenvolvimento de comunidades cristãs de base entre os pobres; a uma nova leitura da Bíblia voltada para as passagens em que se enfoca a

(1979) expõe uma crítica à Freire, apontando os limites de sua justificação teórica. A autora afirma que, nos anos 1950 e 1960, Freire foi influenciado pelo pensamento isebiano e também pelo pensamento de Albert Memmi e Franz Fanon, autores que estavam em conexão com a luta de libertação nacional travada no norte da África, por isso, o educador brasileiro traria no bojo de sua pedagogia a luta contra a educação colonizadora, cujo problema central corresponderia ao problema nacional, deixando em segundo plano a questão das classes sociais e das relações de produção.

libertação de um povo escravizado; à libertação humana histórica como antecipação da salvação final em Cristo.

Os preceitos da Teologia da Libertação e os líderes da igreja que passam a segui-los estão na base da atuação da igreja nos movimentos de luta pela terra e contra a exploração vivida por trabalhadores no campo.¹²⁴ Como foi o caso das CEBs que correspondiam a grupos de um mesmo bairro, favela ou zona rural que se reuniam para ler a Bíblia e discuti-la sob a perspectiva da Teologia da Libertação. As CEBs tiveram um papel fundamental no engajamento e organização dos trabalhadores rurais explorados no campo ao longo da década de 70, sob o regime militar. É do interior dessas comunidades que saíram várias das lideranças do MST, bem como outras organizações políticas que surgem no período, como o Partido dos Trabalhadores (PT).¹²⁵ Em entrevista realizada com o histórico militante da Reforma Agrária no Brasil, Plínio de Arruda Sampaio (2010), ele afirmou:

Bom, o que aconteceu, os grupos de esquerda operavam através da igreja, muitos deles procuraram os movimentos sociais, procuraram as CEB's, as paróquias, os serviços paroquiais, como uma forma de atuar, sem ser tão diretamente perseguido. E como uma forma de conquistar também de aquele pessoal que estava lá dentro para as suas ideologias. Então, muitos marxistas entraram ali. Marxistas num sentido genérico, não era gente teórica, eram militantes que torciam pelo marxismo. Esse pessoal teve uma influência muito forte em toda a formação, em toda a militância.

A turma do MST, eles são basicamente filhos de pequenos sítiantes, cuja economia ficou inviabilizada pela penetração forte do capitalismo no campo. Então eles não aguentaram e esses moços ficaram sem trabalho. Bom, esse contingente que emigrou para o nordeste e emigrou para o centro do Brasil. Então no meio desse grupo, uma parte eram seminaristas, o João Pedro foi seminarista, o Neuri foi seminarista, o Bogo foi seminarista, acho que praticamente todos foram seminaristas. A primeira leva, o comando do movimento, todos seminaristas. Com Dom José Gomes, bispo de Chapecó. E esse bispo teve uma influência enorme na

¹²⁴ “(...) a Ação Católica e outras frentes de educação popular, como o Movimento de Educação de Base (MEB) e os Núcleos de Cultura, ligados à educação popular – especialmente à alfabetização concebida por Paulo Freire, que educava para a prática da cidadania – são parte dos antecedentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT)” (POLETTI, 2010, 141)

¹²⁵ “(...) muitos dos principais desenvolvimentos da luta de libertação dos oprimidos e dos explorados na América Latina que tiveram lugar nos últimos dez a quinze anos não teriam sido possíveis senão como apoio das CEBs e da teologia da libertação. Isto vale principalmente para o Brasil e a América Central: independentemente das consequências futuras da política de ‘normalização’ do catolicismo latino-americano, conduzida por Roma, certos fatos históricos são desde já irreversíveis: a formação do Partido dos Trabalhadores no Brasil, a vitória do sandinismo na Nicarágua e a consolidação da FMLN em El Salvador.” (Lowy, 1991, p. 47)

formação desses rapazes, que misturaram a fé católica com a doutrinação marxista.

Segundo Poletto (2010), as CEBs são referências indispensáveis para a compreensão da história da luta pela terra a partir da década de 1970, elas foram uma das bases da criação em 1975 da CPT, a qual respaldou o surgimento do MST, em suas palavras:

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são referências indispensáveis dessa história. Elas germinaram nas igrejas que procuraram colocar em prática as orientações do Concílio Vaticano II, animadas por bispos que tomaram posição contra as violações de direitos humanos e a própria ditadura. Nesse trabalho de base, esses bispos tiveram o reforço de agentes pastorais que atuavam na Ação Católica e em outras iniciativas de educação popular. As CEBs são grupos formados por cristãos que, inspirados na leitura comunitária da Bíblia, atuam na realidade de sua vida através da organização de diferentes formas de reivindicação, junto com a promoção de iniciativas de trabalho cooperativo e a criação de frentes populares que visam conquistar transformações estruturais. É através desse trabalho de organização e conscientização popular que, aos poucos, a questão da terra retornará como questão política. (POLETTI, 2010, p. 141)

Apêndice II - Apontamentos críticos sobre a questão da forma e do conteúdo na Pedagogia da Terra

Quando se fala da necessidade da teoria, é necessário passar pela discussão de quais seriam os conteúdos discutidos nos momentos de formação, seja no âmbito da escola tradicional, seja nas escolas e nos cursos encampados pelo movimento social voltadas para a formação política dos seus militantes. Assim, os conteúdos discursivos a serem desenvolvidos nas escolas, nos cursos de formação não seriam menos importantes do que a forma como ela se organiza. Contrariamente ao que afirma Caldart (2004, p. 320)¹²⁶:

E se o que está em questão é a formação humana, e se as práticas sociais são as que formam o ser humano, então a escola, enquanto um dos lugares dessa formação, não pode estar desvinculada delas. Trata-se de uma reflexão que também nos permite compreender que são as relações sociais que a escola propõe, através do seu cotidiano e jeito de ser, o que condiciona o seu caráter formador, muito mais do que os conteúdos discursivos que ela selecionou para seu tempo específico de ensino.

Em nossa visão, a questão do foco na forma, em detrimento do conteúdo, ou seja, a ênfase na importância do coletivo, da autogestão, da pedagogia, enquanto os conteúdos parecem ficar em segundo plano, pode se apresentar como um problema para o movimento. Pois, pode culminar numa dificuldade mais abrangente, de elaboração teórica, ou seja, de compreensão e posicionamento nas lutas; naquilo que Caio Prado chamaria de teoria da "Revolução Brasileira", da interpretação das lutas a partir dos nossos desafios mais importantes.

Interessante notar que em reflexões atuais, de publicação no ano presente de 2011, o intelectual do movimento Ademar Bogo parece problematizar também esse ponto na seguinte passagem:

Os princípios organizativos, como direção coletiva, democracia participativa, distribuição de tarefas, prestação de contas dos gastos etc., se desenvolvem à

¹²⁶ No mesmo sentido, CALDART (2004, p. 163) afirma: "A formação do sem-terra, pois, não se dá pela assimilação de discursos, mas, fundamentalmente, pela vivência pessoal em ações de luta social, cuja força educativa costuma ser proporcional ao grau de ruptura que estabeleceu com padrões anteriores de existência social desses trabalhadores e dessas trabalhadoras da terra, exatamente por isso exige a elaboração de novas sínteses culturais."

medida que são executadas as tarefas planejadas. As tarefas dos quadros e das massas, cada qual com suas responsabilidades, desempenham um papel fundamental para o fortalecimento da organização; elas abrem caminhos que estavam obstruídos e, ao abri-los, impõem novas tarefas. Há tarefas defensivas e ofensivas. As tarefas defensivas visam preservar e defender o que se conquistou; as ofensivas buscam abrir novas frentes de confronto com as forças dominantes. Para cada referência necessita-se de meios e métodos adequados. Nada existe sem conteúdo e forma, e, na dinamicidade da luta de classes, tanto o conteúdo quanto a forma precisam de acertos e alterações constantes, de acordo com o movimento das contradições. Na medida em que muda a qualidade do momento político, muda também a natureza das tarefas e, principalmente, a qualidade da organização.

As massas possuem habilidades diversas e infinitas, mas precisam ser educadas para certos ofícios. Educa-se pela luta, pela convivência, pela cooperação, pela prática da solidariedade e pela escola. As salas de aula, inicialmente, cumprem o papel de universalizar o conhecimento básico que a humanidade elaborou, mas deve ir além e motivar a juventude a se embrenhar nas pesquisas para responder aos dilemas criados pelo avanço das contradições na luta de classes. (BOGO, 2011, p. 30)

Bogo (2011) chama a atenção para a importância dos conteúdos, em igualdade de consideração com relação à forma, salientando a necessidade que os jovens possuem de se colocar nas pesquisas, a partir do conhecimento acumulado pela humanidade, para compreender profundamente as contradições de nossa sociedade a fim de superá-las.

No debate educacional, se destaca a defesa que o professor Dermeval Saviani tem realizado em torno da questão dos conteúdos, no objetivo maior de emancipação da classe trabalhadora. O autor não o dissocia da forma, tratando ambos como partes de uma mesma problemática:

(...) Trabalhei várias vezes a prioridade dos conteúdos sem perder de vista que a questão pedagógica, em sua essência, é a questão das formas. Estas, porém, nunca podem ser consideradas em si mesmas. E a diferenciação sempre se dará pelo conteúdo. Se for feita a abstração dos conteúdos, fica-se com a pura forma. Aí ocorre a indiferenciação. É nesse sentido que os conteúdos são importantes. Tratar as formas em concreto e não em abstrato é tratá-las pela via dos conteúdos. (...)" (SAVIANI, 2008, p. 145)

A discussão acerca da importância dos conteúdos é desenvolvida no interior da Pedagogia Histórico-Crítica¹²⁷. É uma teoria que, na atualidade, dadas as circunstâncias históricas e políticas tem se colocado sistematicamente em defesa da escola, mas, antes de ser uma teoria voltada para escola, trata-se de uma teoria pedagógica que poderia ser pensada em outros contextos. Como no da formação política no movimento social. Segundo a visão de Saviani (2005, p. 65), a educação pode estar a serviço da transformação das relações de produção:

Uma pedagogia revolucionária centra-se, pois, na igualdade essencial entre os homens. Entende, porém, a igualdade em termos reais e não apenas formais. Busca converter-se, articulando-se com as forças emergentes da sociedade, em instrumento a serviço da instauração de uma sociedade igualitária. Para isso, a pedagogia revolucionária, longe de secundarizar os conhecimentos descuidando de sua transmissão, considera a difusão de conteúdos, vivos e atualizados, uma das tarefas primordiais do processo educativo em geral e da escola em particular.

Saviani (2005) preconiza um método que parte da prática social, ou seja, dos problemas que emergem da realidade vivida. Professores e alunos se encontrariam em níveis diferenciados quanto à apreensão (compreensão e experiência) da prática social. O professor possuiria uma ‘síntese precária’ e o aluno possuiria uma visão da realidade com um caráter sincrético, que poderíamos definir como aquele que se coloca no nível das aparências, por isso, caótico. No nível da aparência não se encontram as explicações das determinações mais profundas, que precisam ser compreendidas a fim de colocar a história em movimento em favor das classes exploradas. Tal como afirma IASI (2011, p. 128):

¹²⁷ Sobre as motivações que embasaram o desenvolvimento desta teoria, bem como sobre a escolha da denominação, Saviani (2008) explica: “De fato, o que se pretendia era uma proposta pedagógica que estivesse atenta aos determinantes sociais da educação e que permitisse articular o trabalho pedagógico com as relações sociais. Mas isso não se poderia dar de forma mecânica. Teria que ser em termos dialéticos, ou seja, teria que levar em conta a ação recíproca em que a educação, embora determinada, em suas relações com a sociedade reage ativamente sobre o elemento determinante, estabelecendo uma relação dialética.” (p. 139) E mais adiante: “Na busca da terminologia adequada, concluí que a expressão histórico-crítica traduzia de modo pertinente o que estava sendo pensado. Porque exatamente o problema das teorias crítico-reprodutivistas era a falta de enraizamento histórico, isto é, a apreensão do movimento histórico que se desenvolve dialeticamente em suas contradições. A questão em causa era exatamente dar conta desse movimento e ver como a pedagogia se inseria no processo da sociedade e de suas transformações.” (p. 140-141)

Se é verdade, e é, que o movimento da consciência só pode brotar da vivência das contradições particulares, a compreensão da natureza dessas contradições não está nessa vivência da particularidade, na imediaticidade, não só por uma regra filosófica, que afirma que o particular está no universal, mas o inverso não é válido, ou seja, o universal não está completamente no particular; mas porque se trata do campo da aparência, do campo da cotidianidade, do campo da superfície onde as verdadeiras determinações não se expressam.

O segundo passo seria o da problematização, a fim de detectar questões a respeito da prática social a serem desenvolvidas e respondidas. O terceiro passo é o da instrumentalização, ou seja, a apropriação dos instrumentos teóricos e práticos necessários ao equacionamento dos problemas detectados na prática social. O quarto passo seria a catarse, correspondente à “(...) efetiva incorporação dos instrumentos culturais, transformados agora em elementos ativos de transformação social.” (p. 72) E, por fim, o ponto de chegada seria a própria prática social, em circunstâncias que os alunos alcançam o nível sintético.

Ora, pelo processo acima indicado, a compreensão da prática social referida no ponto de partida (primeiro passo) e no ponto de chegada (quinto passo) é e não é a mesma. É a mesma, uma vez que é ela própria que constitui ao mesmo tempo o suporte e o contexto, o pressuposto e o alvo, o fundamento e a finalidade da prática pedagógica. E não é a mesma, se considerarmos que o modo de nos situarmos em seu interior se alterou qualitativamente pela mediação da ação pedagógica; e já que somos, enquanto agentes sociais, elementos objetivamente constitutivos da prática social, é lícito concluir que a própria prática se alterou qualitativamente. (SAVIANI, 2005, p. 73)

A teoria pedagógica desenvolvida por Saviani é calcada na contribuição de Marx, expressa no materialismo histórico e tem como um dos fundamentos principais a categoria práxis, entendida como uma prática fundamentada teoricamente. Em suas palavras:

(...) a filosofia da práxis, tal como Gramsci chamava o marxismo, é justamente a teoria que está empenhada em articular a teoria e a prática, unificando-as na práxis. É um movimento prioritariamente prático, mas que se fundamenta teoricamente, alimenta-se da teoria para esclarecer o sentido, para dar direção à prática. Então, a prática, tem primado sobre a teoria, na medida em que é originante. A teoria é derivada. Isso significa que a prática é, ao mesmo tempo, fundamento, critério de verdade e finalidade da teoria. A prática, para

desenvolver-se e produzir suas consequências, necessita da teoria e precisa ser por ela iluminada. (...) (SAVIANI, 2008, p. 142)